

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**CAROLINE FERREIRA ROSA**

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E VIDA EM SITUAÇÃO DE RUA:  
a produção do cotidiano entre os usuários de albergues e “repúblicas”  
de Belo Horizonte/MG.**

BELO HORIZONTE

2017



Caroline Ferreira Rosa

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E VIDA EM SITUAÇÃO DE RUA:  
a produção do cotidiano entre os usuários de albergues e “repúblicas”  
de Belo Horizonte/MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Marcela Ardila Pinto

BELO HORIZONTE

2017

301 Rosa, Caroline Ferreira  
R788a Acolhimento institucional e vida em situação de rua  
2017 [manuscrito] : a produção do cotidiano entre os usuários de  
albergues e “repúblicas” de Belo Horizonte/MG. / Caroline  
Ferreira Rosa. - 2017.  
227 f.  
Orientadora: Ana Marcela Ardila Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1.Sociologia – Teses. 2. Pessoas desabrigadas – Teses . 3.  
Mobilidade - Teses. I. Ardila, Ana Marcela. II. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais

## ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

### CAROLINE FERREIRA ROSA

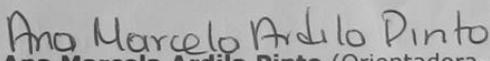
Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro de 2017 (dois mil e dezessete), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **"ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E VIDA EM SITUAÇÃO DE RUA: a produção do cotidiano entre os usuários de albergues e "repúblicas" de Belo Horizonte/MG"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Ana Marcela Ardila Pinto** (Orientadora- DSO/UFMG), **Yumi Garcia dos Santos** (DSO/UFMG), **Candice Vidal e Souza** (PUC Minas) e **Daniel De Lucca Reis Costa** (CEBRAP).

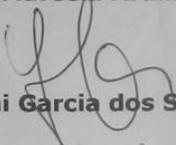
Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

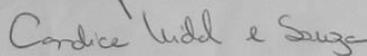
Aprovação (X)  
Reprovação da Dissertação ( )

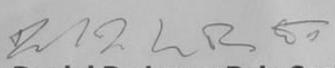
Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2017.

  
**Profa. Dra. Ana Marcela Ardila Pinto** (Orientadora- DSO/UFMG)

  
**Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos** (DSO/UFMG)

  
**Profa. Dra. Candice Vidal e Souza** (PUC Minas)

  
**Prof. Dr. Daniel De Lucca Reis Costa** (CEBRAP)

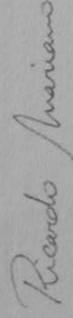


## CERTIFICADO

Certifico que Caroline Ferreira Rosa recebeu Menção Honrosa no Concurso Brasileiro ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais – Edição 2018, categoria Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, com o trabalho “Acolhimento institucional e vida em situação de rua: a produção do cotidiano entre os usuários de albergues e “repúblicas” de Belo Horizonte/MG.”. O resultado foi anunciado durante o 42º Encontro Anual da ANPOCS, realizado de 22 a 26 de outubro de 2018 na cidade de Caxambu, MG.

**42º ENCONTRO ANUAL  
ANPOCS**

22 a 26 de outubro de 2018 | Hotel Glória | Caxambu - MG



**Ricardo Mariano**  
Secretário Executivo - ANPOCS



**Fabiano Santos**  
Presidente - ANPOCS

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pelo custeio da bolsa, sem a qual a inserção no mestrado não seria possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, pela oportunidade de trilhar esta etapa.

À Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte, por tornar viável o acesso ao campo.

Às coordenações e todos os funcionários do Abrigo São Paulo, Albergue Tia Branca, República Reviver, República Maria Maria, por me receberem em seu ambiente de trabalho, colaborarem com minhas dúvidas e oferecerem condições para a execução da pesquisa.

À todas e todos que estavam acolhidos na época em que adentrei em campo, indispensáveis para que este projeto se realizasse. Agradeço a abertura à minha presença e a dedicação em contribuir com o trabalho, o tempo dispendido comigo, as recepções em campo, as conversas, as entrevistas, as caminhadas, o compartilhamento de suas experiências, os ensinamentos.

À Cristina Bove, pela dedicação em receber esta pesquisa e por todas as contribuições.

À todas e todos que encontrei nos caminhos de envolvimento com *a rua* e que me proporcionaram experiências de troca e crescimento, especialmente nos âmbitos do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, equipes do Consultório de Rua, Fórum da População de População em Situação de Rua de Belo Horizonte, Pastoral de Rua de Belo Horizonte e Programa Pólos de Cidadania.

À minha orientadora, Ana Marcela Ardila Pinto, por acompanhar o envolvimento com o tema há tantos anos de maneira sempre dedicada; pela presença nos momentos de conclusão deste texto; e pela interlocução e motivação que animaram o prosseguimento das interrogações que desaguaram no mestrado.

À banca, professoras Candice Vidal e Yumi Garcia e professor Daniel De Lucca, pelo interesse em contribuir com a avaliação do trabalho, fazendo da defesa um evento muito significativo. À Yumi, em especial, por ser uma interlocutora presente em tantos momentos de desenvolvimento desta pesquisa.

À Adri e ao Antônio, pela amizade, suporte, compartilhamento da vida e incursões inesquecíveis pelo Jaraguá.

À Camila, Regis, Lidi, Rafa e Joice por tornarem a experiência do mestrado compartilhada e divertida.

À Fernanda, Fillipe, Zé e Nat por todas as vivências e aprendizados na Casa Espacionautas, o carinho diário, as terapias, as laticas e o laço, que permanece.

À Vivi, Nanda e Nath, pelo empoderamento mútuo.

À Memê e à Fátima, pela acolhida generosa e tranquilizadora, que jamais serei capaz de retribuir. E aos outros habitantes da “pensão”, Ceceu e Lyginha, sempre incentivadores.

Às meninas do Tripé Sociedade Anômica e à Galera do Telegram, pela amizade duradoura, virtual e presencial, conversas, guloseimas e o poker chinês.

Ao Tarcísio, pela leitura do capítulo e ser sempre uma referência de interlocução.

À família *araçuense*, que me recebeu em seus café-da-tarde e jantares, alimentando-me com os melhores pratos e os melhores causos.

À Isa, pela amizade eterna.

À Tia Rê, pelo ensino da música e algumas garrafas de vinho pra colocar o papo em dia.

À Bárbara e ao Arruda, pela descoberta da existência de vocês, o incentivo que sempre deram a esta caminhada e os planos diabólicos de superar certos conjuntos vocais.

À Taus, pela inesquecível fuga à Bahia, os abraços na FAFICH e fora dela, e pela ajuda com a pesquisa.

À Teté, pelas conversas, cervejas, livros e compartilhamento do caminho.

À Maria, pelo suporte diário (especialmente, no período de escrita), pelo cuidado, pela irmandade e por sempre colocar poesia no cotidiano e na vida.

Ao Salum, por segurar minha mão nos momentos de perda da rota, por fazer a escrita um exercício menos solitário e por me ensolarar sempre, a cada encontro, há tantos anos.

Ao João Caxiló, vulgo Fellipe, pelo encontro certo, a parceria diária, a imensa paciência, o constante incentivo, o bom-humor, os banquetes e o carinho em cada detalhe.

À minha família, pelo senso de enraizamento, pelo acolhimento a cada temporada de retorno a Batatais, pelo exemplo e sempre apoio a qualquer passo de minha vida, em especial, à mulherada forte: Vó Dila, Vó Nilda, Tia Carminha, Tia Cida, Tia Lu, Tia Rosa, Tia Dri e Tia Cris. À Tia Dri e ao Tio Lê, meus padrinhos, apoiadores de cada etapa. Ao Vini, por sempre topar as aventuras (ou os pedidos de ajuda).

À Rafa, por levar a sério a função irmã, ser meu oposto mais que complementar, por me acolher nos momentos desafiadores e ser minha conselheira eterna.

Aos meus pais, pela abertura com que me ensinam a olhar para a vida, pelo amor e suporte a cada momento, por sempre apoiarem minhas escolhas, por tudo, tudo, tudo.

## RESUMO

ROSA, Caroline Ferreira. **Acolhimento Institucional e vida em situação de rua:** a produção do cotidiano entre os usuários de albergues e “repúblicas” de Belo Horizonte/MG.

Esta dissertação discute uma das práticas de intervenção governamental mais proeminentes sobre a problemática da “vida nas ruas” - o acolhimento institucional -, com o intuito de analisar o entrelaçamento entre as lógicas de gerenciamento empregadas nos espaços onde este serviço é desempenhado e as práticas cotidianas do público acolhido. Partindo de uma reconstrução histórica da categoria população em situação de rua, exploro a trajetória de criação da política de acolhimento e a emergência das duas modalidades com que o serviço é, atualmente, executado: os equipamentos de pernoite (abrigos/albergues) e as “repúblicas”. Estas duas modalidades são observadas a partir de quatro instituições de acolhimento situadas na cidade de Belo Horizonte, analisadas quanto às diferenças em sua execução, os espaços vivenciais que proporcionam e as formas como são articuladas pelos atores acolhidos na construção de seu cotidiano. Deste modo, o trabalho realiza uma comparação sobre como as duas modalidades de acolhimento institucional participam na produção e inauguração de formas contemporâneas de se *estar em situação de rua* e como estas são empreendidas no espaço da cidade.

Palavras-chave: população em situação de rua; acolhimento institucional; vida cotidiana; mobilidades.

## ABSTRACT

ROSA, Caroline Ferreira. **Institutional Sheltering Politic and Homelessness**: the production of everyday life among users of overnight shelters and temporary houses in Belo Horizonte/MG.

This research discuss one of the most prominent governmental practices for intervention towards homelessness - the sheltering - and intents to analyze the intertwinement between institutional logics of management and its users' daily routines. Starting from the historical (re)construction of the Brazilian homelessness category "população em situação de rua", I explore the development of the trajectory of such sheltering policies and the rise of the two primary forms in which this service is offered: the overnight shelters and the temporary houses. Both modalities were investigated based on my observation of four sheltering institutions located in the city Belo Horizonte city, which were analyzed based on the differences in their operation and on the ways users relate with the rules and organization of such institutions in order to produce their daily lives. As a result of this analysis, this work compares how both forms of sheltering participates in the production of a contemporary way of "being homeless" in Brazil and how it express itself in the urban space.

Keywords: homelessness, institutional sheltering, daily life, mobilities.

## ÍNDICE DE SIGLAS

AA - Alcoolicos Anônimos

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais

ASMARE - Associação de Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável

ASP - Abrigo São Paulo

ATB - Albergue Tia Branca

AVDs - Atividades da Vida Diária

BPC - Benefício da Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CDL/BH - Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua

CERSAM - Centro de Referência em Saúde Mental

CETREM - Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMT - Centro Mineiro de Toxicomania

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNDDH - Centro Nacional de Defesa e dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

COPAMARE – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CREM - Centro de Referência Estadual do Migrante

CRJ - Centro de Referência da Juventude

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

ILPIs - Instituições de Longa Permanência para Idosos

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MGMP - Ministério Público de Minas Gerais

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua

OAF - Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante

OP-BH - Orçamento Participativo de Belo Horizonte

PIA - Plano Individual de Atendimento

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

RMM - República Maria Maria

RR - República Reviver

SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social

SINE - Serviço Integrado Nacional de Empregos

SMAAS - Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

SMASAN - Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional

SSVP - Sociedade São Vicente de Paula

SUS - Centros de Referência Especializados para a População de Rua

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UAI - Unidade de Atendimento Integrado

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ações do Fórum de População de Rua (1993-1999).....	64
Figura 2 - Rede de atendimento para a população de rua previstas pela Lei nº8.029/00 .....	69
Figura 3 - Iniciativas municipais para a população de rua, em Belo Horizonte (entre 1992 e 2008).....	71
Figura 4 - Estrutura de atendimento à população em situação de rua na Assistência Social ...	79
Figura 5 – Ações de mobilização nacional e ações governamentais sobre a população em situação de rua, a nível nacional (2001 – 2016). .....	81
Figura 6 - Ações municipais para a população em situação de rua, em Belo Horizonte (2009-2017).....	85
Figura 7 - Serviços que compõem a rede de atendimento à população em situação de rua, em Belo Horizonte, e os responsáveis por sua execução (2016).....	86
Figura 8 - Lógica da intervenção assistencial sobre a situação de rua .....	99
Figura 9 - Porta do Abrigo São Paulo .....	116
Figura 10 – Região da <i>porta</i> do Albergue Tia Branca .....	137
Figura 11 - Fachada da República Reviver .....	148
Figura 12 - Fachada da República Maria Maria .....	160
Figura 13 – Arranjo temporal dos serviços assistenciais (horário de funcionamento).....	171
Figura 14 - Espacialidades da rede de assistência à situação de rua .....	172
Figura 15 - Localizações da República Maria Maria e República Reviver.....	175
Figura 16 – Espaços de vida e pontos de referência no entorno do Abrigo São Paulo .....	176
Figura 17 - Trajetos a pé para o Centro (ASP 7 e ASP 8).....	182
Figura 18 - Trajeto de ônibus para o Centro (ASP 5).....	182
Figura 19 - Mobilidade associada à reciclagem, a partir do Abrigo São Paulo (ASP 4) .....	184
Figura 20 – Locais próximos ao Albergue Tia Branca e principal eixo de circulação.....	193
Figura 21 – Mobilidade cotidiana de ATB 2 (triangulação Albergue – Centro POP – Restaurante Popular).....	194
Figura 22 – Espaços de vida de moradoras da República Maria Maria .....	203
Figura 23 – Mobilidades a partir da República Reviver (RR 3 e RR 2).....	212



## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>17</b>
Construindo uma problemática de pesquisa .....	20
A categoria “população em situação de rua” .....	20
O cotidiano em situação de rua e sua relação com a institucionalidade.....	25
Espacialidades e mobilidades .....	26
O trabalho de campo .....	29
A definição do recorte .....	29
A realização da pesquisa .....	32
Estrutura do trabalho.....	38
<b>Capítulo 1</b> .....	<b>39</b>
<b>A situação de rua como um campo de intervenção pública</b> .....	<b>39</b>
1.1 Entre <i>desvalidos</i> e <i>necessitados</i> , a mendicância como expressão da vida nas ruas.....	41
1.2 A rua como expressão de injustiças sociais e a emergência de um <i>povo</i> .....	44
1.3 A <i>população de rua</i> como público das iniciativas municipais em Belo Horizonte.....	53
1.4 A entrada da <i>população em situação de rua</i> na agenda do Estado brasileiro .....	72
1.5 Contexto recente de tematização da <i>situação de rua</i> em Belo Horizonte .....	82
1.6 – Conclusão.....	93
<b>Capítulo 2</b> .....	<b>97</b>
<b>Equipamentos de acolhimento: ritmos e intervenção</b> .....	<b>97</b>
2.1 - Abrigo São Paulo (ASP).....	101
2.1.1 Público no ASP .....	103
2.1.2 Ritmos institucionais no ASP.....	107
2.1.3 Dinâmicas da porta do ASP.....	113
2.2 Albergue Tia Branca (ATB) .....	121
2.2.1 Público do ATB.....	123
2.2.2 Ritmos institucionais do ATB .....	129
2.2.3 Dinâmicas da porta do ATB .....	136
2.3 República Reviver (RR).....	141
2.3.1 Acesso, público e intervenção na RR.....	143
2.3.2 Ritmos institucionais da RR.....	148
2.4 República Maria Maria (RMM).....	152
2.3.1 Acesso, público e intervenção na RMM .....	154
2.4.2 Ritmos institucionais da RMM .....	158

2.5 Conclusão.....	163
<b>Capítulo 3 .....</b>	<b>167</b>
<b>Vida cotidiana a partir do acolhimento institucional.....</b>	<b>167</b>
3.1 Espacialidades institucionais .....	169
3.2 Vida cotidiana a partir do <i>pernoite</i> .....	175
3.2.1 Arranjos cotidianos a partir do Abrigo São Paulo.....	176
3.2.2 Arranjos cotidianos a partir do Albergue Tia Branca.....	190
3.2.3 Os finais-de-semana .....	197
3.3 Vida cotidiana a partir das “repúblicas” .....	200
3.4 Conclusão.....	213
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>217</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>223</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>232</b>

## Introdução

Este trabalho é resultado de um percurso iniciado há mais de sete anos, período em que a *situação de rua* tem compreendido o objeto principal de minha incursão acadêmica e constantemente refletida em minha vivência por Belo Horizonte. Esta cidade - que abriga os agenciamentos tomados como “material empírico” desta dissertação - não é minha cidade natal, mas uma que me colocou em contato com relações e experiências inéditas no espaço urbano. Entre elas, a maior visibilidade com que as formas de *morar* e *viver* nos espaços públicos se expressam por esta capital e, com as quais, passei a conviver de maneira muito próxima ao me mudar para uma nova casa com outros estudantes e nos tornarmos vizinhos de um homem que habitava há 9 anos em uma das calçadas da rua.

Este acontecimento não foi, no entanto, unicamente responsável para que a *situação de rua* se tornasse um âmbito de interesse acadêmico. À minha descoberta pessoal de uma vida metropolitana e relativamente independente, era, também, concomitante a retomada da *rua* enquanto signo de liberdade por vários movimentos políticos da cidade. Entre eles, o posicionamento contra a retirada de pertences de moradores de rua ganhava força enquanto pauta de denúncia contra as ações da administração municipal.

Foi neste contexto (no início de 2011, quarto período da graduação em Ciências Sociais), que comecei a buscar por oportunidades de ver o conhecimento que circulava dentro das salas de aula dialogando, também, com outros espaços. Se a universidade fora o motivo de minha mudança para Belo Horizonte, naquela época ela também mediava grande parte minhas relações com a cidade, de modo que a ela recorri a fim de ampliar meu contato com o “mundo extramuros”. Foi nesta busca que encontrei o Programa Pólos de Cidadania, grupo interdisciplinar da Faculdade de Direito da UFMG, e que abria uma vaga para sua Frente sobre População em Situação de Rua – termo que, até então, nunca ouvira.

O contato com o Pólos se manteve por cerca de um ano e as atividades de estagiária voluntária me colocaram em contato com um espaço que frequentei de maneira independente mesmo após sair deste projeto: o Fórum de População de Rua de Belo Horizonte. O Fórum me instigava pela diversidade de atores que se reuniam mensalmente para discutir a questão da *situação de rua* na cidade. Ali, a imagem que eu associava à temática da “situação de rua” se expandiu fortemente. Primeiro, pela diversidade de atores que frequentavam o espaço, entre pessoas que viviam nas ruas, usuários dos albergues e repúblicas, assistidos pelo Programa Bolsa Moradia e aqueles que se apresentavam como “ex-moradores de rua”; assim

como por profissionais dos serviços públicos, militantes, membros de entidades religiosas e estudantes universitários. Por isso, mais do que uma nova nomenclatura para referenciar um “fenômeno” visível na cidade, esta experiência me apresentou a “população em situação de rua” como uma arena de discussão pública e um campo de luta política, associado a mobilizações constantes pela defesa de direitos e interlocução com o Estado.

Embora o Fórum se apresentasse como um espaço fervilhante, sempre relutei em tratá-lo como objeto de pesquisa. Eu o entendia como uma oportunidade de aprendizado sobre as nuances de construção desta problemática em Belo Horizonte e ao qual eu buscava contribuir dentro das possibilidades de minha participação “independente” (como na mobilização em torno do Orçamento Participativo 2013/2014). Desde 2014, após me ausentar da cidade para um intercâmbio acadêmico, e posteriormente, em 2015, ao engajar nas atividades letivas do mestrado, um desconforto me acometeu por estar ali apenas observando, de modo que preferi me afastar do Fórum.

A participação em outros espaços da universidade também alimentou meu interesse acadêmico pela temática, como um grupo de estudos urbanos e no Programa de Educação Tutorial – PET, que me permitiram compartilhar e discutir as primeiras leituras e escritas em torno do tema. A incursão em campo aconteceu, por sua vez, ao final da graduação, em ocasião da produção do trabalho de conclusão de curso, quando acompanhei cinco homens atendidos pela Pastoral de Rua de Belo Horizonte (entidade que eu conhecera no Fórum), resultando no trabalho intitulado *Trajetórias de vida e percursos urbanos entre indivíduos em situação de rua na cidade de Belo Horizonte/MG*. Embora estivesse claro que as práticas que eu tivera contato compreendiam experiências localizadas dentro do universo mais multifacetado das experiências em situação de rua na cidade, o exercício da monografia foi o primeiro passo dentro de uma trajetória de pesquisa que deságua, agora, nesta dissertação de mestrado.

O trabalho de campo empreendido na graduação me colocara em contato com as práticas cotidianas de agentes que habitavam os espaços públicos, mas cuja vida diária ancorava-se nos locais institucionais oferecidos pela rede de atendimento assistencial e um conjunto de entidades religiosas. O acesso a estes locais se apresentou como uma variável de orientação para os percursos que empreendiam diariamente pela cidade e para as formas como estruturavam o tempo cotidiano - aspectos que alimentaram o interesse de prosseguir compreendendo as expressões espaço-temporais do cotidiano em situação de rua em relação

com as práticas institucionais estabelecidas, em Belo Horizonte, para intervenção sobre esta realidade.

A formulação de um projeto de pesquisa para o Mestrado em Sociologia seguiu, portanto, estas linhas de interesse; trazendo, como hipótese, que a organização espacial da rede de atendimento à situação de rua participaria da construção de *mobilidades* específicas entre seu público beneficiário. Esta rede é caracterizada por diferentes espaços de suporte à reprodução do cotidiano, localizados de maneira difusa pela cidade, embora majoritariamente concentrados na região central. Questionar as relações entre as práticas governamentais e sua apreensão pelos usuários se apresentava como uma possibilidade de compreender de que maneira a conformação de um campo muito recente de intervenção pública sobre a “vida nas ruas” estaria contribuindo para a produção de novas formas de se *estar* ou *viver em situação de rua*.

A rede de atendimento especializada para a população em situação de rua compreende, no entanto, um leque relativamente grande de instituições, de modo que a escolha de um número restrito de locais institucionais foi uma das primeiras escolhas da pesquisa. Diante das diferentes possibilidades de recorte, escolhi o enfoque sobre as **instituições de acolhimento**, por compreenderem um dos serviços assistenciais mais disseminados enquanto estratégia de intervenção sobre a “vida nas ruas”. Havia, também, algo de “curiosidade empírica”, pois meu conhecimento sobre estes espaços era bastante restrito até o início do trabalho de campo. Eu conhecia apenas o Abrigo São Paulo, por ter trabalhado durante um breve período como Educadora Social em uma equipe do projeto Consultório de Rua SUS/BH, que prestava atendimentos sobre cuidados à saúde e redução de danos em algumas regiões da cidade – entre elas, o entorno desta instituição. Além disso, pela inserção no Fórum e contato com os interlocutores de pesquisa durante a graduação, eu ouvia muito falar das “repúblicas” como serviços apreendidos enquanto um estágio de superação das trajetórias em situação de rua, mas os quais não conhecia de maneira aprofundada.

Deste modo, a problemática de pesquisa que embasa o presente trabalho foi construída a partir de interesses, questionamentos e formulações desenvolvidos ao longo de um processo, e que continuaram a se transformar com a inserção em campo e a análise do material de campo. Ao invés de um enfoque restrito nas práticas de mobilidade cotidiana, a análise privilegiou uma discussão mais abrangente sobre o acolhimento institucional enquanto estratégia mais proeminente de intervenção pública, ao que não consegui me furtar de uma discussão sobre os próprios caminhos de construção da “população em situação de rua” como

uma categoria ante o Estado brasileiro. No entanto, a vida cotidiana segue como âmbito principal de análise, sob a compreensão de que as atividades habituais, os percursos rotineiros e a tarefa humana de lidar com o *tempo* e o *espaço* são, entre a população em situação de rua *acolhida*, expressivas dos contextos de produção desta questão social na cidade.

### **Construindo uma problemática de pesquisa**

Este trabalho é resultado de um questionamento sobre como são construídas as práticas de mobilidade cotidiana das pessoas “em situação de rua” inseridas nos equipamentos governamentais de acolhimento. O universo de interesse da pesquisa é, assim, uma parcela da *população em situação de rua*: os usuários e as usuárias dos abrigos/albergues e das “repúblicas”, duas modalidades com que o serviço de acolhimento institucional é, em geral, desempenhado. A pesquisa centra-se, portanto, sobre a relação entre o desempenho da política pública e a construção do cotidiano por seu público beneficiário; uma relação que, a partir do trabalho de campo, se expressa na interface entre o acesso ao serviço de acolhimento e a vivência espaço-temporal dos acolhidos na cidade.

#### *A categoria “população em situação de rua”*

No contexto brasileiro das últimas décadas, a “vida nas ruas”<sup>1</sup> tem se apresentado como uma questão social em transformação. Ao dizer isso, não me refiro exclusivamente às formas de manifestação do fenômeno, que são cambiantes ao longo do tempo<sup>2</sup>; mas me remeto àquilo que Daniel De Lucca (2011) sintetiza ao dizer que “a *população de rua* tal como hoje é entendida e se manifesta não existiu desde sempre, sendo invenção histórica recente e bem datada em nosso país” (p.317). Alguns anos após este autor, Damien Roy (2016) introduz um trabalho sobre a (então, nomeada) *população em situação de rua* afirmando que, nas últimas décadas, a mesma “emergiu como um objeto particular do governo” brasileiro, em torno do qual se desenvolveram “saberes, locais institucionais e políticas públicas” (p.115).

---

<sup>1</sup> Embora um tanto impreciso, emprego o termo “vida nas ruas” como um referencial para a problemática em torno da habitação dos espaços públicos, que compreende um universo múltiplo e, às vezes, esquivo às categorizações. Assim, “vida nas ruas” é uma forma de remeter a esta problemática sem fixá-la numa definição estrita, mas justamente apresentar sua contingência aos processos de classificação.

<sup>2</sup> Autores como Stoffels (1977) e Simões Jr. (1992) localizam a presença de pessoas morando nas ruas desde as sociedades da Antiguidade e Idade Média europeias; ao passo que Bursztyn (2000) aponta que, viver nas ruas, “se não é antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo” (p.19). No Brasil, o fenômeno ganha visibilidade, sobretudo, nos processos de transição urbana e recessão econômica aos finais do século XX, quando um maior número de pessoas passou a ser vista morando nas ruas (Rosa, 2005).

Neste processo, as próprias categorias utilizadas para referenciar um âmbito social em torno da “*rua*” apontam as alterações nas formas de tematizar esta problemática. *Mendigos, povo da rua, população de rua, população em situação de rua* são noções que apresentam certa continuidade histórica e sinalizam que a apreensão da “*vida nas ruas*” como uma questão social, no contexto brasileiro, não é algo naturalizado, mas produto de inteligibilidades específicas e que orientam as práticas estabelecidas para intervir sobre esta realidade. Assim, este trabalho tem como ponto de partida a perspectiva de que, embora a “*vida nas ruas*” talvez seja um fenômeno intimamente atrelado à organização social urbana e presente em diferentes sociedades ao longo do tempo, as formas de construção e produção desta realidade são particulares a cada contexto.

Isso se desdobra na própria impossibilidade de uma equivalência completa entre a noção brasileira de *população em situação de rua* e o termo *homelessness*, empregado no debate internacional. Como coloca Frangella (2010), tais categorias operam como *termos guarda-chuva*, “cuja ressonância política é menos excludente e mais homogeneizadora” (p.51), delineando fronteiras sobre um contingente de situações de vulnerabilidade que se caracterizam pela grande heterogeneidade (Snow & Anderson, 1993). Na perspectiva sustentada por órgãos internacionais como as Nações Unidas, o termo *homelessness* compreenderia todas as situações onde há ausência de níveis aceitáveis de moradia (UN-HABITAT, 2006, p. xiv), traçando um amplo espectro de situações de *carência habitacional*, que incluem a habitação de espaços públicos, de instituições assistenciais ou de moradias consideradas precárias, não-convencionais, superlotadas, forçadamente compartilhadas<sup>3</sup> (*Idem*, p.xiii). Em outras palavras, uma definição ampla do fenômeno compreende o “*dormir nas ruas*”/“*sleeping rough*” como a situação mais extremada, mas também como o *risco* ao qual estão *vulneráveis* os sujeitos inseridos em outros arranjos habitacionais considerados como impróprios.

Embora possamos supor que este leque amplo de situações se manifeste em praticamente todas as sociedades, as formas de tematização da problemática habitacional nunca são tão englobantes, pois, em cada país, são considerados “*homeless*” apenas alguns

---

<sup>3</sup> Tal amplitude incomoda autores como Springer (2000), quem explora a vastidão conceitual para traçar fronteiras que permitiriam uma definição global do termo. Sua proposição é que haja uma cisão no enquadramento do fenômeno, onde seriam considerados *homeless* apenas os sujeitos que pernoitam em calçadas e espaços públicos (*sleeping rough*) e os usuários de abrigos públicos (*sleeping in shelter*); enquanto a categoria *inadequate shelter* referenciaria as pessoas que habitam moradias precárias ou não-convencionais, como carros (*substandard housing*), ou mesmo aquelas que passam a co-habitar com parentes ou conhecidos diante da incapacidade de manter uma habitação própria (*concealed homelessness*).

conjuntos de situações<sup>4</sup>. Uma definição global sobre *homeless* se apresenta, portanto, como algo tanto impraticável quanto improdutivo, como afirma o relatório *Strategies to combat homelessness*, que reúne dados de um grande conjunto de países (UN-HABITAT, *Idem*, p.xiv). Este trabalho permite compreender que as definições empregadas tem impacto direto sobre as medidas acionadas para a intervenção governamental, na medida em que cada política social configura um público beneficiário. Deste modo, as categorias empregadas em torno deste fenômeno operam um jogo de visibilidade<sup>5</sup>, no qual determinadas nuances são privilegiadas dentro de um campo de vulnerabilidade que é múltiplo.

Por isso, considero importante compreender as formas particulares com que esta problemática tem se apresentado no contexto brasileiro<sup>6</sup>, onde, até os finais do século XX, a “vida nas ruas” não compreendia um âmbito muito discriminado em meio à pobreza urbana (De Lucca, 2007). Entretanto, a *rua* acabou se conformando como o principal elo identificador da problemática *homelessness*, no Brasil, operando como um elemento “federador” (Robaína, 2015) de um segmento populacional diverso e que, contemporaneamente, temos denominado como *população em situação de rua*.

A heterogeneidade das situações de vulnerabilidade que se visibilizam nos espaços públicos sempre se apresentou na diversidade de nomenclaturas empregadas para identificá-la. Neste sentido, Cleisa Rosa (2005) oferece um apanhado interessante sobre as nomeações associadas à experiência de “viver nas ruas”, a partir de uma pesquisa em reportagens de jornais publicados na cidade de São Paulo, durante a década de 1980, onde encontra termos como:

Homens da caverna, moradores de rua, sem-teto, trabalhadores sem-teto, bóias-frias, catadores de papel, desempregados, ex-trabalhadores, trabalhadores no limite de mendigos, vagabundos, itinerantes, nômades, nômades urbanos, população flutuante, população itinerante, trecheiro, bêbados, doentes mentais, maltrapilhos, sujos, homem de rua, povo de rua, sofredor de rua, bandidos, contraventores e marginais (ROSA, 2005, p.53).

---

<sup>4</sup> Speak e Tripple (2005; 2006) exploram estas variações em uma pesquisa que considera nove países “em desenvolvimento”. Os autores apontam, por exemplo, que dormir em vias e espaços públicos compreende a principal noção de *homeless* em países como Índia e Bangladesh; ao passo que, na China, os “*street sleepers*”/moradores de rua não são tolerados pela polícia, se depreendendo em um conceito de *homeless* como ausência do registro formal dos imóveis.

<sup>5</sup> É interessante um dado apontado por este relatório, referente ao Reino Unido, cujo contexto de tematização considera como *homelessness* os riscos envolvidos à carência habitacional (uma definição mais ampla, geralmente empreendida em países mais ricos), mas não reconhece aqueles “mais obviamente *homeless*”, como os homens que dormem em espaços públicos e para os quais não são estabelecidas formas de assistência (UN-HABITAT, 2006, p.19).

<sup>6</sup> A reconstrução do processo de construção da categoria “população em situação de rua” é abordada com maior detalhe no primeiro capítulo desta dissertação.

O termo *população de rua* emerge no contexto específico de redemocratização do país, quando algumas iniciativas municipais inauguraram políticas assistenciais específicas para intervir sobre a “vida nas ruas”. Ao passo que o termo *população em situação de rua* tem uma localização ainda mais recente, relacionada a processos de reconhecimento deste segmento populacional de maneira mais ampla pelo Estado brasileiro e que tem como marco a instituição da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto Presidencial Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009; que estabelece linhas de intervenção governamental em diferentes setores da política pública e confere uma definição oficial para o segmento, como

“Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar”.

No Brasil, “*vida nas ruas*” e “*carência habitacional*” não conformaram âmbitos muito próximos enquanto parte de uma mesma problemática e alguns autores argumentam que a própria aplicação do termo *homelessness*, em nosso país, seria problematizada pela condição habitacional precária um tanto frequente entre a pobreza domiciliada<sup>7</sup>. Além disso, nota-se a existência de barreiras simbólicas que separam a população em situação de rua dos movimentos de reivindicação por moradia, onde pesa a própria moralização da *rua* como um âmbito de *degeneração* (Araújo, 2004). No entanto, a emergência da noção de *situação de rua* participa de um processo de transformação na apreensão dos limites do fenômeno e que não deixa de ser intensificado pelos próprios arranjos institucionais configurados pela intervenção nesta realidade.

Ao longo desta pesquisa, não foi possível rastrear mais detidamente como a noção de *situacionalidade* passou a ser operada na construção das inteligibilidades recentes em torno do fenômeno<sup>8</sup>. Em seu trabalho, De Lucca (2007) aponta, em uma nota de rodapé, que esta

---

<sup>7</sup> Segundo Vieira, Bezerra & Rosa (1992, p. 47), a utilização deste conceito amplo de *homelessness*, no Brasil, abrangeria cerca de 4 milhões de casos, à época, na cidade de São Paulo, pois seriam incluídos também os moradores de cortiços e favelas.

<sup>8</sup> Vale notar que esta definição parece ter sido sugerida ao governo federal na Carta Aberta redigida pelos participantes do II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, assinada em 20 de maio de 2009. Neste documento, a definição de *população em situação de rua* sugerida é baseada na dissertação de mestrado de Maria Lucia Lopes Silva (2006), que já empregava o termo “em situação de rua” em seu trabalho, além de ter participado nas discussões sobre a Política Nacional quando era funcionária do MDS. Em seu trabalho, a definição do segmento é elaborada da seguinte forma: “o grupo populacional heterogêneo, que tem em comum a pobreza absoluta, os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos, a inexistência de moradia convencional regular para uso privado e faz da rua espaço de moradia e sustento por contingência temporária ou de forma

noção passou a ser empregada para evidenciar a “*vida nas ruas*” como um processo dinâmico de *desfiliação social*<sup>9</sup>; o que significa sua compreensão como um fenômeno não restrito aos contextos de *carência material*, mas também produzido na fragilização dos vínculos familiares e comunitários. Deste modo, a emergência da categoria apresenta-se atrelada ao próprio desenvolvimento de uma leitura sobre as causalidades do fenômeno, onde *situação de rua* não figura como uma condição estática, mas como um processo de vulnerabilidade social.

Esta perspectiva atrela-se às novas formas governamentais de gerir este fenômeno, na medida em que, nas últimas décadas, este segmento tem sido configurado enquanto um público quase exclusivo da Assistência Social. Expressando um *risco*, um devir de determinados arranjos de vulnerabilidade, a *situação de rua* tem sido tomada como um âmbito de *proteção social*; onde a prevalência das instituições de acolhimento congregam atores com diferentes trajetórias de vinculação com a “vida nas ruas”, mas produzindo uma nova forma de “estar na rua”: a *situação de rua acolhida*.

Em geral, as pesquisas acadêmicas sobre este segmento privilegiam as formas de habitação dos espaços públicos, preferindo a denominação *moradores de rua*. Mendes (2007) faz esta opção por considera-los como que o “núcleo duro” da *população de rua*, justamente pelo termo ‘população’ ter agregado outras trajetórias de vulnerabilidade que não empreendem a apropriação mais permanente da *rua* como espaço de *moradia*. Já Martinez (2011), restringe o uso do termo *população em situação de rua* aos contextos institucionais, se valendo de categorias nativas (*trecheiros* e *pardais*) para abordar as “trajetórias de rua”, apontando que o termo “população” não compreende às formas como seus interlocutores representam a si próprio. Nos contextos de campo que vivenciei, a categoria “*em situação de rua*” não foi mobilizada por todos os interlocutores de pesquisa, mas tampouco a maioria deles se identificava como “moradores de rua”. Assim, privilegio o emprego dos termos *população em situação de rua* ou *situação de rua* como categorias que evidenciam a relação com a institucionalidade a que este trabalho se dedica, assim como por enunciarem que abordo este grupo ou fenômeno a partir das inteligibilidades construídas em torno dele na contemporaneidade.

---

permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, repúblicas, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas” (p.22).

<sup>9</sup> Onde o autor ressalta a relevância dos trabalhos do serviço social da PUC-SP na defesa desta perspectiva, sob influência dos trabalhos de sociológicos franceses Robert Castel (1993, 1998) e Serge Paugam (1999). (De Lucca, 2007, p.173).

### *O cotidiano em situação de rua e sua relação com a institucionalidade*

Esta pesquisa objetiva compreender como o emergente campo de intervenção governamental sobre a problemática da “vida nas ruas” é produtor de novas formas de estar em situação de rua, tendo como referência os equipamentos de acolhimento institucional. A formulação desta problemática é tributária de outras pesquisas de pós-graduação e que, em minha inserção sobre o tema, tem trazido significativas contribuições para a compreensão sobre as lógicas de gerenciamento sobre a *população em situação de rua* em nossa história recente.

Entre os trabalhos que apontam as transformações no campo de intervenção governamental sobre a “vida nas ruas”, a dissertação de Oliveira (2012) aponta uma relação significativa entre a construção de novas inteligibilidades sobre o fenômeno e as modalidades de práticas assistenciais estabelecidas. Este autor empreende uma leitura foucaultiana sobre os serviços assistenciais da cidade de São Carlos/SP, identificando que, na virada do século XXI, as ações municipais alteraram seu regime de intervenção de um *dispositivo de circulação* para um *dispositivo de fixação*. Oliveira compreende a rede assistencial como um mecanismo que cumpre uma *funcionalidade ordenadora* dos sujeitos em situação de rua na cidade e que, até o final do século XX, empreendia uma leitura das pessoas que se encontravam nas ruas como *trabalhadores migrantes* recém-chegados com expectativas frustradas de inserção socioeconômica no município. Diante disso, a intervenção assistencial direcionava-se para a oferta do albergamento por um curto período de tempo, de maneira associada à concessão de passagens para o deslocamento dos atendidos para outras localidades. Segundo o autor, este arranjo conformava um *dispositivo de circulação*, na medida em que intencionava impedir a permanência destas pessoas vivendo nas ruas da cidade.

Conforme aponta Oliveira (*Idem*), esta leitura se altera no limiar dos anos 2000, quando uma pesquisa com a população que vivia nas ruas revelou a prevalência de pessoas originárias da própria cidade ou, nela, residentes há muitos anos; o que culminou com o desenvolvimento de novas inteligibilidades sobre o fenômeno, reconhecendo que tais sujeitos estabeleciam relação de permanência com a localidade. Isso se depreendeu na conformação de serviços que visavam “minimizar os efeitos perversos da vida na rua e possibilitar, para aqueles que desejassem sair dessa situação, um lugar de apoio para resolução das suas necessidades imediatas” (*Idem*, p. 135). Deste modo, o autor caracteriza as novas formas de intervenção como um *dispositivo de fixação*, na medida em que endereçam as necessidades mais imediatas de reprodução da vida cotidiana.

O trabalho de Oliveira aponta que ambas as lógicas de intervenção passaram a ser sustentadas nas formas de gerenciamento do fenômeno; e outros trabalhos que se dedicaram ao mesmo contexto de pesquisa (Martinez, 2011; Melo, 2016) indicam a segmentação entre *migrantes e moradores de rua da cidade* como critério ainda em operação nesta cidade. Belo Horizonte certamente se diferencia do contexto de um município de médio-porte do interior paulista, situado no fluxo do trabalho rural sazonal (principalmente, as temporadas de corte da cana-de-açúcar), como é São Carlos/SP. Por ser uma capital, Belo Horizonte sempre foi um polo de atração de mobilidades diversas (e, possivelmente, em quantidades muito superiores) e, aqui, a emergência de uma rede de suporte à “vida nas ruas” esteve atrelada mais a um contexto de mobilização política, que reivindicava a instituição de políticas sociais para a população de rua desde a década de 1990 (como abordarei no primeiro capítulo).

No entanto, a leitura de Oliveira parece acertada na identificação das lógicas de gerenciamento da situação de rua no contexto brasileiro, pois a política de doação de passagens ainda é uma prática saliente em muitas municipalidades ao redor do país e promovem, atualmente, uma espécie de circuito de mobilidades em situação de rua. Além disso, o autor sinaliza, pela noção de *dispositivo de fixação*, que as práticas que emergiram para atender especificamente à *população em situação de rua* se caracterizam pela promoção da *proteção social* por meio de medidas de suporte à manutenção individual.

Deste modo, a recente estrutura de serviços assistenciais, previstas para a intervenção sobre a *situação de rua*, é composta por equipamentos de acolhimento e locais de assistência diurna, endereçando diretamente a dimensão de reprodução da vida diária e colocando o cotidiano em situação de rua como um âmbito direto de intervenção governamental. E como o trabalho de Oliveira (*Idem*) também argumenta, estaria, assim, produzindo novas formas de expressão do fenômeno nas cidades.

### *Espacialidades e mobilidades*

Em minhas incursões bibliográficas, também me chamou a atenção o trabalho de Kasper (2006), que pesquisa a cultura material de moradores de rua e as formas de apropriação dos espaços públicos como moradia. Este autor apresenta uma noção sobre o *habitar a rua* como uma espacialização das atividades cotidianas em espaços dispersos, de maneira contraposta ao modelo da casa, onde estes *hábitos* são concentrados em um mesmo espaço. A partir de minha própria incursão em campo durante a graduação, observei a importância dos serviços assistenciais na conformação das rotinas de sujeitos que habitavam a

rua. Deste modo comecei a me questionar como a espacialidade desta rede específica para o atendimento deste segmento estaria conformando novas formas de *habitar em situação de rua*.

Além disso, ao observar que a assistência à população de rua é segmentada em locais institucionais com espacialidades diferentes, na cidade, formulei a hipótese de que rede de assistência à população de rua, ao mesmo tempo em que proporciona a *permanência* destes sujeitos em Belo Horizonte, também promove formas de uso e apropriação do espaço urbano, entre este segmento, e promove sua *mobilidade* pela cidade.

A *espacialidade* é uma dimensão muito saliente nas discussões sobre aqueles que habitam os espaços públicos, sendo explorada pela literatura temática a partir de diferentes aspectos: o posicionamento emblemático deste grupo nas discussões sobre o cerceamento e controle dos usos da cidade (Davis, 2010; Mitchel, 1995); a construção de tipologias para os espaços passíveis de serem apropriados para fins de moradia (Kasper, 2005; Snow & Anderson; 1993); a própria experiência corpórea em relação com as dinâmicas da cidade (Frangella, 2010). Em geral, as práticas espaciais empreendidas na “habitação das ruas” podem ser caracterizadas como adaptadas a uma *geografia móvel* (Kasper, *Idem*), por se apropriar de espaços que os agentes “dominam’ e conhecem, mas não possuem” (Magni, 1994, p. 178 *apud* Frangella, 2010, p. 39), onde sua presença é sempre passível de ser revogada.

Além destes aspectos, a relação mais específica entre “vida nas ruas” e *mobilidade* também se apresenta como uma dimensão significativa. Para DeVerteuil (2003), trata-se de uma discussão já bem estabelecida na literatura estadunidense e abordado a partir de temáticas como: as redes de sociabilidade, as resistências ao controle social, as construções em torno do lar, as geografias da rede de serviços públicos, as políticas “anti-homeless”<sup>10</sup> e constrangimentos ecológicos. A mobilidade também figura como uma dimensão que permite produzir categorias para a diferenciação interna do fenômeno (DeVerteuil, 2004); tal como realiza Nels Anderson (1923), em um trabalho clássico e talvez fundante da literatura sobre a temática nos Estados Unidos<sup>11</sup>. Além disso, DeVerteuil (2004) também aponta que, neste

---

<sup>10</sup> No Brasil, chamado de “arquitetura antimendigo” por Frangella (2010). Compreende instalações que visam impedir a apropriação noturna dos espaços urbanos ou para fins de moradia, como bancos com segmentações que impedem sua utilização como leito, rampas ou pedras em vãos de viadutos, cerceamento de espaços vazios, chuveiros em calçadas de prédios, entre muitos outros.

<sup>11</sup> Anderson (1923) identifica cinco perfis entre os homens *homeless* que se aglomeravam nos centros urbanos estadunidenses do início do século XX: os trabalhadores sazonais (que intercalavam trabalho rural e vida citadina de acordo com as estações), os *hobos* (cujas mobilidades eram traçadas pelas oportunidades de trabalho,

país, a mudança nos padrões de deslocamento da população *homeless* tem compreendido uma variável importante para a compreensão das transformações históricas do fenômeno, nos últimos 150 anos<sup>12</sup>.

No contexto brasileiro, a mobilidade também figura como uma dimensão de análise nos trabalhos dedicados à “vida nas ruas”. Autores como Martinez (2011) e Brognoli (1999) contribuíram para a compreensão das mobilidades *andarilhas* e *trecheiras*, que ao mesmo tempo em que demarcam especificidades dentro da heterogeneidade das formas de manifestação da *situação de rua*, também sinalizam a participação das redes assistenciais na produção destas trajetórias, atrelando-se à ideia de um *dispositivo de circulação* (Oliveira, *Op.cit.*).

No trabalho de Frangella (2010) também há uma abordagem sobre as dinâmicas espaciais dos moradores de rua por meio de noções como “*nomadismo*”, “*errância*”, “*itinerância*”, que se apresentariam em intensidades variadas a depender dos diferentes perfis presentes na *situação de rua*.

A dinâmica da rua no contexto de vida dessas pessoas é dotada de uma propriedade essencial: o deslocamento nômade. O nomadismo é subjacente aos mecanismos cotidianos da população de rua, na busca incessante de recursos ou em consequência da expulsão contínua de lugares de repouso. A intensidade da circulação varia com as condições diversificadas de ajuste desse segmento social ao espaço urbano; intensifica-se, por exemplo, de forma mais radical com o trecheiro, andarilho que estende a circulação para além de limites de cidade e estado, sem planejamento algum, e torna-se mais diluída com famílias que vivem debaixo dos viadutos e gradualmente formam favelas. Cria-se uma rede territorial na qual circulam sujeitos com diferentes intensidades de movimento errante, que variam nas diversas experiências urbanas contemporâneas. (Frangella, 2010, p.29)

O trabalho de Robaína (2011; 2015) foi explorar especificamente o conceito de *mobilidade*, com o intuito de defender que a criação de territórios pela cidade não pode ser considerada como aleatória, mas orientada por uma “multidimensionalidade territorial que funciona como recurso estratégico de abrigo-moradia, na obtenção de bens materiais e, ao mesmo tempo, como proteção e elo afetivo no que se refere à própria existência” (Robaina, 2011, p. 152). Articulando as noções de *mobilidade*, *permanências* e *ritmos*, o autor defende

---

mas de maneira menos estruturada), os *tramps* (cuja itinerância não era pautada pelo trabalho), e os *homeguard* e *bums*, que se mantinham em uma mesma cidade.

<sup>12</sup> O autor aponta que, na transição para o século XX, a expansão da rede ferroviária, nos EUA, foi um elemento intimamente atrelado à produção do fenômeno *homelessness*, cujos efeitos Anderson (1923) ainda pode mapear em seu trabalho de campo. Ao longo do século, este perfil sofreu grandes transformações com a alteração das políticas de transporte, tendo a população *homeless* se tornado menos móvel, até a década de 1980; momento em que o aumento do controle sobre os espaços de concentração do fenômeno se tornou mais sistemático, de modo que a mobilidade *homeless* que se apresenta, atualmente, enquanto uma resposta às tentativas de controle dos usos das cidades (DeVerteul, 2004).

que as noções de *aleatoriedade* e *perambulação* não são pertinentes para descrever as práticas espaciais desempenhadas por aqueles que habitam os espaços públicos, pois a instabilidade em que se encontram suscetíveis seus arranjos de vida demanda o emprego constante de *inteligência espacial e negociação*.

Assim, na literatura temática brasileira sobre a “vida nas ruas”, os âmbitos de análise que motivavam as perguntas iniciais desta pesquisa, já haviam sido explorados: a vida cotidiana, as práticas e usos do espaço urbano e – em menor medida – as mobilidades. No entanto, é notória a concentração do enfoque das pesquisas sobre os *moradores de rua*, talvez por serem considerados como “o núcleo duro” do fenômeno (Mendes, 2007). Estes trabalhos não negligenciam a dimensão da institucionalidade no cotidiano em situação de rua, mas pouco exploravam o *acolhimento institucional* como expressão das estratégias contemporâneas de gestão da problemática e seus efeitos na conformação de novas maneiras de se viver *em situação de rua*. Deste modo, minhas hipóteses encontraram um espaço para novas contribuições, ao perguntarem mais especificamente sobre as relações entre os novos dispositivos de intervenção governamental na produção das práticas de *mobilidade* de seu público usuário.

A noção de *mobilidades* oferece uma compreensão sobre os deslocamentos cotidianos como *movimentos socialmente produzidos* (Cresswell, 2010; Jirón, 2010b) e não como uma dimensão “vazia” de análise; o que também coloca a perspectiva de que as mobilidades são praticadas e vivenciadas de maneiras desiguais, pois são produzidas em relações de poder que incidem de maneiras diferentes sobre os sujeitos. Assim, a rede de atendimento à população de rua é compreendida como parte das *políticas de mobilidade* (Cresswell, *Idem*; Adey, 2006) em torno da situação de rua.

## **O trabalho de campo**

### *A definição do recorte*

Diante da necessidade de escolher um número limitado de serviços da rede de atendimento de Belo Horizonte para a pesquisa de campo, o acolhimento institucional se apresentou como o serviço que poderia aprofundar a compreensão das lógicas de gerenciamento contemporâneo sobre a situação de rua. Este serviço é desempenhado a partir de duas modalidades, que de acordo com a realidade apresentada em Belo Horizonte, preferi

referenciar como *pernoite* e “repúblicas”<sup>13</sup>. Cada categoria expressa dois modelos diferentes de intervenção: um que oferece acolhimento *emergencial* e que visa ser *temporário*, com uma dinâmica de funcionamento concentrada no período noturno (o *pernoite*); e outro que acolhe de maneira integral, propondo a apropriação do equipamento público *como* uma moradia provisória e pelo período definido de um ano e meio, sendo acionado como uma ferramenta para a promoção de “saídas” da situação de rua

As duas modalidades de acolhimento institucional foram observadas a partir de quatro instituições (também chamadas de *equipamentos de acolhimento*<sup>14</sup>), localizadas em Belo Horizonte: o Abrigo São Paulo e o Albergue Tia Branca, que oferecem o acolhimento em *pernoite*; e a República Maria Maria e República Reviver, que como a própria terminologia indica compreendem as “repúblicas”, espaços que acolhem de maneira integral e não apenas pelo período noturno.

Na cidade, há também o *Serviço de Acolhimento Institucional de Famílias*, desempenhado pelo Abrigo Pompéia e pelo Abrigo Granja de Freitas; equipamentos que também são interessantes para a observação das mudanças no campo de intervenção sobre a situação de rua, uma vez que foram fundados para acolher famílias provenientes de áreas de risco geológico, mas, atualmente, atendem ao perfil “*situação de rua*”. No entanto, como minha inserção bibliográfica não passara profundamente sobre a questão das “famílias em situação de rua”, preferi concentrar o recorte nos equipamentos que atendem aos “indivíduos”; que conformam um grupo significativo, já que as pessoas desvinculadas das redes familiares são mais quantitativamente expressivas no fenômeno.

A escolha de quatro instituições foi ambiciosa ante o tempo disponível para a realização de uma pesquisa de mestrado. Demandou um engajamento extenso em campo, não apenas pela necessidade de observações, mas também para que houvesse algum tempo para que a multiplicidade encontrada pudesse ser refletida no processo de pesquisa - algo intensificado pela própria diversidade da *população em situação de rua*. No entanto, a escolha pelas quatro instituições também se justificava pelas diferenças internas às próprias instituições e que se mostravam significativas para a construção de uma análise comparativa.

---

<sup>13</sup> Uma vez que os equipamentos pesquisados não correspondem às normativas da Assistência Social para o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias e Serviço de Acolhimento em Repúblicas, como será explicado no Capítulo 2.

<sup>14</sup> *Equipamento* é um termo empregado para designar as estruturas físicas, arquitetônicas e localizadas espacialmente e nas quais são desempenhados *serviços* públicos; os quais, frequentemente, executados por meio de convênios com *entidades* e *organizações* da sociedade civil. A fim de evitar muitas repetições, o termo *instituições*, também é utilizado como sinônimo de equipamentos.

O Albergue Tia Branca e o Abrigo São Paulo são os únicos equipamentos que oferecem acolhimento em *pernoite* na cidade de Belo Horizonte, abrangendo mais da metade das vagas de acolhimento disponíveis. Embora executem o mesmo serviço, ocupam localizações muito contrastantes na cidade: o primeiro, na área central; o segundo, em um bairro de periferia, há mais de 7km de distância do Centro. Esta localização se apresentava relevante para o universo da pesquisa, uma vez que os serviços assistenciais previstos como complementares ao *pernoite* (Centro POP<sup>15</sup> e Restaurantes Populares) encontram-se concentrados na área central de Belo Horizonte. Assim, a diferença na espacialidade entre o Abrigo e o Albergue figurava como uma configuração interessante para ser explorada pela pesquisa.

O recorte de campo poderia, ainda, ter se limitado a estes dois equipamentos e, mesmo assim, já haveria muito o que ser discutido sobre a relação entre a política pública e a produção de mobilidades entre seu público beneficiário. No entanto, excluir o acolhimento em “repúblicas” do escopo do trabalho seria perder a oportunidade de investigar um serviço pouquíssimo explorado pela literatura temática, frequentemente indicado como uma alternativa *preferível* ao albergamento e compreendido, pela própria estrutura de intervenção assistencial, como um serviço que visa proporcionar “saídas” para a situação de rua.

As Repúblicas Maria Maria e Reviver foram escolhidas por atenderem a públicos diferentes: mulheres e homens, respectivamente<sup>16</sup>. Nenhum destes dois equipamentos desempenha o *Serviço de Acolhimento em Repúblicas* tal como previsto nas normativas da Assistência Social, pois excedem a capacidade de atendimento estipulada. Deste modo, serão nomeados como “repúblicas” (entre aspas), pois sua identificação com este nome é histórica. Em 2014, um novo espaço foi criado, operando nos mesmos moldes que as “repúblicas”, a Unidade de Acolhimento Institucional Profº Fábio Alves. No entanto, a associação do nome república com o espaço de acolhimento que acolhe de maneira integral é tão forte, que frequentemente a Unidade é referida como República Fábio Alves. Este equipamento não foi incluído na pesquisa, pois as Repúblicas Reviver e Maria Maira tem uma trajetória de criação muito anterior, de modo que permitiram compreender as próprias transformações na compreensão deste serviço ao longo do tempo.

---

<sup>15</sup> Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua, espaços para realização de atividades de manutenção individual (banho, lavar roupas, sanitários, lanches) e convivência diurna.

<sup>16</sup> Sobre a diversidade de gênero, vale mencionar que a República Maria Maria acolher mulheres *trans*, mas que não houve casos de homens *trans* na República Reviver, embora acolha homens com orientações homo e heteroafetivas.

### *A realização da pesquisa*

No período em que iniciei os contatos com as instituições para a realização do trabalho de campo, a maioria delas passava por um período de transição. Na metade do ano de 2016, o Albergue Tia Branca e a República Maria Maria (que anteriormente eram geridas por uma mesma instituição) passavam por uma mudança quanto às entidades executoras do serviço; e a República Reviver mudava para um novo prédio. Isso, somado à sincronia das coordenações encontrarem-se em período de férias, dificultou um contato imediato com estes locais, embora eu não tenha havido muita dificuldade para a inserção posterior.

O Abrigo São Paulo foi, portanto, o primeiro local em que consegui autorização para a pesquisa. Por telefone, seu coordenador informou que não poderia me receber pessoalmente, dada sua agenda de trabalho, mas pediu que eu ligasse para a equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais) na manhã seguinte. Após alguns dias tentando agendar uma conversa, pude apresentar a pesquisa para os dois profissionais que, então, se apresentaram como técnicos de referência da *permanência-dia*, uma modalidade de acolhimento dentro do Abrigo São Paulo que eu desconhecia e que tem a intenção de acolher emergencialmente pessoas em tratamento de saúde, mulheres grávidas em situação de rua e/ou com filhos.

Na conversa com estes profissionais, os mesmos se apresentaram indisponíveis para conceder uma entrevista, mas me referenciaram a duas acolhidas nas quais eles identificavam uma *trajetória de rua*, oportunidade que aproveitei para inserção no espaço interno do equipamento e para conhecer melhor esta modalidade do serviço, embora meu enfoque inicial fosse os acolhidos do *pernoite*. Realizei a entrevista com a apenas uma delas, pois a segunda indicada foi apresentando um contexto de vulnerabilidade tão extremo que preferi não realizar a procedimento de pesquisa por inteiro. Embora ela tenha assinado o termo de pesquisa e eu tenha gravado o encontro, o mesmo não foi incluído no material de análise desta dissertação.

Neste primeiro dia, o contato com os acolhidos no pernoite também foi estabelecido, mas sem a mediação institucional, pois eu saíra do equipamento para fumar um cigarro e logo fora interpelada por um grupo de homens que estava na calçada defronte. Ali se dera minha inserção no campo e, mais precisamente, na *porta* do Abrigo - região em que a maior parte da pesquisa neste equipamento foi realizada. No Abrigo São Paulo, o portão da entrada permanece trancado, de modo que acabei de não me valendo do equipamento como um local para água ou uso dos sanitários durante o período de campo. Voltei a entrar no Abrigo apenas mais uma vez, para entrevistar uma assistência social que atende ao público do pernoite e que não permitiu a gravação da entrevista.

Ao total, foram 12 dias de campo no Abrigo São Paulo, nos quais realizei outras seis entrevistas com usuários do pernoite (2 com mulheres e 4 com homens) e acompanhei os acolhidos em seus percursos pela cidade em três destes dias. Organizei os dias de campo de modo que eu pudesse presenciar as dinâmicas da porta em horários distintos, cobrindo o período de desde antes do amanhecer (já que a saída dos homens é a partir das 5h) até pouco após o encerramento do horário de acolhimento, às 20h30.

O contato com as outras instituições seguiu dinâmicas um pouco diferentes. Após iniciar o campo no Abrigo, entrei novamente em contato com o Albergue Tia Branca, onde fui orientada a contatar a Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte e informada de que havia todo um protocolo de solicitação para a realização de pesquisas acadêmicas no equipamento. Submeti, então, o projeto da pesquisa à referida gerência, sendo aprovada sua realização em todas as quatro instituições selecionadas.

Em posse desta aprovação, o contato com as outras três instituições foi mais formalizado: todas as coordenações me receberam para a concessão de uma entrevista inicial, me apresentaram os equipamentos e a equipe de profissionais e se disponibilizaram para oferecer suporte para a pesquisa.

No Albergue Tia Branca, o suporte foi principalmente viabilizado pelo acesso irrestrito ao interior do equipamento e pelo maior contato com profissionais e estagiárias do serviço. A própria configuração de funcionamento do Albergue facilitara meu trânsito entre o espaço interno (onde eu podia usar os banheiros, lanchar, tirar dúvidas com os profissionais e acompanhar atividades internas, como o controle na entrada do equipamento e atividades coletivas) e a região da *porta*, pois a recepção do equipamento é aberta durante todo o dia para atendimento dos usuários.

Busquei a equivalência entre o tempo de pesquisa desempenhado no Abrigo, de modo que realizei dez dias de campo no Albergue Tia Branca e 8 entrevistas, mas infelizmente, perdi uma delas por problemas com o gravador: uma entrevista com um homem que não é acolhido, mas que habita uma das calçadas de fora do Albergue. Além disso, acompanhei dois acolhidos por seus trajetos diários.

Nas “repúblicas”, realizei quatro dias de campo, atrelados à realização de três entrevistas e o acompanhamento dos trajetos diários de um(a) acolhido(a), em cada equipamento. Este cronograma foi definido pelas contingências do campo, que delongara mais que o previsto nas instituições de pernoite. A inserção nas “repúblicas” foi particular a cada equipamento: na República Maria Maria, houve abertura para que eu pudesse circular

livremente pelo equipamento; ao passo que na Reviver, minha inserção pelo espaço interno foi sempre mediada pela coordenação ou alguma funcionária.

Além destes locais, também incluí como material de campo a participação na 207ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), na qual foi apresentada uma avaliação de três instituições que compunham o recorte da pesquisa (Albergue Tia Branca, República Reviver e Abrigo São Paulo). Nesta plenária, após discussão dos dados do relatório de avaliação, foi pedido o cancelamento da inscrição da entidade executora do Abrigo no CMAS. O cancelamento não chegou a ser efetivado, mas se desdobrou em uma Audiência Pública na Câmara dos Vereadores, que registrei em anotações de campo e também considereirei na análise.

Por fim, a pesquisa também inclui uma entrevista realizada antes do início do trabalho de campo nas instituições de acolhimento. Trata-se de uma entrevista com uma “interlocutora-privilegiada”, vinculada à Pastoral Nacional do Povo da Rua e que participou de momentos referenciais na mobilização por políticas para a população em situação de rua e cuja narrativa trouxe contribuições tanto para a compreensão dos caminhos de construção desta temática a nível nacional, como para o contexto de construção da rede de atendimento de Belo Horizonte.

Estar em campo não foi uma tarefa simples, mas que me demandou muito metodológica, física e emocionalmente. Primeiro, compartilho que a eleição de quais interlocutores eu convidaria para a concessão de uma entrevista não seguiu categorizações prévias sobre o segmento. Seguindo a orientação de Becker (2004), orientei a observação de campo pelas *atividades* em que estão engajados os agentes, ao invés predefinir perfis de interesse dentro do universo de agentes. Assim, busquei entrevistar os acolhidos a partir das diferenças que eu percebia em relação aos seus padrões de mobilidade cotidiana, com base nas informações que a inserção em campo me oferecia sobre elas.

Na República Reviver, a impossibilidade de contato direto com os moradores se depreendeu em uma escolha dos entrevistados pelo mesmo critério (as diferentes mobilidades), mas de maneira mediada pela coordenação, que me ofereceu sua leitura sobre as rotinas do acolhidos e sugeriu determinados moradores de acordo com os arranjos de vida que eu sinalizava importantes para a pesquisa (permanência na casa, ausência durante o dia, envolvimento com projetos ou atividades na cidade). O contato com os homens que trabalham durante o dia foi, no entanto, dificultado, pois minha presença na casa não foi viabilizada no período noturno. No Albergue Tia Branca, além de explorar os diferentes padrões de

mobilidade, também busquei abranger as diferentes classificações com que o público beneficiário é identificado pelo serviço (como migrantes, LGBT, idosos, egressos do sistema prisional; e a mais informais: novatos e cronificados).

Além das entrevistas, ao acompanhar os trajetos de alguns acolhidos, explorei a metodologia do *shadowing* ou *sombreamento* (Jirón, 2010c) - o procedimento de seguir os interlocutores de pesquisa em suas mobilidades cotidianas, com o intuito de que a pesquisadora possa vivenciar a *experiência* do deslocamento de maneira corpórea, e ao qual podem ser articulados recursos como vídeos e fotografias para registro dos trajetos (Jackson, 2012). Esta metodologia é embasada na compreensão de que a mobilidade é uma *prática* e uma *experiência* imbuída de *significados* (Cresswell, 2010), de modo que os recursos visuais são um instrumento para explorar as representações sobre a mobilidade, seja na forma como são capturados pelos acolhidos munidos de câmeras, bem como em suas narrativas sobre as imagens capturadas.

Embora eu tenha acompanhado os trajetos dos interlocutores de pesquisa em 7 oportunidades e as experiências tenham trazido muita riqueza para o trabalho, apenas um de meus interlocutores aderiu ao convite para registro dos percursos, de modo que não explorei muito este material na análise. Além disso, alguns acharam estranha a minha proposta de acompanhá-los em seus trajetos, não entendendo como eu poderia ter interesse por isso. Mais do que *se tornar uma sombra* (Jirón, *Idem*), o acompanhamento dos trajetos se apresentou, em campo, como uma experiência de nos *deslocarmos juntos*.

Em geral, os estudos que empregam o *shadowing* acompanham deslocamentos entre atividades cotidianas que ocupam grandes parcelas do tempo cotidiano (como os trajetos até o local de trabalho, escola, locais de compra). No entanto, ao acompanhar os deslocamentos dos acolhidos, acabei acompanhando a quase integralidade de suas atividades cotidianas (e não apenas seus deslocamentos), pois os arranjos de vida não incluíam atividades que demandavam muito tempo ou em locais em que eu não pudesse entrar. Por isso, a minha presença diante das parcelas de tempo “livre” (ou “desocupado”) gerava certo constrangimento e, para alguns, era apreendida como uma suposição de que eu quisesse os quisesse ver envolvidos em alguma atividade. Como quando acompanhei ASP 5 e, logo no início, ela se mostrava constrangida com a minha presença e me disse, enquanto caminhávamos, “*Olha, eu não sei o que falar. Então, você vai fazendo perguntas, se*

*quiser*<sup>17</sup>”. Em outros casos, minha presença era uma *companhia* no tempo em que, em geral, passam sozinhos.

Caminhar junto se mostrou como uma experiência de conhecer a intimidade e diferente de quando o participante elabora sua narrativa em uma entrevista, pois expõe as estratégias mais banais de reprodução do cotidiano *em situação de rua*. Por isso, explorar a metodologia do *shadowing* se apresentou como uma experiência interacional, geradora de vínculos, de maneira muito diferente da interação situacional das entrevistas. Mesmo que a maioria das entrevistas com os usuários de pernoite tenha se realizado em um *set* informal (as calçadas nas regiões da *porta* dos equipamentos), a presença do roteiro de entrevista e do gravador explicitavam a situação de pesquisa. Já minha percepção sobre a experiência com o *shadowing* é que ele coloca mais desafios para explicitação dos procedimentos de pesquisa e para que os interlocutores compreendessem sua participação/contribuição no meu empreendimento acadêmico quando, simplesmente, me permitem presenciar a banalidade de seu cotidiano.

Além disso, o desafio interacional foi maior nas instituições de *pernoite*, pois apenas em um caso realizei a entrevista dentro do equipamento durante o período noturno. Meu contato primordial com os acolhidos desta modalidade se deu nas regiões da *porta*, no período diurno. Para as entrevistas, em geral, eram combinados um dia e período do dia em que nos encontraríamos na porta, mas a presente instabilidade dos arranjos de vida fazia com que este compromisso estivesse aberto às contingências.

Na *porta*, a minha visibilidade era muito grande e sentida, por mim, como uma exposição. E por estar mais visível na região da *porta*, eu participava mais intensamente das relações: fui apresentada como “amiga”, fui paquerada, fui objeto de falas ofensivas e muitos olhares desconfiados.

Por isso, o campo no Albergue Tia Branca foi mais confortável pela possibilidade de transitar entre a *porta* e o espaço interno, pois me dava mais controle sobre o campo interacional, principalmente por se tratar de um equipamento de acolhimento exclusivamente masculino. No Abrigo São Paulo, cada dia de campo era acompanhado de uma certa ansiedade sobre como eu chegaria naquele espaço ao qual estava claro que eu não pertencia. Quem eu encontraria? Com quem eu falaria primeiro? O que ficaria fazendo para que minha presença curiosa não incomodasse as pessoas que permaneciam ali? Assim, neste equipamento, tanto me senti mais exposta, quanto senti minha presença como mais invasiva.

---

<sup>17</sup> Anotações de Campo, Abrigo São Paulo, Shadowing com ASP 5, 14/19/16.

No Abrigo, mediei a sensação de exposição por meio da interação com as acolhidas mulheres, que me ofereciam um ponto de referência e de identificação naquele espaço; uma espécie de “ponto de apoio” para transitar e interagir com o público masculino com mais segurança.

O gênero foi, certamente, uma dimensão crucial na minha inserção em campo. Em seu trabalho exclusivamente com homens que habitam os espaços públicos (escolhidos por serem o perfil predominante dentro da população em situação de rua), Robaina (2015) aponta as dificuldades que enfrentou para ter acesso aos interlocutores de pesquisa. Em minha experiência de contato com o universo *em situação de rua*, o acesso aos interlocutores nunca foi uma barreira e o fato de ser uma mulher certamente compreende uma característica facilitadora.

A dimensão do gênero não é muito abordada por outras pesquisadoras que realizaram trabalho de campo neste universo. Apenas em Barbosa (2017) há uma citação sobre um desdobramento das interações com o público masculino, dos mais difíceis de serem manejados, que é o interesse afetivo/sexual. Senti isso como um constrangimento e um desafio, pois traz ambiguidade para uma interação que é um tanto circunstancial e que tem motivações de outra ordem para nós que estamos em campo, explorando universos sociais de outrem como parte de nosso trabalho.

O interesse afetivo me pareceu impactar a produção dos dados da pesquisa, pois, quando presente, os interlocutores pareceram projetar uma imagem de si para corresponder às expectativas da pesquisadora – como um dos interlocutores, que frequentemente me dizia que ele estava querendo um projeto de vida direcionado para o trabalho e para a família e que ficaria em Belo Horizonte se encontrasse uma companheira<sup>18</sup>.

É importante mencionar, também, que os vínculos estabelecidos também foram importantes para mim na tentativa de empregar o *shadowing*, pois percorrer trajetos à cegas, em um universo no qual não sou familiarizada, me levava a um cálculo da minha segurança. Deste modo, evitei empreender o *shadowing* com interlocutores com os quais eu não havia estabelecido algum grau de confiança mútua e não tivesse maior clareza sobre suas rotas cotidianas. Deste modo, empreender o *shadowing* no campo tão múltiplo e heterogêneo como o da *situação de rua* foi uma tarefa desafiadora para o empreendimento de uma pesquisa de mestrado, onde, em geral, vamos sozinhas ao campo.

---

<sup>18</sup> E, em campo, isso se depreendeu em situações curiosas, como no dia em que acompanhei este acolhido em sua rotina de reciclagem e, ao me engajar na atividade, encontrei uma caixa de bombons completamente lacrada, em formato de coração, em um cesto de lixo.

## **Estrutura do trabalho**

Este trabalho aborda o acolhimento institucional a partir de três dimensões.

No primeiro capítulo, percorro os processos históricos de tematização da “vida nas ruas” como um universo social específico, a partir dos quais foi estabelecida a categoria *população em situação de rua*. Este percurso busca apresentar as formas particulares de construção desta questão social no contexto brasileiro; bem como situar o acolhimento institucional dentro do campo mais amplo de intervenção governamental sobre esta problemática, sinalizando suas transformações ao longo do tempo e as contestações sobre esta estratégia de intervenção na arena pública.

O segundo capítulo é dedicado a uma análise dos equipamentos de acolhimento que compuseram o universo desta pesquisa, observando suas lógicas de intervenção e *ritmos* de funcionamento. A análise situa as diferenças entre as duas modalidades de execução do serviço de acolhimento, atualmente, empregadas em Belo Horizonte – os equipamentos de *pernoite* e as *repúblicas* – a fim de compreender suas dinâmicas de gerenciamento sobre o cotidiano *em situação de rua*.

O terceiro e último capítulo aborda as espacialidades da rede de atendimento à situação de rua, em Belo Horizonte, e as rotinas e trajetos que os agentes acolhidos estabelecem na cidade. A análise aponta a integração diferencial dos dois equipamentos de pernoite em relação à rede complementar de suporte diurno à população em situação de rua, sinalizando uma configuração de acesso desigual à proteção social estabelecida pela assistência.

As considerações finais recuperam o percurso argumentativo dos capítulos, apontando as dimensões mais salientes na análise. Sustenta o argumento de que o cotidiano da *população em situação de rua acolhida* reflete as características específicas do campo de intervenção pública: a quase exclusividade de ações no âmbito da Assistência Social e uma lógica de gerenciamento direcionada para o controle *espaço-temporal* da vida de seus usuários. Também conclui apontando o cotidiano *acolhido* como uma forma de expressão da *situação de rua* marcada pela noção de *transitoriedade*, onde os agentes são constantemente avaliados quanto suas capacidades e investimento de superação do vínculo institucional.

Vale mencionar que, ao longo do trabalho, as(os) interlocutoras(es) de pesquisa serão referenciados por siglas, que indicam a instituição a que estão vinculados, já que o número de entrevistados foi grande e houve pouco espaço para um tratamento mais aprofundado de cada trajetória.

## Capítulo 1

### ***A situação de rua como um campo de intervenção pública***

Este capítulo percorre alguns contextos de tematização e intervenção em torno da problemática da “vida nas ruas”, a fim de apontar as transformações desta questão social em nossa história recente. Tal exercício é, certamente, parcial, na medida em que privilegia processos situados nas cidades de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP, nas quais emergiram alguns discursos e práticas inaugurais em torno da *situação de rua* e que tiveram ressonância no campo mais abrangente de intervenção pública sobre este fenômeno. Com isso, tenho por objetivo compreender (ainda que parcialmente) as tramas de produção das atuais formas de gerenciamento governamental sobre a situação de rua, bem como sinalizar algumas arenas de disputa em torno delas. Neste percurso, tenho especial interesse pelos contextos de emergência das instituições de acolhimento como política pública para a população de rua, assim como pelos processos que conformaram a rede de atendimento específica para este público em Belo Horizonte.

O texto é dividido em cinco sessões (acrescidas de uma conclusão), organizadas de maneira relativamente cronológica a fim de evidenciar como a própria definição de um *universo social* vinculado à *rua* é cambiante ao longo do tempo, assim como é progressivo seu reconhecimento como público de políticas sociais. Na primeira sessão, sinalizo que, até as décadas finais do século XX, a “vida nas ruas” era apreendida de modo pouco distinto em meio à pobreza urbana, embora mais marcadamente identificada na prática da *mendicância*. Em seguida, abordo um contexto bastante localizado de atuação política e religiosa, mas no qual, durante as décadas de 1970 e 1980, desenvolveram-se discursos e práticas inéditas junto ao universo da rua e que foram fundantes para o delineamento de um público (ou um *povo*) associado a ela. A terceira seção se dedica aos desdobramentos deste processo na cidade de Belo Horizonte, já durante a década de 1990, quando a *população de rua* adentra a gramática dos governos municipais e são inauguradas políticas específicas para este segmento. A quarta seção aborda os contextos que permitiram a enunciação da “situação de rua” de maneira mais ampla, culminando com a inclusão desta pauta na agenda do governo federal. Por fim, retorno ao cenário de Belo Horizonte, onde os efeitos da tematização a nível nacional se apresentam nos recentes debates e controvérsias quanto às formas de intervir sobre este público.

Para tanto, recorro à produção acadêmica que tem se dedicado à compreensão e reflexão sobre estes processos, bem como a uma entrevista realizada com uma “interlocutora

privilegiada”: Cristina Bove, membro da Pastoral Nacional do Povo da Rua e há mais de 40 anos engajada com mobilização de pessoas em situação de rua, tendo participado intima e ativamente de momentos-chave desta história. Por isso, sua narrativa oferece um eixo de orientação para os processos abordados entre a segunda e quarta sessões. Na quinta sessão, referente ao contexto belo-horizontino da última década, também mobilizo anotações de campo e matérias de jornais.

Embora este capítulo não realize de maneira estrita seu projeto de pesquisa, é inspiradora a contribuição de Joseph Gusfield (2014) sobre os caminhos de construção dos *problemas públicos*, onde o autor aponta para a necessidade de compreendermos as questões sociais que ganham relevância e geram controvérsia na arena pública a partir de suas construções históricas. Para Gusfield, o enquadramento dos problemas públicos (o que é definido como sua *causa* e como sua *solução*) é produto da disputa de diferentes atores, que concorrem para que suas perspectivas sejam prevaletentes. Nesse sentido, as práticas que se consolidam para a intervenção sobre determinada problemática não devem ser naturalizadas como “soluções únicas”, pois há sempre várias formas de se compreender e intervir sobre a realidade. As formas instituídas de intervenção significam, portanto, a exclusão de um campo de perspectivas alternativas.

No Brasil, o campo de intervenção pública, estabelecido em torno da “vida nas ruas”, define-se pela grande concentração das ações governamentais no âmbito da Assistência Social, ao passo que outras políticas setoriais pouco reconhecem a população de rua como público beneficiário. Nesta configuração, o **acolhimento institucional** foi a estratégia assistencial mais acionada pelas primeiras iniciativas municipais que se voltaram para a questão e ainda prevalece como estratégia principal para a proteção social e promoção de “saídas” da situação de rua. No entanto, é possível identificar que o acolhimento institucional é confrontado com outras perspectivas de intervenção sobre a situação de rua, sendo inclusive, contestado, regulado e racionalizado nos anos posteriores. Embora o texto não tenha mapeado extensivamente o campo de atores envolvidos nos contextos abordados, é relevante a atuação de determinados âmbitos de atuação religiosa (como Organização do Auxílio Fraternal e a Pastoral do Povo da Rua), por se aproximarem do que Gusfield (*Idem*) denomina como *proprietários da questão*, na medida em que suas perspectivas foram/são influentes para o enquadramento da temática da “rua” na arena pública.

Este capítulo espera, assim, situar o objeto desta pesquisa – a produção do cotidiano em situação de rua a partir das instituições de acolhimento – em seu campo mais amplo de

tematização e debate, onde figuram como a estratégia mais acionada quando o assunto é o atendimento a este público.

### **1.1 Entre *desvalidos* e *necessitados*, a mendicância como expressão da vida nas ruas.**

No que tange à emergência de políticas sociais para a população em situação de rua, temos que, atualmente, a Assistência Social é o setor da política pública que melhor estruturou suas ações para este segmento. Sabemos que própria consolidação desta tem como marco a Constituição Federal de 1988, de modo que, no Brasil, é apenas a partir deste documento que a Assistência Social ganha status de garantia constitucional, sendo colocada ao lado da Saúde e da Previdência como direitos de Seguridade Social. Por isso, autores como Aldaíza Sposati (2007) consideram que a regulação social no país foi *tardia*, de modo que falar sobre Assistência Social, no contexto anterior ao da redemocratização, “significava falar de uma ação residual, suplementar em termos de recursos, fragmentada em termos de programas e ações e pouco clara quanto aos seus objetivos e ao seu público” (Jaccoud *et al.*, 2009, p. 178).

Até então, dois órgãos instituídos durante a Era Vargas articulavam a ação assistencial fomentada pelo Estado. O primeiro deles, instituído em 1938, compreendia o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), de caráter regulatório e cuja função era deliberar sobre os pedidos de subvenções encaminhados por entidades privadas (Jaccoud *et al.*, *Idem*). Já em 1942, foi fundada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que, segundo Natália Melo (2017), tinha como objetivo inicial o suporte às famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial; mas que, posteriormente, se tornou a “maior agência de Serviço Social do país”, oferecendo auxílio principalmente a idosos e pessoas portadoras de deficiência e cuja presidência foi responsabilidade das primeiras-damas do país até sua extinção, em 1995 (*Idem*, p. 119). A partir desta estrutura, a Assistência Social realizada pelo governo brasileiro era predominantemente desempenhada via o apoio a organizações privadas *de caridade*. Neste cenário de iniciativas pulverizadas, não existia uma ação direcionada para a assistência às pessoas que viviam nas ruas e, nem tão pouco, elas eram vistas como um público específico entre os “desvalidos” e “necessitados”<sup>19</sup> para os quais se destinava o subsídio governamental à filantropia da época.

---

<sup>19</sup>Estes termos figuram nos próprios textos jurídicos que regulamentavam as ações do Estado no âmbito da Assistência Social. Na cidade de Belo Horizonte, a Lei nº 333, de 23 de Maio de 1953, que dispõe sobre a organização administrativa do município, cria Secção de Assistência aos Desvalidos (S.D.-s), sendo que uma de suas competências (expressas pelo artigo 119) era “estudar os meios mais adequados de eficaz assistência aos desvalidos e combate à falsa mendicância”. Ao passo que, em outros trechos deste documento, “população

Um ponto já bastante sinalizado pela literatura temática é que, em meados do século XX, a figura mais associada à “vida nas ruas” era a dos sujeitos identificados como *mendigos*. A mendicância é, certamente, uma prática mais antiga do que a emergência de pessoas vivendo nas ruas nos contextos urbanos contemporâneos<sup>20</sup> e, como sinaliza Robaína (2015), nunca foi empregada de modo exclusivo pelos “habitantes da rua”, mas também por sujeitos em situações de pobreza domiciliada - algo que permite sinalizar a complexidade e ambiguidade da própria identificação de um grupo por desempenhar a “vida nas ruas”, haja vista a multiplicidade de trajetórias empreendidas e visibilizadas nos espaços públicos.

Vale apontar, também, que a mendicância foi uma prática criminalizada por séculos na legislação nacional e que sua penalização também se construiu na ambiguidade. De acordo com Tomás Melo (2011), a mendicância era incluída nas Leis Criminais do Império e tida como contravenção no Código Penal da República, de 1890, no qual, figurava de maneira pouco discriminada em relação à contravenção de “vadiagem”. Segundo este mesmo autor (2013), a Constituição Federal de 1934 oferece uma nova leitura, ao colocar como papel do Estado o suporte às famílias incapazes de realizar o próprio sustento por falta de emprego. Todavia, este documento separa a “indigência” da “mendicância” e da “vadiagem”, sendo as duas últimas consideradas como formas de ociosidade voluntária e, portanto, passíveis de criminalização, o que mostra a operação de um marcador moralizante.

Um exemplo de como o Estado lidava com a ambiguidade colocada pela mendicância é encontrado no trabalho de campo que Marie Ghislaine Stoffels (1977) realizou na cidade de São Paulo, na década de 1970. A autora acompanhou as chamadas “Operações de Inverno”, quando equipes policiais percorriam locais de concentração da mendicância e aqueles espaços apropriados como abrigo nas ruas. Os sujeitos recolhidos eram levados para um centro de *triagem*, onde eram verificados seu estado de saúde, carências de ordem econômica-social e antecedentes criminais, sendo encaminhados aqueles sem moradia (e sem antecedentes) para instituições de caridade ou para o Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante (CETREM), um equipamento do governo estadual que se destinava ao acolhimento transitório de quase mil pessoas.

Entre a criminalização, o estigma e a caridade, a mendicância se torna objeto sociológico aos finais da década de 1970, o que é considerado como a “inauguração” de um

---

necessitada” era a definição empregada para designar o público objeto de ações de auxílio em saúde e alimentação.

<sup>20</sup> Stoffels (1977) localiza sua emergência deste à Grécia e Roma antigas, em contexto de alteração de regimes de uso da terra e consolidação da propriedade privada.

campo de estudos sobre a população em situação de rua, no Brasil. Seu marco são os trabalhos da própria Marie Ghislaine Stoffels, denominado *Os Mendigos na Cidade de São Paulo* (1977), e de Delma Pessanha Neves, que publica *Mendigo: o trabalhador que não deu certo* (1983), a partir de uma investigação realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Entre as várias contribuições destas autoras, uma característica em comum é que suas pesquisas buscavam compreender a mendicância dentro das relações estruturais que lhes seriam produtoras, de modo a apontarem o *desemprego*, a *migração* e os *conflitos familiares* como causas para o fenômeno – noções que, como bem aponta Luciano Oliveira (2012), se consolidam como chaves-explicativas para a “vida nas ruas” em estudos posteriores. Vale colocar que, em seu trabalho, Stoffels questiona o emprego da categoria *lumpenproletariado*<sup>21</sup> como forma de localização analítica da mendicância, apontando que a prática abrigava uma diversidade de sujeitos e relações com o espaço urbano. No trabalho de Neves, por sua vez, o mendigo é entendido enquanto parte da classe trabalhadora, que recorre à mendicância na impossibilidade de inserção laboral. Um de seus argumentos é que, por pesarem sobre os homens maiores expectativas quanto ao papel de provedor da família, encontram a mendicância aqueles que não conseguiram sustentar este projeto, o que explicaria a maior predominância do público masculino nas ruas. Oliveira (*Idem*) também observa que, ao se interessarem pela mendicância, estas duas autoras promoveram um deslocamento do olhar sociológico para a pobreza que se manifestava nas áreas centrais das cidades, uma vez que, nas décadas de 1960 e 70, os estudos interessados nas dinâmicas da *marginalidade*, do *trabalho* e da *migração* tinham as periferias urbanas como objetos privilegiados.

Deste modo, este breve percurso permite apontar que, até a década de 1980, a *rua* era vista como local de expressão de uma miséria indiferenciada, de modo que a racionalidade das ações governamentais pautava-se na triagem dos sujeitos que nela se encontravam; a fim de identificar e controlar aqueles que representariam uma “ameaça à ordem urbana”, e direcionar os “necessitados” para iniciativas de caridade que atenderiam aos problemas que apresentavam. É neste contexto que a pesquisa acadêmica encontra a *rua* a partir da

---

<sup>21</sup> Sobre o emprego da categoria *lumpen*, Camila Giorgetti afirma: “Os moradores de rua (denominados pelos acadêmicos de mendigo) eram incluídos automaticamente na categoria de lumpen, que encobria a diversidade dessa população. Essa nomenclatura foi considerada durante anos apropriada, pois continha o potencial de revelar por si o grau de miséria em que se encontravam as pessoas às quais ela se aplicava, dispensando informações adicionais que permitissem uma melhor caracterização dessa população. Todos esses fatores explicam o número reduzido de pesquisas sobre esse fenômeno urbano”. (GIORGETTI, 2010, p.42 apud Oliveira, 2012).

mendicância, iniciando uma forma de apreensão do fenômeno como produto de relações estruturais que reverberará sobre sua tematização nas décadas seguintes.

## **1.2 A rua como expressão de injustiças sociais e a emergência de um povo**

É no período de realização de sua pesquisa na cidade de São Paulo que Stoffels se depara com certo grupo de atores, vinculados ao universo católico, e que se destacava por atuar de maneira inovadora junto aos sujeitos *marginalizados*. Trata-se da Organização do Auxílio Fraternal (OAF), reconhecida na literatura temática como a primeira a desenvolver práticas de intervenção junto ao universo “da rua” (Domingues Jr., 2003; De Lucca, 2007, 2011). Alimentada pela teologia da libertação (para a qual a missão cristã, no mundo, deveria ser engajada no combate às injustiças sociais), na atuação da OAF é possível “situar a emergência dos primeiros e pequenos contornos estabelecidos que, aos poucos, começaram a delimitar uma certa especificidade em relação ao universo da rua e seus personagens” (De Lucca, 2007, p. 43).

Este universo de práticas pode ser compreendido como originário de determinados saberes e formas de atuar junto à população de rua que reverberam, até hoje, no campo de atores engajados com a temática. Por isso, compreender a atuação da OAF, na cidade de São Paulo, não é algo acessório, mas significativo nos caminhos que constroem a população em situação de rua como problema público e, mais especificamente, influente para os desdobramentos da questão na cidade de Belo Horizonte, nosso contexto de maior interesse.

O bojo de experiências desenvolvidas na capital paulista chegam a Belo Horizonte/MG nos finais da década de 1980, quando duas integrantes da Fraternidade das Oblatas de São Bento, anteriormente vinculadas à OAF, se mudam para a cidade. Na capital mineira, este grupo é reconhecido por ter contribuído para a criação da Pastoral de Rua; a qual, em Belo Horizonte, destaca-se como um dos atores mais engajados com a pauta da população de rua. Entre as religiosas que aqui chegaram, encontrava-se Cristina Bove, a “interlocutora-privilegiada” que mencionei no início do capítulo e com quem tive a oportunidade de realizar uma entrevista em maio de 2016<sup>22</sup>.

Entre 2001 e 2015, Cristina foi coordenadora da Pastoral Nacional do Povo da Rua e, na época de nossa conversa, ela integrava a equipe de assessoramento às Pastorais de Rua de todo o país, função que desempenha até os dias atuais. Considero Cristina uma atriz-chave,

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada com Cristina Bove em 25/5/16, no espaço da Comunidade Amigos da Rua, que fica em um prédio da Arquidiocese de Belo Horizonte, no bairro Lagoinha, onde também é localizada a própria sede da Pastoral de Rua.

pois sua trajetória de engajamento político e religioso perpassa os trabalhos da OAF em São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980; a elaboração das primeiras políticas públicas para a situação de rua em Belo Horizonte, na década de 1990; assim como os processos de tematização nacional, nos últimos 15 anos, que possibilitaram a promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Assim, mais do que uma “testemunha” desta história, Cristina foi uma participante ativa de diferentes momentos da configuração da questão “população em situação de rua”, de modo que sua narrativa oferece uma orientação na trama de eventos, atores, mobilizações e articulações em torno da questão da “rua”, nas últimas décadas.

Começamos, entretanto, pelos processos desencadeados em torno da OAF, cuja compreensão é oferecida pela narrativa de Cristina a respeito de sua participação<sup>23</sup> nesta entidade, e pelas contribuições de Daniel de Lucca (2007), quem entrevista atores que, entre as décadas de 1960 e 1980, também estiveram vinculados à OAF. Deste modo, os parágrafos seguintes tratam de locais e acontecimentos, principalmente, localizados na cidade de São Paulo; onde aqueles relacionados à Belo Horizonte são abordados na sessão seguinte.

A Organização do Auxílio Fraternal foi fundada na cidade de São Paulo, em 1955, pelo monge beneditino uruguaio Inácio Lezana, e também na cidade de Recife, em 1959. Cristina, que também é uruguaia, conheceu as atividades que a entidade desenvolvia no Brasil durante sua adolescência, por meio de uma amiga que era sobrinha de seu fundador. Sua rede de amigos e familiares também conheciam outros uruguaiois que vieram para o Brasil atuar na entidade, de modo que em 1965, aos 19 anos, ela se mudou para Recife e passou a participar de um trabalho da OAF com crianças. Lá fica por 4 anos e vai para São Paulo. Passa um tempo fora do Brasil e retorna para a capital paulista nos meados da década de 1970, onde ficaria por mais de uma década.

Na compreensão de Cristina, as ações inicialmente desenvolvidas tinham um caráter “*mais missionário, abrangente*”. Entre os interlocutores de De Lucca (2007), encontram-se relatos de religiosas que iam trabalhar em fábricas como uma espécie de “formação” através da experiência operária; visitar prisões e oferecer auxílio jurídico aos detentos e suas famílias; grupos que prestavam apoio a pessoas que tentaram suicídio; e *rondas noturnas*. Irmã Fortunata, entrevistada por De Lucca e que também viera para Belo Horizonte, descreve esta última atividade, na qual esse estabelecia um contato direto com aqueles que se encontravam nas ruas da cidade.

---

<sup>23</sup> Como membra da Fraternidade das Oblatas de São Bento

Na Ronda a gente saía à noite na rua para levar lanche e conversar com as pessoas. Tinha café e às vezes sanduíche. Levava sempre o violão. Este era o trabalho que (eu) mais gostava de fazer. Aí a gente ficava lá. Falava do Evangelho. Conversava, violão, as músicas, o canto. Tinha gente sem documento, sem nada, sem trabalho e sem coisa nenhuma. Sem para onde ir. (Pessoas) que estavam na rua sem lugar para dormir. Aí a gente ficava lá. (*Fala de Irmã Fortunata, compartilhada por De Lucca, 2007, p.50*).

Embora a experiência com as rondas já colocasse os membros da entidade em contato com os pobres sem casa que se encontravam no centro, por muitos anos seu público e suas atividades foram bastante diversificados (De Lucca, *Idem*). Neste processo, a atividade missionária foi ganhando formas mais institucionais, por meio da criação de certos espaços para trabalho e atendimento de seu público: um local para o trabalho coletivo denominado Oficina São Bento, onde se recebia peças de fábricas para acabamento manual; um espaço para a convivência de crianças; outro para o de jovens; e um para o acolhimento temporário de adultos. Isso fez com que a entidade crescesse em número de colaboradores e funcionários, de modo que o trabalho passa a demandar uma estrutura administrativa que se ampliava<sup>24</sup>.

Segundo Cristina, a OAF nunca fora a favor de “*instituições totais*”, apontando que os espaços, acima mencionados, empregavam “*dinâmicas novas*”, abordagens mais coletivas e que trabalhavam a “*participação social*”. Entretanto, como aponta Cristina e pesquisadores que se debruçaram sobre a história dessa organização (Domigues Jr., 2003; De Lucca, 2007), a experiência com os espaços institucionais levou a um profundo questionamento sobre os objetivos do trabalho executado pela entidade, se desdobrando em uma auto-avaliação que estendeu por toda a segunda metade da década de 1970. Durante este processo, a entidade – que já ganhava reconhecimento na cidade - foi convidada para assumir a gestão do CETREM, equipamento de acolhimento temporário já citado e que, aos olhos de Cristina, se assemelhava a “*uma prisão*”, por se tratar de um “*espaço físico muito precário*” e “*superlotado*”, que oferecia um “*tratamento desumano*” do público atendido. O grupo se questionou, por um tempo, se deveria assumir essa responsabilidade com intenção de provocar alguma mudança, mas a intervenção pela via institucional se apresentava, justamente, como o caminho a ser evitado.

A gente ia ficar mais preso ainda dentro de uma instituição. Então, nós saímos desse processo. A gente entendeu que nós não íamos mexer com política pública, que estava caótica, mas que a gente iria **para o lado de fora**. Nossa proposta era participar como sociedade civil organizada para fazer os enfrentamentos. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

---

<sup>24</sup>Cristina aponta que, na época de seu fechamento, a OAF contava com um corpo de 50 funcionários e tinha um grande reconhecimento na cidade de São Paulo, de modo que a escolha pelo novo direcionamento foi criticada em alguns jornais.

Foi do grupo de religiosas da Fraternidade das Oblatas de São Bento que foram levantados, com maior força, os questionamentos sobre a atuação institucionalizante que se conformava. E, em 1980, após um longo período de construção sobre a nova abordagem a ser desenvolvida, todos os espaços institucionais foram fechados e a estrutura administrativa, reduzida ao mínimo. A decisão tirava a OAF dos trilhos que a consolidavam enquanto entidade promotora de serviços assistenciais aos *marginalizados*, para situá-la como suporte para uma *missão* – missão que encontrou a rua como universo de atuação e os sujeitos que nela viviam, como público-alvo. Assim, para aqueles que desejassem continuar participando das ações, havia um imperativo: “quem quiser ficar, fique, mas não vai ter instituição, vai todo mundo pra rua”, como conta Cristina.

Os caminhos que contribuíram para esta “guinada rumo à rua” merecem ser mencionados, pois ajudam a compreender as tramas de saberes e ideais que contribuíram para a delimitação da *rua* como um universo particular de injustiça social, entre os vários existentes nos contextos urbanos. Como mencionado anteriormente, a pesquisadora belga Marie Ghislaine Stoffels procurara a OAF em seu período de pesquisa e, deste encontro, um grupo de estudos fora iniciado, por volta de 1974. Nele, a realidade da mendicância era refletida como um fenômeno social e atrelado às novas dinâmicas da urbanização que faziam vulto na capital paulista.

Ela [Marie Ghislaine Stoffels], procurando instituições, encontrou na OAF o espaço onde ela podia discutir e refletir sobre essa realidade da população de rua. Eram os mendigos, naquele tempo. Tanto que a gente trabalhava com esse conceito. (...) Ali a gente começa a discutir e debater sobre o êxodo rural, como as cidades vão crescendo de forma desordenada, essa implosão da cidade. Então, a gente foi discutindo tudo isso. Naquele tempo, no final dos anos 1970, o pessoal ainda vinha muito do nordeste para grandes obras - Itaipu, por exemplo. Era o tempo que começava o desenvolvimento, assim, desenfreado. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

Além desta experiência, é subsequente, no discurso de Cristina, a influência do próprio cenário da Igreja Católica na América Latina à época, quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se disseminavam a partir do atrelamento da religiosidade cristã com a mobilização social. A 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla (México) em 1979, é um marco neste sentido, pois, como salienta Cristina, é quando a Igreja “faz uma opção clara pelos pobres” e legitima a experiência das CEBs que já estavam em desenvolvimento nas periferias das cidades. Neste momento, o Cardeal da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, aponta para a entidade um direcionamento: “tragam, quando puderem, o programa de Puebla para o centro de São Paulo” (OAF, 1982, p. 5 *apud* De Lucca, 2007, p. 56). Se o ambiente católico da época convocava à mobilização social,

realizar a transposição das experiências, que se desenrolavam nas periferias, para a região central trazia um desafio quanto aos próprios sujeitos que lá se encontravam: um público diverso, (em geral) desvinculado da unidade de pertencimento familiar e cuja ausência de moradia refletia carências extremas.

Então, naquele momento em que nós já estávamos com vários questionamentos em relação à essência, à natureza da OAF, também havia uma insatisfação nossa no sentido de se questionar a respeito de qual tipo de instituição queríamos. **A gente quer movimento, mobilização social, a gente quer outro tipo de incidência.** (...) E a periferia de São Paulo, estava cheia, né? Eram movimentos sociais, que atuavam naquele momento; as Comunidades Eclesiais de Base se organizavam em torno da palavra de Deus e refletiam a realidade que viviam. Na Região Leste de São Paulo, havia muito conflito por causa da falta de moradia e aconteciam muitas ocupações de terra. Aí, Dom Paulo diz: “Façam isso no Centro, organizem as Comunidades Eclesiais de Base no Centro”, pois nessa região da cidade ainda não tinha essa experiência. E, para nós, era meio complicado, porque você via a população de rua, que mesmo reconhecendo sua dignidade, você via aquela fragilidade tão grande. É possível fazer Comunidade Eclesial de Base com um tipo de pessoas assim, que sobrevivem à margem e em situação tão precária? Elas vão entrar nessa dinâmica? Porque eles sempre foram objeto, na verdade, da caridade. Como vai ser isso? Então a gente foi. Não foi rápido. Foram uns dois, três anos de discussão, de processo, de reflexão (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

Na busca por outro tipo de *incidência*, o contato com “a rua” vai se radicalizando. Os membros que se alinhavam ao novo direcionamento eram convocados a morar no centro, algo entendido por provocar “uma mudança de lugar social”<sup>25</sup>, assim como a dormir nas ruas, em albergues, catar papelão (De Lucca, *op. cit.*). Desde 1978, já estava em curso a experiência de um espaço de convivência, denominado Casa de Oração. Este espaço foi a única atividade mantida do anterior quadro de intervenções da OAF e serviu de modelo para três espaços de convivência criados na região central de São Paulo. Estes espaços eram o ponto de partida para estabelecer relações que permitiram a construção de uma experiência de *comunidade*: ali moravam as religiosas, que poderiam ser encontradas por aqueles com quem conversavam nas ruas e convidavam para as atividades desenvolvidas. Como coloca Cristina, “*era outra lógica*” de atuação, que buscava ir criando referências e vínculos em uma região da cidade onde as formas de solidariedade social não tinham os referenciais comunitários dos bairros de periferia. Assim, as ações do grupo primavam por abordagens com efeitos coletivizantes, que deslocassem os sujeitos da posição de objeto da caridade, para seu reconhecimento enquanto participantes da missão de transformação social. Sob estes princípios, os espaços de convivência se tornaram as sedes para as Comunidades Sofredores de Rua, onde a proposta de vivência coletiva aliava-se à reflexão sobre a realidade social. E onde eram planejadas ações

---

<sup>25</sup> Segundo compartilha Irmã Regina, entrevistada de Daniel De Lucca (2007, p. 55).

que vocalizavam, com maior ressonância, a *rua* como um universo específico - como assembleias, passeatas e *Missões*, um evento de maior dimensão para fomentar a mobilização e reflexão conjunta (De Lucca, *Idem*, p.68).

Como salienta De Lucca (*op. cit.*), o direcionamento das ações para as regiões centrais da cidade contribuiu para a visibilidade de uma miséria diferente daquela que se expressava nas periferias e que, até então, era pouco tematizada, escondida (uma espécie de *periferia do centro*, como salienta este autor ao se apropriar de um termo que encontra em um documento da OAF<sup>26</sup>). E, de maneira intrínseca a esse processo, novas formas de enunciação sobre esse universo foram emergindo, como indica o próprio nome dado às comunidades, *sofredores de rua*, e que indica o reconhecimento das trajetórias de vida em seu sofrimento e injustiça. No entanto, a categoria mais significativa foi aquela empregada logo em seguida, a de *povo da rua*, que substitui de maneira mais potente a localização social do *mendigo* (individualizante e estigmatizada) para uma noção de pertencimento coletivo, traçando contornos mais fortes para a identificação de um segmento social. Para De Lucca, a experiência das Comunidades Sofredores de Rua pode ser compreendida como a “*a principal matriz discursiva na formação deste campo histórico. E não só pela forma de nomear tais sujeitos, mas também pelos modos de trata-los*” (De Lucca, 2007, p.118).

Porque aí [*nos espaços de convivência*] era aberto. Foi aí que começamos a fazer Missões, foi aí que começamos a refletir sobre a realidade que se vivia e a realizar caminhadas pela cidade. Então, surgiu a ideia da categoria “*povo da rua*”. De mendigo, nós saímos para o povo da rua, que era a identidade do povo de Deus que saía em busca da sua libertação. (...) Era o povo de Deus em marcha. O *povo da rua* é caminho de algo novo, de algo diferente. Então, eram reuniões todos os domingos. Tinha oração e reflexão do Evangelho, tinha lazer. Tinha Missões em que se discutia, se fazia muitos grupos, reflexões. Onde se comprou o primeiro carrinho de catar papel, foi lá. Foi assim que a nova caminhada foi surgindo. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

Este trecho da fala Cristina já sinaliza um dos desdobramentos da experiência de mobilização junto ao *povo da rua* e que, entre as porosas fronteiras que demarcam “*rua*” e “*catação*”, permitiu a emergência dos catadores de material reciclável como um grupo organizado. A partir de 1983, começa uma discussão sobre o trabalho com a reciclagem e a possibilidade de criação de uma associação de catadores - projeto que se concretiza no ano de 1985 e que culmina na criação da primeira cooperativa do gênero no Brasil, em 1989, a

---

<sup>26</sup> Vale compartilhar o seguinte trecho: “Quando pensamos nos pobres como povo, nos vem à idéia o povo situado na periferia da cidade. Na nossa missão, porém, o povo faz parte de uma periferia especial; sua demarcação não é geográfica, mas sociológica, é “a periferia do centro”. Aqui, os pobres não são notados, sua presença está escondida. A simples vista não percebe que atrás da porta de uma antiga mansão mora, talvez, uma centena de pessoas, nem que outras centenas de homens e mulheres transitam pelas ruas, sem destino”. (OAF, 1982, p. 97 *apud* De Lucca, 2007, p. 44).

Coopamare<sup>27</sup>. Este período é analisado por De Lucca como aquele em que emergem “pela primeira vez mediações mais específicas e especializadas entre poderes públicos e universo da rua” (*op.cit.*, p. 69). E, como aponta este autor, a primeira forma de contato, foi marcada pelo confronto com as ações desempenhadas pela Prefeitura de São Paulo. A administração de Mário Covas (PMDB, 1983-85) já vinha estabelecendo uma prática de repressão sobre o universo da rua por meio do fechamento de vãos de viaduto, a fim de evitar sua ocupação como moradia. A gestão seguinte, de Jânio Quadros (PTB, 1986-88), não só deu continuidade a esta ação, como acirrou o controle sobre os espaços públicos por meio de sistemáticas operações de limpeza urbana, fazendo jus à sua escolha da vassourinha como emblema de campanha. Entre suas ações, estavam tentativas de coibir atividades das oblatas, como uma distribuição de sopa que realizavam na Baixada do Glicério e que, por atrair muitas pessoas, trazia visibilidade para o povo da rua. Além disso, por entender a catação como uma atividade que sujava a cidade, esta gestão estabelecia uma espécie de perseguição aos catadores, chegando, inclusive, a proibir o uso de carroças. Essa relação conflituosa com a administração municipal não foi tomada de outra forma, senão, como um elemento-motor para os processos de auto-organização dos catadores e recebia apoio de outros agentes públicos, como a, então, vereadora Luiza Erundina. Esta configuração de forças se altera quando a própria Luiza Erundina (PT, 1989-92) é eleita prefeita de São Paulo. Durante seu mandato, a pauta dos catadores é abraçada logo de início, com apoio para a criação da cooperativa (com concessão de uso de um espaço e auxílio financeiro), além de um posterior decreto que reconhece os catadores de material reciclável como categoria profissional.

Nesta administração, o segmento populacional que, até então era delineado enquanto “povo da rua” na experiência missionária, passa a também ser reconhecido como um público do Estado. E isso não se dá apenas pela via dos catadores, mas é nesta gestão que *população de rua* se torna signo empregado nos discursos governamentais. De acordo com De Lucca (*Idem*, p.84), este termo era utilizado de modo esporádico dentro da OAF para se referir a um leque amplo de perfis sociais<sup>28</sup>, mas vai se consolidando, a partir de então, como operador político para designar as pessoas que vivem nas ruas. Uma das iniciativas desta gestão foi a criação do Fórum Coordenador dos Trabalhos com a População de Rua, que reunia atores da cidade de São Paulo que desempenhavam ações neste universo, para a troca de experiências e

---

<sup>27</sup> Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

<sup>28</sup> População de rua se referia, inicialmente, a “mendigos, prostitutas, alcoólatras, migrantes recém-chegados, psicopatas, egressos de prisão, menores abandonados, taxicômanos, etc.” (OAF-SP, 5/5/1978 *apud* Rosa, 2005, p. 52)

formulação de políticas junto a trabalhadores da Prefeitura. Assim, não só o termo *população de rua* é tomado de empréstimo da experiência das oblatas, como suas práticas se tornam referência<sup>29</sup> para algumas das intervenções realizadas.

A consolidação do termo “população” para designar um recorte específico dentro da pobreza urbana é apontado, por muito autores (De Lucca, 2007; Martinez, 2011; Robaína, 2015), como ressonante da racionalidade governamental (Foucault, 1979) que passa, então, a apreender “a rua” como um objeto de gestão. Como coloca Martinez (*Idem*), ao falar de *população* (em situação) de rua já estamos acionando a categoria a partir da qual o Estado vê o fenômeno, um contingente passível de ser circunscrito, racionalizado e contabilizado.

A funcionalidade prática, do ponto de vista governamental, que o termo população permite operar se dá por meio de cruzamentos de variáveis comuns a todo o segmento: grau de alfabetização, faixa etária, diagnósticos médicos – alcoolismo, uso de drogas, transtornos mentais. Neste cálculo, toda uma gama de alteridades é reduzida a um sistema de classificação no qual a rua é o ponto através do qual gravitam todas variáveis aqui entendidas como um problema social. Todos aqueles personagens, até então esquecidos na invisibilidade social, passam a ser alocados numa escala classificatória segundo a qual as diferenças aparecem apenas como gradações do mesmo fenômeno (Martinez, 2011, p.36).

Não é fortuito, portanto, que além de inaugurar políticas governamentais específicas para o segmento (sobretudo em âmbito assistencial), é durante a gestão de Erundina que se realiza o primeiro levantamento quantitativo sobre as pessoas que vivem nas ruas. Os resultados dessa pesquisa embasaram a construção de “novas discursividades” sobre o fenômeno, pois além de se tornar uma realidade mensurável, entende-se que a população de rua não é majoritariamente composta de migrantes recém-chegados, mas de pessoas com trajetórias de trabalho anterior na cidade (De Lucca, *Idem*)<sup>30</sup>. Para (Rosa, 2005), este resultado foi importante para a superação do estigma da “vagabundagem”, sob o qual as pessoas que vivem nas ruas eram majoritariamente vistas, para sua compreensão enquanto trabalhadores em situação de desemprego ou subemprego. A chave da análise em torno do trabalho será, por sua vez, a principal forma explicativa empregada para o fenômeno ao longo da década de

---

<sup>29</sup> De Lucca aponta que os espaços de convivência são tomados como modelo para Casas de Convivência (espaços para atendimento diurno) que passam a ser criadas pela Prefeitura, bem como ações de acolhida durante o inverno, algo que as oblatas realizavam nos períodos de frio.

<sup>30</sup> É interessante observar como as experiências que se desenvolveram na cidade de São Paulo reverberam em outros contextos e ao longo do tempo. Oliveira (2012) aponta que a realização de uma pesquisa na cidade de São Carlos (interior do estado de São Paulo), ao final da década de 1990, também foi significativa para alterar a lógica de intervenção junto à população de rua da cidade. Ao mostrar que a maioria dos sujeitos em situação de rua eram moradores da cidade, a política assistencial se vê obrigada a mudar sua lógica de atuação, até então focada para o acolhimento temporário e subsídio ao transporte de sujeitos entendidos enquanto migrantes.

1990, de modo que “se antes a rua era pensada como degeneração, agora é retratada como o local dos desempregados, resultado de contingências estruturais” (Martinez, 2011, p. 35).

Embora o final da década de 1980 corresponda ao período em que a pauta da população de rua chega ao nível municipal, no âmbito de atividades desempenhadas em torno da OAF, ela significa uma desmobilização. De Lucca (2007) aponta a emergência de alguns dissensos entre o grupo, que culminam com a saída de alguns membros e o fim de algumas atividades, restando apenas o espaço de convivência na Baixada do Glicério e a Casa de Oração (*Idem*, 81). Cristina, nossa interlocutora-chave, conta que deixou São Paulo em 1986 e viajou pelo Brasil e exterior para decidir sobre seus próximos passos. Sair de São Paulo era algo que ela já desejava, “*porque, de qualquer forma, alguns caminhos a gente já tinha feito, né*” e, não só ela, mas outros membros do grupo já pensavam em “*começar em outro lugar*”. O grupo já fomentara uma rede de pessoas afinadas com seus ideais, na medida em que recebiam, durante as Missões, participantes de outras cidades interessados em conhecer aquela experiência. Assim, Cristina conta que passou por algumas cidades, onde já haviam pessoas interessadas em realizar (ou que já desenvolviam) um trabalho com o povo da rua, antes de decidir por se estabelecer na capital mineira.

Caroline: E porque, então, BH virou sua cidade?

Cristina: Não, na verdade, eu fui em Salvador, em Goiânia e aqui. Eram três lugares. Em Salvador, já havia um grupo de pessoas que trabalhava com a população de rua. Aqui, em BH também tinha, mas a escolha aconteceu, seja pela proximidade com a cidade de São Paulo, como pelo desejo de conhecer melhor a realidade do povo em BH, dada a enorme quantidade de mineiros nas ruas de São Paulo. O Nordeste tem sua especificidade cultural e avaliamos que Belo Horizonte poderia ser um intermédio para continuar “subindo”; para, posteriormente, chegar ao Nordeste. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

Além de Cristina, também vem, para Belo Horizonte, Irmã Fortunata, oblata que vivenciara a experiência com o povo da rua desenvolvida em solo paulistano (De Lucca, 2007; Mendes, 2007). Reunindo pessoas que se interessavam por sua forma de atuação, as práticas desenvolvidas em São Paulo encontram, em Belo Horizonte, um ambiente de replicação. Não mais vinculadas à OAF, as ações aqui desenvolvidas vão, aos poucos, contribuindo para a conformação da Pastoral de Rua, ator que se consolida, no cenário belo-horizontino, como um dos mais engajados e salientes quando o assunto é população em situação de rua.

É interessante, portanto, observar a linha de continuidade pela qual transitam certos saberes e práticas em torno da “questão da rua”: algo que começa com as atividades OAF, passa pela experiência com a Comunidade Sofredores de Rua e chega até Belo Horizonte,

onde operará através da Pastoral de Rua. Em Belo Horizonte, esta continuidade aparece, sobretudo, na sustentação de uma perspectiva que prioriza abordagens coletivas; mas também se revela num caminho que se apontava no momento de inflexão nas atividades da OAF e que, na ação da Pastoral, será desempenhada com maior intensidade: uma postura de enfrentamento e articulação com o poder público. Assim, saliento que a dedicação à compreensão deste âmbito bastante localizado de atuação religiosa, ao longo desta seção, aponta para construção de um saber especializado sobre “a rua” (De Lucca, *Idem*), que não apenas contribuiu para o delineamento de um público, como consolidou formas de agir e trabalhar junto a ele; se entrelaçando com os próprios caminhos que permitiram a emergência do termo “população de rua”.

### **1.3 A população de rua como público das iniciativas municipais em Belo Horizonte**

O cenário encontrado em Belo Horizonte, ao final da década de 1980, não era diferente no que tange à ausência de ações governamentais para as pessoas que viviam nas ruas. Deste modo, a leitura de De Lucca (2007) sobre o contexto paulistano da mesma época também se aplica aqui: na ausência de um “saber institucionalizado e específico sobre a população que vivia nas ruas da cidade, também não existiam instituições públicas que trabalhassem especificamente com esse tema” (p.68). Cristina aponta que, na época de sua chegada, em 1987, haviam apenas grupos que ofereciam refeições em espaços públicos da cidade e duas instituições que acolhiam pessoas com necessidades diversas, nas quais os sujeitos vinculadas “à rua” não figuravam como público-alvo: o Abrigo São Paulo e o Abrigo Belo Horizonte, ambos geridos pela Sociedade de São Vicente de Paula (SSVP)<sup>31</sup>.

O **Abrigo Belo Horizonte** funcionou, por décadas, no mesmo prédio onde hoje está localizado o Albergue Tia Branca, no bairro Floresta. Sob responsabilidade do poder estadual, destinava-se, destinava-se ao acolhimento da população migrante, mas também pessoas que vinham à capital em busca de tratamento médico<sup>32</sup>. Às pessoas que dormiam na rua, era permitida a estadia por um curto período de tempo. Vale apontar que a lógica de oferecer

---

<sup>31</sup> A SSVP é uma organização internacional de leigos, com um trabalho de inspiração católica e destinado à caridade. Foi fundada na França em 1833 e, hoje, está presente em mais de 150 países. No Brasil, foi fundada em 1872 e, atualmente, se organiza em mais de 30 Conselhos Metropolitanos (que coordenam as ações de uma dada região de cidades), sendo um deles sediado em Belo Horizonte. (Fonte: <http://www.ssvpbrasil.com.br>. Acesso em 15/5/17).

<sup>32</sup> Não foi possível precisar a data de criação do Abrigo Belo Horizonte e, durante o trabalho de campo, alguns usuários do Albergue Tia Branca diziam que aquele prédio abrigara, antes, um necrotério. Entretanto, o contato com os interlocutores de pesquisa e buscas por informações na internet indicam que, durante os anos 2000, o Abrigo Belo Horizonte passou a ser chamado de Centro de Referência Estadual do Migrante. Esta situação vigora até os finais desta década, quando o prédio passa por reforma a fim de abrigar um serviço de acolhimento para população de rua e migrante, já sob responsabilidade da administração municipal.

acolhimento por tempo limitado foi uma prática bastante empregada em albergues e estava bastante embasada em uma leitura sobre a população de rua enquanto *migrantes*, além de também ser empregada enquanto um dispositivo para prevenir a permanência destes sujeitos nas cidades (Oliveira, 2012).

Havia muito déficit para hospedagem e as pessoas não tinham como pagar hotel; vinham pra fazer tratamento, para consultas médicas e ficavam no Abrigo Belo Horizonte. Lá, começou a ter um espaço que deixava a população de rua dormir lá. Era um pernoite de umas 80-100 pessoas, mais ou menos, onde eles ficavam 15 dias e tinham que ir embora. Só podiam voltar depois de um ano. Tinha uns que com um ano e um dia ele voltava (risos). (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

O **Abrigo São Paulo**, por sua vez, foi fundado em 1978, e até hoje ocupa o mesmo prédio, no bairro Primeiro de Maio (região Norte). Segundo entrevista<sup>33</sup> com uma assistente social do equipamento, o Abrigo funcionava como uma das obras de caridade que correspondiam à ação assistencial da época, acolhendo toda sorte de *necessitados* e *desvalidos*, como famílias, idosos e pessoas sem autonomia para a realização de atividades cotidianas – públicos que ela frisa não corresponderem mais ao escopo atual do equipamento. Ao longo do tempo, foram estabelecidos convênios com o poder municipal para oferta de acolhimento institucional, primeiro, para o acolhimento de famílias em área de risco geológico e, posteriormente, para pessoas em situação de rua. Um aspecto saliente da história do Abrigo São Paulo, portanto, é que ele é o único equipamento da atual rede de atendimento que não foi criado com intuito de atender à população em situação de rua, mas que passou a compor a rede de serviços específica a este público décadas após ter iniciado suas atividades.

A oferta de acolhimento em espaços institucionais compreende, portanto, uma ação assistencial de longa data, mas cujo formato inicial em muito se distancia da forma como é atualmente empregado. Contemporaneamente, as unidades de acolhimento dividem seu público a partir de características e perfis de vulnerabilidade, de modo que se apresentam enquanto serviços de acolhimento para crianças, adolescentes, idosos, pessoas em situação de rua, portadores de deficiência, pacientes psiquiátricos desinstitucionalizados, entre outros – uma segmentação que se fazia pouco visível entre o público com carências difusas que era acolhido pelas entidades filantrópicas da década de 1980.

Deste modo, os abrigos, acima mencionados, não foram identificados como envolvidos com o universo da rua pelas oblatas que vieram de São Paulo para Belo Horizonte;

---

<sup>33</sup> A entrevista foi realizada em 01/9/16, não foi permitida sua gravação para fins de pesquisa, de modo que pude registrar as informações apenas por anotações em papel.

as quais tentavam, à época, mapear as iniciativas da sociedade civil e os pontos de concentração da população de rua na cidade. Neste processo, o olhar do grupo se dirigiu para a Av. Contorno (na região próxima à Rodoviária), onde catadores de material reciclável se concentravam à noite para dormir. Além deste ponto, a região do bairro Floresta, na proximidade do Viaduto Santa Tereza, também reunia muitas pessoas, que iam para a distribuição de sopas e refeições oferecidas por diferentes grupos. Estas duas territorialidades continuam, até o presente, como pontos de concentração e manifestação da população em situação de rua. Cristina acrescenta que, à época, também se percebia a existência de um número maior de famílias e grupos em situação de rua que ocupavam casas abandonadas ou estabeleciam malocas no centro da cidade, principalmente, no entorno da Igreja de São José.

Começando com atividades coletivas mais lúdicas e celebrativas, a ação deste grupo logo foi encontrando nos catadores de material reciclável a abertura para a construção de uma ação de mobilização. Na Belo Horizonte dos finais da década de 1980, a Prefeitura também realizava diversas ações para dispersão e desocupação das calçadas e com os catadores de material reciclável (que as ocupavam as calçadas, à noite, com carrinhos e malocas) esta repressão foi muito maior. Diante disso, Cristina reconhece que o próprio trabalho com este grupo foi mais “*forte*”, no início, pela própria necessidade de enfrentamento que a postura da Prefeitura colocava.

Você chegava na cidade, sem conhecê-la. A ideia inicial, já se tinha, só que é um processo para você ir crescendo com essa nova proposta metodológica. Mas, com os catadores, a limpeza da cidade foi mais forte. Eram comuns as retiradas realizadas pela Prefeitura, nos locais de concentração dos catadores. Então, aqui, realmente, a gente se voltou muito mais para os catadores do que para a própria população de rua. Continuamos com a ‘pop de rua’, assim, indo e vindo nas ruas. Mas o trabalho com os catadores foi muito intenso, muito intenso. Porque a Prefeitura, em uma madrugada de 1989, ela tirou tudo. Arrancou, dispersou todo mundo, levou tudo o que eles tinham. Ficaram desde às quatro até às sete da manhã limpando, limpando, não sei com quantos caminhões aí... Então, isso nos envolveu muito, porque aí a gente começou um trabalho mais sistemático de apoio aos catadores. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

Cristina e outras pessoas do grupo de voluntários ficaram sabendo do acontecido apenas no início da manhã, de modo que saíram andando pela Av. do Contorno, desde a Rodoviária até a estação de metrô Calafate, identificando e juntando aqueles que haviam sido dispersados. Foi escrita uma carta à população de Belo Horizonte, na qual os catadores denunciavam a ação, gerando polêmica e debates nos jornais e na televisão (Rosa, 1995, p.40). Além disso, Jacobi & Teixeira (1997) mencionam que este acontecimento<sup>34</sup> foi

---

<sup>34</sup> Em seu trabalho, os autores situam esta operação de limpeza na data de 22/8/1988 e informam que havia cerca de 70 catadores nessa região (p.18).

emblemático para o fortalecimento de um vínculo que as oblatas já tentavam estabelecer com os catadores, permitindo tal legitimação junto a eles que o grupo Amigos do Povo da Rua (como, então, se autodenominavam) passa a ser acionado toda vez que os catadores eram constringidos na execução de seu trabalho. Segundo estes mesmos autores, a prefeitura da época<sup>35</sup> disseminava a imagem de que os catadores de material reciclável eram responsáveis por gerar sujeira na cidade, justificando as ações coercitivas. Assim, a repressão dirigida aos catadores não só apresentava a necessidade de auto-organização como via de resistência, como também foi aliada a um trabalho para inversão do estereótipo do catador enquanto “poluidor” rumo a seu reconhecimento enquanto cidadão cujo trabalho contribui para a “limpeza e manutenção do meio ambiente local” (*Idem*, p.17).

Este e outros conteúdos vão sendo trabalhados pelo grupo por meio de reuniões realizadas nas ruas e em um espaço que lhes fora cedido pela Arquidiocese de Belo Horizonte<sup>36</sup>. Embora se tratasse de “*lugarzinho pequeno*” cuja porta se abria para a calçada, como relata Cristina, este espaço já possibilitava o desenvolvimento do ideal de comunidade balizador da ação, de modo a ir se construindo enquanto um referencial para o povo da rua, sendo utilizado esporadicamente para banho e guarda de documentos e pertences para aqueles que se envolviam com as atividades promovidas.

Os esforços de mobilização junto aos catadores foram intensos, especialmente nos anos de 1989 e 1990, e é a partir deste engajamento que o grupo Amigos do Povo da Rua ganha reconhecimento enquanto Pastoral de Rua perante o bispado local. É interessante notar que esta identidade sobrepõe o período inicial de atuação do grupo, de modo que a fundação da Pastoral de Rua é frequentemente datada no ano de chegada das oblatas em Belo Horizonte, tanto na literatura (Jacobi & Teixeira, 1997; Araújo, 2004; Mendes, 2007), quanto pela própria Igreja.

Um acompanhamento mais detalhado do percurso conjunto desempenhado entre a Pastoral e os catadores é abordado em um artigo de Jacobi & Teixeira (1997) e em um livro de Maria Vany Freitas (2005), de modo que me detenho a salientar dois momentos que representam como os esforços em fomentar a auto-organização dos catadores se desdobraram em, também, movimentos para visibilizar suas pautas ante o poder público. Um deles compreende uma intensa articulação, no ano de 1989, quando se discutia a nova Lei Orgânica

---

<sup>35</sup> Sérgio Ferrara, do PMDB (1986-88).

<sup>36</sup> Na Rua Além Paraíba (Lagoinha), anexo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição e onde, atualmente, funcionam os escritórios de algumas Pastorais - entre as quais, do Povo da Rua. Este espaço ainda abriga a Comunidade Amigos da Rua e é utilizado pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua para suas atividades, além de ser um espaço de convivência para os sujeitos vinculados à Pastoral.

do Município. O projeto previa a implementação da coleta seletiva na cidade, mas a Prefeitura indicava que a coleta e comercialização dos materiais ficaria a cargo de empresas privadas. A mobilização foi suficiente para provocar um recuo desta proposta e, na lei que entra em vigor em março de 1990, coloca-se a prioridade para que cooperativas de trabalho realizem este trabalho, o que não só representou o sucesso da ação dos catadores, mas o reconhecimento da catação como uma atividade profissional (Jacobi & Teixeira, *Idem*, p.19-20). Também acontece, em 1990, a ocupação de um terreno federal e a criação da ASMARE, que passaria a utilizar este espaço como sede e local para armazenamento do material recolhido por seus associados. Foi também necessária muita pressão para que o direito de uso do terreno e a construção da infraestrutura necessária fossem viabilizados com apoio do poder público. Este processo se desenrolou por alguns anos, pois, apenas em 1992, foi concluída a construção de um galpão, além de firmado um convênio entre Prefeitura, ASMARE e Mitra Arquidiocesana (figura jurídica da Igreja) para melhoria da estrutura física da sede e capacitação dos catadores.

Cristina avalia como difícil o diálogo com a prefeitura da época, sob gestão Eduardo Azeredo (PSDB, 1989-1992), quem aprovou o convênio com a ASMARE nos últimos dias de seu mandato, após muitos enfrentamentos. Os esforços para que as reivindicações fossem atendidas pela administração municipal contaram com vários protestos realizados pelos catadores em frente à Prefeitura e à Câmara de Vereadores. E, subjacente a esta mobilização, uma pressão em nível mais institucional se dava por meio da interlocução da Pastoral de Rua com atores-chave do corpo legislativo municipal - como os vereadores Patrus Ananias (PT)<sup>37</sup>, Antônio Pinheiro (PSDB) e membros da Comissão de Direitos Humanos. Assim, a partir do envolvimento com os catadores, a Pastoral de Rua delineia um posicionamento que caracterizará sua atuação até os dias de hoje: como um ator articulador, que incentiva a auto-organização de seu público de atuação e que busca participar e contribuir na elaboração de políticas públicas. Sua tônica de atuação se dirige, portanto, à arena pública e às relações políticas, contribuindo para a enunciação da população de rua como um âmbito de reivindicação de direitos. Se anteciparmos, aqui, o processo que se desenvolverá nos seguintes anos, veremos que outras organizações de inspiração religiosas passarão participar deste campo de relações, na medida em que o poder municipal celebrará convênios para a execução de políticas específicas para a população de rua. No que tange a estas entidades, entretanto, a postura sustentada é bastante diferente, pois não veem a população de rua como grupo a ser

---

<sup>37</sup> Quem, inclusive, foi redator da Lei Orgânica Municipal de 1990.

mobilizado, mas como usuários dos serviços que desempenham. Deste modo, para elas, a crescente tematização e institucionalização da população de rua figurou mais como um deslocamento: de uma posição de doação e caridade para o papel de agente executor da política pública (dois status que, por vezes, ainda se confundem). Neste contexto, embora estas entidades possam concordar com as reivindicações, colocadas na arena pública em relação à população de rua, é a Pastoral quem se posiciona no papel de vocalizar perspectivas e demandas relativas ao segmento.

Como observado no contexto de São Paulo, a emergência dos catadores enquanto uma categoria profissional é entrelaçada com a própria tematização da população de rua, mas é a pauta dos catadores quem primeiro chega ao poder municipal. Seguindo esta tendência, em Belo Horizonte, os canais de diálogo abertos em virtude da mobilização com os catadores são utilizados, também, como via para as demandas relacionadas à população de rua.

A pauta sobre a população de rua, aqui, começou porque a gente começou a discutir com ele [Pedro Gustin, então secretário de Governo e Ação Social da gestão de Azeredo] a questão dos catadores, do espaço, do galpão, todo o processo lá. Nessas idas e vindas, o frio começou em BH e pleiteamos com o Secretário sobre a proposta de ter algum serviço que atendesse a “pop rua”. Depois de muita insistência, ele pediu para apresentar uma proposta. Então, a gente reuniu, aqui na Pastoral, os grupos que faziam doações nas ruas. E veio a Dona Branca, a Tia Branca, que dava comida aqui embaixo, na Lagoinha, entre outros grupos. Então, a gente reuniu todo mundo, fizemos várias reuniões entre todos e cada um apresentou uma proposta. A gente, na verdade, pensava que poderia fazer algo em conjunto, mas não deu para ter uma única proposta. Por exemplo, nós queríamos montar o que, depois, veio a ser o Centro de Referência, o CENTRO POP<sup>38</sup>, nós já levamos uma proposta assim. (...) Mas aí, ele diz “isso aqui está muito difícil”. E a que ele aceitou foi a da Tia Branca, o que resultou na implantação do Albergue gerido pelo O Consolador. (Trecho de entrevista realizada no dia 25/05/2016).

Este episódio marca o processo que deu origem ao primeiro equipamento<sup>39</sup> específico para a população de rua na cidade: o Albergue Noturno Municipal, mais conhecido como **Albergue Tia Branca**. Em entrevista com a atual<sup>40</sup> coordenadora do equipamento, funcionária da instituição há 10 anos, Tia Branca era uma senhora que “acolhia, conversava, dava doação de roupa a pessoas em situação de rua ali na região da Pedreira Padre Lopes”, na década de 1980. Junto com os filhos, Tia Branca formou a Associação Grupo Espírita *O Consolador*, com o qual foi firmado convênio com a Prefeitura, em 1992, para execução do referido albergue: um local que oferecia pernoite, jantar e café-da-manhã para homens e

---

<sup>38</sup> O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CENTRO POP) é, atualmente, um equipamento previsto pela Assistência Social e compreende um espaço de convivência diurna, onde é possível lavar roupas, tomar banho, guardar pertences, receber correspondências e participar de atividades diversas.

<sup>39</sup> Por “equipamento” entende-se a estrutura física onde é desempenhado determinado serviço público para determinado contingente de pessoas.

<sup>40</sup> Entrevista realizada em 10/10/2016.

mulheres em situação de rua, localizado na Pedreira Padre Lopes, região onde o grupo O Consolador desenvolvia suas atividades. Em 2010, após uma reforma do prédio do Centro de Referência Estadual do Migrante - CREM (antigo Abrigo Belo Horizonte). A coordenadora do Albergue frisa que a gestão desempenhada pela entidade nunca teve um caráter de doutrinação religiosa, “*se especializando de um jeito que virasse um serviço público mesmo*”. Ao longo dos anos, o grupo O Consolador, coordenado pelos filhos de Tia Branca, firmou outro número de convênios com a Prefeitura, em políticas que atendiam a diferentes públicos, não exclusivamente à população de rua.

É interessante observar, no contexto de criação do serviço governamental para a população de rua, que o papel articulador da Pastoral acabou reunindo perspectivas diferentes quanto à forma de intervenção sobre este grupo – o qual, à época, ainda era pouco conhecido e institucionalizado. Como o trecho (acima) da entrevista com Cristina aponta, a proposta desejada pela Pastoral era diferente daquela representada por um equipamento para acolhimento noturno: pensavam em um espaço para a convivência e atividades coletivas e que oferecesse suporte para atividades da vida cotidiana (como higiene e guarda de pertences) durante o período **diurno**. É visível, portanto, a vinculação desta proposta com o próprio universo de práticas da Pastoral, marcado pelas experiências de *comunidades* e de mobilização junto ao povo da rua. Assim, ao propor uma espécie de centro de convivência, a Pastoral buscava levar para a política pública uma inteligibilidade específica, que orientava sua ação e já havia se delineada no contexto originário da entidade: quando, no âmbito da OAF, a “opção pela rua” foi realizada, justamente, como fuga aos efeitos individualizantes do atendimento institucional. Neste sentido, acho oportuno compartilhar outro trecho da narrativa de Cristina, que versa sobre as noções que orientaram a nova abordagem da OAF na virada da década de 1980, mas que se refletem na perspectiva da proposta que a Pastoral tentava trazer ao poder municipal, já em Belo Horizonte, no início da década de 1990.

A gente adotou a proposta de realizar trabalhos que sejam coletivos, por isso as comunidades. São coletivos, não é individual. Porque, com a população de rua, você pode incentivar o individualismo. A assistente social fica atendendo individualmente a pessoa, a psicóloga fica atendendo individualmente. Nessa ordem social, você tem de implementar e trabalhar metodologias diferenciadas, que incentivem a organização social, o protagonismo, o sujeito social. Você inclui outros conteúdos... (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

Para a racionalidade governamental da época, a proposta de um centro de convivência parece ter se apresentado “complicada demais”, ao passo que o acolhimento em pernoite apresentava uma linha de continuidade visível, uma vez que existiam abrigos para pobres e “desvalidos” na cidade. Este é um aspecto passível de ser apontado no contexto em que o

modelo albergal foi tomado como primeira forma de intervenção assistencial junto à população de rua; todavia, não confere uma resposta para pergunta: por que, então, um albergue, dentre outras propostas?

A prevalência do modelo de acolhimento em pernoite não é algo restrito a este momento específico da construção da rede de atendimento em Belo Horizonte; mas reverbera no cenário mais geral das políticas sociais para a população em situação de rua, no Brasil, onde o acolhimento em pernoite é a estratégia mais empregada na assistência a este público. Os dados do Censo SUAS de 2016<sup>41</sup> apontam, por exemplo, que em todo o território nacional há 5.781 unidades de acolhimento institucional, sendo 512 (8,8%) destinadas ao acolhimento temporário de adultos e famílias em situação de rua<sup>42</sup>; enquanto que as repúblicas<sup>43</sup> para adultos em processo de saída das ruas (outra modalidade de acolhimento) contabilizam apenas 36 (0,6%) em todo país. Os Centros de Referência Especializados para a População de Rua (Centros POP), por sua vez, conformam um serviço assistencial inspirado nos espaços de convivência e *comunidades* desenvolvidos pelos referidos grupos católicos – uma experiência bastante localizada em comparação com os abrigos para desvalidos que se encontravam por toda parte do país. Talvez por isso, os Centros POP só se disseminam enquanto modelo de intervenção a partir de sua incorporação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na década de 2000. A própria contabilização dos Centros POP pelo Censo SUAS só tem início no ano de 2012, quando haviam 105 unidades em todo país<sup>44</sup>, chegando a 230 em 2016.

A criação do Albergue Tia Branca, também, se deu no último ano do mandato de Azeredo, de modo que a proximidade de uma alteração no arranjo de forças do município trazia a necessidade de garantir novos canais de diálogo com a seguinte Prefeitura. Embora um novo ator – representado pelo grupo O Consolador – tenha emergido na cena de produção de saberes e práticas em torno da população de rua, Cristina compartilha que Tia Branca (O Consolador) lhe dizia “*esta questão de política é você quem faz*”. Assim, a articulação com o poder municipal, em torno da temática, continuou a ser conduzida pela Pastoral.

---

<sup>41</sup> O Censo SUAS compreende a coleta anual de dados junto a Secretarias e Conselhos de Assistência Social e equipamentos público de assistência em todo território nacional, por meio de formulário eletrônico e que tem início no ano de 2007.

<sup>42</sup> As unidades de acolhimento institucional são predominantemente destinadas aos públicos de crianças e adolescentes (51% das unidades) e idosos (28%). Fonte: Censo SUAS 2016.

<sup>43</sup> As repúblicas acolhem um número menor de pessoas e compreendem uma espécie de moradia coletiva, cujo espaço pode ser usufruído também durante o dia por seus usuários (nomeados “moradores”). As características deste serviço serão melhor detalhadas ao longo do texto.

<sup>44</sup> Informações obtidas no sistema Data SUAS, disponível no endereço: [aplicacoes.mds.gov.br](http://aplicacoes.mds.gov.br)

Sob o mandato de Patrus Ananias (PT, 1993-96), a nova gestão trazia como prefeito um ator que já figurava no campo de interlocução da Pastoral, mas para o qual as pautas dos catadores e da população de rua não pareciam, a princípio, tão evidentes.

A gente já havia brigado demais com o Eduardo Azeredo. (...) Quando chega janeiro, a gente disse "Bom, vamos na Prefeitura ver como vamos fazer". O pessoal nem sabia, nem conhecia, nem tinha ouvido falar dessa questão da rua. (...) Eles assumiram sete frentes de trabalho e não colocaram a população de rua, nem os catadores. Estes grupos populacionais eram desconhecidos, também, para a nova gestão, mas, em seguida, assumiram a proposta e em seis meses começou a organização do Programa da População de Rua. E iniciamos o Fórum da População de Rua, que resultou ser um espaço de mediação no debate político entre o governo e a sociedade civil. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

A gestão de Patrus, cuja coligação eleitoral nomeava-se Frente Popular BH, é reconhecida como o período quando o maior número de ações para a população de rua foi estabelecido na cidade (Jacobi & Teixeira, 1997; Araújo, 2004). O paralelo com o contexto paulistano é visível: em ambos, o alavanco de políticas para a população de rua acontece em gestões municipais do Partido dos Trabalhadores, com prefeitos que tinham proximidade anterior com movimentos sociais, em um contexto de recente democratização e parca regulação sobre políticas sociais. Assim como em São Paulo, também é criado, em âmbito interno à Prefeitura de Belo Horizonte, o Fórum de População de Rua<sup>45</sup>, um espaço para a elaboração de ações e que colocava, em diálogo, representantes de setores da administração municipal<sup>46</sup> e atores da sociedade civil, os quais: a Pastoral de Rua, a Pastoral dos Direitos Humanos, a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais (entidade católica) e o Fórum Mineiro de Saúde Mental (Frota & Brasil, 2013).

Em seus quatro primeiros anos de existência (correspondentes à gestão de Patrus), o Fórum desfrutou de um cenário propício para sua atuação; de modo que suas ações não só fomentaram a consolidação da cooperativa de catadores, como contribuíram para a conformação de uma rede assistencial diversificada para a população de rua. É importante frisar que, no contexto da época, a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social

---

<sup>45</sup> No ano de criação de um Fórum sobre população de rua em Belo Horizonte, o Fórum da cidade de São Paulo sofre mudanças com o rearranjo de forças colocado pela seguinte gestão, de Paulo Maluf (1993-1996); deixa de ser interno à Prefeitura, que não apoia mais a iniciativa, mas continua a se reunir como Fórum das Organizações que Trabalham com a População de Rua. Nesse período, contando com a presença da vereadora Aldaíza Sposati, começa a elaboração de uma Lei de Atenção à População de Rua (De Lucca, 2007, p.94).

<sup>46</sup> Segundo Frota & Brasil (*Idem*), eram participantes frequentes as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social (SMDS) e de Saúde (SMSA) e a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU); enquanto que as Secretarias Municipais de Educação (SME) e de Indústria e Comércio (SMIC), bem como a Administração Regional Centro-Sul tinham uma participação esporádica.

(LOAS) oferecia alguns esteios para a regulação da Assistência Social<sup>47</sup>, mas não estabelecia orientações detalhadas para sua execução no território brasileiro. Isso significa que, na ausência de uma padronização nacional, havia muito espaço para a discricionariedade das gestões municipais no estabelecimento de políticas sociais – o que, em consequência, ampliava a importância da interlocução com o poder público. Assim, o Fórum de População de Rua compreendia um canal privilegiado para que as agendas e perspectivas dos atores ligados à população de rua e catadores chegassem diretamente aos ouvidos dos funcionários de diferentes setores da Prefeitura. Entretanto, mais do que um canal de comunicação, o cenário vivenciado se mostrou tão favorável a esta experiência, que o Fórum se constituiu como âmbito para que os setores da Prefeitura e os atores da sociedade civil elaborassem conjuntamente ações e políticas relacionadas à população de rua – como diz Cristina, “*a gente fazia junto, era tudo misturado*”. Deste modo, a leitura de Cristina é bastante positiva sobre este período e considera que ações desenvolvidas nessa época foram estruturantes para a rede de atendimento atualmente em vigor: “*Na verdade, foi ali que tudo começou. Depois, parou, praticamente...*”.

Antes de apontar mais detidamente as políticas que tiveram origem no Fórum, vale apresentar algumas configurações e desdobramentos que atravessaram sua atuação. Primeiro, é interessante observar o caminho particular pelo qual conseguiu concretizar suas principais propostas de intervenção assistencial junto à população de rua e catadores: via Orçamento Participativo de Belo Horizonte (OP-BH). Ou seja, embora o Fórum tenha se estabelecido enquanto um espaço legitimado de discussão e proposição de políticas (sendo, inclusive, interno à Prefeitura); a instituição de serviços significativos para a população de rua não se concretizou via interlocução direta do Fórum com o poder municipal (como se dera com a interlocução da Pastoral com a gestão anterior), mas por meio de um mecanismo de participação popular, onde as propostas para a população de rua concorriam com aquelas da população domiciliada.

Instituído em Belo Horizonte durante a gestão de Patrus, o Orçamento Participativo estabelecia certas parcelas orçamentárias para que os cidadãos, divididos nas nove regionais

---

<sup>47</sup> Lei nº 8.742, de 1993. A LOAS ofereceu a regulamentação inicial do setor, no Brasil, estipulando o funcionamento da Assistência Social de maneira descentralizado entre as três esferas do governo e situando as entidades da sociedade civil como parceiras para a execução de serviços, do quais entende-se que a responsabilidade é do Estado. Todavia, aponta-se que a promulgação da LOAS se desdobrou em poucos avanços em termos de arranjos institucionais de gestão e prestação de serviços assistenciais, significando mais um instrumento de respaldo para o debate sobre a consolidação da Assistência em âmbito nacional (IPEA, 2009) e que culminou com a instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004.

da cidade, deliberassem sobre a utilização dos recursos. Inscritas as propostas (e após conferência de sua viabilidade por órgãos administrativos), eram realizadas assembleias para apresentação, discussão, defesa e votação dos projetos sugeridos. Com esta estrutura, a possibilidade de aprovação de uma proposta atrelava-se, em muito, à capacidade de mobilizar participantes para as assembleias de votação. Assim, a aprovação dos projetos submetidos pelo Fórum já pode ser tomada como um indicativo da participação da população de rua nas assembleias do Orçamento Participativo, algo que Araújo (2004) coaduna. Esta autora também aponta que os espaços comunitários desenvolvidos pela Pastoral figuravam como fortes focos para a mobilização necessária à aprovação das propostas. Em consonância, a leitura de Frota & Brasil (2013) é que, por meio da submissão de projetos, o Fórum oferecia “apoio à participação da população de rua” no Orçamento Participativo e possibilitava que ela se transformasse “no principal ator impulsionador da política pública em que era o público beneficiário” (p.9).

Entretanto, nota-se que, nesta época, não havia nenhum integrante do Fórum que já estivesse passado ou se encontrasse “em situação de rua”. Assim, é a Pastoral quem desempenhava a função de mediação entre aqueles que compreendiam seus dois universos de interlocução: a população de rua e o âmbito de diálogo com outras entidades e setores da administração municipal representado pelo Fórum. Nesta configuração (onde se inaugurava políticas específicas para a população de rua pela via do Orçamento Participativo), a atuação mobilizadora da Pastoral de Rua junto à população de rua era, portanto, reforçada, uma vez que essencial às dinâmicas do OP. Além disso, esse processo também confere à Pastoral um reconhecimento quanto à sua *propriedade* sobre a questão da população de rua, algo que se revela nas características das propostas de intervenção elaboradas pelo Fórum, pois são consonantes com as perspectivas da entidade em relação a abordagens “mais coletivas” e “menos institucionalizantes”.

Assim, entre as ações desenvolvidas pelo Fórum, não se encontra o modelo de acolhimento em albergues. Como mostra a tabela a seguir, o Orçamento Participativo foi, principalmente, utilizado para o estabelecimento de equipamentos públicos de atendimento à população de rua e catadores; enquanto que as iniciativas que escapam ao OP compreendem ações mais pontuais, como pesquisas e seminários, e também aquelas em que o Fórum mediou processos de desocupação de espaços públicos, fazendo pressão para direcionamento das famílias e indivíduos para moradias definitivas - o que, por sua vez, não se desdobrou em uma política habitacional continuada para a população de rua.

**Figura 1 - Ações do Fórum de População de Rua (1993-1999)**

Propostas aprovadas no Orçamento Participativo	Ano	Outras ações realizadas em diálogo com poder municipal
República Reviver	1993	- Diagnóstico participativo com os catadores e convênio da PBH com a ASMARE - Abrigo Municipal Pompéia
Reforma do Centro de Saúde Carlos Chagas (referência na Atenção Básica em Saúde para população em situação de rua)	1994	- Criação do Serviço de Abordagem à População de Rua - Implantação do Serviço Social no Albergue Noturno Municipal - Projeto Lagoinha (Inclusão de famílias no Programa de Reassentamento de Áreas de Risco - PROAS) - Convênio com Abrigo São Paulo
Centro de Referência da População de Rua	1995	- Realização do Seminário Nacional de População de Rua
Creche para filhos de catadores e população de rua	1996	- Abrigo Granja de Freitas
05 moradias (OP Habitação)	1997	
	1998	- Seminário sobre Políticas Públicas - 1º Censo de População de Rua - Descentralização do Serviço de Abordagem
	1999	- Retirada de famílias e indivíduos dos baixios dos viadutos da Floresta, da Av. Francisco Sales e da Av. Silva Lobo, com sua transferência desses para o Conjunto Califórnia

Fonte: Elaboração própria, com base no mapeamento realizado por Frota & Brasil (2013).

A **República Reviver** foi a primeira proposta submetida pelo Fórum no OP, em 1993. Araújo (2004) aponta que a proposta surgiu como reivindicação de pessoas em situação de rua que participavam das atividades da Pastoral e define o equipamento como “uma experiência pioneira no Brasil de ‘moradia pública’” (p.222). De acordo com Cristina, a ideia da República buscava “*criar um serviço alternativo ao albergue, porque o albergue já trazia os problemas*”. A República Reviver inaugurava, portanto, uma política também localizada no âmbito da Assistência Social, mas que buscava um tipo de resultado que seus criadores não identificavam ser possível no modelo do albergue. Entendido enquanto um espaço massificado e rígido, o acolhimento em albergues era visto como uma prática de intervenção insuficiente em proporcionar o projeto de retorno à sociedade domiciliada. A república emerge, portanto, como uma espécie de trampolim “para fora” do problema representado pela

situação de rua, estabelecendo como solução a conformação de um espaço compartilhado com um número pequeno de pessoas e onde elas definiriam coletivamente as regras de convivência. Por ser compreendido como potencializador de um movimento de “superação” já em andamento, a república é entendida como um espaço para ser usufruído como moradia, mas de maneira provisória, apenas pelo tempo necessário para que a superação da situação de rua seja, por fim, concretizada. Assim, o público-alvo deste equipamento é definido, hoje, como *peças em processo de saída das ruas*. A República Reviver foi fundada em novembro de 1994 a partir de um convênio da Prefeitura com a Providência Nossa Senhora da Conceição, uma instituição filantrópica da Arquidiocese de Belo Horizonte e, portanto, não distante do próprio grupo de atores que participara de sua elaboração.

Como foi colocado anteriormente, na época de sua interlocução com a gestão municipal de Eduardo Azeredo, a Pastoral de Rua propusera a criação de um centro de convivência diurna, mas que não foi priorizada ante a proposta de um equipamento de acolhimento. A ideia teve, por fim, sua concretização no ano de 1996, quando foi fundado o **Centro de Referência da População de Rua – Projeto Cidadania**. Assim como a República Reviver, este projeto fora aprovado no Orçamento Participativo, sendo fruto de mobilização. Este equipamento funciona durante o período diurno, oferecendo espaço para a consecução de atividades cotidianas (banho, lavar roupa e guardar pertences), além de atividades culturais e de lazer. Como coloca Araújo (2004), “não tem como objetivo principal promover a saída da rua, mas possibilitar a restituição de alguns direitos fundamentais do cidadão” (p.223). Este, que foi o primeiro Centro POP de Belo Horizonte, está localizado na Av. do Contorno, na altura do bairro Barro Preto, região de concentração de pessoas em situação de rua e catadores. Sua execução também se deu por meio de convênio (ainda em vigor) com a Providência Nossa Senhora da Conceição.

Além do Centro de Referência, o leque de práticas desenvolvidas pela Pastoral de Rua acabou servindo de referência para a conformação de outra política assistencial para a população de rua: o **Serviço de Abordagem para a População de Rua**, criado em 1994. Sua emergência se deu ante a necessidade de atender a uma situação específica, porém de caráter recorrente no que tange à presença da população de rua na cidade: a ameaça de desocupação de moradias estabelecidas em vias e espaços públicos.

Tinha a turma aqui da Lagoinha, muita gente aqui na Lagoinha, que morava, que dormia, que tinha maloca. E a Prefeitura começou a enfrentar o debate, porque tinha que se dar uma alternativa praquela situação. Em conversas com a gestão - na

ocasião, o André Quintão<sup>48</sup>, o Fórum propôs desenvolver uma abordagem diferenciada. Se estabeleceram contatos com todos os moradores da região, se fez um cadastro e se desenvolveu um processo de saída das ruas, mas com a participação ativa dos envolvidos. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

O trecho acima permite compreender que a criação do Serviço de Abordagem se deu pela tentativa do Fórum de alterar a forma como as operações de controle dos espaços urbanos eram executadas. Estar na rua, junto com o *povo da rua*, escutando seus desejos e necessidades compreendia uma prática fundante da perspectiva da Pastoral de Rua (integrante do Fórum), de modo que foi apresentada como alternativa ante a lógica de “limpeza urbana” que era praxe nas ações governamentais. Assim, na criação do Serviço de Abordagem, “a proposta de vivência mística cristã” é transformada “em trabalho técnico”, como aponta Villamarim (2009, p.31); e a equipe do serviço passa a conhecer, cadastrar, escutar e criar vínculos com aqueles que habitavam as ruas do bairro Lagoinha. Apenas após este processo é que a desocupação foi apresentada aos sujeitos, assim como discutidas as alternativas possíveis para cada indivíduo ou grupo familiar<sup>49</sup>: seu retorno para as famílias de origem ou a mudança provisória para um espaço de acolhimento para as famílias, até que lhes fosse oferecida uma possibilidade de moradia definitiva. Mesmo após este processo – que foi denominado Projeto Lagoinha - o Serviço de Abordagem se manteve e foi ampliado para outras regionais da cidade, em 1998. Sua atuação não esteve atrelada a situações específicas de desocupação, mas enquanto um serviço de reconhecimento e criação de vínculos com sujeitos que habitam as ruas para sugestão de alternativas dentro das políticas sociais existentes. A execução deste serviço foi, inicialmente, também realizada por convênio com a Providência Nossa Senhora da Conceição.

Observa-se, portanto, que o processo que deu origem ao Serviço de Abordagem também se desdobrou em outra forma de intervenção assistencial, a partir de um serviço de acolhimento para famílias. Diante da decisão de desocupar determinado espaço da cidade, a pressão de um grupo para que a desocupação não acontecesse como sempre aconteceu (desmanchando barracos, dispersando pessoas e recolhendo pertences) e a necessidade oferecer uma alternativa para estes sujeitos, a Prefeitura da época adaptou alguns galpões vagos com estruturas de madeira e de modo a formarem diferentes unidades familiares. Como coloca Cristina, “*era precário*”, “*mas não era tudo misturado*”, pois as famílias eram

---

<sup>48</sup>Então, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social. André Quintão é, por formação, assistente social e sociólogo, que realizou estágio na ASMARE durante a graduação e, portanto, tinha alguma proximidade com a temática.

<sup>49</sup> Cristina aponta que havia em torno de 30 famílias.

alocadas em cômodos individualizados. Esta alternativa foi aceita enquanto um acolhimento provisório, mas a Prefeitura foi relutante até oferecer uma proposta de moradia definitiva, algo que se deu depois com a inclusão das famílias em um programa de reassentamento.

O modelo de acolhimento em famílias já vinha sendo desempenhado desde 1993, quando a Prefeitura criou o **Abrigo Pompéia**, oferecendo 32 cômodos para o acolhimento para famílias em situação de risco geológico/geotécnico e compreendia uma resposta emergencial para as fortes chuvas que acometeram a capital, à época. Em 1996, o **Abrigo Granja de Freitas** foi criado, oferecendo 102 cômodos para o acolhimento do mesmo público, mas também acolhendo as famílias do Projeto Lagoinha<sup>50</sup>. Ao final da década de 2000, percebe-se uma redução da demanda relacionada à situações de risco geológico e procura para atender situações em outros contextos de vulnerabilidade. Assim, há uma mudança no ordenamento das vagas e o Abrigo Pompéia passa a ser prioritariamente destinado ao acolhimento de famílias em situação de rua. Atualmente, o Abrigo Granja de Freitas também atende a esta demanda<sup>51</sup>.

O percurso pelas ações desenvolvidas pelo Fórum de População de Rua, em seus quatro primeiros anos, permite compreender os contextos de emergência de diferentes formas de assistência para a população de rua, as quais proporcionaram o alargamento e diversificação da rede de atendimento em Belo Horizonte. Impulsionado por um âmbito específico de tematização e elaboração de políticas para população de rua (o Fórum), este arranjo permitiu que os saberes desenvolvidos em uma determinada esfera de atuação política e religiosa tivessem ressonância na conformação de novas metodologias sociais para a intervenção junto ao segmento. Esta configuração possibilitou que, em meados da década de 1990, a rede de atendimento de Belo Horizonte já antecipasse todo o quadro de serviços atualmente estipulado para população em situação de rua no âmbito da Assistência Social.

O particular quadro de relações que permitia o protagonismo do Fórum se altera, entretanto, durante a seguinte gestão municipal, de Célio de Castro (PSB, 1997-2001). Sob seu mandato, a Prefeitura passa a tomar decisões sem consultar aquele âmbito que, até então, ganhava propriedade para discutir, deliberar e propor intervenções no que tange à questão da população de rua – algo que culmina com a desarticulação do Fórum por volta de 1999, algo que perdurará por quase cinco.

O Patrus não deu continuidade [*não foi reeleito*] e quem entrou na gestão foi o Celio de Castro. Aí, no segundo, terceiro ano, a gente começou a ter problemas. Houve

---

<sup>50</sup> Informações obtidas a partir de entrevista com Cristina.

<sup>51</sup> Informações obtidas através de contato com este equipamento.

mudanças nas Secretarias e, com isso, mudanças na condução da Política de Assistência. Aos poucos, os gestores iniciaram um processo em que as definições vinham a partir do Executivo e não eram mais levadas para a discussão com o Fórum. Porque, antes, tudo foi construído muito junto, com muito diálogo entre os técnicos da Prefeitura e os representantes da sociedade civil. Nisso, o Fórum perdeu o caráter de elaboração conjunta e houve um esvaziamento, até chegar na sua suspensão, por vários anos. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

Frota & Brasil (2013) apontam que as entidades da sociedade civil saem do Fórum por volta da metade do mandato de Célio de Castro, pois encontram uma significativa redução da capacidade de influência durante esta gestão, uma vez que as decisões em torno da questão população de rua passaram a ser tomadas apenas entre setores do governo. Além disso, estas autoras apontam que, neste período, a Prefeitura acirrou o controle do espaço urbano, realizando ações nas quais a população de rua tinham seus documentos e pertences retirados, além de articular com as administrações regionais – e sem discussão com o Fórum - a remoção de pessoas de baixios de viadutos para encaminhamento a um programa de subsídio mensal ao aluguel. Villamarim (2009) acrescenta, ainda, que a dissolução do Fórum esteve envolta no episódio de implantação da República Maria Maria, pois “a decisão de abertura da República Feminina, os critérios para atendimento e a escolha da entidade parceira não foram discutidos, mas comunicados ao Fórum” (*Idem*, p.32). A entidade escolhida para a execução do convênio foi a Associação Grupo Espírita O Consolador, um ator que executava uma política específica para a população de rua desde 1992 (o Albergue Tia Branca), mas que não circulou pelos espaços de discussão empreendidos em torno do Fórum de População de Rua.

Fundada em julho de 2000, em uma casa no bairro Lagoinha, a **República Maria Maria** foi um projeto escrito por técnicos sociais do Albergue Tia Branca e que tomava a metodologia de trabalho da República Reviver como modelo. De início, a república foi destinada às mulheres usuárias do Albergue Tia Branca e que, de acordo com Villamarim (*Idem*, p.32), “se queixavam da pouca privacidade e do assédio constante dos homens” – os quais passaram a ser o público exclusivo do albergue desde então<sup>52</sup>.

No mesmo ano de 2000 é promulgada, pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, a Lei nº 8.029/00, que obriga o executivo municipal a manter uma rede de serviços e programas para a população de rua, a qual deveria ser composta por ações *emergenciais* e políticas de caráter *promocional* envolvendo diferentes setores da administração municipal. Entre os dez serviços previstos por esta lei, a maioria compreende soluções de acolhimento temporário,

---

<sup>52</sup> Este equipamento apresenta diversas complexidades, como uma intervenção do Ministério Público para impedir o acolhimento de crianças junto às mães e o acolhimento de mulheres com demandas de saúde mental, de modo que estas especificidades serão abordadas no capítulo seguinte.

além de ações para a categoria “moradores de rua em processo de reinserção social”. Ademais, o texto legitima as ações referentes ao Centro de Referência da População de Rua e o Serviço de Abordagem, que já estavam em andamento, e inclui a necessidade de oferecer alimentação de baixo custo e (de maneira pouco especificada) ações para a promoção produtiva e de renda. De maneira geral, a lei mantém uma inteligibilidade construída através das políticas desenvolvidas, durante a década anterior, e que localizavam a população de rua como um público da Assistência Social.

**Figura 2 - Rede de atendimento para a população de rua previstas pela Lei nº8.029/00**

<b>Ações de acolhimento temporário</b>	Abrigo emergencial (para períodos de clima adverso)	Albergue (pernoite)	Pensões e Hotéis privados (por 30 dias)
	Vaga em Abrigo e Casa de Recuperação (para tratamento de saúde, idoso, portador de sofrimento mental ou de deficiência)		
<b>Serviços moradores de rua em processo de reinserção social</b>	Moradia Temporária (repúblicas)	Solução Habitacional Definitiva	
<b>Ações complementares</b>	Centro de referência (atendimento diurno)	Abordagem de Rua	
	Oficina, Cooperativa de Trabalho e Comunidade Produtiva	Restaurante Popular (alimentação de baixo custo)	

Fonte: Elaboração própria, baseado na redação da Lei Ordinária nº8.029/00.

Os desdobramentos desta lei são pouco significativos durante a década que se segue, de modo que podemos suspeitar que sua promulgação tenha servido mais à garantia das ações já desenvolvidas, do que à ampliação da rede de atendimento, até então, vigente. Durante a década de 2000, as maiores contribuições para a rede de atendimento à população de rua compreendem: a criação do Bolsa-Moradia<sup>53</sup>, em 2003, e que, atualmente, reserva um número limitado de suas cotas para que a Assistência Social destine à população em situação de rua; e

<sup>53</sup> Criado no âmbito do já referido Programa Municipal de Assentamento (PROAS), o Bolsa-Moradia que prevê a concessão de subsídio ao aluguel para famílias com moradias em áreas de risco, vítimas de situações de calamidade, removidas em decorrência de obras públicas ou família sem casa que habite rua ou viaduto (Lei Municipal nº 8.566, de 14/05/2003).

a instituição dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (em adequação às normativas federais) nas nove regionais da cidade e os inclui como sede para as equipes de Abordagem de Rua, em 2009. Todavia, esta lei municipal legitima juridicamente a população de rua como um público específico na gramática governamental, estipulando sua definição enquanto “o segmento da população de baixa renda em idade adulta, incluindo criança e adolescente acompanhados das respectivas famílias, que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouro público”.

A Lei nº 8.029/00 também cria juridicamente o Fórum de População de Rua enquanto âmbito de caráter permanente, consultivo e deliberativo sobre a elaboração e funcionamento da política pública para população de rua no município. No entanto, o período de desarticulação do Fórum vigora até 2004, quando trabalhadores da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) procuram entidades da sociedade civil que trabalhavam com população de rua para recuperar este âmbito de diálogo. Assim, o Fórum foi retomado a partir de um novo formato: com reuniões abertas, a participação de pessoas em situação de rua (algo já previsto pela referida lei), bem como de entidades que não compuseram o grupo durante sua primeira fase, como os grupos O Consolador e Sopão Mineiro, o Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG e o Ministério Público Estadual, como apontam Frota & Brasil (2013).

As ações empreendidas reproduzem alguns dos caminhos trilhados pela primeira fase Fórum, como a realização do 2º Censo de População de Rua, em 2005, e participações no Orçamento Participativo, que começara a ser realizado bi-anualmente em 1990. Por meio deste conhecido instrumento, o Fórum consegue a aprovação de duas repúblicas (no OP 2007/2008), além de uma sede própria para o Centro de Referência da População de Rua (CENTRO POP) e duas novas unidades deste equipamento, nas regionais Leste e Pampulha (na edição 2013/2014). A concretização dos projetos aprovados no OP é, entretanto, realizada com menor celeridade neste período, de modo que apenas duas propostas foram, de fato, realizadas: a implantação de um Centro POP na regional Leste, mas de maneira anexa ao prédio do Albergue Tia Branca, em 2014 (também sob execução do grupo O Consolador); e a criação da Unidade de Acolhimento Institucional Fábio Alves dos Santos – República Fábio Alves -, em 2015 (sob administração da Providência Nossa Senhora da Conceição).

A década de 2000 compreende, portanto, o retorno do Fórum de População de Rua e de uma gestão municipal do Partido dos Trabalhadores, sob o mandato de Fernando Pimentel (de novembro de 2001 a dezembro de 2008); mas este arranjo, similar ao do início da década

de 1990, não reproduz o mesmo alavanco de ações para a população de rua no âmbito das ações municipais. A tabela, a seguir (Figura 3).

**Figura 3 - Iniciativas municipais para a população de rua, em Belo Horizonte (entre 1992 e 2008).**

Eduardo Azeredo (PSDB)	1992	Albergue Tia Branca
Patrus Ananias (PT)	1993	Abordagem de Rua Abrigo Pompéia
	1994	República Reviver Convênio com Abrigo São Paulo
	1995	Reforma do Centro de Saúde Carlos Chagas
	1996	Centro POP (Av. do Contorno) Abrigo Granja de Feitas
Célio de Castro (PSB)	1998	1º Censo Ampliação da Abordagem de Rua
	2000	Lei Municipal nº 8.029/00 República Maria Maria
	2003	Bolsa Moradia
Fernando Pimentel (PT)	2005	2º Censo

Fonte: Elaboração própria

O retorno do Fórum de População de Rua com um novo formato, oferecendo abertura para a participação dos próprios sujeitos que conformam seu objeto de discussão, é sincrônico à própria emergência de um movimento político organizado para a representação do segmento: o Movimento Nacional da População (em situação) de Rua (MNPR). Presente, atualmente, em diferentes cidades brasileiras, o MNPR insere um novo ator nas esferas de discussão sobre a questão da situação de rua, onde, até então, as demandas em torno deste contingente eram vocalizadas por agentes institucionais, para os quais, a população de rua compreendia seu público de atuação. Sua criação, na década de 2000, acompanha, também, a própria ressonância da temática em esferas governamentais mais amplas do que a dos poderes municipais. É neste processo que a categoria *população em situação de rua* passa a ser apreendida em normativas e decretos que estipulam formas de atuação a nível nacional, o que nos leva à seguinte seção deste capítulo.

#### **1.4 A entrada da população em situação de rua na agenda do Estado brasileiro**

Os processos que levaram à conformação de um movimento político nacional, por sujeitos em situação de rua, não foge dos trilhos que já vinham conduzindo a construção desta questão em nível municipal. Durante a década de 2000, as mobilizações, que já se desenvolviam com maior intensidade em Belo Horizonte e São Paulo, se articulam de maneira mais ampla a fim de que a pauta da população de rua ganhe ressonância dentro de instâncias federais. E os caminhos que permitiram esta ampliação se apoiam em duas estratégias: eventos de alcance nacional que reúnem pessoas em situação de rua e entidades de diferentes partes do país, bem como a criação de um âmbito de diálogo em torno desta pauta dentro do governo brasileiro.

Em 2001, diferentes organizações não-governamentais organizaram um encontro, em Brasília, que reuniu mais de 3 mil pessoas e promoveu tanto o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, quanto a 1ª Marcha Nacional da População de Rua (De Lucca, 2007). Cristina aponta que a organização do encontro se deu por meio do Fórum Nacional de Estudos da População de Rua, o qual a Pastoral de Rua de Belo Horizonte ajudara a fundar<sup>54</sup>. A motivação para o encontro era que, embora a temática dos catadores tivesse se desdobrado na emergência de associações e cooperativas ao redor do país, o cenário do mercado de recicláveis, na virada do século, sinalizava para a maior competitividade com empresas privadas. Diante disso, uma mobilização nacional dos catadores fora pensada para o fortalecimento das iniciativas locais, de modo que, ao colocar catadores do país em diálogo, o 1º Congresso culminou com a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Neste evento, a participação da população de rua também se fez presente. Ao lado dos catadores, as duas categorias de reivindicação política poderiam se fortalecer mutuamente a fim de potencializar sua vocalização – embora, diferente dos catadores, a criação de um movimento político da população de rua não era, ainda, uma ideia muito delineada. Para Cristina, este evento viabilizou o início de uma discussão sobre a organização da população de rua, algo representado pela ideia de que se colocava “*a rua em movimento*” para que, depois, ela se conformasse enquanto um movimento social.

---

<sup>54</sup> Ferro (2011) aponta que o Fórum Nacional foi uma iniciativa das religiosas ligadas às Pastorais de Rua de Belo Horizonte e São Paulo, sendo criado em 1993. Esta autora também compartilha que a mobilização de 2001 trouxe não só visibilidade para os segmentos sociais a ela vinculados, mas também para suas entidades promotoras, de modo que as iniciativas pastorais ligadas à rua foram assumidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que criou a Pastoral Nacional do Povo da Rua (*Idem*, p.82).

Começamos, a partir do Fórum, a reunir e discutir sobre os desafios e ameaças que os catadores sofriam. E isso redundou num processo, que foi longo, mas resultou no 1º Congresso dos Catadores de Material Reciclável, em Brasília, em 2001. E a gente pensou em fazer, no último dia do Congresso, uma marcha. O congresso era para 1.500 catadores e a gente pensou que também era uma oportunidade para ampliar a participação da população de rua, que eles participassem na marcha, trazendo suas reivindicações, também. Então, convidamos entidades e pessoas que trabalhavam com a população de rua em todo o país e vieram ônibus de vários locais. Então, isso foi uma semente para começar a discutir a questão de movimento com eles. Só que a gente dizia assim "a rua está em movimento". (risos) Não tem o movimento da rua, mas a rua está em movimento (risos). Até hoje tem bandeira da "rua em movimento". (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

É interessante observar, nos percursos narrados desde o início deste capítulo, que embora os catadores emergem enquanto um "subgrupo" dentro da população de rua<sup>55</sup>, as mobilizações junto a eles tomam a dianteira e acabam abrindo canais para a visibilidade da questão da população de rua. Ferro (2011) observa este aspecto e aponta para o *trabalho* (a catação) como elemento aglutinador a favorecer a luta conjunta, ao passo que a categoria "rua" oferece menos elementos convergentes para a enunciação de uma identidade coletiva (p.82). A "rua" como âmbito de pobreza certamente pesa de maneira negativa sobre os dois grupos, já que ambos se encontram vinculados a ela; mas, simbolicamente, há uma diferença entre aquele que *trabalha* na rua e aquele que *mora* nela. Sendo o *trabalho* representado como elemento dignificador em nossa sociedade, o reconhecimento dos catadores enquanto *trabalhadores* é acionado de maneira positiva para o fomento da ação coletiva. Morar na rua, por outro lado, figura enquanto símbolo de "miséria" e "degeneração", de modo que não é estranho que uma das primeiras formas experimentadas para enunciação coletiva, dentro deste universo, tenha vindo justamente pelo signo do *sofrimento* que a rua representa – o termo *sofredores de rua*, utilizado no universo católico, na década de 1980. Além disso, dada a heterogeneidade de sujeitos que a categoria "população de rua" reúne, não é raro que as próprias pessoas em situação de rua estabeleçam diferentes marcadores morais dentro de seu próprio universo<sup>56</sup>, o que dificulta a sobreposição de uma identidade grupal. É possível citar, ainda, que a situação de rua é, em geral, vivenciada por sujeitos que romperam com formas primárias de solidariedade social, representadas pelos vínculos familiares e comunitários<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Como já mencionado, neste capítulo as fronteiras são porosas. Os catadores não conformem um subgrupo da população de rua em um senso estrito do termo, uma vez que muitos catadores não passam pela situação de rua. No entanto, utilizo a noção de "subgrupo" para me referir à emergência de tematizações em torno destes dois âmbitos, uma vez que os catadores de materiais recicláveis ganham visibilidade coletiva a partir das iniciativas que orientaram sua atuação para o "universo da rua".

<sup>56</sup> Como são os termos *maloqueiros* e *caídos*, que, na maioria das vezes, fazem referência a um alto grau de degeneração entre aqueles que moram nas ruas.

<sup>57</sup> Como coloca Escorel (1999), mais do que uma exclusão do mercado de trabalho, a exclusão social mais saliente entre as pessoas em situação de rua é seu rompimento com a estrutura familiar.

Embora as relações estabelecidas em situação de rua não deixem de criar novos arranjos de solidariedade e afetividade, qual elemento seria suficiente para embasar o reconhecimento de si enquanto parte de um grupo? Por fim, o próprio enquadramento da *situação de rua* como algo que *deve ser superado* coloca, em tese, como transitória a vinculação do sujeito com esta causa, pontos que fazem com que a organização de um movimento social da população de rua figure como a mobilização política dos “improváveis”, como sinalizam Ferro (*Idem*) e Melo (2011). Estes aspectos não deixam de pesar enquanto desafios para a organização política do segmento e sua divulgação e adesão, dentro do contingente de pessoas em situação de rua, ainda são baixas<sup>58</sup>. Todavia, e a despeito das fragilidades, o Movimento Nacional da População (em situação) de Rua (MNPR) é criado no ano de 2005, durante o 4º Festival Lixo e Cidadania, evento que o movimento dos catadores organizava anualmente desde 2002.

Como vimos, mobilização política da população de rua era algo que já se experimentava nos âmbitos de atuação da Igreja católica desde a década de 1980, com a realização das Missões e, posteriormente, em Belo Horizonte, com a participação nos Orçamentos Participativos (na década de 1990). Além disso, a presença da população de rua nos âmbitos de discussão vai se disseminando na década de 2000, quando, por exemplo, o Fórum de População de Rua de Belo Horizonte passa a contar com a participação das pessoas em situação de rua; ao passo que em São Paulo, em 2004, são elas que tomam a dianteira do Fórum de discussão que havia por lá (Galvani, 2008, p.41 *apud* Ferro, 2011, 87; De Lucca, 2007, p. 114). No entanto, embora estes aspectos indiquem que as bases para a auto-organização já estavam sendo fomentadas, na narrativa de criação do movimento social da população de rua encontra-se um evento trágico, quando sete moradores de rua foram mortos na Praça da Sé, em São Paulo, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004. Este acontecimento – conhecido Massacre da Sé – reverbera de maneira pungente entre os participantes do 3º Festival Lixo e Cidadania, em 2004, que realizam a 1ª Reunião de Moradores de Rua durante o evento (Ferro, *Idem*). Desta reunião, é lançada uma carta de deliberações que enuncia o desejo de um movimento social e estabelece os passos necessários para sua criação; o que, como dito, é efetivada no ano seguinte.

Além de elencar as iniciativas necessárias para a auto-organização, esta carta de deliberações também vocaliza algumas reivindicações, entre as quais: a inclusão do segmento no Censo do IBGE, casas especializadas para pessoas em situação de rua portadoras de

---

<sup>58</sup> No 3º Censo da População de População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte, 88,3% relatam não participar de nenhum movimento social; ao passo que 5,7% participam do MNPR e o restante, de movimentos com as temáticas LGBT, pró-moradia e direitos humanos.

deficiência e de sofrimento mental e a ampliação dos serviços de acolhimento em moradias temporárias (repúblicas), entre outras. Como aponta Ferro (*Idem*), o contexto nacional, da época, era favorável para a visibilidade desta questão, uma vez que o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-10), desde o primeiro ano de seu mandato, se fazia presente em ações relacionadas aos catadores<sup>59</sup>. Assim, a presença de Patrus Ananias, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no Festival Lixo e Cidadania de 2004, permitiu que a carta com as reivindicações da população de rua fosse levada para âmbitos mais internos do governo.

O Patrus era, então, o Ministro do Desenvolvimento Social e estava no Festival. Aí, aproveitamos a ocasião pra solicitar a inclusão do tema da população de rua no Ministério. A pauta dos catadores já estava avançando no diálogo com o governo, mas tem especificidades, tem coisas que não são iguais. E aí foi. Após algumas negociações, uma técnica do MDS, que chama Lúcia Lopes, assumiu a pauta da população de rua. E aí, o tema começou a deslanchar. (Trecho de entrevista realizada com Cristina Bove, no dia 25/05/2016).

As articulações realizadas no interior do MDS compreendem a entrada da pauta da população de rua na agenda do governo federal. O primeiro passo foi a realização de um levantamento junto às municipalidades, a fim de verificar onde havia políticas em andamento, bem como organizações da sociedade civil que atuavam com este público. Segundo Ferro (*Idem*, p. 102) foram encontradas apenas 12 cidades<sup>60</sup> em todo o país, de modo que os atores mapeados (prefeituras, entidades não-governamentais e pessoas em situação de rua) foram convidados para o I Encontro Nacional sobre População *em situação* de Rua, realizado em setembro de 2005, em Brasília. Um ponto significativo dos discursos que perpassaram este encontro foi a sinalização de que a – agora chamada – *população em situação de rua* não deveria ser abordada enquanto um público exclusivo da Assistência Social, mas que a construção de *saídas* para a problemática só seria alcançada via a construção de políticas *intersectoriais*. Neste sentido, foi notada de maneira negativa, pelos participantes, a ausência de outros setores do governo no referido encontro<sup>61</sup>, uma vez que julgavam necessária a interlocução com atores atuantes nos campos da Habitação, do Trabalho e da Saúde, entre outros.

---

<sup>59</sup> Ferro (2011, p.97-98) aponta que, desde seu primeiro ano de governo, Lula se comprometera a visitar um projeto social gerido pela OAF, em São Paulo, todos os anos no período próximo ao Natal. Além disso, fora criado, no primeiro ano de seu mandato, o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, onde a necessidade de políticas para a população em situação de rua também se colocava

<sup>60</sup> De acordo com o relatório do I Encontro Nacional, as cidades mapeadas (e participantes do encontro) eram Belo Horizonte (MG), São Paulo e Campinas (SP), Rio de Janeiro e Niterói (RJ), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Londrina (PR), Vitória (ES), Fortaleza (CE), São Luís (MA) e Brasília (DF). (Brasil, 2006a).

<sup>61</sup> Na estrutura administrativa da época, a Assistência Social era competência administrativa do MDS

Assim, como estratégia para reverberar a pauta da situação de rua, em outras áreas governamentais, o MDS desempenhou esforços para a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), em outubro de 2006, que reunia membros do governo federal<sup>62</sup> para a formulação de estudos e políticas para a população em situação de rua. Como relata Cristina, a criação do GTI tinha, como meta, a elaboração de uma política nacional para a população em situação de rua no prazo de três meses e tinha, até então, se estabelecido com estreita participação da sociedade civil, embora sua participação fosse considerada facultativa pelo decreto que instituía o GTI.

No entanto, as articulações estabelecidas em torno deste projeto sofrem impacto com a transição de governo, pois embora Lula tenha sido reeleito em 2007, uma nova equipe foi escalada para atuar no MDS. Isso fragiliza os canais de diálogo da sociedade civil com o referido ministério e isso compreendia algo muito arriscado, uma vez que se dependia do MDS para articular a adesão de outras pastas do governo à discussão. Embora os atores da sociedade civil reivindicassem a presença majoritária no GTI, a fim de que a construção da política nacional se desse de maneira participativa (Ferro, *Idem*), é permitida apenas a participação de duas lideranças do MNPR e da Pastoral Nacional do Povo da Rua (representada por nossa interlocutora Cristina). Isso faz com que o Fórum Nacional se organize enquanto um âmbito paralelo de discussão, de modo que os atores do MNPR e da Pastoral Nacional fiquem responsáveis por mediar o trânsito de decisões.

Como salienta Cristina, um processo que se esperava realizar em três meses é, ao fim, concluído em três anos. Algo apontado por ela e pelos interlocutores de Ferro (*op. cit.*, p.114) é que, com exceção do MDS e do Ministério da Saúde, os outros atores governamentais envolvidos não tinham nenhuma experiência de atendimento a este público, apresentavam desconhecimento sobre sua realidade. Além disso, trocas frequentes dos funcionários designados para o GTI faziam com que a participação dos outros ministérios se desse de maneira descontinuada, dificultando o acúmulo de “conhecimento de causa” que permitisse o avanço do debate (*Idem*, p.115). Esta dinâmica interna ao GTI sinaliza, por sua vez, que o reconhecimento da população em situação de rua como um público específico e dignatário de ações específicas se restringia às áreas da Seguridade Social, o que reverbera até hoje no leque de políticas desenvolvidas.

O processo foi muito difícil. Porque, primeiro, havia um desconhecimento total de quem era essa população de rua, qual seu perfil, demandas, etc.. O MEC não

---

<sup>62</sup> O qual, além do MDS incluía os Ministérios da Educação, da Saúde, das Cidades, do Trabalho e Emprego, da Cultura e a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

entendia porque a população de rua tinha de ser incluída nos programas no MEC. O Ministério das Cidades se perguntava o que a habitação tinha a ver com população de rua... A visão histórica era que a Assistência social era a única política que deveria responder às demandas. Este público era inexistente [*para as outras áreas governamentais*]. Então, tivemos de fazer muitas e muitas e muitas discussões, muitas, sobre como reconhecer a especificidade, mas com o cuidado de não criar guetos, nem políticas de caráter segregador. E, aí, algo que era para ser feito em 3 meses, foi 3 em anos. Nesse processo, o Fórum Nacional da População de Rua teve um papel importante, onde se elaboravam as propostas que defenderíamos no GTI. (Trecho de entrevista realizada no dia 25/05/2016).

Outro aspecto interessante que Ferro (*Idem*, p.116) aborda é que, embora algumas demandas se fizessem claras para os membros da sociedade civil, a transposição destas reivindicações para a racionalidade governamental, que desdobrasse em políticas com impactos sociais, era algo que não se apresentava a priori; o que também pode explicar o longo caminho de elaboração da política nacional. Todo este processo rumou para sua conclusão no ano de 2008<sup>63</sup>, quando a primeira redação da política nacional passa por consultas públicas em diferentes espaços de discussão ao redor do país (*Idem*, p. 118-19). Por fim, em maio de 2009, foi organizado o II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, cujo intuito era legitimar o texto construído; o que desagua na instituição da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua por meio de um decreto presidencial<sup>64</sup>, em dezembro do mesmo ano.

A realização do II Encontro não se deu, entretanto, sem tensões. Algumas representações ministeriais envolvidas com o processo se fizeram ausentes, sinalizando que a baixa adesão, expressa ao longo do GTI, também dificultaria a efetivação dos pontos expressos na política nacional. Isso motiva os participantes do II Encontro a elaborarem uma carta, que não só salientava a necessidade de políticas que extrapolassem o âmbito da Assistência Social, como pleiteava a criação de um órgão que permitisse a continuidade da interlocução com o governo. A reivindicação foi atendida e o mesmo decreto, que instituiu a política nacional, também cria o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, a figurar como instância

---

<sup>63</sup> Cabe dizer que, entre 2007 e 2008, foi realizada uma pesquisa de alcance nacional sobre o segmento, que compreende, ainda, a única informação de larga escala que temos sobre pessoas em situação de rua no Brasil. Esta pesquisa identificou quase 32 mil pessoas em situação de rua em 71 cidades (Brasil, 2008). Ferro (2011, p. 116) compartilha que o MNPR participou da elaboração e execução da pesquisa, o que contribuiu para a sua legitimação em nível nacional.

<sup>64</sup> Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

permanente de discussão (mas sem caráter deliberativo) sobre os avanços da política nacional, reunindo organizações da sociedade civil, público beneficiário diferentes áreas ministeriais<sup>65</sup>.

De acordo com Cristina, o Comitê Intersectorial funcionou de 2010 até o período de nossa entrevista (em maio de 2016) reunindo representantes de nove setores do governo, 5 representantes do MNPR e 4 de entidades da sociedade civil<sup>66</sup>. Entretanto, o momento político vivenciado, à época, não se apresentava favorável para as discussões em curso, uma vez que o afastamento da, então presidente Dilma Rousseff (PT, 2011-agosto de 2016), para abertura de um processo de impeachment, prenunciava descontinuidade das articulações. Um aspecto que se evidencia em todo o percurso de construção da temática *população em situação de rua* (seja a nível municipal ou federal) é que ele se encara em equilíbrios bastante frágeis de relações, dependendo de canais de diálogo cavados com atores privilegiados e de uma continuada reiteração da especificidade desta questão.

Sendo mais evidente para os setores ligados à Seguridade Social, os efeitos das mobilizações realizadas durante a década de 2000 também se concentram nesta área. A Assistência Social é, de longe, o setor que mais incorporou a temática da situação de rua em seu quadro de ações, o que contribui para a disseminação de formas mais ou menos padronizadas de atuação junto a este público. A própria estruturação deste campo é tributária da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída na mesma época (2004) em que os canais de interlocução com o governo nacional se abrem para a mobilização em torno da população em situação de rua. A PNAS não estabelece políticas específicas para a população em situação de rua, mas a reconhece dentro do bojo de segmentos “tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas” (Brasil, 2004, p.16), juntamente com os adolescentes em conflito com a lei, os indígenas, os quilombolas, os idosos e as pessoas com deficiência. Outro passo importante foi dado em 2005, quando “as pessoas que vivem em situação de rua” foram incluídas na LOAS como público para o qual devem ser criados programas de amparo (Brasil, 2005).

Na estrutura que organiza a Assistência Social, desenvolvida após a PNAS, são estabelecidos dois âmbitos de *proteção social: básica e especial*, sendo esta última dividida em ações que atendem a situações de *média e alta complexidades*. Entendida como uma

---

<sup>65</sup> Coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o órgão também conta com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Justiça, da Saúde, da Educação, das Cidades, do Trabalho e Emprego, dos Esportes e da Cultura.

<sup>66</sup> Conforme informa nossa interlocutora, à época, participavam representantes do MNPR dos estados de MG, BA, ES, PR e DF; ao passo que as entidades eram representadas pelos Fóruns de População em Situação de Rua de Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, além da Pastoral Nacional.

situação de grande vulnerabilidade social, os serviços que atendem à população em situação de rua estão localizados no âmbito da proteção especial, sendo as instituições de acolhimento compreendidas como intervenções de proteção de alta complexidade. Neste sentido, a atual estrutura normativa que orienta as ações no âmbito da Assistência é tributária da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais<sup>67</sup>, de 2009, que define parâmetros mínimos em termos recursos humanos, capacidade técnica, infraestrutura, objetivos e quantidade de vagas para as políticas assistenciais (Brasil, 2013)

**Figura 4 - Estrutura de atendimento à população em situação de rua na Assistência Social**

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
Média Complexidade		Alta Complexidade	
Serviço Especializado em Abordagem Social (Abordagem de Rua)	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP)	Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigos, albergues e casas de passagem)	Serviço de Acolhimento em República (moradias provisórias)

Fonte: Elaboração própria, com base na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

Além da Assistência Social, algumas ações que contemplam as especificidades da população em situação de rua se deram no âmbito da Saúde. Em 2009, foi criado um Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009b) e, em 2013, um Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua (Brasil, 2013b). Dentre as iniciativas com maior impacto no cotidiano em situação encontram-se: a dispensa de apresentação de endereço para registro e acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS); e a atuação das equipes do Consultório na Rua, que atendem em um consultório móvel, promovendo o cuidado em saúde e sensibilização quanto à redução de danos.

No que tange aos direitos humanos, em 2011, houve a criação do Centro Nacional de Defesa e dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua (CNDDH), com sede em Belo Horizonte. Este órgão atua no registro de denúncias de violações à população em situação de rua e na orientação para acesso a direitos. No entanto, os recursos para a manutenção desta iniciativa se tornaram instáveis no período recente, de modo que, atualmente, suas atividades estão suspensas.

<sup>67</sup> Aprovada em uma resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009.

Deste modo, a incidência, desejada pelos esforços de mobilização que culminaram com a instituição de uma política nacional, pouco se apresenta em termos de maior intersectorialidade nas intervenções destinadas a este público. Na leitura de Cristina, algumas demandas almejadas permanecem inalcançadas - como a inclusão do segmento no Censo nacional do IBGE e a interlocução com o Ministério das Cidades para a criação de programas de moradia, bem como ações de segurança alimentar, educação e cultura. E, embora o espectro de reivindicações pareça infinito, os avanços de determinadas áreas colocam barreiras para que, elas próprias, possam ser reformuladas.

Cristina: O resultado do Comitê, se a gente for olhar, ainda é muito pequeno. Porque, em termos de política pública, um dos avanços foi o Ministério do Desenvolvimento Social: através dele, criou a tipificação dos serviços, regulamentou, criou as normativas dos serviços, foi aumentando o orçamento. (...) Então, a avaliação é a de que a Política Nacional ainda tem que se efetivar como política nacional, com orçamento específico.

Caroline: É mais do que implementar equipamentos, então.

Cristina: Os serviços de proteção social estão vinculados à Assistência Social, ao MDS. Inovou em relação aos acolhimentos institucionais, Centro POP e ao programa de abordagem. Não implementou nada em relação à segurança alimentar. E depois que você institui uma política, ela engessa de uma forma que, agora, por exemplo, você não consegue discutir outro modelo de acolhimento institucional, não consegue. Precisamos avançar em relação à política habitacional, mas é difícil. (Trecho de entrevista realizada no dia 25/05/2016).

Assim, os efeitos da mobilização nacional, realizada durante a década de 2000, se apresentam enquanto maior ressonância para a problemática da situação de rua e como um processo que permitiu, tanto o fortalecimento do MNPR, como a criação de comitês de discussão em torno da questão em algumas cidades e estados do país. A existência de comitês municipais e estaduais é um indicativo da adesão destes entes à política nacional; no entanto, como esta adesão depende da iniciativa voluntária dos atores governamentais, não estranha que uma das atuais reivindicações do MNPR seja, justamente, a elevação da política nacional enquanto uma lei<sup>68</sup> no território nacional. Deste modo, embora a política nacional oriente e co-financie alguns programas, seu desenvolvimento depende, em muito, da iniciativa e adesão dos entes municipais e estaduais. Isso nos leva à última seção deste capítulo, que aborda a tematização e criação de políticas para a população em situação de rua, em Belo Horizonte, no contexto recente.

---

<sup>68</sup> Em outubro de 2015, tive a oportunidade de acompanhar os participantes do MNPR de Minas Gerais no III Encontro Nacional da População em Situação de Rua, realizado em Brasília, onde esta foi a principal reivindicação colocada aos representantes de órgãos do governo federal.

**Figura 5 – Ações de mobilização nacional e ações governamentais sobre a população em situação de rua, a nível nacional (2001 – 2016).**

Mobilização Social	Ano	Ações governamentais
1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis	2001	
Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNPR)		
1ª Marcha Nacional da População de Rua		
1º Festival Lixo e Cidadania	2002	
3º Festival Lixo e Cidadania	2004	Política Nacional de Assistência Social (PNAS)
1º Reunião de Moradores de Rua		
Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)	2005	Lei nº 11.258/05, que acrescenta o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)
I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua		
	2006	Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)
Consulta Pública sobre a redação da política nacional	2008	Divulgação dos dados da pesquisa nacional
II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua	2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento</li> <li>- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais</li> <li>- Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua</li> <li>- Política Nacional de Atenção Básica, criando Consultórios na Rua</li> </ul>
	2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua (CNDDH)</li> <li>- Sistema Único de Assistência Social (SUAS)</li> </ul>
1º Congresso Nacional do MNPR	2012	
	2013	Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua
2º Congresso Nacional do MNPR	2014	
III Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua	2015	
3º Congresso Nacional do MNPR	2016	

Fonte: Elaboração própria

### 1.5 Contexto recente de tematização da *situação de rua* em Belo Horizonte

Esta última sessão perpassa alguns eventos do campo de discussão em torno da *situação de rua*, na cidade de Belo Horizonte, e que tiveram relevância na última década. A intenção é abordar as iniciativas recentes que conferem, à rede de atendimento à população de rua, a configuração que apresenta atualmente, assim como seus aspectos contestados.

Entre 2009 e 2016, a Prefeitura de Belo Horizonte esteve sob o mandato de Márcio Lacerda (PSB), compreendendo um período quando novas ações assistenciais para a população em situação de rua foram estabelecidas na cidade, mas também no qual novos mecanismos foram desenvolvidos para o controle dos usos do espaço público, atingindo diretamente este segmento e gerando muito debate na esfera pública e âmbitos de interlocução com o poder municipal. Como aborda a dissertação de Araújo Filho (2016), a partir de 2011, a Prefeitura de Belo Horizonte inaugurou um modelo nomeado Fiscalização Integrada, que agregou agentes de fiscalização que antes atendiam a diferentes demandas (Meio Ambiente, Limpeza Urbana, Obras, Posturas e Vias Urbanas) sob uma mesma gestão, como forma de otimizar a fiscalização do espaço urbano e atender de maneira mais abrangente as nove regionais administrativas da cidade. Neste modelo, uma das atividades de rotina das equipes de fiscalização compreendia as chamadas *operações moradores de rua* (*Idem*, p.90), que colocam as moradias estabelecidas nos espaços públicos (“malocas”) como foco de intervenção e controle, na medida em que são lidas enquanto *obstrução dos logradouros públicos*. Estas aconteceram de maneira frequente durante todo o mandato do prefeito Márcio Lacerda, sendo especialmente intensificadas entre 2013 e 2014, quando Belo Horizonte foi sede para dois megaeventos esportivos<sup>69</sup> (*Idem*, p.79).

Estas operações tiveram grande ressonância na arena pública, sendo denunciada como prática violadora por diferentes atores envolvidos com a defesa dos direitos desta população. Em 2012, uma Ação Popular<sup>70</sup> foi ajuizada por parte do Coletivo de Advogados Populares *Margarida Alves*, sendo o primeiro caso contra o recolhimento arbitrário de pertences de pessoas em situação de rua, o qual era caracterizado como “roubo institucionalizado” (LIMA, 2017). Esta ação foi acolhida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em julho de 2013, resultando em uma liminar que proibia atos que violassem os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua, entre os quais o recolhimento de *documentos e pertences pessoais necessários à sobrevivência*. Diante disso, a Prefeitura suspendeu as ações e um Grupo de

---

<sup>69</sup> A Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

<sup>70</sup> Processo nº 1355234- 45.2012.8.13.0024 em trâmite no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Trabalho foi organizado, entre Poder Público e atores da sociedade civil, para pensar a elaboração de um documento que pudesse orientar as ações dos agentes de fiscalização (Dias *et alii*, 2014, p.609). No entanto, as divergências de perspectivas se apresentaram desde o início, uma vez que os atores representantes do Poder Municipal tentavam colocar uma definição sobre o que seriam os *pertences pessoais necessários à sobrevivência*, à qual os atores da sociedade civil se mostravam contrários. Diante disso, a Prefeitura publicou, de maneira independente, a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2013<sup>71</sup>, que “disciplina a atuação dos agentes públicos vinculados aos órgãos signatários junto à população em situação de rua”, e cuja definição de *pertences pessoais* figura da seguinte forma:

Art5º - Em nenhuma hipótese, os pertences pessoais essenciais à sobrevivência da população em situação de rua serão objeto de apreensão pelos agentes públicos.

Parágrafo 1º - Consideram-se pertences pessoais essenciais à sobrevivência os bens móveis lícitos que o cidadão em situação de rua seja capaz de portar consigo em um só deslocamento e sem auxílio de veículos transportadores, tais como peças de vestuário, alimentos, documentos pessoais, bolsas, mochilas, receituários médicos, medicamentos, cobertores, objetos de higiene pessoal, materiais essenciais ao desenvolvimento do serviço/trabalho, utensílios portáteis, dentre outros.

Este documento permitiu a continuidade das *operações moradores de rua* por parte das equipes de fiscalização, sendo noticiado como um recrudescimento das ações, como apontam as manchetes à época: “Prefeitura de BH endurece fiscalização aos moradores de rua”<sup>72</sup> e “Prefeitura fecha o cerco a moradores de rua”<sup>73</sup>. Esta normativa continuou a gerar debates na arena pública nos anos que se seguiram e, em 2016, o Ministério Público expediu uma recomendação para revogação imediata deste documento<sup>74</sup> e, neste mesmo ano, uma matéria de jornal intitulada “Moradores de rua pedem tregua à PBH no frio para manter cobertores”<sup>75</sup> sinalizam a persistência das ações de retirada de pertences como um ponto crítico da atuação do poder municipal ante esta problemática.

---

<sup>71</sup> De 02 de dezembro de 2013. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1112251>. Acesso em 28/9/2017.

<sup>72</sup> Jornal O Estado de Minas, publicada em 04/10/2016. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna\\_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml). Acesso em 28/9/17.

<sup>73</sup> Jornal O Estado de Minas, publicada em 10/12/2013. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/10/interna\\_gerais,477606/prefeitura-fecha-o-cerco-a-moradores-de-rua.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/10/interna_gerais,477606/prefeitura-fecha-o-cerco-a-moradores-de-rua.shtml). Acesso em 28/9/2017.

<sup>74</sup> Matéria do Jornal O Estado de Minas, “MP recomenda que PBH interrompa retirada de bens de moradores de rua”, publicada em 09/07/17. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/07/mp-recomenda-que-pbh-interrompa-retirada-de-bens-de-moradores-de-rua.html>. Acesso em 28/9/2017.

<sup>75</sup> Jornal O Estado de Minas, publicada em 17/6/2016. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/17/interna\\_gerais,773594/moradores-de-rua-pedem-tregua-a-pbh-no-frio-para-manter-cobertores.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/17/interna_gerais,773594/moradores-de-rua-pedem-tregua-a-pbh-no-frio-para-manter-cobertores.shtml). Acesso em 28/9/2017.

Durante a administração de Márcio Lacerda, foi criado, em Belo Horizonte, o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, em 2010, e posteriormente nomeado “Comitê de Monitoramento e Assessoramento”. A criação do Comitê simboliza a adesão da Prefeitura de Belo Horizonte à Política Nacional para Inclusão Social deste segmento e institui um âmbito de deliberação, atualmente, composto por 12 titulares do Poder Municipal e 12 representantes de entidades e movimentos da sociedade civil. Por um lado, a existência desta instância de discussão sobre a questão da população em situação de rua reproduz um formato que, ao longo da trajetória de tematização desta problemática, se mostrou essencial para o desenvolvimento de políticas de atendimento a esta população. No entanto, assuntos como o da apreensão de pertences reverberam constantemente neste espaço de discussão e apontam os limites da interlocução que os atores da sociedade civil conseguem galgar junto ao poder público.

O Comitê estrutura-se, entretanto, de modo a favorecer a construção participativa de ações junto à população em situação de rua. A partir de 2015, as pastas da administração municipal participantes passaram a ser definidas por decisão interna, o que pode ser lido como um mecanismo que oferece maior margem para que setores não previamente vinculados à temática da situação de rua possam ser capturados para a discussão. Quanto aos representantes da sociedade civil, as cadeiras são divididas entre: população em situação de rua organizada em movimento social (05), instituições acadêmicas (01), entidades prestadoras de serviços socioassistenciais (02), instituições de assessoramento e defesa dos direitos do segmento (03) e uma vaga destinada a entidades, organizações ou associações interessadas em contribuir com a temática. Atualmente, esta última vaga é ocupada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), entidade que, nos últimos anos, tem ganhado espaço nos âmbitos de discussão em torno da temática, não sendo rara sua menção em notícias que apontam o incômodo que os moradores de rua causam aos lojistas, em especial, da zona sul da cidade<sup>76</sup>.

Em paralelo com as controvérsias em torno das operações de apreensão de pertences, a última década também compreendeu a ampliação da rede de atendimento com a inclusão de alguns serviços. Além de serviços que compreendem o leque previsto pela Assistência Social (figura 4), houve a implantação de ações nos âmbitos da segurança alimentar (como a

---

<sup>76</sup> Como mostra a notícia do jornal O Estado de Minas, “CDL quer retirar moradores de rua da zona sul de Belo Horizonte”, publicada em 24/09/2013. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/interna\\_gerais.452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/interna_gerais.452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml). Acesso em 28/9/2017.

gratuidade para pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico<sup>77</sup>), a implementação de equipes do Consultório de Rua (por meio de parceria entre a SMAAS, a Secretaria Municipal de Saúde e a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais) e a criação de um equipamento para adultos em situação de rua que necessitam de cuidados após internação hospitalar (a Unidade de Acolhimento Institucional de Pós-Alta Hospitalar, que embora tenha interface com a saúde é um equipamento gerido pela SMAAS em convênio com a Providência Nossa Senhora da Conceição).

**Figura 6 - Ações municipais para a população em situação de rua, em Belo Horizonte (2009-2016)**

2009	2010	2011	2014	2015
Regionalização do Serviço Especializado em Abordagem Social	- Comitê Municipal  - Mudança do Albergue Tia Branca e inclusão do Serviço de Acolhimento ao Migrante	- Gratuidade nos Restaurantes Populares  - Pós-Alta Hospitalar  - Consultório de Rua	- 3º Censo  - CENTRO POP Leste	Serviço de Acolhimento Institucional Fábio Alves

Fonte: Elaboração Própria

No que tange às ações assistenciais, vale recuperar que, a partir de 2009, as normativas estabelecidas para a Assistência Social ganham maior detalhamento, por meio da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; a qual almeja conferir uma padronização para todos os serviços de proteção básica e especial desempenhados em território nacional. Como figura em seu texto de divulgação (Brasil, 2013b), a Tipificação Nacional especifica a forma execução dos serviços em diferentes dimensões: público atendido; objetivo e conteúdo do serviço; resultados e impactos esperados; formas de acesso; ambiente físico; recursos humanos e materiais; período de funcionamento; entre outros. A emergência da Tipificação Nacional é, por si, fruto da articulação e debate de diferentes atores ligados reunidos em torno do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em um processo que foge ao escopo deste trabalho. Dizer isso significa, entretanto, que a instituição de um texto com prerrogativas para o funcionamento da Assistência Social não deve ser naturalizada, mas que

<sup>77</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é uma ferramenta de para registro, identificação e caracterização dos cidadãos de baixa renda. A inclusão no cadastro é pré-requisito para o acesso a programas sociais e a incorporação da população em situação de rua se deu a partir de 2010. Como aponta Santos (2016), as políticas sociais implantadas no Brasil tem um caráter *familista*, ou seja, tem a família como unidade-base para a intervenção estatal. No caso dos indivíduos em situação de rua que vivem sozinhos, o CadÚnico tem a caracterização de “família unipessoal” para indicar pessoas maiores de 16 anos sem referência familiar (Brasil, 2011b, p.18).

entra no campo de execução das políticas públicas como um elemento de confronto, uma vez que não é rara a dissonância entre as práticas de fato executadas e as formas previstas. Assim, a Tipificação Nacional emerge enquanto um quadro de orientações acionado de maneira cambiante nos contextos de criação de políticas para a população em situação de rua, de modo que, no espaço entre *o que é e o como deveria ser*, se encontram as próprias complexidades do atendimento a este público, bem como as diferentes perspectivas quanto à forma de abordá-lo.

Para fins de clarificação, a rede de atendimento à população em situação de rua é sintetizada a seguir:

**Figura 7 - Serviços que compõem a rede de atendimento à população em situação de rua, em Belo Horizonte, e os responsáveis por sua execução (2016)**

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	
Equipamento/Serviço	Execução
Albergue Tia Branca (400 vagas)	Instituto de Desenvolvimento Social Darcy Ribeiro
Abrigo São Paulo (200 vagas)	Sociedade São Vicente de Paulo
República Reviver (40 vagas)	Providência Nossa Senhora da Conceição
Unidade Fábio Alves (44 vagas)	
Unidade Pós-Alta Hospitalar (20 vagas)	
República Maria Maria (40 vagas)	Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais
Abrigo Grande de Freitas (102 cômodos)	
Abrigo Pompéia (32 cômodos)	
OUTROS SERVIÇOS	
Equipamento/Serviço	Execução
Serviço Especializado em Abordagem Social	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA)
Centro POP Contorno	Providência Nossa Senhora da Conceição
Centro POP Leste	Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais
Consultórios de Rua	
Centro de Saúde Carlos Chagas	Prefeitura de Belo Horizontes
Gratuidade nos restaurantes populares	

Fonte: Elaboração própria

Em 2009, acontece uma alteração na forma de atuação do serviço, até então, conhecido como Abordagem de Rua. Como colocado anteriormente, sua emergência o, em Belo Horizonte, remonta ao ano de 1994, com uma metodologia criada para atender a um problema específico, que à época era a remoção de famílias na região da Lagoinha. Sob as diretrizes nacionais, a Abordagem de Rua passa a ser nomeada *Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS)* e sua atuação, em 2009, é ampliada para as nove regionais administrativas da cidade, tendo como base os CREAS<sup>78</sup>. Este serviço tem como objetivo identificar diferentes situações de vulnerabilidade que se expressam nas ruas da cidade, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e situação de rua. Dentro da rede de atendimento à população em situação de rua, o SEAS é a *porta de entrada*. É a partir da identificação dos pontos de manifestação da situação de rua, na cidade, que as equipes tentam intervenções dentro da rede de atendimento existente, como encaminhamentos para instituições de acolhimento, serviços de saúde, entre outros.

Em 2016, o serviço passou a ser executado pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), que, até então, não participava do campo de entidades executoras da rede de atendimento à população em situação de rua. A inserção de uma entidade com uma vinculação religiosa contrastante daquela que, até então, tinha predominado na elaboração de políticas e discursos sobre a temática, na cidade, foi recebida com muita desconfiança pelos atores já “estabelecidos”; mas ajuda a sinalizar como, durante a década de 2010, a ampliação das políticas socioassistenciais para este público, bem como a ressonância da temática a nível nacional, são acompanhados pela diversificação dos atores envolvidos com a questão, ao menos do que tange ao contexto de Belo Horizonte.

Outra alteração na rede de atendimento se deu, em 2010, quando o Albergue Tia Branca passou a funcionar no prédio do antigo Centro de Referência Estadual do Migrante. Esta mudança não compreendeu, apenas, uma alteração de espaço físico, mas significou a inclusão do Serviço de Acolhimento ao Migrante dentro deste Albergue e, também, no leque de ações da Prefeitura - uma vez que, anteriormente, era competência do governo estadual. Às vésperas da Copa do Mundo, com o aumento do número de pessoas que chegavam à cidade, o Acolhimento ao Migrante foi transferido para o andar do mesmo prédio onde funcionava a República Reviver, na “Pousadinha Mineira”; para, posteriormente, retornar ao prédio do Albergue Tia Branca, por questões de redução orçamentária.

---

<sup>78</sup> Centros Especializados em Assistência Social. São responsáveis por articular as ações de proteção social especial de média complexidade. Para o caso do SEAS, os CREAS servem de suporte para as equipes, cuja atuação se dá de maneira móvel pelos territórios de referência.

Passando a ser nomeado *Serviço de Acolhimento Institucional para a População em Situação de Rua e Migrante*, as alterações em torno do Albergue Tia Branca não significaram o aumento no número das vagas de acolhimento, no município; apenas sua transferência para um prédio, em períodos anteriores, também já desempenhou este serviço. Desde modo, Belo Horizonte contrasta com São Paulo, onde as vagas para acolhimento temporário acompanharam o aumento do contingente em situação de rua, ao longo dos anos, como mostra Sposati (2009, p.201), ao passo que, na capital mineira elas permaneceram em patamar semelhante ao que era ofertado durante a década de 1990. Villamarim (2009, p.47) também aponta que este acontecimento foi bastante criticado pelo MNPR, pois contrariava as novas diretrizes estabelecidas para o albergamento, que preveem o acolhimento em unidades menores e com aparência de uma moradia. Com a mudança de espaço, o Albergue Tia Branca passou a acolher 400 pessoas, sendo 320 vagas para a população em situação de rua e 80 vagas para migrantes.

Uma discussão sobre o que se considera como população migrante será abordada no capítulo seguinte. Por agora, vale mencionar que as tensões quanto ao acolhimento institucional, representado pelo modelo do albergamento, continuaram a reverberar em Belo Horizonte, nos anos posteriores. Em 2015, uma audiência pública levou a questão do albergamento para debate, na Câmara dos Vereados, onde este modelo de acolhimento foi comparado às formas de assistência empregadas em períodos de guerra e calamidade pública, situando-o como prática violadora de direitos. Desde este período, as duas instituições de acolhimento transitório existentes em Belo Horizonte passam por inquéritos<sup>79</sup> junto o Ministério Público Estadual (MPMG), nos quais se investiga irregularidades nestes equipamentos. Entre os pontos elencados, destaca-se que ambos os equipamentos não estão adequados às normativas estabelecidas pelo SUAS, segundo, as quais, as unidades de acolhimento temporário devem ser limitadas ao atendimento de 50 pessoas, sendo no máximo quatro leitos por quarto. Superando em oito vezes o parâmetro estabelecido, o Albergue Tia Branca também enfrenta uma infestação de percevejos que se arrasta por alguns anos, razões que fizeram o MPMG recomendar a gradual desativação desta unidade, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual o poder municipal se compromete a criar

---

<sup>79</sup> Inquéritos Cíveis MPMG-0024.13.009607-6 (referentes ao Abrigo São Paulo) e MPMG-0024.12007792-0 (referente ao Albergue Tia Branca).

novos equipamentos de acolhimento<sup>80</sup>. Na época em que realizei o trabalho de campo nesta instituição, a coordenadora do equipamento compartilhou sua perspectiva sobre este debate.

A gente, que trabalha hoje e acompanha a política para a pessoa em situação de rua, a necessidade de um serviço qualificado em quantidade. Por exemplo, em formato de casa, em formato de república, com 20 pessoas, no máximo 40 pessoas. Esse serviço, com essa capacidade aqui, é resquício de muitos anos atrás, mas ao mesmo tempo pra poder desmanchar... A cidade hoje de Belo Horizonte é muito grande. Se esse serviço aqui desmontar... a gente atende 400 pessoas, seria o ideal 10 casas para 40. Hoje, é praticamente impossível isso acontecer, mas a ideia é a prefeitura assumir um TAC, de que esse serviço aqui, onde você está, que ele diminua pela metade. Tipo, daqui há dois anos, ele atenda 200 pessoas, e abra, na cidade, mais 3 ou 4 repúblicas. (Trecho de entrevista com a coordenadora do Albergue Tia Branca, realizada em 10/10/2016).

Ainda no ano de 2016, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) realizou um diagnóstico de três equipamentos de acolhimento institucional: o Albergue Tia Branca, o Abrigo São Paulo e a República Reviver. As análises foram apresentadas na 207ª Plenária Ordinária do CMAS<sup>81</sup> e diversas irregularidades foram identificadas em todas as instituições. Entre elas, o Abrigo São Paulo foi especialmente criticado quanto à sua metodologia de trabalho, que, segundo apontado na reunião, é resistente no que tange à adequação do serviço às normativas do SUAS. De acordo com as falas dos presentes, a entidade executora, Sociedade São Vicente de Paula (SSVP) pouco participa dos âmbitos de discussão da política de atendimento à população em situação de rua, apresentando distanciamento destes espaços, nos quais, as inteligibilidades produzidas reforçam o caráter de política pública a ser cumprido pelos serviços socioassistenciais – algo que contrasta com o que Mendes (2007) identifica ser um cunho marcadamente “assistencialista” no desempenho das ações desta entidade. Deste modo, uma das deliberações desta Plenária foi o cancelamento da inscrição da Sociedade São Vicente de Paula do CMAS, o que resultaria com o fechamento do serviço de acolhimento que ele desempenha. O CMAS não dispunha de um plano para remanejamento das vagas de acolhimento e a votação que decidiu pelo cancelamento teve uma diferença estreita (15 votos as 13). No entanto, o posicionamento radical dos favoráveis a esta medida era justificado pela leitura que as tentativas de diálogo com esta entidade já haviam se esgotado. Esta decisão acabou não sendo colocada em prática, mas gerou muito alvoroço. No dia 06 de dezembro de 2016, uma Audiência Pública, com a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, levou atores favoráveis e contrários ao descredenciamento para a

---

<sup>80</sup> Recomendação 02/2016, do MPMG, de 05 de julho de 2016. Disponível em <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-recomenda-adocao-de-medidas-para-garantir-direitos-das-pessoas-em-situacao-de-rua-em-belo-horizonte.htm#.Wc2oP49SzIU>. Acesso em 28/9/2017.

<sup>81</sup> Cujata encontra-se disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1171791>. Acesso em 28/9/2017.

Câmara de Vereadores de Belo Horizonte<sup>82</sup>. Os presentes lotaram a sala onde se dava a sessão e uma sala anexa, mostrando que, se até então, a entidade não se engajara no campo de lutas em torno da população em situação de rua, ela ao menos fora bem sucedida em mobilizar seus usuários para a sua defesa; de modo acho que oportuno compartilhar alguns recortes das minhas anotações de campo referentes a este dia.

Foi marcante encontrar o pessoal do Abrigo São Paulo na audiência da Câmara, onde se discutiu o fechamento do serviço devido ao possível descredenciamento da SSVP do Conselho Municipal de Assistência Social. Eu achei que seria uma sessão apenas com entes institucionais, mas descobri, depois, que 2 ônibus foram utilizados para levar o pessoal do Abrigo para lá. Todos estavam muito limpos e com roupas em bom estado. Como isso fazia supor, no dia de hoje, as pessoas puderam ficar dentro do equipamento durante a manhã, almoçaram lá e foram levadas para reunião. Os usuários levavam cartazes e aplaudiam fortemente quando as falas em defesa do abrigo eram anunciadas.

[...] Na audiência, não se chegou a um acordo, sinalizando que muitas outras conversas ainda terão de acontecer. Havia uma posição bem marcada: trabalhadores da assistência e membros do Conselho, Defensoria Pública, MNPR, Frente Mineira de Saúde Mental, Programa Pólos e Consultório de Rua a favor do cancelamento do convênio com a SSVP. Ao passo que as falas em favor da entidade eram vocalizadas pela administração da SSVP, coordenação, antigos e atuais funcionários. A Secretaria de Assistência apresentava falas mais moderadas, dizendo que a PBH não tem condições de alterar o contrato agora, mas que um TAC para ajustamento das unidades de acolhimento está previsto para até 2018.

[...] A discussão foi muito calorosa e ganhou tons de um debate polarizado. O argumento mais apontado, por aqueles que se colocavam “contra” a instituição, foi um suposto desajuste da metodologia de atendimento do Abrigo em relação à Política Nacional e uma crítica de a entidade não reconhecia sua atuação enquanto uma política pública, como se não tivesse que prestar contas da sua atuação. No entanto, algumas falas daqueles que defendiam a SSVP pareciam justamente comprovar este aspecto, quando diziam “o abrigo é nosso”, “nós é que sabemos o que é estar lá” ou aquela que pareceu mais destoar dos termos em que o debate se dava “quem reclama do abrigo tem que viver na rua”.

[...] A última funcionária estava emocionada: “eu não tenho palavras, apenas olhem para eles”. E apontou os usuários, que se amontoavam na sala. A moça que estava inscrita para falar em seguida cantou uma música religiosa, algo que pareceu um tanto ensaiado.

[...] A fala do MNPR foi mais abrangente, pautou como a discussão sobre a população em situação de rua tem que ir para o âmbito da habitação e disse: “quando vamos ultrapassar assistência social e saúde?”, pontuando que o acolhimento não é resposta satisfatória e que a própria adequação à tipificação não é adequada em nenhum lugar. Coloca que essa audiência tem que ser entregue à próxima gestão. Disse que o Estado passa por uma humilhação, de ver uma instituição que executa um serviço público dizendo “lá é nosso”. E conclui: “dói saber que BH é das cidades mais desenvolvidas no que tange políticas pra PSR”. (Anotações de campo sobre a Audiência Pública realizada na Câmara dos Vereadores, em 03/12/2016).

---

<sup>82</sup> Como noticiado no site da própria Câmara Municipal, sob a manchete “Pessoas em situação de rua pedem permanência de abrigo”, publicada em 07/12/2016. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2016/12/pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-pedem-perman%C3%Aancia-de-abrigo>. Acesso em 28/9/2017.

Diante do albergamento, o acolhimento em repúblicas é lido como um acolhimento mais “humanizado”, uma vez que, por ser menos massivo, confere maior privacidade aos usuários e permite a permanência durante o período diurno. No entanto, as instituições existentes em Belo Horizonte, instituídas antes do ano 2000, já não correspondem ao que, atualmente, é considerado como “república”, como apontam as coordenadoras da República Maria Maria e da República Reviver em entrevista. Nas normativas do SUAS, as repúblicas compreendem equipamentos com capacidade máxima para 10 pessoas, a fim de que o espaço seja *apropriado enquanto uma moradia* pelos usuários e que a equipe técnica possa trabalhar com os *projetos individuais de saída das ruas* com maior proximidade. Assim, ao configurarem equipamentos com oferta de 40 vagas, as instituições acima referidas passam, atualmente, pelo desenquadramento do serviço enquanto “repúblicas”, para sua tipificação enquanto *Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos*, que pode ser desempenhado no formato de casa de passagem ou abrigo institucional. O abrigo institucional é compreendido como um equipamento para até 50 pessoas, com características residenciais e destinada ao acolhimento temporário; enquanto a casa de passagem é deve atender ao mesmo número de pessoas, mas é destinada ao acolhimento imediato e emergencial. Assim, embora tenha sido pleiteada enquanto uma “república” através de um Orçamento Participativo (2006) e, na língua corrente, ainda seja assim nomeada, a Unidade de Acolhimento Institucional Professor Fábio Alves, inaugurada em 2015, já traz a nova nomenclatura do serviço; embora, na prática, ainda receba encaminhamentos de maneira similar à Reviver.

Hoje nós estamos em 2016, há 7 anos da publicação da Tipificação e a gente precisa até mudar a cultura da nossa população, porque hoje nós não somos mais república. Pela Tipificação, a república atende 10 pessoas e hoje nós estamos aumentando pra 50, pra gente se tornar um abrigo. Na verdade agora somos um Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos, conforme tá na tipificação ,que pode ser casa-lar ou abrigo, então a gente tá no caráter de abrigo. Só que tem uma cultura construída de que nós somos a República Reviver. Já virou um jargão 'a República Reviver'. Então a gente ta nessa adaptação, construindo com os usuários novos que nós não somos mais república. Estamos tirando a palavra república do nosso cotidiano e tentando manter só Reviver, porque vai ser Abrigo Reviver. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016).

Ainda usamos o termo República Maria Maria, mas quando se pede a tipificação, ele pergunta do que se trata a república. O abrigo foi criado anterior a muitas resoluções, a própria tipificação não existia, chegando em 2009. A ideia era ser república, mas vai se esbarrando no perfil e dinâmica do serviço e hoje estamos dentro de uma organização de abrigo institucional. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Maria Maria, realizada em 21/10/2016).

Pela presença significativa de acolhidas portadoras de sofrimento mental faz com que o desenquadramento da República Maria Maria não se dê apenas pela discordância em relação

ao número de vagas oferecidas, mas também pelo prolongado tempo de permanência de algumas usuárias. Deste modo, se tornar uma “casa de passagem” foi um dos compromissos assumidos pela nova gestão do equipamento, de modo que, mais do que se adequar em relação às normativas do SUAS, este movimento significa encontrar soluções de acolhimento institucional para pessoas portadoras de sofrimento mental de maneira consonante com o movimento antimanicomial. Em um movimento recente, alguns hospitais psiquiátricos foram fechados e os pacientes que continuaram dependentes de um serviço institucional para acolhê-los foram transferidos para residências terapêuticas, que são moradias compartilhadas e que recebem suporte de uma equipe especializada em saúde mental. No fluxo de encaminhamentos da rede de atenção à população em situação de rua, entretanto, estas alternativas são bastante escassas – como expressa a coordenadora do Albergue Tia Branca, que diz que as vagas para estes equipamentos são “igual cabeça de bacalhau: a gente sabe que existe, mas não consegue encontrar”. No entanto, a questão da saúde mental é bastante presente no dia-a-dia do acolhimento institucional para a população em situação de rua, principalmente para o caso do albergamento, uma vez que atendem àqueles que chegam espontaneamente, não sendo necessário um estudo de caso que apresente informações sobre a história dessa pessoa – como é no caso das “repúblicas”. Isso faz com que o atendimento desta parcela seja algo bastante delicado no contexto do acolhimento massivo desempenhado no pernoite e, no Abrigo São Paulo, foi claramente colocado o não atendimento a este público. No entanto, não há uma alternativa para acolhimento emergencial destas pessoas.

O acolhimento institucional pode ser compreendido, portanto, como elemento central no campo de discussões em torno da população em situação de rua. Em Belo Horizonte, o IV Seminário “Acolhimento Institucional para a População em Situação de Rua: contextos, desafios e possibilidades”, aconteceu em outubro de 2015 e os grupos relacionados à Igreja Católica vinham com a mensagem de confronto “*Chega de omissão! Queremos habitação!*”<sup>83</sup>. O enquadramento da *situação de rua* como um fenômeno atrelado à carência habitacional se apresenta, portanto, como uma linha de tematização da questão que embora venha sendo colocada de maneira insistente na arena pública, não encontra, ante a articulação

---

<sup>83</sup> Vide <http://arquiocesebh.org.br/noticias/iv-seminario-acolhimento-para-a-populacao-em-situacao-de-rua%C2%9D/>. Acesso em 14/10/2017.

governamental, a mesma abertura que permitiu a incorporação do segmento como público da Assistência<sup>84</sup>.

Muito recentemente, em setembro de 2017, a Prefeitura acaba de lançar um novo Plano Municipal Intersetorial de Atendimento à População em Situação de Rua que culminará com a criação de duas novas instituições de acolhimento no centro da cidade – ambas com capacidade para 60 pessoas e que serão destinadas, preferencialmente, para usuários do Albergue Tia Branca que estejam trabalhando e mais engajados em projetos de saída das ruas. Ao que tudo indica, até o momento, o atendimento massivo do Albergue não será interrompido, mas será empregado para abrigar as pessoas que serão retiradas das ruas, uma vez que este Plano é veiculado como uma mega-operação<sup>85</sup> e “um pacote de medidas que prevê ações voltadas para a gestão do espaço urbano e a desobstrução dos logradouros”<sup>86</sup>. Assim, o acolhimento se apresenta, hoje, ante uma nova gramática para definir sua população usuária, ante novos espaços para vocalização de demandas e discussão das controvérsias, mas também se especializa enquanto dispositivo agregado à outros mecanismo de gestão da cidade.

## 1.6 – Conclusão

Inspirado pela noção de *problema público*, este capítulo buscou perpassar diferentes momentos da tematização da *vida nas ruas*, em nossa história recente, enquanto uma questão social que demanda intervenção governamental. O exercício de traçar uma linha narrativa para diferentes processos históricos associados a esta questão certamente tem a sua parcialidade, uma vez que aborda atores, locais e eventos apontados como significativos pela literatura temática, bem como aqueles identificados no contato com uma interlocutora-privilegiada. O texto apresentado buscou, portanto, oferecer uma leitura sobre uma trama complexa de processos, sob a atividade arriscada de traçar linhas de costura entre eles.

A narrativa produzida teve, no entanto, alguns objetivos. O primeiro deles é o de apontar que embora a *vida nas ruas* seja um fenômeno presente em diferentes sociedades e

---

<sup>84</sup> Como aponta Carneiro (2016), em um trabalho que incluiu o referido seminário no *cópus etnográfico*, este argumento também se desdobra em uma “polarização de discursos” (p.105), onde o investimento político na reivindicação pela moradia se contrapõe à defesa do reconhecimento de um modo de vida vinculado à rua.

<sup>85</sup> <http://hojeemdia.com.br/horizontes/megaopera%C3%A7%C3%A3o-para-retirar-sem-teto-da-rua-de-belo-horizonte-1.560776>. Acesso em 28/9/2017.

<sup>86</sup> <https://prefeitura.pbh.gov.br/index.php/noticias/prefeitura-apresenta-plano-para-moradores-em-situacao-de-rua>. Acesso em 28/9/2017.

épocas, sua manifestação não é uniforme, mas situada nos contextos históricos. Isso significa arranjos específicos quanto às formas de nomeação do fenômeno, à representação simbólica do público referente, às causas apontadas como produtoras e às tentativas de incidir, solucionar ou controlar esta realidade.

Como o capítulo buscou apontar, a tematização de um grupo social vinculado à *rua* foi impulsionada por um contexto bastante específico de atuação religiosa, no qual um grupo de atrizes e atores engajados com os ideais de transformação social dirigiu sua atuação para os pobres que se apresentavam nas ruas das capitais. E um ponto interessante é que este movimento – de orientação das ações rumo à *rua* – é justamente construído a partir de uma recusa pela atuação restrita a espaços institucionais. Desenvolvido na cidade de São Paulo, este âmbito de experiências inaugurou formas inéditas de vocalização daquela realidade, bem como de intervenção sobre ela (De Lucca, 2007). E, como foi possível apresentar ao longo do capítulo, esta experiência se desdobrou enquanto uma rede de transmissão de ideias e formas de atuação que reverberam até hoje sobre a temática da *situação de rua*, por meio de atores que vão ganhando reconhecimento quanto à *propriedade* de seu conhecimento (Gusfield, 2014) sobre a questão.

Tornando-se presente, primeiro, nas arenas públicas municipais, a atuação deste grupo teve como principal pauta de enfrentamento a *repressão governamental* sobre as práticas de apropriação dos espaços públicos como meio de moradia e/ou sobrevivência. E as primeiras ações de interlocução, entre esta esfera e o poder público, buscavam o deslocamento do Estado enquanto um agente violador para uma posição de responsável em oferecer soluções ante a *vida nas ruas*.

As primeiras formas de intervenção governamental sobre esta questão se deram pela emergência de *práticas assistenciais* e que, aos poucos, foram delineando a *situação de rua* como um público específico. Neste sentido, é significativo que a emergência da noção de *população (em situação) de rua* aconteça justamente com a inserção deste segmento na racionalidade governamental. Este processo só se realiza durante a própria redemocratização do Estado brasileiro, no qual os direitos sociais vão sendo abraçados com maior compromisso enquanto garantias sociais; algo que é intensificado ao longo dos anos 2000, quando maiores iniciativas de seguridade social são implantadas no país. Com isso, a agenda da *situação de rua* é beneficiada e sua incorporação pela Assistência Social progride quanto à maior estruturação das medidas de intervenção sobre este segmento.

No entanto, este movimento é frequentemente apontado como insuficiente pelos atores que se mobilizam em torno desta temática e que apontam a necessidade de que o segmento também seja reconhecido por outros setores da política pública, algo considerado como essencial ante a complexidade do fenômeno para o qual se busca soluções. Este intento foi principalmente vocalizado nos processos de construção da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, mas permanecem inconclusos.

A predominância de políticas governamentais no âmbito da Assistência Social desdobra-se em uma forma de intervenção bastante marcada pela *institucionalização* deste segmento, uma vez que as principais medidas colocadas para a *solução* desta problemática encontram-se na oferta de espaços de acolhimento provisório. Como apresentado, a oferta de acolhimento institucional não é uma prática inaugurada pela emergência de uma tematização da população de rua e tampouco é exclusiva à abordagem deste público. No entanto, figura, na racionalidade estatal, como principal medida a proporcionar o que se busca resolver: a *saída da situação de rua*. É sobre a operacionalização destes mecanismos de intervenção, onde convivem diariamente dezenas e centenas de pessoas com diferentes contextos de vulnerabilidade, que serão dedicados os próximos capítulos.



## Capítulo 2

### Equipamentos de acolhimento: ritmos e intervenção

Este capítulo apresenta uma análise sobre os ritmos e dinâmicas de gerenciamento da população em situação de rua em quatro equipamentos de acolhimento existentes em Belo Horizonte: o Abrigo São Paulo, o Albergue Tia Branca, a República Reviver e a República Maria Maria. Estas quatro instituições foram escolhidas pela centralidade que ocupam na rede de atendimento à população em situação de rua e por desempenharem duas diferentes modalidades do serviço de acolhimento. Além destas, existe, em Belo Horizonte, outras duas instituições de acolhimento para famílias e uma unidade, inaugurada em 2014, que atende homens “em processo de saída das ruas” (também conhecida como uma “república”). Escolhi não abordar o acolhimento de famílias, por considerar a maior prevalência de pessoas desvinculadas das redes familiares na forma como o fenômeno se manifesta. Além disso, as “repúblicas” que compõem o recorte da pesquisa foram selecionadas por serem equipamentos mais antigos, sendo uma dedicada ao acolhimento do público masculino (República Reviver) e a outra, do feminino (República Maria Maria).

O Abrigo São Paulo e o Albergue Tia Branca desempenham o *Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos*, uma modalidade de acolhimento estipulada para ser temporária e emergencial. Ambas as instituições oferecem acolhimento diário para mais de uma centena de pessoas no formato *pernoite*, no qual o público beneficiário permanece no interior do equipamento entre o final da tarde e o início da manhã. As duas instituições operam há mais de 20 anos na cidade e compreendem os dois únicos equipamentos que desempenham o pernoite na cidade, sendo responsáveis pela maioria das vagas de acolhimento oferecidas em Belo Horizonte (150 leitos no Abrigo São Paulo e 400 no Albergue Tia Branca).

A República Reviver e República Maria Maria compreendem equipamentos com capacidade para acolher 40 pessoas, cada um. Estas duas instituições foram criadas como uma proposta inovadora de acolhimento, que oferecia espaços de *moradia provisória* como forma de potencializar processos de “saída das ruas”. Nestas duas instituições, os equipamentos são acessados de maneira integral pelos acolhidos (e não apenas por um período do dia, como no *pernoite*) e, em geral, prevê-se o prazo de um ano e meio para a permanência no serviço. Atualmente, estas experiências são categorizadas pela Assistência Social como *Serviço de Acolhimento em Repúblicas*.

Um primeiro ponto que merece destaque é que nenhuma das quatro instituições pesquisadas atende às normativas previstas para a modalidade de acolhimento que desempenham. No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as repúblicas são entendidas enquanto moradias provisórias com capacidade para 10 pessoas; ao passo que o *serviço de acolhimento institucional* é pensado para equipamentos denominados Abrigos ou Casas de Passagem<sup>87</sup>, que deveriam atender a, no máximo, 50 usuários. Trata-se de um quadro normativo *previsto* para a execução do serviço, conseqüente de discussões bastante recentes sobre a qualidade da intervenção assistencial e que tensionam a realidade da política, em geral, não correspondente a esta normativa.

Em Belo Horizonte, todos os equipamentos de acolhimento encontram-se *desenquadrados* em relação a estas regras, de modo que o *serviço de acolhimento institucional* é desempenhado em abrigos/albergues que oferecem o atendimento a um público massivo; ao passo que os equipamentos denominados “repúblicas” são o que melhor se aproximam do que as normativas federais consideram como abrigos ou casas de passagem, oferecendo capacidade para 40 pessoas. Não há, portanto, em Belo Horizonte, o *Serviço de Acolhimento em Repúblicas* tal como delineado pelo SUAS, embora “repúblicas” seja uma identificação já consolidada para os equipamentos que permitem a permanência durante o dia.

Outro ponto importante é que, na estrutura de intervenção do SUAS, o objetivo de promover “*saídas da situação de rua*” figura como um caminho de progressiva institucionalização. Os quatro serviços sócioassistenciais que atendem à população em situação de rua, como apresentado no capítulo anterior (Figura 4), estão situados nos âmbitos da proteção social de média e baixa complexidades e organizados a partir de uma lógica que expressa diferentes *estágios de superação* da situação de rua (Figura 8). Situado na ponta de política, o Serviço de Abordagem Social mapeia os sujeitos que vivem nos espaços públicos a fim de incluí-los na rede de serviços, onde a intervenção idealmente prevista é a inserção em equipamentos de acolhimento. Considerando a baixa oferta de moradias provisórias, o mais provável é que a primeira forma de inserção institucional seja via equipamentos de pernoite ou pelos Centros de Referência Especializados (Centro POP), que possibilitam a realização de atividades cotidianas e são pensados como pontos de suporte diurno para moradores de rua e sujeitos “albergados”. O Serviço de Acolhimento em Repúblicas, em geral, figura como *estágio final* da intervenção assistencial, sendo considerado como o equipamento que oferece

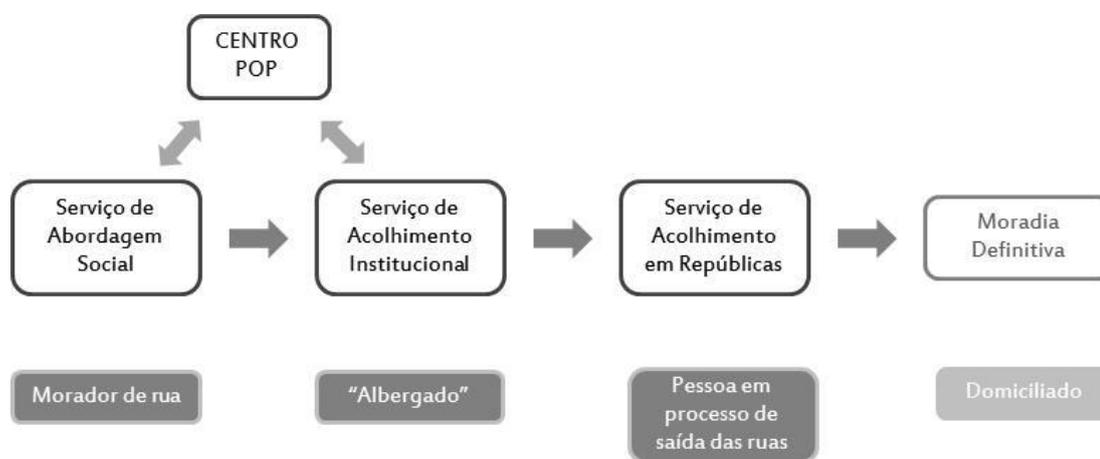
---

<sup>87</sup> Quanto à diferença entre estas duas nomenclaturas, tem que a as Casas de Passagem são pensadas para o acolhimento exclusivamente emergencial e transitório.

as condições necessárias para que os indivíduos consigam planejar e buscar oportunidades de retorno à sociedade domiciliada.

Assim, as ações assistenciais de proteção à situação de rua situam os sujeitos em diferentes “estágios”, onde a progressiva institucionalização significaria o maior distanciamento dos atendidos em relação à “rua”. Esta lógica se desdobra na criação de classificações institucionais sobre a população beneficiária a partir das intervenções assistenciais das quais são participantes, como sintetiza a figura abaixo (Figura 8).

**Figura 8 - Lógica da intervenção assistencial sobre a situação de rua**



Fonte: Elaboração Própria

Embora, em Belo Horizonte, as Repúblicas não sejam propriamente “repúblicas” e o Abrigo e Albergue compreendem um arranjo assistencial considerado inadequado<sup>88</sup>, a lógica progressiva de intervenção assistencial mostrou-se significativa em campo. Embora cada um dos equipamentos não ofereça a *estrutura física* prevista para o *serviço assistencial* que desempenham, as noções de *Serviço de Acolhimento Institucional* ou *Serviço de Acolhimento em Repúblicas* são determinantes na forma como cada um dos equipamentos orientam seu funcionamento.

Deste modo, este capítulo busca-se evidenciar como o desempenho de duas modalidades diferentes do serviço de acolhimento se expressa nas formas de *acesso* do público, nas *categorizações* estabelecidas para diferenciá-lo internamente e nas estratégias de *intervenção* empregadas para a promoção da *autonomia*, *reinserção social* ou *superação do*

---

<sup>88</sup> A estrutura de acolhimento massivo desempenhada pelo Abrigo São Paulo e Albergue Tia Branca é correntemente questionada nos debates em torno da rede de atendimento à situação de rua, algo que o Capítulo 1 buscou sinalizar, sobretudo a partir da sessão 1.5, onde a desativação gradual destas instituições chega a conformar uma das pautas de mobilização em torno desta população, na cidade de Belo Horizonte.

*vínculo institucional*. Foi possível observar que, entre as duas modalidades de acolhimento, há uma relação diferencial com a própria multiplicidade do público *em situação de rua*, de modo que os dados de campo subsidiam uma discussão sobre os próprios limites da categoria *população em situação de rua*, como o debate sobre as noções *migrantes e trecheiros*.

O capítulo também analisa como as lógicas de intervenção desempenhadas se expressam enquanto *ritmos institucionais*. A noção de *ritmo*, aqui empregada, é proposta por Lefebvre (2004) como um elemento que, ao mesmo tempo, evidencia e constitui as formas de organização social da vida cotidiana. Para o autor, os ritmos são as “modalidades concretas do tempo social” (*Idem*, p. 73) e podem ser compreendidos enquanto regimes temporais que marcam o início, o fim e a regularidade/repetição das ações e dos movimentos no espaço, sendo, portanto, intrínsecos à estrutura da vida diária. Assim, as formas de organização social expressam diferentes ritmos (onde o mais explícito é o tempo do trabalho, por exemplo), sem deixar de se inter-relacionar ou sobreescrever aqueles que se apresentam na natureza e no próprio corpo (os *ritmos circadianos*, como o pulsar do coração).

O cotidiano é modelado em um tempo abstrato, quantitativo, o tempo dos relógios. Este tempo é introduzido pouco a pouco no Ocidente depois da invenção dos relógios, no processo de sua entrada na prática social. Este tempo homogêneo e dessacralizado emergiu vitorioso desde que ele supriu a *medida do tempo do trabalho*. Começando neste momento histórico, tornou-se o tempo do dia-a-dia, subjugando, à organização do trabalho no espaço, outros aspectos do cotidiano: as horas de dormir e acordar, as refeições e as horas da vida privada, as relações dos adultos com suas crianças, o entretenimento e o lazer, as relações com o lugar de moradia. Todavia, a vida cotidiana continua atravessada por grandes ritmos cósmicos e vitais: dia e noite, os meses e as estações e, ainda mais precisamente, os ritmos biológicos. No cotidiano, isso resulta em uma perpétua interação entre estes ritmos com processos repetitivos ligados a um tempo homogêneo. (Lefebvre, 2004, p. 73. Tradução livre do inglês).

Como coloca Lefebvre, o “ritmo aparece como um tempo regulado, governado por leis racionais, mas em contato com o que tem de menos racional no ser humano: o vivido, o carnal, o corpo” (Lefebvre, 2004, p. 9. Tradução livre). Os *ritmos institucionais* são, então, compreendidos enquanto expressões espaço-temporais das lógicas de gerenciamento dos atendidos no espaço de acolhimento, que visam à *normalização* do público beneficiário - seja para a adequação dos seus comportamentos aos espaços institucionais, seja para a estruturação de suas rotinas de modo a promover trajetórias de retorno à sociedade domiciliada. Deste modo, os ritmos expressos por cada instituição compreendem elementos que devem ser articulados pelos acolhidos na construção do seu cotidiano, se desdobrando enquanto dinâmicas empreendidas no espaço externo aos equipamentos. Neste sentido, é especialmente saliente o mecanismo da *fila* e as regiões *da porta* dos equipamentos de pernoite, como espaços sociais diretamente atrelados aos ritmos de funcionamento destas instituições.

Neste capítulo, a análise é construída a partir de entrevistas com as coordenações dos equipamentos e com seus usuários, assim como pelas observações de campo realizadas na região da *porta* e no interior dos espaços institucionais. O texto está organizado em quatro sessões, cada uma delas dedicada a um dos equipamentos que compõem o universo da pesquisa. Esta divisão foi preferida à apresentação dos contextos apenas de maneira comparativa, como forma de favorecer à visibilidade da diversidade dos dados de campo, mas também porque, em cada equipamento, evidenciam-se diferentes complexidades relacionadas à intervenção assistencial sobre a situação rua. Diante desta escolha, uma seção final do capítulo é dedicada à discussão das instituições pesquisadas em conjunto. O principal argumento que o capítulo busca sustentar é que as lógicas de gerenciamento e os ritmos expressos pelos equipamentos de acolhimento configuram arranjos promotores do *empreendedorismo de si mesmo* (Silva, 2002 *apud* Santos, 2016; *apud* Georges, 2015), uma tônica presente na intervenção assistencial no contexto neoliberal e que deposita, nos usuários dos serviços assistenciais, a responsabilidade pela superação dos contextos de vulnerabilidade em que se encontram inseridos.

## **2.1 - Abrigo São Paulo (ASP)**

O Abrigo São Paulo (ASP<sup>89</sup>) é um equipamento de acolhimento institucional gerido a partir de um convênio da Prefeitura com a Sociedade São Vicente de Paulo (mais especificamente, com um setor da entidade denominado Conselho Metropolitano de Belo Horizonte). A fundação do Abrigo remonta ao ano de 1978, quando surgiu como uma obra de caridade, trabalhando com um espectro da pobreza com necessidades bastante diversas: desde famílias sem-casa que necessitavam de um espaço provisório, até pessoas que não apresentavam autonomia para desempenhar as atividades de autocuidado e manutenção da vida diária. Assim, diferente dos outros equipamentos que compõem a rede de atendimento à população em situação (os quais surgem, a partir da década de 1990, para endereçar especificamente esta problemática), o contexto de origem do ASP é anterior à própria emergência de uma tematização da “vida nas ruas” como âmbito de intervenção pública assistencial.

No ano de 1994, as atividades do ASP passaram a receber subsídio da Prefeitura e o equipamento foi incorporado à rede de assistência social do município, oferecendo 100 vagas

---

<sup>89</sup> A abreviação dos nomes dos equipamentos de acolhimento em siglas é uma estratégia textual e não compreendem uma abreviação oficial.

para acolhimento de homens, mulheres e famílias em situações de rua ou que necessitam de acolhimento emergencial diante da perda do espaço habitacional, por questões de risco geológico ou inundações. No ano de 2000, a capacidade do equipamento aumentou para 150 e, em 2013, mais 50 vagas passaram a receber subsídio governamental.

Desde o início de sua fundação, o ASP acolhe aos públicos masculino e feminino distribuindo-os em alas separadas de seu prédio e, atualmente, são ofertadas 148 vagas para o acolhimento de homens e 50 para o de mulheres. No caso do acolhimento de famílias, seus membros são distribuídos de acordo com seu gênero e, havendo crianças, estas são acolhidas junto com as mães. Deste modo, o atendimento às famílias tem caráter emergencial, pois outros equipamentos da rede são responsáveis por acolhê-las durante períodos mais longos (os Abrigos Pompéia e Granja de Freitas, onde os grupos familiares são alocados em unidades que improvisam os cômodos de uma casa).

O convênio estabelecido com a Prefeitura prevê o desempenho do *serviço de acolhimento institucional* a partir de duas modalidades: o *pernoite* e a *permanência-dia*. A maioria do público é acolhida no pernoite, no qual o acesso ao equipamento se dá de maneira parcial: desde o final da tarde até o início da manhã. Nesta modalidade, oferta-se - além de um leito - jantar e café-da-manhã. Na permanência-dia, por outro lado, o acolhimento é integral, sendo permitida a permanência na instituição durante o período diurno, durante o qual também são ofertados almoço e lanche-da-tarde. Das quase 200 vagas disponíveis neste equipamento, 50 são reservadas para a permanência-dia, sendo seu preenchimento aberto à contingência. O prazo concedido para o acolhimento na permanência-dia varia de acordo com a necessidade e esta modalidade se destina a três tipos de situações:

- Homens e mulheres em situação de rua cujo estado de saúde demanda cuidados que não poderiam ser satisfeitos no acolhimento em pernoite. O prazo concedido varia de acordo com o tempo necessário para convalescência e esta modalidade atende, esporadicamente, acolhidos do pernoite (como encontrei, no primeiro dia de campo, o caso de um homem que recebeu permissão para ficar três dias) e pessoas encaminhadas diretamente para este serviço (como no caso de uma senhora que sempre viveu nas ruas sem recorrer ao acolhimento e fora direcionada para lá para se recuperar de uma cirurgia).
- Famílias sem-casa. Nestas situações, o acolhimento se estende até que outras soluções possam ser encontradas, como a transferência para um abrigo de famílias.

Esta categoria me pareceu, em campo, ser empregada, principalmente, para o acolhimento de mulheres acompanhadas de crianças.

- Mulheres grávidas em situação de rua. Esta situação compreende a mais complexa, pois, embora as acolhidas possam permanecer na instituição durante toda a gravidez, não é permitido o seu retorno com a criança, após o parto. Não há uma modalidade de acolhimento para mães e recém-nascidos na cidade. Durante o campo, conversei com uma acolhida que se encontrava no sétimo mês de gestação e que relatou que a equipe insistia no seu retorno para o contexto familiar (de onde saíra por passar por violências físicas e psicológicas) alegando a inexistência de soluções institucionais para seu caso.

O leque de situações que chegam ao equipamento é, portanto, ainda muito amplo e explicitam as complexidades em torno da própria definição da categoria “em situação de rua”. No trabalho de campo, este questionamento foi marcante no percurso de inserção neste equipamento, de modo que será abordado mais adiante.

### 2.1.1 Público no ASP

Como evidencia a própria distribuição de vagas, o público do ASP é majoritariamente utilizado por sujeitos do sexo masculino (em sua quase completa maioria, solteiros ou divorciados), no entanto, este equipamento é o único da rede assistencial onde é desempenhado o acolhimento temporário de mulheres<sup>90</sup>.

No linguajar institucional, a procura pelo serviço de acolhimento é diferenciada de duas formas: *demanda espontânea* e *encaminhamentos da rede*. Por demanda espontânea, entende-se o pedido por acolhimento que parte do próprio sujeito beneficiário; enquanto os *encaminhados pela rede* compreendem aqueles que foram direcionados ao equipamento por outros serviços públicos que lhe prestaram atendimento<sup>91</sup>. De acordo com uma assistente social que atende ao público do pernoite<sup>92</sup>, os órgãos que mais frequentemente encaminham atendidos para o Abrigo São Paulo são o Plantão Social de Atendimento ao Migrante (que fica na Rodoviária da cidade), o Centro POP e o CERSAM (Centros de Referência em Saúde

---

<sup>90</sup> Além dele, há apenas a República Maria Maria, que não se destina ao acolhimento emergencial, pois atende mulheres “em processo de saída das ruas” e que só são acolhidas após estudo de caso; e a Casa Benvinda, que acolhe, mais especificamente, mulheres vítimas de violência doméstica.

<sup>91</sup> Em geral, o encaminhamento é formalizado em um documento em papel, que explicita o contexto de atendimento do serviço anterior e/ou o contexto de vida do sujeito atendido.

<sup>92</sup> Embora tenha aceitado a realização da entrevista para fins de pesquisa, a funcionária não permitiu a gravação.

Mental). Tais encaminhamentos apontam como os fluxos institucionais que orientam demandas para o serviço não se encontram restritos à Assistência Social.

Na leitura desta profissional, o ASP ainda recebe, por parte dos serviços encaminhadores, muitas demandas que não se enquadram no perfil de atendimento; sendo elas: idosos, menores de idade desacompanhados dos pais (quando acompanhados, são considerados “famílias”) e pessoas sem autonomia para realização de *atividades da vida cotidiana* (as quais são nomeadas pela sigla “AVDs”). Assim, ter *autonomia para AVDs* opera como critério mínimo para a inserção no acolhimento em pernoite dos sujeitos que se encontram dentro da faixa de idade estipulada de 18 a 59 anos.

Dentro do escopo de sujeitos que são encaminhados para este serviço, o critério em torno das AVDs parece estar, sobretudo, direcionado ao público identificado como “portador de sofrimento mental”. Esta identificação, na maioria das vezes, não se dá via documentos de atendimento psicológico ou psiquiátrico, mas pela própria leitura dos agentes trabalhadores do serviço. Na entrevista com a profissional que trabalha no pernoite, o público “saúde mental” foi incluído no bojo de situações não atendidas pelo ASP, salientando que percebem muitos migrantes com esta “condição” sendo encaminhados pelo Plantão da Rodoviária. No entanto, a própria profissional aponta que o acolhimento do público com questões de saúde mental acontece quando “*percebem que a pessoa consegue ter autonomia para organizar seu dia-a-dia*”.

Os contextos de origem encontrados entre os sujeitos acolhidos foram variados. Entre os interlocutores da pesquisa, não encontrei aqueles que foram removidos de sua casa por risco geológico (embora façam parte do escopo do equipamento), mas pessoas que chegaram ao acolhimento por diversas razões: perda do emprego, conflitos familiares, divórcio, uso abusivo de álcool ou outras drogas, migração em busca por emprego, ameaça de morte, problema de saúde, entre outros. Além disso, se apresentavam em famílias, casais ou sozinhos, sendo estes a maioria. Deste modo, coexistem, no equipamento, pessoas com múltiplos contextos de vulnerabilidade social, cujas trajetórias apresentam diferentes níveis de vinculação com a “vida nas ruas”.

Tendo começado o trabalho de campo da pesquisa por esta instituição, os primeiros contatos com a equipe e o público do ASP tornaram muito evidentes as próprias ambiguidades do marcador “situação de rua” em um equipamento que acolhe trajetórias tão heterogêneas. Minha inserção, nesta instituição, foi mediada por dois técnicos sociais que atendiam aos acolhidos da permanência-dia, para os quais fui direcionada pela coordenação

do Abrigo (a qual não tinha disponibilidade para atender à demanda da pesquisa de uma entrevista inicial). A princípio, minha apresentação enquanto pesquisadora interessada na questão da “população em situação de rua” parecia trazia dificuldades para a inserção no equipamento, pois a “situação de rua” era entendida como algo que não correspondia à leitura do público acolhido na modalidade permanência-dia.

Expliquei que a coordenação havia autorizado a pesquisa e pedido que eu entrasse em contato com eles. Expliquei as intenções da pesquisa, de compreender como estar acolhido impactava no acesso à cidade, mas ela me disse que o público que ela atendia durante o dia não saía muito do equipamento e que a maioria das pessoas era migrante; o que parecia se contrapor ao meu interesse de pesquisa sobre a “situação de rua”. (*Anotações de Campo, contato telefônico com técnica social da permanência-dia, ASP, 17/8/16*).

Na conversa, os técnicos foram abertos à pesquisa, mas ficou subentendido que eles não estavam disponíveis para uma entrevista, porque são muito atarefados. E explicar-lhes o perfil de interesse da pesquisa não foi fácil, pois eles reiteravam que não havia muitas pessoas “em situação de rua” acolhidas na permanência-dia. (...) Eles, então, me indicaram duas pessoas: uma mulher gestante que dormiu alguns meses na rua, em uma cidade do Espírito Santo, e uma senhora que vivera mais de 45 anos nas ruas do centro de BH; o que sinaliza uma compreensão da “situação de rua” como ter passado pela “vida nas ruas”. (*Anotações de campo, conversa presencial com técnicos sociais da permanência-dia, ASP, 19/8/16*).

A leitura destes profissionais coloca a experiência de ter *vivido nas ruas* como marcador para a “situação de rua”, que figuraria como um contexto específico entre as outras situações de vulnerabilidade social acolhidas na permanência-dia. O fato de não localizarem os acolhidos na permanência-dia como pessoas “em situação de rua” me trouxe o questionamento se isso não seria um reflexo do próprio tipo de intervenção realizada por esta modalidade - que, por ser emergencial, poderia atuar de maneira “preventiva” sobre situações de vulnerabilidade, antes que os sujeitos encontrassem a “vida nas ruas”. No entanto, no contato que passei a ter com os usuários do pernoite, também encontrei pessoas que nunca passaram pela experiência de viver nas ruas. Ao compartilhar isso com outros atores institucionais, uma leitura mais abrangente da “situação de rua” me foi apresentada.

Ao entrar no Abrigo, encontrei [*técnica social do pernoite*] e [*coordenador*] no balcão da entrada e ele perguntou como estava a pesquisa. Compartilhei minha impressão até ali: os primeiros interlocutores eram pessoas acolhidas há poucos meses e cujas trajetórias não tinham muita vinculação com a própria rua, pois procuraram o acolhimento institucional logo após os arranjos de vida domiciliada terem se desfeito. Assim, acabei dizendo que eu não havia conseguido conversar com muitas pessoas que tinham trajetórias em situação de rua. E recebi a seguinte resposta do coordenador: “*Mas todos eles estão em situação de rua*”. Uma colocação que sinalizava que a própria inserção em um serviço de acolhimento institucional significava estar “em situação de rua”. (...) Neste dia, também perguntei se havia pessoas que estavam acolhidas no Abrigo há muito tempo - o que poderia contrapor os perfis que, até então, eu tinha acessado - e a sugestão dada foi que eu conversasse com um homem que vive no Abrigo há mais de dez anos. Não se trata mais de um acolhido, mas de uma espécie de “adotado” pela instituição, pois vive no equipamento e colabora com as atividades de manutenção do espaço físico, sem ser

funcionário, mas nem simplesmente usuário. (*Anotações de campo, conversa informal com coordenação e técnica social do pernoite, ASP, 01/9/16*).

Nesta leitura, “em situação de rua” compreende todo o contingente de usuários do ASP, pois, se estavam acolhidos, era porque nenhum deles dispunha mais de espaço domiciliar. Assim, a casa é compreendida como espaço de *segurança* e a sua ausência aponta para o “viver nas ruas” como uma possibilidade que se apresenta frente a todas as situações de carência habitacional – ou seja, a “situação de rua” se apresenta como um *risco social* (De Lucca, 2007).

Na operacionalidade cotidiana do equipamento, esta noção englobante sobre a “situação de rua” é, no entanto, perpassada por outras percepções que não deixam de articular a vinculação dos sujeitos com o universo da rua como um aspecto contraposto às suas próprias possibilidades de desvinculação do serviço assistencial. Na conversa com a assistente social que atende ao público do pernoite, foi apresentada uma categorização que identifica, na heterogeneidade do público, aqueles que seriam os “mais organizados”. Segundo ela, são os sujeitos que não perdem documento com frequência, não chegam alcoolizados e estão à procura de trabalho. Conformam uma espécie de “usuário ideal” na racionalidade do serviço, pois apresentam comportamentos que são lidos enquanto investimentos para retorno à vida domiciliada, sendo principalmente identificado principalmente nas famílias, pois seriam “aquelas que se *organizam* mais rápido para sair do acolhimento”. Este perfil contrapõe àqueles que a funcionária identifica como “mais acomodados”, onde situa os sujeitos que “passam o dia em grupinhos de bebida” e cujo uso do equipamento é esporádico (por exemplo, apenas em períodos de chuva), de modo a serem identificados como aqueles que permanecem *vinculados à rua* e, em consequência, não abraçam o acolhimento institucional da maneira desejada pela racionalidade do serviço.

As noções “mais organizados” e “mais acomodados” representam, assim, uma leitura que identifica intensidades de adesão ou não-adesão dos acolhidos à proposta de *reinserção social* colocada pelo serviço. Mas, também, sinaliza como esta adesão é compreendida e valorada conforme a adequação do sujeito às formas de funcionamento da instituição. Portanto, os dois polos colocados apontam para a forma como são lidos os comportamentos dos usuários, indicando aqueles “mais fáceis” ou “mais difíceis” de serem geridos.

No entanto, estes polos não são suficientes para explicar porque alguns sujeitos, por “mais organizados” que se apresentem, permanecem por maiores períodos no serviço. Quando perguntado sobre os perfis que desempenham trajetórias institucionais mais *longas* ou *cíclicas*, o discurso institucional (representado pela profissional entrevistada) desloca-se para

a identificação de diversas situações de complexidade e que não correspondem exclusivamente ao comportamento do usuário no interior do serviço. Segundo aponta, seriam, estes, os contextos nos quais há uso abusivo de álcool e outras drogas, conflitos familiares, bem como o dos egressos do sistema prisional e dos desempregados com dificuldade de reinserção no mercado de trabalho. Assim, entre aqueles que cuja trajetória rapidamente encontra a “reinserção social” e aqueles que refutam a captura pelo serviço, há um contingente significativo que flutua em meio aos desafios da dependência institucional.

### 2.1.2 *Ritmos institucionais no ASP*

As trajetórias individuais dos acolhidos que acessam, diariamente, o acolhimento institucional apresentam duas temporalidades: o período mais abrangente de permanência do acolhido no serviço e o parcelamento deste tempo em acessos diários e repetitivos ao equipamento. Como exposto acima, para a leitura institucional, estas temporalidades encontram-se bastante intrincadas, pois a adequação do sujeito aos procedimentos de uso do serviço é visto como um indicativo de suas potencialidades de reinserção social. Diante disso, esta seção busca descrever a forma de funcionamento do serviço de acolhimento institucional prestado no Abrigo São Paulo, sob a perspectiva de que o modo como o serviço é organizado e oferecido se desdobra em uma forma particular de estruturação do tempo e do espaço; e que esta estruturação tem uma expressão enquanto *ritmos* que devem ser assimilados pelos usuários, sobretudo, durante o período de permanência no acolhimento em pernoite.

O Abrigo São Paulo é localizado em um prédio do qual a própria instituição conveniada é proprietária e cuja infraestrutura está disposta, majoritariamente, no nível térreo. No saguão da entrada, há um grande oratório com a figura de uma santa e, ao lado, dois lances de escada levam a um andar que não é utilizado para o acolhimento, mas onde há uma sala de reuniões e um bazar de roupas usadas que arrecada dinheiro para a compra de remédios, pois nem todos os medicamentos necessários aos usuários da permanência-dia são oferecidos de maneira gratuita pelo SUS.

O serviço de acolhimento é desempenhado todos os dias do ano, sem interrupção. O fato de acolher usuários em duas modalidades (permanência-dia e pernoite) faz com que uma parcela do público usuário sempre esteja presente no equipamento, embora em intensidades notadamente diferentes durante as 24 horas do dia, já que é à noite que o contingente de usuários é maior. Assim, podemos considerar o período diurno e o pernoite como dois ciclos diferentes, desempenhados de maneira alternada no dia-a-dia da instituição.

Esta disparidade entre os dois ciclos faz com que o trabalho das categorias profissionais que compõem o serviço seja alocado de maneira diferenciada no tempo, de modo a atender às duas temporalidades. Uma expressão destes arranjos é que as equipes técnicas responsáveis pelos usuários são diferentes: dois profissionais (psicólogo e assistente social) atuam entre 9h e 15h, com o público da permanência-dia; e quatro profissionais (psicóloga e assistentes sociais) trabalham entre 15h e 21h, com os usuários do pernoite – ambas equipes, apenas durante os dias úteis. A oferta reiterada do serviço depende que algumas categorias profissionais se façam presente nestes espaços, também, ininterruptamente, como é o caso dos guardas municipais e monitores, que trabalham em escalas intercaladas de 12 horas. Assim, as diferentes atribuições dos trabalhadores empregados no serviço de acolhimento também se desdobram em posições diferenciais no que tange à normalização do público acolhido.

Os técnicos sociais são profissionais, em sua maioria, das áreas do Serviço Social e da Psicologia, responsáveis por realizar um *acompanhamento individualizado* do público acolhido. Tal acompanhamento tem início no momento em que a demanda por acolhimento chega à instituição, quando acontece a *entrevista inicial* entre um profissional da equipe técnica e a pessoa que solicita o acolhimento. Este procedimento (obrigatório para o acesso), também é chamado de *acolhida* ou *triagem*, compreendendo um tipo de situação que Martinez (2011, p.21) compara ao procedimento médico da anamnese, pois é onde o técnico social realiza uma espécie de “diagnóstico” sobre o atendido e que subsidiará a abordagem do sujeito durante seu período de passagem pela instituição. Nesta situação, o sujeito requerente apresenta uma *história de si*, que passa pelas questões que levaram à necessidade do acolhimento, ao passo que estes elementos subsidiam uma leitura, pelos técnicos sociais, sobre os contextos de vulnerabilidade em que cada sujeito está inserido.

O primeiro efeito desta leitura é a decisão sobre inclusão ou não do requerente no serviço<sup>93</sup>. Este momento parece marcante para muitos acolhidos e, não raro, são lembrados nas histórias que elaboram a experiência posterior ao acolhimento. Assim, em campo, com frequência escutei a frase “*expliquei minha situação pra assistente social e ela me deixou ficar aqui*”.

Neste momento, também são explicadas as normas, horários e regras para a bagagem, assim como é pactuado o prazo para permanência no ASP, que, de praxe, é de dois meses.

---

<sup>93</sup> Caso o acolhimento seja solicitado aos finais-de-semana, quando estes profissionais estão ausentes, a permissão é dada em caráter provisório, até que o indivíduo possa passar pelo crivo da equipe técnica.

Este tempo evidencia a lógica interna do serviço: a de ser um equipamento para acolhimento emergencial e pelo tempo necessário para que os sujeitos possam reestabelecer condições para retorno à sociedade domiciliada. Caso o período concedido não seja suficiente, o usuário deve procurar novamente a equipe técnica, onde explicará as razões que o fazem, ainda, dependente do acolhimento institucional, recebendo a concessão de um novo prazo. No entanto, os pedidos de “renovação” não são raros e, muito provavelmente serão negados, conformando uma das práticas habituais do serviço.

O atendimento inicial também é o momento no qual a equipe técnica viabiliza alguns benefícios sociais (como inclusão no CadÚnico para acesso ao Programa Bolsa Família<sup>94</sup> e gratuidade nos restaurantes populares) ou encaminhamentos para outros órgãos públicos e entidades (solicitação de documentação civil, centros de saúde, pedido de isenção para cursos do Sistema Divina Providência). A equipe técnica compreende, portanto, um ator que não só viabiliza o acesso ao acolhimento, mas também a outros benefícios, programas e serviços, assim como indicações para vagas de emprego ou vales-transporte para o caso de alguma entrevista. Isso faz com que a mesma seja procurada durante o período de permanência na instituição, o que faz com que suas possibilidades de intervenção sejam caracterizadas pela distribuição ou encaminhamento individualizado a determinados recursos.

Os monitores<sup>95</sup> figuram como a categoria profissional estruturante para o funcionamento ininterrupto da instituição, uma vez que não há funcionamento sem que alguém deste posto de trabalho esteja em exercício. Sua função compreende o contato mais direto e constante com o público acolhido, a fim de garantir a adequabilidade dos comportamentos às regras do espaço institucional. São eles os responsáveis por administrar o fluxo de entrada no equipamento, por receber as bagagens, monitorar os espaços de banho e alimentação, bem como garantir o silêncio noturno e convocar os usuários a acordarem no início da manhã. A infração às regras estabelecidas passa pelos monitores, mas as medidas de repreensão ficam a crivo da equipe técnica, para a qual tais acontecimentos são reportados. No entanto, em caso de situações de conflito mais grave, os guardas municipais são acionados (como em situações de briga), representando a atuação do poder de polícia do Estado no dia-a-dia do equipamento. Sendo uma relação tão próxima, circulam afetividades entre acolhidos e monitores, como na preferência de algumas acolhidas por um profissional que as deixava

---

<sup>94</sup> O benefício do Bolsa Família compreendia, à época da pesquisa, a principal fonte de recursos para a maioria dos acolhidos.

<sup>95</sup> Nomeados de “monitores” no Abrigo São Paulo, também são chamados de “educadores sociais”, “agentes de ação social”, “cuidadores” em outros equipamentos.

retornar o xampu no guarda-volumes, após o banho; ou um monitor que viera para a calçada, após final do acolhimento, para aconselhar uma jovem que parecia ter chegado alcoolizada no dia anterior.

Além destas categorias, o ASP também conta com equipes de limpeza e de cozinha, sendo que esta última participa de modo muito estreito na conformação das temporalidades institucionais, uma vez que as refeições compreendem ritmos marcantes do cotidiano dos acolhidos. Para o público do pernoite, as refeições oferecidas no jantar e café-da-manhã marcam, respectivamente, o início e o fim o ciclo do acolhimento; enquanto que, para os acolhidos na permanência-dia, as refeições compreendem a estrutura principal do tempo cotidiano, já que poucas atividades são oferecidas durante o dia - apenas uma Oficina de Oração e uma Oficina de Artesanato, que acontecem, cada uma, uma vez por semana no turno da tarde (sendo abertas, também, para o público do pernoite).

Além dos quartos e do refeitório, os usuários da permanência-dia também dispõem de uma sala de televisão e um espaço externo (mas coberto) com mesas, onde há um tanque que pode ser usado para a lavagem de poucas peças de roupas. Os acolhidos nesta modalidade dispõem da lavagem mecanizada de suas roupas, uma vez por semana. O espaço do ASP também conta com um jardim, onde há uma mesa, um oratório e uma horta; mas que se encontra fechado por uma grade e não pode ser acessado de maneira livre.

Caroline: Como foi seu dia ontem, desde a hora que você acordou?

ASP 3: Aqui, quando cê acorda, a monitora tá em cima de você, pra tomar café. Porque ninguém dorme cedo. Cê deita, mas ninguém dorme, porque é o dia inteiro dormindo, minha filha! Nossa senhora, o dia inteirinho dormindo. Depois do café, cê pode dormir, você não faz nada, não. (...) Levanta cedo, toma café, dorme de novo. Almoço, dorme de novo, e acorda pro café das 15h. O horário é certinho aqui: almoço 11h, 15h o café, 19h30 a janta. Ai reza de novo, reza mais lá dentro, antes da janta. Todo dia é esse mesmo ritmo. (Trecho de entrevista realizada com ASP 3, 50 anos, acolhida no Abrigo São Paulo na permanência-dia, em 26/8/16).

Acolhidos de maneira ininterrupta, os usuários da permanência-dia não precisam passar pelos rituais de entrada e saída que compreendem o cotidiano do público do pernoite. No lado externo do ASP, todos os dias uma fila de homens se forma na calçada, ao longo de uma grade que separa a calçada do prédio. A porta que permite a passagem por esta grade fica permanentemente trancada, de modo que qualquer fluxo de entrada ou saída depende de um funcionário com acesso à chave para destrancá-la. Isso controla o trânsito dos usuários da permanência-dia que, por ventura, desejem sair do equipamento, e também do público do pernoite, caso alguém precise conversar com os técnicos sociais em horário externo ao do acolhimento. O acesso ao interior do equipamento não é, portanto, fluido e, no trabalho de

campo, isso contribuiu para que eu me mantivesse do lado de fora da instituição, tendo pouco contato com suas dinâmicas internas.

O procedimento para entrada é sempre o mesmo e acontece todos os dias entre 17h e 20h: um monitor fica no portão e recolhe os documentos de identidade daqueles que já passaram por uma entrevista com os técnicos sociais; os documentos são levados para dentro do prédio, onde os usuários daquele dia são registrados e é verificada a existência de suspensões<sup>96</sup>; não havendo impedimentos deste tipo, é permitida a entrada dos usuários no prédio.

Este fluxo acontece em parcelas, de modo que entram grupos de, no máximo, dez pessoas por vez. No momento em que o horário de acolhimento é iniciado, muitas pessoas já se encontram na fila. Aqueles que tiveram seus documentos levados para registro podem ser convidados a esperar no pequeno espaço entre a grade e o prédio, onde podem se sentar em um banco de alvenaria que se estende por todo o comprimento; o que fazem sem desmanchar a ordem já estabelecida na fila externa. Este espaço tem uma cobertura, de modo que, em dias de chuva, a fila é formada diretamente ali. O acolhimento de mulheres passa pelos mesmos procedimentos de registro e checagem, mas elas formam uma fila mais curta e que permanece menos tempo nas calçadas.

A fila é ocupada pelos usuários “costumeiros” do abrigo, que já passaram pela entrevista com a equipe técnica e tiveram a permissão para acesso. Aqueles que chegam pela primeira vez devem, portanto, solicitar o contato com a equipe; uma orientação que, em geral, é dada pelos próprios usuários que já se encontram na fila. Os novatos também entregam seu documento aos monitores e aguardam o contato com a equipe técnica do lado de fora ou no saguão de entrada.

Internamente, os dados do solicitante serão checados em uma *lista de segurança*, que mantém registro dos usuários que foram suspensos permanentemente do equipamento por terem ameaçado funcionários. A técnica social entrevistada conta, que durante um período, ela própria só conseguia ir embora do Abrigo se acompanhada por um guarda municipal, pois um usuário a ameaçara por não ter permitido a realização frequente de ligações telefônicas (benefício que é concedido uma vez por semana). Ela aponta que o acolhimento será, no entanto, concedido caso o nome esteja lista e o funcionário ameaçado não esteja mais na instituição.

---

<sup>96</sup> A suspensão do direito de acessar o acolhimento pode compreender poucos dias ou ser permanente. É utilizada como punição para usuários que infringiram as regras de convivência.

Os procedimentos de entrada não visam apenas ao registro e controle sobre o número de pessoas que adentra o equipamento, mas também é por meio dele que usuários com comportamentos passíveis de comprometer a ordem interna serão barrados, como é o caso de pessoas embriagadas ou sob o efeito de substâncias psicoativas. Esta triagem passa pela discricionariedade do funcionário que recolhe os documentos de identidade e não é aplicada de modo estrito, mas direcionada àqueles que apresentam embriaguez exacerbada, enquanto aqueles que conseguem manter a aparência de sobriedade conseguem passar pelo portão. Muitas vezes, isto não passa despercebido pelos funcionários, mas o uso frequente do equipamento lhes permite identificar usuários cujo estado “alterado” não impacta negativamente a convivência interna.

Após passar o portão, uma nova sequência de procedimentos deve ser realizada. Primeiro, deixar as bagagens no guarda-volumes, onde também recebem sabonetes e toalhas. Não é permitido circular com bolsas, sob o risco dos usuários portarem armas brancas ou de fogo, de modo que todos os itens necessários à permanência noturna devem ser retirados neste momento.

O banho vem em seguida, sendo obrigatório, e a pouca disponibilidade de chuveiros explica o controle do fluxo de entrada em grupos de poucas pessoas. Após o banho, os usuários recebem os lençóis e podem se dirigir ao refeitório para jantar.

Após o jantar, os usuários devem ir para os quartos e a distribuição das camas respeita a ordem de chegada, ou seja, é rotativa. Os quartos femininos dispõem de dez camas, ao passo que, na ala masculina, são dez beliches (20 leitos) por quarto. As luzes são apagadas às 21h.

Às 5h da manhã, os homens são acordados por monitores, que passam pelos quartos avisando o fim do ciclo do acolhimento. Os usuários podem se dirigir ao refeitório, para o café-da-manhã e, em seguida, retirar seus pertences do guarda-volumes, já se dirigindo para fora da instituição. Os homens devem deixar o equipamento até às 6h; ao passo que, para as mulheres, o horário de saída é às 8h.

O trabalho de campo, no ASP, desenvolveu-se, sobretudo, do lado externo ao equipamento, de modo que não pude acompanhar os procedimentos de entrada que estruturam a vivência do acolhimento em pernoite. No entanto, a descrição deste ciclo foi compartilhada pelos interlocutores de pesquisa, como sintetiza o seguinte trecho de entrevista:

Saiu daqui [*da fila externa*], tem outra fila lá dentro, que é para guardar as bagagens. Então, vou te dar mais ou menos a noção do que é. Deixou a bagagem lá no guarda-volumes. Depois disso, você vai, pega o sabonete, a toalha, vai pro banheiro, que não é lá grande coisa. Pra um banheiro que é pra 120-150 pessoas, você tem 4 chuveiros, 4 vasos sanitários. O banheiro daí é uma coisa meio impessoal. Nada tem

porta. E o que era pra água correr pros ralos, ela empossa no meio do banheiro. (...) Depois de tomar banho, vai lá, pega o lençol. Cada dia você está em uma cama diferente, não é aquele negócio de você chegar e ter sua cama, ter seu cobertor. (...) Quando é 21h, você tem que fazer silêncio. Ver uma televisão, você não pode, porque a televisão é no refeitório, aí não pode porque todo mundo fala alto, tal, tal tal. Você não tem condições de assistir um jornal, de ver um nada. Nove horas começa o silêncio. Desliga essa televisão e todo mundo tem que ir dormir. Quando é 5h30, 5h20 da manhã, todo dia tem um monitor batendo na porta "Vamos levantar". Ai você tem 40 minutos pra levantar, fazer tudo, tudo, tudo que você tem que fazer ali, tomar café da manhã e sair. Coisa que eu acho até um absurdo. Pra quê levantar em uma hora tão cedo e sair tão rapidinho, como eles impõem ali pra gente... Ai você vai lá, pega sua casa, põe nas costas e tem que sair. (Trecho de entrevista realizada com ASP 7, 57 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

O acolhimento dos públicos masculino e feminino tem uma expressão espacial bastante clara. Os quartos que atendem a cada gênero distribuem-se em alas separadas do prédio, as quais se distanciam pelo espaço do saguão de entrada. No saguão, há um balcão onde ficam alguns monitores, são recebidas ligações e registrados os usuários. A divisão dos gêneros também se apresenta no refeitório, segundo relatos dos interlocutores de pesquisa, que apontam a existência de mesas separadas para que homens e mulheres tomem suas refeições.

Os casais não têm, portanto, muitas possibilidades de convivência dentro do equipamento, de modo que é no lado externo que as relações são travadas de maneira mais fluida. As relações conjugais atravessam, no entanto, a estrutura do equipamento, como no caso de uma usuária que, às vezes, acorda no horário de saída dos homens para pegar a bagagem do companheiro e colocar no seu espaço do guarda-volumes.

Internamente, o equipamento de acolhimento se apresenta, portanto, como um ambiente de tempo e espaço altamente regulados por ritmos que não apenas atendem à necessidade de reprodutibilidade diária do serviço, mas que também visam à acomodação dos corpos e comportamentos durante o pernoite. Os interlocutores da pesquisa não mencionaram o hábito de transitar livremente pelo equipamento ou de espaços de convivência além do refeitório e do próprio quarto. Tratando-se de uma convivência que coloca um público massivo em grande proximidade, as relações construídas no interior do equipamento não deixam de conformar vínculos e distâncias sociais e que transitam para o lado de fora do equipamento – para a região da *porta* – onde as relações se estabelecem mais livremente.

### 2.1.3 Dinâmicas da porta do ASP

A ciclicidade da natureza - o sempre amanhecer de um novo dia – compreende, para Lefebvre (2004) o marcador rítmico central sobre o qual sobrescrevemos nossas formas de organização social. Na operacionalidade do acolhimento em pernoite, o amanhecer marca a

finalização de um ciclo de oferta do serviço, que é concluído quando todos os acolhidos deixam Abrigo e as atividades que empreenderão em suas rotinas deixam o âmbito de responsabilidade e supervisão institucional. Ficam, internamente, apenas os usuários da permanência-dia e os funcionários que trabalham com esta parcela do público.

Embora o período diurno também abarque atividades necessárias à oferta repetida do pernoite, como lavagem das roupas de cama e limpeza dos espaços, ele pode ser compreendido como uma *pausa* no serviço. Nesta pausa, o espaço interno ao equipamento e as práticas cotidianas do público acolhido no pernoite são âmbitos que não coincidem. No entanto, a normatividade rítmica do Abrigo não deixa de se refletir tanto na rotina dos acolhidos (que estruturam seu cotidiano para o retorno diário ao acolhimento), quanto no espaço externo.

Do lado de fora, múltiplas dinâmicas de permanência, trânsito e sociabilidade se apresentam em fluxos variáveis ao longo do dia, nem todos por usuários do ASP, mas também pessoas em situação de rua que participam das redes de relações que se estabelecem, ali, na *porta*. Algo semelhante acontece no Albergue Tia Branca, apontando que, embora o acolhimento em pernoite tenha se disseminado como um mecanismo associado a gestão do espaço público (De Lucca, 2007), o acolhimento parcial de um público massivo tem, como desdobramento, a própria concentração de pessoas em seu entorno, conformando um ponto de visibilidade do fenômeno “situação de rua” durante o dia. Assim, a *porta do Abrigo São Paulo* representa um espaço social à parte do equipamento, embora complementar às dinâmicas e ritmos de funcionamento deste, também alimentada pelas relações com a vizinhança da rua e os moradores do bairro.

Embora esteja na proximidade de vias movimentadas (como a Av. Cristiano Machado e R. Volts, a qual dá acesso ao bairro Primeiro de Maio e é ocupada por vários comércios) e de pontos de muita circulação de pessoas (como a Estação de Integração São Gabriel e uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA), a rua do ASP não tem muito trânsito de veículos e é exclusivamente residencial. As casas ficam ao longo de toda a calçada defronte ao Abrigo, ao passo que o equipamento ocupa a esquina do quarteirão, sendo seguido por um longo muro que serve de fundo para um depósito de reciclagem, o que faz com que o ASP não tenha vizinhos laterais.

Foi nesta região, externa ao equipamento, que o trabalho de campo no Abrigo São Paulo foi principalmente realizado, pois ali o contato com o público acolhido era facilitado, por se tratar de um espaço com menor regulação do que o interior da instituição. Para

observar as dinâmicas que se estabeleciam na região da *porta*, busquei estar presente em diferentes temporalidades do dia, mas com maior frequência entre a tarde e à noite após ter percebido que, neste período, a aglomeração dos usuários do pernoite era maior.

Em apenas duas oportunidades foi possível chegar ao equipamento antes do amanhecer<sup>97</sup>, quando acompanhei acolhidos do sexo masculino em sua jornada diurna. Nestas ocasiões, pude acompanhar o período de saída dos homens, que se dá entre 5h e 6h da manhã. Sua saída começa a imprimir movimento na rua, até então, silenciosa e não é despercebida pelas usuárias mulheres, cujos quartos tem pequenas basculantes que abrem para a calçada. Durante a entrevista realizada com ASP 2, usuária do pernoite, esta reclama com outro usuário do equipamento, que passava por nós.

ASP 2: Todo dia, eu acordo esse horário [5h], porque esses homens são muito barulhentos! Tá escutando, né? [se dirigindo para ASP 4]. Eu escuto sua voz todo dia de manhã, você é o que mais grita. Cinco horas da manhã, eu acordo todo dia com eles barulhando! Menina, parece um mercado, parece uma feira! Junta aquela 'homaiada' nessa rua... (Entrevista realizada com ASP 2, usuária do Abrigo São Paulo, em 26/8/16).

Sob o céu ainda escuro, mais de uma centena de homens saem da instituição portando bolsas e mochilas e as direções que tomam são pouco variáveis. A maioria segue para a direita, onde é possível chegar mais diretamente à Av. Cristiano Machado. Poucos seguem para a esquerda, para a rua onde há um depósito de reciclagem e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que funciona 24h e cujo banheiro e bebedouro são bastante acessados pelos acolhidos. Ao passo que alguns permanecem um tempo, ainda, na rua do Abrigo e, sentados na calçada ou em pé, fumam, conversam em duplas ou trios, mas logo seguem algum caminho.

As mulheres deixam o equipamento quando o dia já está claro e os ritmos da cidade estão em pleno funcionamento, com grande número de pedestres e veículos nas ruas e os comércios com as portas abertas. Neste momento, às 8h, há poucas pessoas na rua e a maioria das acolhidas também tomam algum itinerário para além do equipamento. No entanto, um número pequeno de mulheres permanece na porta e, ali, passam todo dia alternando entre as calçadas da Rua Elétron e outras ruas do quarteirão.

Entre a saída dos homens até o meio da manhã, a ocupação da área externa ao Abrigo é baixa e dispersa. No entanto, após este período, começa a se delinear uma forma de organização do espaço que perdura até à noite, quando o período para entrada no Abrigo se

---

<sup>97</sup> Acompanhar o horário de saída dos homens esbarrava nos próprios limites de minha mobilidade pela cidade, pois não havia uma linha de ônibus que me levasse ao equipamento no horário necessário. Nestes dias, fui para o campo de táxi.

encerra. Neste arranjo, é possível identificar quatro regiões, que correspondem à ocupação diferencial do espaço da *porta*, no período que antecede a abertura do ciclo do acolhimento em pernoite: a “*Esquininha*”; uma região de espera; e os espaços utilizados para fila, que separam os acolhidos de acordo com o gênero em cada uma das laterais do portão de entrada.

**Figura 9 - Porta do Abrigo São Paulo**



Fonte: Google Maps - Street View/Elaboração própria

A “*Esquininha*” é um espaço da calçada oposta à do Abrigo, na lateral de um prédio comercial, que apresenta um desnível em relação à rua de modo a permitir sua apropriação enquanto um largo banco. Ali há sombra durante à tarde e, todos os dias, um grupo diverso de pessoas se reúne, entre sujeitos em situação de rua que não acessam o Abrigo com frequência, moradores do bairro que já passaram ou não pela situação de rua e alguns usuários mais assíduos do equipamento<sup>98</sup>. A sociabilidade é atravessada pelo consumo do álcool e o espaço apresenta maior aglomeração a partir do início da tarde, mesmo período em que em alguns usuários começam a retornar para o Abrigo a fim de esperar o início do horário de acolhimento. Todavia, essa *pedra* – como denominam alguns interlocutores da pesquisa<sup>99</sup> –

<sup>98</sup> Esta percepção foi construída, primeiro, em meu trabalho como Educadora Social no Consultório de Rua SUS/BH, entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Em campo, esta leitura foi comprovada pelo contato com os interlocutores, que apontavam pessoas que já tinham passado pelo Abrigo, passaram a viver de aluguel no bairro e continuavam a frequentar a *porta* do Abrigo.

<sup>99</sup> Em sua dissertação sobre os “malucos de estrada”, que poderíamos definir sumariamente como artesãos que circulam por diferentes cidades do país e conformam uma cultura própria em torno desta forma de mobilidade, Leonardo Leitão (2014) nos apresenta a *pedra* como o espaço de sociabilidade em que se reúnem estes atores, a “malucada”. Assim, vemos o desdobramento desta categoria para o contexto da sociabilidade em situação de rua, que muitas vezes esbarra o universo social dos malucos de estrada. É interessante que seu emprego, no contexto

apresentava-se em atividade até o fim da noite, mesmo após o encerramento do horário de entrada no ASP.

A presença dessa *pedra* no entorno do Abrigo é percebida de maneira negativa, tanto por parte da vizinhança<sup>100</sup>, quanto entre alguns dos usuários do equipamento. Entre estes, a *Esquininha* é acionada como um dos principais marcadores de diferenciação social e, em geral, representada como um lugar vicioso, moralmente degradado. Por isso, alguns discursos frisam o não-pertencimento a este grupo como forma de dissociar-se da imagem negativa que pesam sobre as práticas da *Esquininha*. Este distanciamento tem, além disso, uma expressão espacial, pois os sujeitos que evitam as redes de sociabilidade da *pedra*, também evitam a proximidade com este espaço.

Caroline: E por que vocês ficam aqui, mais pra frente do Abrigo, e não lá na esquina? Você também costuma ficar lá na esquina?

ASP 1: Ah, não. Não, porque eu não sou usuário e também não bebo cachaça. Eu já bebi muito, mas, graças a Deus, Deus me tirou. Eu aprendi a não ficar muito misturado, se não só me traz disgrama. Tem muita falsidade. A pessoa só é sua amiga se você tem alguma coisa; agora, se você não tem, você não tem amigo. É tudo falsidade de estar no grupinho ali... Isso eu aprendi no mundo. Aprendi isso aí: em todo lugar que eu estiver, não ficar em grupinho. Aprendi isso aí foi em São Paulo, a ficar sempre com pessoas que não usam. Que nem aqui: meus colegas ali, tomam refrigerante ali, fica de boa. Lá, não; lá só rola cachaça. E ali, de vez em quando, coisa ruim tá ali, de vez em quando sai um quebra pau. Por isso que eu não fico naquela pedra lá. (Entrevista realizada com ASP 1, usuário do Abrigo São Paulo, em 16/8/16).

Era por volta de 13h30 quando sai de dentro do Abrigo e já vi umas 30 pessoas do lado de fora: imediatamente ao lado direito do portão, uma mulher estava sentada com uma bolsa, enquanto outra se sentava à esquerda, mais distante da entrada; do outro lado da calçada, um grupo de uns 5 homens também sentados; um grupo mais numeroso de pessoas ocupava o banco de concreto da esquina. (...) Cumprimentei, com um aceno de cabeça, o grupo de homens que estava à frente da porta e eles perguntaram se eu ia entrar. Fui até eles e expliquei que estava fazendo uma pesquisa com pessoas que usavam o Abrigo. O mais jovem logo falou “pode perguntar, faz a pesquisa com a gente”. Eu ri e perguntei se eles usavam o Abrigo. Todos disseram que sim. Tentei ir puxando conversa, perguntando se eles costumavam ficar a tarde ali. O mais jovem, menos desconfiado que os outros, foi me dizendo que eles eram um grupo de “amizade boa”, “gente tranquila”, que “ficava ali de boa, tomando um refrigerante” e me apontou a garrafa de Coca-Cola vazia e os copos de plástico, ao passo que outra garrafa cheia depois chegou através de mais um homem que se juntava ao grupo. A indicação do refrigerante parecia uma forma de indicar que eles não praticavam o mesmo consumo de álcool que o pessoal da esquina. (Anotações de Campo, Abrigo São Paulo, 19/8/16).

---

da pesquisa, se deu por sujeitos mais familiarizados com a heterogeneidade de mobilidades em situação de rua, enquanto outros usuários denominam o espaço apenas de “esquina” ou “*Esquininha*”.

<sup>100</sup> Em dezembro de 2014, eu trabalhava como educadora social em uma equipe do Consultório de Rua que atendia região do Abrigo São Paulo. Em um dia no qual realizávamos uma de nossas visitas ao local, fui abordada por um morador da região que criticou veementemente nosso trabalho. Ele dizia que o que fazíamos só alimentava a presença dessas pessoas, consideradas por ele como indesejáveis, “desocupadas” e “poluidoras”.

Este último trecho permite a identificação de todas as regiões que se conformam na porta do ASP, com a diferença de que, no momento, a fila ainda não se formara e o espaço que lhe é reservado também era utilizado para espera. No entanto, a maioria das pessoas se posicionava na calçada defronte, na direção mais próxima ao portão de entrada do Abrigo. Este espaço encontra-se na mesma calçada em que está a *Esquininha* e ambas recebem sombra durante toda a tarde. No entanto, a contiguidade entre as regiões acaba demarcada pela distância com que alguns acolhidos se posicionam em relação àquele grupo.

Este movimento de diferenciação só é facilmente realizado do lado de fora do equipamento, onde a amplitude espacial e afrouxamento das regras permitem que os sujeitos se movimentem de maneira mais consoante com suas redes de afinidade. No interior do Abrigo, por outro lado, as relações de distância são colocadas em grande proximidade e os acolhidos tem menor controle sobre a administração de suas relações de afeto ou antagonismo. Internamente, sobrepõem-se os ritmos padronizados, que demandam a adequação de todos os acolhidos à forma como a instituição gere a coexistência de tantas heterogeneidades. Isso significa, para os atendidos, um patamar de segurança bastante precário, pois embora os comportamentos sejam constantemente *monitorados*, a rotatividade da ocupação de leitos e quartos sempre coloca o acolhido em proximidade com pessoas desconhecidas.

Isso se desdobra em discursos que representam as relações entre o público acolhido como pautadas pela cautela e desconfiança e em uma leitura dos abrigos/albergues como espaços inseguros. Não é raro que objetos como celulares e documentos sejam furtados no interior das instituições, de modo que muitos acolhidos compartilham a percepção do acolhimento institucional como uma situação de marcada imprevisibilidade e na qual estão vulneráveis à eclosão de conflitos latentes. Assim, a diferenciação moral que se apresenta de maneira mais clara do lado externo, nas relações com a *Esquininha*, é empregada de maneira constante na leitura da diversidade em que estão inseridos.

ASP 7: Agora, a convivência com as pessoas, tem pessoas de todo tipo aí: tem bandido, tem ladrão, tem assassino, tem tudo aí dentro. Você não pode abaixar a cabeça pra tudo, com essas pessoas, você tem que se impor ao respeito. Tentar não agredir ninguém, pra ficar numa boa com todo mundo, senão é capaz de alguém te marcar na rua e fazer qualquer coisa contra você. (Entrevista realizada com ASP 7, usuário do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

ASP 5: Aqui, isso aqui está calmo. De uma hora pra outra, começa uma confusão, que você não sabe exatamente de onde veio e por que. Então, afasta. Porque, tem trabalhadores, tem pessoas como eu, que vieram para cá pelo mesmo motivo? Tem. Mas também tem muito drogado, tem muita gente cumprindo pena. (...) A pessoa que tem vício pode te tratar muito bem ou te agredir, você não tem como prever. Então, para minha segurança, eu mantenho distante. **Aqui é assim, uma segurança**

**que não é segura.** (Entrevista realizada com ASP 5, usuária do Abrigo São Paulo, no dia 12/9/16).

No entanto, a rotatividade dos quartos e a sensação de imprevisibilidade não fazem do acolhimento institucional um espaço aleatório, mas massificado e esquadrihado segundo certas normas e ritmos. Diante disso, a apreensão das lógicas de funcionamento da instituição oferece, aos acolhidos, possibilidades de manipular certas determinantes de gerenciamento de maneira favorável a si próprios. Isso se apresenta de maneira explícita em torno do mecanismo da fila, utilizado para ordenamento dos atendidos no espaço interno, cuja sequência dita a distribuição das camas e compartilhamento dos quartos. Neste sentido, é válida a noção de Certeau (1998) sobre a *tática*, como ação calculada que encontra ocasiões de vantagem nos espaços que não lhe pertencem, mas que são regulados por outros. Nas táticas desenvolvidas em torno da fila, é crucial o elemento que Certeau aponta como “hábil utilização do tempo” (*Idem*, 102), que permite aos acolhidos controlar os desconfortos a que são colocados, pelas dinâmicas de gerenciamento, por meio da manipulação dos ritmos da fila.

No Abrigo São Paulo, isso se fazia especialmente visível entre as mulheres, que, em geral, compreendiam entre 20 e 30 acolhidas no pernoite. O número reduzido, em relação ao quantitativo de homens, permitia sua acomodação em apenas três quartos do equipamento. Assim, as mulheres conseguiam ter maior previsibilidade sobre o quarto em que seriam alocadas caso acompanhassem o fluxo de entrada na instituição. Isso era cotidianamente desempenhado por um grupo bastante coeso de usuárias, que, ao invés de se posicionarem prontamente na fila, aguardavam na calçada defronte ao portão. Ali conversavam em tom animado, enquanto tentavam contar quantas mulheres já haviam passado pelo portão. Como algumas integrantes deste grupo de afinidade só chegava no ASP ao final da tarde, estas acolhidas só se dirigiam para o portão após a entrada de 10 mulheres – o que significava a ocupação do primeiro quarto, de modo que elas poderiam estar reunidas no quarto seguinte.

Para os homens, o desempenho de um controle tático semelhante é dificultado pelo contingente de acolhidos que eles compõem. Assim, o controle do espaço social interno, a partir de sua alocação na fila acontece, com menor previsibilidade. Alguns preferem esperar até a diminuição do fluxo, mais próximo ao horário de encerramento da entrada. Era o caso de ASP 9, que me explicava que, assim, entraria com pessoas que, como ele, tinham trabalhado durante todo o dia; ao passo que se referia aos primeiros acolhidos como “molecada” e “baderneiros”. No entanto, embora os ritmos institucionais sejam repetitivos e proporcionem uma margem previsibilidade, o fluxo da fila é sempre aberto à contingência, de modo que não

há garantia sobre o sucesso dos investimentos táticos – como no dia em que ASP 9 esperara até quase o fechamento do portão para ficar em um quarto mais tranquilo e um senhor visivelmente embriagado se dirigira para a fila, o que lhe fez exclamar: “*Nossa, será que eu vou dormir no mesmo quarto que esse cara?! Ele ronca demais!*”.

Além disso, a variabilidade da procura pelo acolhimento incide sobre os arranjos que tentam padronizar o tempo-espaço interno, congestionando os fluxos de atendimento e gerando imprevisibilidade sobre o tempo de espera na fila – como aponta ASP 7 sobre esta vivência cotidiana: “*Aqui, já é a luta pra entrar. Você vê que a gente fica ali na fila da entrada. Tem vezes que você fica ali 5 minutos e tem dias que você fica ali uma hora e meia*”.

Por isso, estar entre os primeiros da fila compreende a forma mais estável para garantir um controle sobre o compartilhamento do quarto e previsibilidade quanto ao tempo de espera. Isso faz com que o espaço da fila masculina comece a ser demarcado muito antes do início do horário de acolhimento. ASP 4 pertence ao grupo com quem primeiro travei relações no Abrigo São Paulo. Embora seja muito novo, ele me dizia preferir ficar junto com “os coroas”, homens mais velhos, considerados melhores companhias e que, como ele, costumavam compor o primeiro grupo de pessoas que entrava no equipamento. Assim, eles participavam da construção de uma das cenas naturalizada nas relações da *porta* do ASP, mas que reflete o entrelaçamento dos ritmos institucionais, os ritmos da natureza (de luz e sombra sobre as calçadas) e os “ritmos do *self*” (Lefebvre, 2004): o enfileiramento de bolsa e mochilas.

Na porta do Abrigo São Paulo, os usuários que permaneciam pelo bairro ou retornavam no início da tarde, começavam a posicionar suas mochilas e bolsas no espaço que acomoda a fila masculina assim que chegavam. Este espaço recebia muita luz solar no período da tarde e, em geral, seus proprietários deixavam seus pertences no espaço da fila, enquanto esperavam o horário de acolhimento no outro lado na rua, onde havia sombra. Para ASP 4, esta estratégia era uma forma de garantir que ele seria alocado no primeiro quarto considerado, como o “mais calmo” por ele.

À luz das contribuições de Lefebvre, o enfileiramento das mochilas e bolsas se apresenta fortemente como um desdobramento dos esforços de articulação entre os *ritmos do self* e os ritmos institucionais. Estes objetos expressam uma antecipação do ordenamento a que estão sujeitos os homens que fazem uso frequente do serviço de acolhimento. Além disso, são objetos que ressoam a vivência cotidiana da espera pela hora do acolhimento, já que os sujeitos não podem acessar a instituição fora das temporalidades pré-estabelecidas. Também compreende um mecanismo de auto-organização dos usuários, pois ninguém irá questionar a

posição de qualquer um dos sujeitos que colocaram, antecipadamente, seus objetos naquele espaço. Todavia, é um mecanismo que só existe ante as exigências de ordenamento temporal colocadas pela instituição. E que expressa uma das formas como a ritmicidade da instituição influencia a economia do tempo diário desempenhada por cada sujeito. Assim, é mais provável que sejam os primeiros a entrar aqueles sujeitos que não estabelecem trajetórias de mobilidade muito amplas durante todo o dia, permanecendo no entorno das instituições, ou que concentram sua circulação por lugares mais afastados da cidade apenas na parte da manhã.

## **2.2 Albergue Tia Branca (ATB)**

O Albergue Tia Branca (ATB) foi fundado no ano de 1992, sendo o primeiro serviço assistencial criado, em Belo Horizonte, para atender à questão da população em situação de rua. Embora, atualmente, seja nomeado como Serviço de Acolhimento Institucional para a População de Rua e Migrante, o nome inaugural permanece enraizado no senso comum, sendo a forma unânime de identificação do equipamento. O nome Tia Branca faz referência à senhora que desempenhava um trabalho voluntário com pessoas que moravam nas ruas dos bairros Lagoinha e Pedreira Padre Lopes, na década de 1980. Junto com seus filhos, fundou a Associação Grupo Espírita O Consolador, que por 24 anos foi a entidade gestora do equipamento.

Ao longo dos anos, esta associação estabeleceu outros convênios com a Prefeitura, entre os quais, vários serviços destinados à população em situação de rua, como o Abrigo Granja de Freitas e o Abrigo Pompéia (ambos, acolhimento de famílias), a República Maria Maria e o Centro POP Leste (que funciona no mesmo prédio do ATB). No início do ano de 2016, uma carta foi enviada à Prefeitura comunicando o interesse da Associação em entregar todos os convênios. Segundo a atual coordenadora do equipamento, o trabalho da entidade *“foi ficando tão grande que virou uma empresa”* e, tendo a mãe já falecido, o desejo do filho de Tia Branca (que, então, geria a entidade) era retornar ao trabalho mais comunitário que desenvolvia com jovens da Pedreira Padre Lopes, onde está a sede do O Consolador.

A maior parte destes convênios, agora, é desempenhado pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, com exceção do ATB, que ficou sob gestão do Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro, organização com a qual a Prefeitura também celebrará

parceria para duas novas unidades de acolhimento, segundo anunciado recentemente<sup>101</sup>. Estas mudanças fizeram com que o prédio ocupado pelo ATB e pelo Centro POP Leste abrangesse serviços geridos por duas diferentes instituições. E o trabalho de campo no Albergue aconteceu durante um período em que a transição institucional ainda era recente, de modo que algumas alterações estavam em curso na dinâmica do equipamento, como a mudança na forma de organização do acesso ao pernoite, a criação de uma assembleia mensal com os usuários e reativação e ampliação do quadro de oficinas coletivas.

Por 18 anos, o ATB esteve na região da Pedreira Padre Lopes<sup>102</sup>, onde Tia Branca e o Grupo O Consolador já desenvolviam suas atividades, oferecendo 300 vagas. Até o ano 2000, o Albergue acolhia pessoas de ambos os sexos, mas passou a ser destinado exclusivamente ao público masculino, após a transferência de suas acolhidas para a República Maria Maria. No ano de 2010, o Albergue foi transferido para o prédio onde, antes, funcionara o Centro de Referência Estadual do Migrante (CREM), na Rua Conselheiro Rocha, 351, bairro Floresta. Este prédio pertence ao governo estadual e foi reformado por meio de recursos do Orçamento Participativo Digital. Esta mudança coincide com o período em que o governo do Estado de Minas Gerais realizou convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte para que o serviço de acolhimento ao migrante fosse desempenhado pelo município<sup>103</sup>. Assim, além de oferecer 320 vagas para homens em situação de rua, foi acrescentado, ao ATB, mais 80 vagas para migrantes<sup>104</sup>.

Atendendo a um público massivo (400 pessoas), o ATB enfrenta uma infestação de percevejos que já se prolonga há anos – mais especificamente, desde 2013, segundo a coordenadora do Albergue. A instituição tem uma parceria com a equipe de zoonoses da

---

<sup>101</sup> A atual Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) publicou, em setembro de 2017, uma justificativa sobre a inexigibilidade de chamamento público para a seleção de entidades executoras das novas unidades de atendimento, ponderando, entre outras coisas, que os novos abrigos serão ocupados por usuários do Albergue Tia Branca, como parte do plano de reordenamento do serviço de acolhimento que visa à redução gradual das vagas neste equipamento. Justificativa disponível em: [https://portaldasparcerias.pbh.gov.br/sites/portaldasparcerias.pbh.gov.br/files/2017-09/Justificativa%20Inexigibilidade%20SMASAC%20n%C2%BA%2001.2017\\_0.pdf](https://portaldasparcerias.pbh.gov.br/sites/portaldasparcerias.pbh.gov.br/files/2017-09/Justificativa%20Inexigibilidade%20SMASAC%20n%C2%BA%2001.2017_0.pdf). Acesso em 01/10/2017.

<sup>102</sup> A região está em proximidade com o bairro Lagoinha e é conhecida, na cidade, por apresentar algumas ruas onde há concentração e visibilidade do uso de crack associado à situação de rua.

<sup>103</sup> Informação do site oficial da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese). Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/em-situacao-de-abandono/page/1350-migrante-subas>. Acesso em 01/10/2017.

<sup>104</sup> Por volta de 2013, o convênio relativo ao acolhimento de migrantes passou para outro prédio, conhecido como Pousadinha Mineira (próximo à Igreja de São José, na área central), período em que os interlocutores de campo identificam um aumento da procura pelo serviço de acolhimento em razão da realização da Copa do Mundo. Nesse prédio, o contingente de vagas passou para 100 e sua saída do prédio do Albergue Tia Branca também significou mais 80 vagas para o acolhimento da população em situação de rua. No entanto, por questões orçamentárias, em 2016 o acolhimento de migrantes retornou para o prédio do ATB, o que significou a redução das vagas de acolhimento na rede assistencial.

FIOCRUZ e, na época da pesquisa, estava em curso uma operação para o controle da praga: de maneira intercalada, dois quartos da instituição ficavam fechados durante duas semanas a fim de que um novo veneno pudesse agir.

Além disso, este equipamento é o que mais visivelmente tem sobre si as pressões colocadas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que prevê a capacidade máxima de 50 pessoas para o serviço de albergamento. Em 2016, o Ministério Público recomendou a progressiva desativação do serviço de maneira articulada à inauguração de novas unidades condizentes com as diretrizes nacionais.

### 2.2.1 Público do ATB

A oferta de 80 vagas destinadas ao público migrante coloca o funcionamento do ATB em próxima articulação com o Plantão Social de Atendimento ao Migrante, que funciona no Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, no centro da capital. Mais conhecido como Plantão Social da Rodoviária<sup>105</sup>, este serviço foi implantado no ano de 2003 (quando a administração do terminal passou do governo estadual para o município) e oferece assistência a sujeitos em situação de vulnerabilidade social que migram para Belo Horizonte ou encontram-se em trânsito para outras localidades. A assistência é prestada via concessão de passagens, gratuidade para fotografias e segunda via de documentos, isenção de taxa para uso dos chuveiros e sanitários da rodoviária, lanches para viagem e encaminhamentos para os serviços de acolhimento existentes em Belo Horizonte. Segundo a coordenadora do ATB, o Plantão encaminha, para o Albergue, os homens sozinhos e que chegam à cidade em busca de trabalho.

As fronteiras que separam as situações classificadas como “migrante” e “em situação de rua” não deixam de ser bastante ambíguas. Segundo a coordenadora do ATB, há seis anos, um grupo de discussão entre atores da rede municipal vem debatendo os limites da categoria *migrante*; se tratando de “*uma discussão antiga*”, mas complexa, porque “*cada lugar tem seu entendimento*”. No momento, a perspectiva mais empregada no dia-a-dia da rede de atendimento, sustenta a compreensão do migrante como o sujeito em situação de vulnerabilidade social que i) não tem vínculo anterior com a cidade, mas cuja ii) permanência em Belo Horizonte é inferior a 3 meses.

---

<sup>105</sup> O Plantão funciona de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h.

O migrante atendido pela rede assistencial também se encontra em precária condição socioeconômica, tem pouco ou nenhum referencial familiar/comunitário na cidade, assim como não dispõe de local para habitação. Em outras palavras, a *situação de rua* é o *risco* que se apresenta a este contexto e, neste limiar de ambiguidade, a variável *tempo de rua* emerge como delimitador entre o migrante e a população de rua. É convencionalizado o período de três meses como “janela temporal” para a intervenção de proteção social, que teria como objetivo impedir a incorporação do sujeito *migrante* à *população em situação de rua*, sob a compreensão de que, após três meses, o mesmo já teria se familiarizado com os códigos e circuitos da rua, sendo considerados como “moradores de rua da cidade”.

Como apontado no capítulo anterior, a migração compreende um fenômeno colocado em estreita proximidade com a questão da vida nas ruas e, durante as décadas de 1970-80, figurou como uma das principais causalidades associadas ao fenômeno (Stoffels, 1977; Neves, 1983; Rosa, 1995, 2005). Esta leitura respondia ao próprio cenário da urbanização brasileira, à época, uma vez que o trânsito da população rural para os centros urbanos foi uma tendência forte da segunda metade do século XX. No momento presente, os marcadores convencionalizados pela rede assistencial de Belo Horizonte parecem, ainda, situar o *migrante* nesta chave de compreensão: o sujeito recém-chegado, originário de um contexto familiar e/ou habitacional e para o qual o risco da situação de rua se apresenta a partir de sua entrada na cidade grande.

Em seu trabalho sobre a rede assistencial de São Carlos, uma cidade de médio porte do interior de São Paulo, Martinez (2011) aponta que a categoria *migrante* endereça o contexto local do corte da cana-de-açúcar, que impulsiona a chegada ou passagem de muitos sujeitos em busca de oportunidades neste mercado e que também viram público do serviço de acolhimento. O discurso do trabalho opera como principal delimitador em relação à população de rua, assim como o tempo de rua, que, em São Carlos, é convencionalizado em seis meses. Embora Belo Horizonte não apresente um mercado específico responsável pela atração de trabalhadores “migrantes” para a cidade, as interlocutoras do Albergue Tia Branca e Abrigo São Paulo apontam como a procura pelo serviço de acolhimento é sensível à abertura de mercados localizados, como durante a Copa do Mundo, em 2014, ou o anúncio de construção de uma nova rodoviária na cidade.

No entanto, a leitura da coordenadora do Albergue Tia Branca também identifica uma transformação nas formas de manifestação da *migração* em relação às décadas anteriores e

que, atualmente, a delimitação de um perfil *migrante* é confrontada com trajetórias de alta mobilidade, que perpassam a rede assistencial.

Caroline: E vocês têm que remanejar muito, em relação às vagas? “Ah, você deixou de ser migrante, agora”...

Coordenadora do ATB – Nossa, isso é uma luta, isso é uma briga. Até a gente fica perdido “deixa eu analisar esse caso, ele é, mas ele não é”. Ai fica essa... porque, na realidade, o migrante não existe mais. Aquele “puro sangue” de migrante, que é uma pessoa que sai lá da roça, no interior, vai pra cidade ganhar dinheiro e mandar pra família, não existe mais. O migrante, hoje, ele é população de rua do mundo, da cidade. Ele tá na Bahia amanhã, tá lá em Valadares, tá lá em Ribeirão das Neves, roda, roda tudo. Então é aquele trecheiro, no trânsito. Ele é morador de rua do país inteiro. São poucos que são moradores de rua da cidade. Esse migrante ele é morador de rua do país. (Trecho de entrevista com a coordenadora do Albergue Tia Branca, realizada em 10/10/2016).

Por meio das expressões “*população de rua do mundo*” ou “*moradores de rua do país*”, a interlocutora sinaliza que as fronteiras entre as categorias *migrantes* e *população de rua* se diluem frente aos sujeitos cujas trajetórias *em situação de rua* se constroem a partir de diferentes deslocamentos. É possível supor que a emergência deste perfil “itinerante” não se trate de algo recente, uma vez que “a rua”, enquanto um universo social, sempre foi construída em estreita relação com as trajetórias móveis. O fato novo talvez seja, justamente, a consolidação de categorias e práticas de intervenção governamental sobre a *população em situação de rua*, que tomam a vida nas ruas como um problema de *gestão municipal*, mas que acabam capturando trajetórias em trânsito.

Como aponta DeVerteuil (2004), as diferentes práticas de mobilidade que se apresentam na “vida nas ruas” são tomadas enquanto referenciais para a diferenciação interna do fenômeno. No Brasil, o termo *trecheiro* designa uma das trajetórias de maior mobilidade entre aquelas que passam pela situação de rua, “sendo que o próprio movimento pode constituir-se como o engajamento desta trajetória de rua”, como aponta Martinez (2011, p.79). Esta autora caracteriza a mobilidade trecheira como aquela que perpassa diferentes cidades e permanece naquelas em que encontra “oportunidades de sobrevivência e de trabalhos”. Não raro, os trabalhos são informais e temporários, de maneira a “retroalimentar o movimento itinerante” (*Idem*, p.76). Martinez diferencia o *trecheiro* do *andarilho*, que seria uma variação do primeiro, com a diferença de que suas mobilidades são marcadas pelo deslocamento a pé; ao passo que o trecheiro seria mais inserido nas redes assistenciais, de modo a incluir o pernoite temporário e a doação de passagens na produção de sua mobilidade<sup>106</sup>.

---

<sup>106</sup> Além de Mariana Martinez (2011), que analisa o contexto de São Carlos (SP), o trabalho de Felipe Brognoli (1996) realiza uma pesquisa etnográfica entre trecheiros pelo estado de Santa Catarina. Ambos os autores apontam que a categoria *trecheiro* emerge em contraposição a de *pardais*, que correspondem aos sujeitos que

Assim, os contextos apresentados por *trecheiros* e *migrantes* tem pontos de aproximação: ambos não estavam previamente na cidade e, em geral, apresentam discursos que justificam seu deslocamento na busca por oportunidades de trabalho. No entanto, na operacionalização da rede assistencial, a alocação dos sujeitos nos serviços existentes depende da forma como serão localizados entre estas duas categorias e, cabe dizer, em Belo Horizonte, o *trecheiro* é considerado como parte da população em situação de rua.

Entre os interlocutores de pesquisa, ASP 1 e ATB 4 apresentavam trajetórias *trecheiras* de longa data e ambos ficaram em Belo Horizonte por apenas um mês, partindo por não terem encontrado oportunidades de trabalho. Sua alocação na rede assistencial foi, no entanto, diferente: o primeiro foi direcionado para o Abrigo São Paulo e, o segundo, para o acolhimento de migrantes do Albergue Tia Branca. As diferenças entre suas trajetórias de vida evidenciam elementos que podem ter embasado sua acomodação diferencial na rede. ATB 4 tem família (pais, irmãos e filhos) na zona rural de uma cidade na Bahia, de onde emigrara para São Paulo aos 17 anos. Estava há 2 anos andando pelo *trecho*, entre albergues e oportunidades de trabalho que lhe levaram até outros países do Mercosul. No entanto, chegava a Belo Horizonte pela primeira vez, ao passo que ASP 1 já passara anteriormente pela cidade.

ASP 1, por outro lado, não tem família e vive *no trecho* desde que saíra de um orfanato, aos 18 anos, tendo passado por trabalhos temporários em diferentes cidades, sem nunca ter se fixado por muito tempo. Sua trajetória oferece uma representação do que a coordenadora do ATB nomeara como “*população de rua do mundo*”. Diferente de ATB 4, ASP 1 já estava incluído no CadÚnico como pessoas em situação de rua (algo sinalizado pela concessão de gratuidade no restaurante popular), o que permite o trânsito desta identificação pelas cidades por onde passa.

O trabalho de Martinez (2011) oferece uma comparação para o fluxo da rede assistencial observado em Belo Horizonte. Como apontado anteriormente, em São Carlos o *trecheiro* só é incluído na rede de serviços à população em situação de rua após a permanência de 6 meses na cidade, de modo que, se são capturados pela rede assistencial, lhe são ofertados acolhimento por um prazo mais estreito e o subsídio ao deslocamento, como formas de evitar sua permanência na cidade. Na leitura de Oliveira (2012), esta forma de estruturação da rede a configura como um *dispositivo de circulação*, que caracterizava a lógica de intervenção mais

---

desempenham trajetórias em situação de rua a partir de deslocamentos mais curtos e maior fixação nas cidades. No trabalho de campo realizado em Belo Horizonte, a noção de *pardais* não foi mencionada.

disseminada antes da emergência de uma tematização sobre a situação de rua. O caso de ASP 1 aponta que, em Belo Horizonte, seu histórico de trânsitos anteriores pelas redes assistenciais desta e de outras cidades evidenciam sua inclusão em uma rede assistencial que, na perspectiva de Oliveira, opera enquanto um *dispositivo de fixação*, na medida em que oferece serviços que visam minimizar os riscos da situação de rua, possibilitando a permanência na cidade.

Nas redes assistenciais ao redor do país, coexistem ambos os dispositivos, mas seu emprego é variável. Isso participa da forma como os sujeitos compreendem a si próprios, de modo que a longa trajetória desempenhada no trecho, por ASP 1, e o decorrente contato com os serviços assistenciais de diferentes localidades talvez tenham sedimentado uma compreensão de si como *migrante*. Isso se expressa em um trecho de sua entrevista, onde sua percepção sobre a rede assistencial é oposta à forma como ela está estruturada, mas o que revela como a apreensão das trajetórias móveis pelos aparatos assistenciais é algo muito ambíguo.

Caroline: E como você veio parar aqui no Abrigo São Paulo? Você já tinha ficado aqui das outras vezes em que você passou por BH?

ASP 1: Já. Aqui, porque aqui é pra “imigrante”, né? E lá [*Albergue Tia Branca*] é pra morador da cidade, quem é de Minas Gerais. Não estão aceitando imigrante mais, não.

Caroline: Você tentou ir lá, desta vez?

ASP 1: Eu passei lá. Até dormi lá um dia só, mas depois me encaminharam pra cá. “Imigrante” é aqui, eles estão mandando pra cá agora. De primeiro, “imigrante” ficava lá, também, mas não estão aceitando mais. (Trecho de entrevista realizada com ASP 1, 45 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 19/8/16).

Vale, ainda, mencionar outro aspecto do atendimento diferencial entre migrantes e população em situação de rua. Por não serem incluídos no CadÚnico como pessoas *em situação de rua*, os migrantes não recebem gratuidade nos restaurantes populares, de modo que o almoço lhes é servido dentro do ATB. Isso cria um descompasso em relação aos outros atendidos, que não dispõem de restaurantes populares aos finais-de-semana.

Além desta diferenciação, o equipamento opera outras categorizações dentro da multiplicidade de sujeitos acolhidos. Elas se tornam visíveis na forma como são organizadas as atividades coletivas empreendidas pelo equipamento. Estas atividades compunham o quadro de ações realizadas no Centro POP Leste e foram mantidas no Albergue Tia Branca quando a coordenação destes serviços passou a ser desempenhada por duas entidades

diferentes<sup>107</sup>. O quadro mais amplo destas atividades será abordado na sessão seguinte, mas interessa mencionar, aqui, que uma parcela destas atividades compreendia grupos organizados da seguinte maneira: Jovens, “LGBTs”, Idosos, Migrantes, Egressos/Apenados e Espaço B (que reúne pessoas que estão trabalhando ou engajadas em alguma atividade produtiva). Estes grupos compreendem uma estratégia para a intervenção da equipe técnica, criando grupos de convivência que reúnem, quinzenalmente, sujeitos com trajetórias comuns. Os grupos buscam ser representativos da diversidade interna do contingente acolhido, de modo que a forma como estão organizados aponta tanto para a leitura institucional sobre a heterogeneidade que frequenta o acolhimento, quanto para a forma de organizá-la e intervir sobre ela.

No entanto, ainda há uma leitura sobre o público a partir de sua *dependência institucional*, que situa os usuários recém-chegados como aqueles que tem maior possibilidades de saída da instituição. Isso também se apresenta no campo realizado por De Lucca (2007), em São Paulo, onde a compreensão dos agentes institucionais é que menor tempo no equipamento significa menor contato e vinculação com os circuitos da situação de rua (inclusive, os institucionais). No ATB, uma técnica compartilhou a forma como entende os alcances de seu trabalho, onde as possibilidades de intervenção são inversamente proporcionais aos níveis de dependência institucional.

[A técnica social] também considera que os usuários novatos são aqueles que podem ter intervenções mais profícuas e que, por isso, merecem um investimento maior por parte dos técnicos para que saiam da situação de rua, em contraposição aos “usuários cronificados” na instituição, que estabeleceram uma forma de vida, ali, que já dura anos. Ela também aponta como desafio para intervenção da equipe técnica o caso dos reincidentes, que saem da situação de rua, mas voltam. Também fala que é mais difícil ajudar a traçar planos de vida para aqueles que tem mais de 50 anos, pois o mercado não tem acolhido trabalhadores dessa idade. (Anotações de campo, Oficina Reincidir, Albergue Tia Branca, 11/10/2016).

A existência de um acolhimento temporário para o público idoso traz muitas complexidades para a lógica de intervenção da Assistência Social, pois o acolhimento deste segmento é previsto a partir de outro formato: as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), cujo prazo de acolhimento é vitalício e que dispõem de uma equipe técnica especializada para atender situações mais agravadas de saúde ou de pouca autonomia para atividades cotidianas. No entanto, alguns idosos rejeitam o acolhimento nestas instituições, pois as ILPIs não oferecem muita margem para a autonomia individual, como a possibilidade

---

<sup>107</sup> Nem todas as atividades estavam em operação no período da pesquisa, quando o equipamento ainda se reorganizava diante da transição institucional. No entanto, me foram apresentadas como um quadro de intervenção previsto para o novo convênio.

de circularem de maneira livre e desacompanhada pela cidade. Estes usuários estabelecem, por sua vez, trajetórias de longa permanência no Albergue.

### 2.2.2 Ritmos institucionais do ATB

Como já mencionado, o Albergue Tia Branca funciona em um prédio cedido pelo governo estadual e sua estrutura compreende três andares. A fachada do prédio tem uma porta de acesso que fica aberta à circulação dos usuários durante todo o dia, sendo vigiada por um guarda-municipal. Esta porta leva a um pequeno corredor, onde um bebedouro encontra-se à disposição durante o período diurno. Este corredor tem duas saídas: à direita, encontra-se o portão utilizado para a entrada dos usuários no acolhimento; à esquerda, leva à recepção do prédio, na qual um funcionário está sempre de plantão, atendendo aqueles que solicitam os serviços oferecidos durante o dia.

Um destes serviços é o atendimento individual com a equipe técnica, ofertado entre 7h e 21h, durante os dias úteis, por 8 profissionais divididos em dois diferentes turnos. Aos sábados, o atendimento acontece entre 9h e 15h, em escala reduzida. O ATB dispõe de quatro salas de atendimento, todas elas com portas que se abrem para a recepção, onde esperam os usuários que desejam ou precisam conversar com os técnicos sociais.

Assim como no Abrigo São Paulo, a equipe técnica é responsável por conceder e gerir as permissões para inclusão ou permanência no serviço. O atendimento inicial segue o mesmo procedimento: o sujeito que demanda acolhimento apresenta seu contexto pessoal para avaliação da equipe técnica, que lhe concede um prazo inicial de permanência. Segundo a coordenação deste equipamento, o prazo concedido não é protocolar, mas ponderado ante as necessidades apresentadas pelo atendido e as possibilidades de intervenção identificadas pela equipe técnica.

A pessoa chegou pela primeira vez, ele passa pelo atendimento social. No atendimento social, é feita uma escuta (...) e vai dando um prazo pra acompanhar cada pessoa. Como é muito rotativo, então: 'ah, vou te dar um prazo de uma semana', a partir da demanda da pessoa. 'Ah, preciso de uma documentação', então tá bom, vou te encaminhar pra identidade e vou te dar um prazo aqui de uma semana. Ai ele tem que retornar pra poder renovar esse cartão. Então, a entrada dele aqui está condicionada a esse *acompanhamento*. A partir de cada história, você vai dando um prazo diferenciado. (Trecho de entrevista com a coordenadora do Albergue Tia Branca, realizada em 10/10/2016).

A inclusão no serviço torna o atendido portador de uma carteirinha, que identifica a data do primeiro acesso, o prazo concedido, como posteriores renovações ou possíveis suspensões. O usuário recém-chegado também tem a obrigatoriedade de participar da oficina

Acolhida, que se destina aos novos usuários e àqueles que retornam ao albergue após o período de transição institucional. Assim, esta oficina buscava apresentar o procedimento para acesso diário ao equipamento, as medidas de dedetização dos percevejos, as atividades coletivas e as regras internas. Seu objetivo é, portanto, o de socializar os indivíduos com as dinâmicas e normatividades a que estarão submetidos dentro do espaço institucional.

Os usuários que recebem suspensão também devem, por sua vez, procurar a equipe técnica e agendar sua participação na oficina Reincidir, que, como a Acolhida, tem frequência semanal. As suspensões compreendem a proibição de entrada no equipamento por alguns dias, após os quais os usuários podem procurar o plantão social para receber uma carteirinha provisória (que tem cor diferente da de uso regular) e que lhe permitirá o acesso até a data de realização da próxima oficina. Participar da Reincidir é uma condicionante para a “renovação da carteirinha” pessoal.

As suspensões são mecanismos punitivos para aqueles que violam as normas do equipamento. Participei de uma destas oficinas, na qual havia três homens: dois deles haviam sido suspensos por entrarem alcoolizados no Albergue e o terceiro, por ter saído do equipamento após o registrado de entrada. Ambos os comportamentos significam uma “burlagem” dos procedimentos de controle dos usuários, mas de diferentes maneiras. Os usuários penalizados por estarem alcoolizados são aqueles que passam pelo controle da portaria e há uma explícita margem de aceitação para estes casos, desde que não causem problemas para a ordem interna. Como no Abrigo São Paulo, esta avaliação passa pela discricionariedade dos monitores escalados para o procedimento de entrada. Já sair do equipamento é uma prática muito desencorajada, sob a justificativa de que isso gera um “desperdício” de vagas, que poderiam ser ocupadas por outras pessoas. Assim, o pernoite prevê a permanência do sujeito no espaço interno durante todo o ciclo do acolhimento e qualquer fluxo de saída ou entrada fora dos horários estabelecidos precisam ser previamente comunicados e justificados à equipe técnica, a fim de receber autorização.

O trecho a seguir compartilha anotações de campo elaboradas sobre a oficina Reincidir, que aconteceu no meio da tarde, em uma sala próxima ao refeitório e que passou a abrigar as atividades coletivas após a transição institucional (as quais, antes, aconteciam em um auditório que fica sobre o pátio externo, de uso do Centro POP Leste durante o dia).

A sala já dispõe de um data-show instalado. A [técnica social] coloca uma apresentação de power-point, cujo primeiro slide tem a pergunta “Você sabe o motivo pelo qual está aqui? ”. Os presentes são estimulados a respondê-la. Os acolhidos e a funcionária parecem muito desconfortáveis e há uma tensão nada amistosa entre eles. (...) Depois da pergunta inicial, o slide passa por vários perfis

identificados como “causadores de problemas” no equipamento: o reclamão, o bêbado, o fofoqueiro/mentiroso, o valentão, entre outros. Cada perfil é apresentado em dois slides: primeiro vem uma descrição sobre o que cada perfil “faz de errado”, o que é seguido por uma imagem que tenta ilustrar a questão de maneira um tanto agressiva. Por exemplo, após o perfil do reclamão, a imagem de um dedo indicador sobre os lábios e a mensagem “shut up”. Diante do desconforto desta situação, [a técnica social] repetiu, várias vezes, que aquele não era para ser um espaço agradável. (...) A oficina demorou meia-hora e, ao final, um guarda municipal veio constatar isso. Entendi que ele iria participar da oficina, mas não pudera chegar no horário. Ou seja, o espaço de repreensão também deve contar com a presença de um agente repressivo. (...) [Após a oficina] [A técnica social] me diz que gostaria de conversar comigo sobre aquele momento. Ela expressa seu descontentamento – visível durante a oficina – em ser responsável por essa atividade, explicando que acabou designada para a tarefa por ser conhecida como “mais brava”. Sua perspectiva é de que oficina tem poucos resultados e que está tentando propor outra abordagem. Inclusive, se colocou aberta para sugestões, porque “gente de fora sempre tem”. Ela compartilha que preferiria uma abordagem individual, que seria mais afinada com sua prática de atendimento, na qual busca estabelecer contrapartidas do usuário: condiciona a data de renovação do cartão à apresentação de alguns compromissos, como a feitura de documentos e a procura de vagas de emprego no SINE; que essa é uma forma de fazer um acompanhamento, uma intervenção... (Anotações de campo, Oficina Reincidir, Albergue Tia Branca, 11/10/2016).

Na racionalidade prevista para o funcionamento dos equipamentos de pernoite, a atuação da equipe psicossocial é considerada como elemento essencial para a construção da *autonomia* dos sujeitos e superação do vínculo institucional (e da situação de rua, que este vínculo representa). Ao expressar seu desconforto com uma oficina que expõe de maneira negativa os atendidos, a técnica acima compartilha sua lógica de trabalho, orientada pelo estabelecimento de “pequenos objetivos”, com os usuários, como condicionante à renovação do prazo para permanência no serviço. Esta estratégia busca estabelecer uma espécie de mecanismo para que técnicos e usuários possam ter um contato mais frequente e, assim, se realize um *acompanhamento* das trajetórias institucionais dos acolhidos. Em sua fala, esta estratégia parece compreender a margem de intervenção que ela considera possível em um acolhimento massivo como o do ATB, mas que não é empregada com todos os usuários. Como colocado no final do trecho anterior, há um investimento maior no atendimento aos sujeitos que ainda não se mostraram dependentes do vínculo institucional.

Compreendendo um equipamento que acolhe o dobro do contingente do ASP, o ATB apresenta mecanismos mais racionalizados para a comunicação e controle do acesso de seu público. O serviço dispõe de um sistema informatizado para registro das informações de cada usuário. Cada acolhido tem uma espécie de “perfil”, onde seus dados e contextos pessoais (origem, vínculo familiar, situação ocupacional, dependência química etc.) são preenchidos na entrevista inicial com a equipe técnica. Ao longo de sua permanência no serviço, este sistema também registra sua frequência no acolhimento, ocorrências como advertências ou

suspensões, além de outros fluxos da relação instituição-usuário, como documentos guardados, cartas e recados recebidos por telefone.

No que tange a estes itens, seu recebimento pela instituição e entrega aos usuários são todos registrados no sistema, em geral, por estagiários e por uma funcionária administrativa que participa mais intimamente dos processos de gerenciamento do público. O armazenamento de documentos é um serviço que deve ser solicitado pelos usuários; ao passo que as cartas e recados recebidos são comunicados em um quadro de avisos pendurado no corredor de entrada, onde também são colocados anúncios de cursos e vagas de emprego.

Estas atividades, somadas ao atendimento com a equipe técnica e a disponibilidade do bebedouro, permitem maior porosidade entre o universo da porta e o equipamento durante o período diurno – um arranjo que me beneficiou durante a realização do campo, pois me era permitido transitar mais livremente entre a *porta* e o espaço interno.

Neste equipamento, o horário de entrada do pernoite tem início às 17h30 para os acolhidos idosos e às 18h para o restante do público, se estendendo até as 20h30. Embora todos entrem pelo mesmo portão, a existência de uma faixa de horário diferenciada se desdobra na conformação de duas diferentes filas na calçada: os idosos se posicionam à direita da porta externa e os outros acolhidos, à esquerda desta passagem.

Com a mudança das entidades que gerem o ATB e o Centro POP Leste, houve uma alteração no procedimento de entrada para o pernoite, que antes se dava pelo mesmo portão de entrada do Centro POP. No antigo procedimento, os usuários esperavam a entrada no pátio coberto que é compartilhado por ambos os serviços, em diferentes turnos. Com a transição institucional, a fila de acesso ao Albergue tem se realizado na calçada do equipamento, o que estava sendo bastante criticado pelos usuários, que preferiam o procedimento anterior (que não os colocava em fila, mas esperando em um espaço coberto e interno.)

ATB 6: Pegar aquela fila, ali fora, é degradante. O ser humano fica exposto a uma situação... vulnerabilidade, escória da sociedade. É o que vem na minha cabeça, não sei os outros, mas eu penso assim. Poderia ser um serviço mais humanizado, dar uma fichinha pra galera, pôr para dentro, ali pro pátio. Claro, um guarda-municipal, por que não? Não é de todos, mas pode ter uma desavença entre os usuários e a presença de um guarda já inibe uma ação violenta, física, né. (Trecho de entrevista realizada com ATB 6, 43 anos, acolhido do Albergue Tia Branca, em 25/10/16)

Na perspectiva da instituição, esta mudança permitiu um aprimoramento dos mecanismos de gestão do público, facilitando o controle sobre os recursos distribuídos internamente. Estes posicionamentos contrastantes se tornaram evidentes em uma assembleia de usuários, denominada “Boca no Trombone”, que aconteceu pela primeira vez no dia 21 de outubro de 2016, reunindo cerca de 50 acolhidos. Na ocasião, a coordenação colocou o

sistema da fila como pauta de votação, dado o número de reclamações que a instituição vinha recebendo após a mudança, sendo a proposta vencedora aquela que estabelecia o retorno ao antigo sistema (a entrada pelo pátio interno e não pela calçada). Além desta pauta, também foi votada a obrigatoriedade do banho. A coordenação explicava que “o pessoal dos Direitos Humanos” não permite tal obrigatoriedade; no entanto, a unanimidade dos participantes votou a favor do banho obrigatório.

Em um equipamento que passa, há anos, por uma infestação de percevejos, a higiene dos corpos se apresenta como uma questão sensível, uma vez que a própria estrutura do serviço é contraproducente ao controle dos insetos com o sistema rotativo de ocupação das camas. A infestação também é agravada pela sensação de insegurança interna, pois, para proteger seus documentos e celulares (únicos objetos possíveis de serem levados para os quartos), alguns usuários rasgam as lonas de plástico que protegem os colchões, rompendo o mecanismo que visava evitar a disseminação das pragas.

A realização da assembleia (que se propunha a uma regularidade mensal) compreendia uma entre outras inovações que a coordenação buscava implantar, em parte porque o equipamento passa por um Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público, mas também porque o enfrentamento dos usuários em relação à gestão do equipamento era intenso. No ATB, a coordenação é mais frequentemente confrontada com as reclamações dos acolhidos, que, muitas vezes, apresentam suas demandas enquanto reivindicações e direitos de usuários de um serviço público.

Assim, alguns mecanismos foram criados para a mediar estas situações, como a referida assembleia, um sistema de formalização de reclamações e a instituição de uma comissão de usuários, cujos cargos buscavam representar os públicos LGBT, Migrante, Idoso, Veterano (há mais de dois anos acolhido) e Novato (acolhido há menos de um mês). Além disso, dizia-se que, em breve, os monitores seriam identificados com crachás, algo que endereça uma relação muitas vezes conflituosa entre estes profissionais e os acolhidos.

No ATB, todos os monitores são homens e são identificados com um colete preto. Como no Abrigo São Paulo, eles atuam em todos os procedimentos de controle da entrada e vigilância dos comportamentos durante o ciclo do acolhimento.

No procedimento de entrada, empregado à época do trabalho de campo, os acolhidos entravam pela porta que se abre na calçada e se dirigiam para a direita, onde há um corredor que dá acesso ao interior do equipamento. Ali, dois funcionários realizam o procedimento nomeado de *triagem*, que compreende o registro dos acolhidos e o controle sobre as situações

impedidas de entrar. O primeiro passo é a entrega de sua carteirinha para conferência de sua validade, o que também permite identificar se o usuário está em suspensão.

Em seguida, dá-se a atribuição dos leitos. Em um computador, uma planilha identifica todos os leitos disponíveis a partir do número do quarto e da cama correspondente. Deste modo, o número de cada usuário é associado ao número de um leito e um papel com a localização do mesmo é impresso e entregue ao acolhido.

As camas são distribuídas por ordem de chegada, o que faz com que os leitos sejam ocupados de maneira rotativa a cada dia. No entanto, o funcionário responsável por esta distribuição tem, em mãos, um mapa que identifica as camas altas e aquelas próximas às tomadas, que atendem a situações específicas. Estas últimas são destinadas preferencialmente aos egressos do sistema prisional que estejam monitorados por tornozeleira eletrônica e precisam carregar o equipamento à noite; ao passo que os idosos e pessoas com locomoção reduzida são encaminhados para as camas baixas, de modo que não tenham de escalar a parte superior dos beliches. Dois quartos com camas simples também são reservados, no andar térreo, para este público. São espaços sem porta e que ficam localizados entre a sala de triagem e o refeitório.

Anteriormente, também haviam alas separadas para os migrantes e o chamado “espaço B”, destinado aos homens empregados, sob a justificativa de que, juntos, desfrutariam de um espaço mais propício ao descanso. No entanto, as ações de dedetização e controle dos percevejos dissolveu a separação destas alas e ainda fez com que alguns colchões fossem disponibilizados no auditório, que é utilizado como sala de TV até as 22h30.

Após o registro, os sujeitos são perguntados se tomarão banho aquela noite. Em caso afirmativo, são oferecidos pequenos sabonetes e uma toalha. Estes usuários devem retornar com a toalha a fim de receber as fichas que dão acesso aos cobertores e ao jantar - uma condicionante para evitar o furto destes objetos. Deste modo, o banho é escalado como uma atividade que precede o jantar, mas que não é obrigatória. Alguns usuários preferem tomar banho à tarde, no Centro POP, de modo a simplificar os procedimentos da triagem e evitar as filas dos banheiros.

Aqueles que não tomam banho recebem duas fichas: a ficha do jantar e uma ficha amarela e plastificada onde está escrito “kit”. O jantar é servido até às 21h, em um refeitório onde uma equipe de cozinha “finalística” aquece refeições que já vem preparadas do Restaurante Popular, em porções equivalentes à capacidade de atendimento. As fichas do “kit” se referem ao material utilizado para dormir e que, à época da pesquisa, compreendia

dois cobertores (na ausência de travesseiros ou lençóis, o segundo cobertor era destinado à improvisá-los). Os kits podem ser retirados até às 23h, horário em que a circulação pelo prédio é suspensa.

A entrada no equipamento pode ser realizada até as 20h30. O último passo da triagem se dá com passagem pelo guarda-volumes, onde todas as bagagens devem ser deixadas. Assim como no ASP, o guarda-volumes não são armários individualizados, mas uma sala com prateleiras onde os pertences são vigiados por um funcionário. Esta sala permanece trancada após o encerramento do horário de entrada no equipamento, de modo que os pertences guardados só poderão ser acessados novamente pela manhã, com a finalização do ciclo do pernoite e saída da instituição.

Entre o horário de entrada e às 23h, os acolhidos podem circular pelos quartos, pelo auditório onde há a TV e pelo pátio, onde ficam os fumantes e alguns grupos de conversa. As fichas do kit aparecem como estratégia para que os acolhidos não tenham de circular pelo prédio com os cobertores, mas possam retirá-los quando forem dormir, pois a posse dos cobertores e camas não é algo muito respeitado internamente. Sempre há o risco de que outra pessoa se aposse da cama que lhe foi designada ou que seu cobertor seja levado caso não se tome conta dele. Diante disso, a ficha do kit também figura como preventiva à emergência de conflitos causados por estas questões.

A vivência do espaço interno durante o ciclo do pernoite é, portanto, variada entre os usuários. Alguns vão para os leitos assim que passam pelo jantar, outros só se deitam próximo às 23h. Os usuários que dormem cedo reclamam do barulho realizado por aqueles que deixam o auditório às 22h30, quando é desligada a televisão.

O ciclo do acolhimento se encerra às 7h da manhã. A partir de 6h20, café e pão são disponibilizados no refeitório. Os acolhidos devem retornar os materiais do “kit” (os dois cobertores) e, antes de sair, tem suas bagagens devolvidas. O guarda-volumes é um espaço de muita tensão, pois embora seja vigiado por profissionais do Albergue, o risco de ter seus pertences remexidos ou furtados existe. Durante o campo, um dos interlocutores teve seus livros furtados.

Embora o ATB não ofereça acolhimento diurno, como o ASP, continua funcionando após o encerramento do ciclo do pernoite. A porta de entrada é fechada por poucos minutos, simbolizando passagem entre os ciclos de funcionamento. Durante o período diurno, os usos do equipamento são outros: atividades de limpeza e manutenção, o plantão social e a realização de algumas atividades coletivas (que se distribuem entre a tarde e a noite); além do

almoço oferecido aos migrantes, entre 12h e 13h. Além das oficinas já mencionadas (Reincidir, Acolhida e os grupos temáticos), aconteciam semanalmente um grupo de discussão dos Alcoolicos Anônimos (AA) e a atividade Espelho Meu, que oferta corte de cabelo gratuito e uma conversa sobre cuidados pessoais. Ambas são iniciativas de atores voluntários externos ao equipamento.

### *2.2.3 Dinâmicas da porta do ATB*

As sociabilidades empreendidas pelos acolhidos do Albergue Tia Branca e outras pessoas em situação de rua que frequentam o espaço são preponderantes na rua onde está localizado o ATB. O equipamento tem, à sua direita, a entrada para o Centro POP Leste e, em seguida, uma Delegacia de Polícia Civil. À esquerda, é avizinhado por galpões desocupados e, depois destes, alguns imóveis residenciais seguem até que a rua culmine no baixio de um viaduto da Av. do Contorno. Em toda sua extensão, a rua Conselheiro Rocha (onde o ATB está localizado) margeia a linha do metrô da capital, de modo que a calçada à frente do equipamento compreende apenas um longo muro, pouco utilizado para a circulação. Há poucas árvores na rua, de modo que este muro oferece alguma sombra por um curto período do dia. No entanto, esta calçada é ocupada durante todo o dia pelos acolhidos do Albergue e outras pessoas em situação de rua.

Uma das regiões desta calçada comporta instalação de algumas “malocas”, abrigos improvisados com materiais diversos (lona, colchões, madeiras, latas e mesmo um cone de sinalização de trânsito) onde habita um grupo de sujeitos que decidiram não pernoitar mais no Albergue. Este grupo não deixa de estar em constante relação com o ATB e, na época do trabalho de campo, eles reivindicavam junto à coordenação a liberação de uma torneira que ficava na garagem do equipamento e que lhes era disponibilizada durante os finais-de-semana, quando o Centro POP Leste encontra-se fechado.

**Figura 10 – Região da porta do Albergue Tia Branca**



Fonte: Google Maps/Street View/Elaboração própria

A transferência do Albergue para o bairro Floresta, em 2010, gerou protestos entre a vizinhança de classe média<sup>108</sup>, que se organizou em um abaixo-assinado contra a instalação do equipamento. Na leitura da coordenadora do Albergue, a mudança de endereço foi positiva, pois contribuiu para maior visibilidade do fenômeno população de rua em uma região tão próxima ao Centro da cidade. No espaço externo, a instituição tem pouco controle, restrito à extensão de sua normatividade por meio das regras de entrada e o ritmo de funcionamento, além da figura de um guarda municipal que vigia a porta, mas não interfere nas relações (mesmo quando elas culminam em brigas).

A visibilidade do fenômeno na região não é, entretanto, exclusivamente provocada pelos fluxos do equipamento. As ruas de seu entorno são ocupadas por outros sujeitos que dormem na rua, como na rua paralela (sem saída), onde uma barraca de camping e pertences (colchões, cobertores e roupas) sinalizavam a permanência noturna de pessoas ali. A rua Itambé (perpendicular à R. Conselheiro Rocha) compreende um ponto estabelecido há décadas para distribuição de doações de comida e que reúne, não apenas o público do Albergue, mas também pessoas que pernoitam em outros pontos da cidade. Os usuários do Abrigo São Paulo frequentam este ponto aos finais-de-semana, mas a doação de comida

---

<sup>108</sup> Uma relação conflituosa que não se restringiu ao período de implantação do equipamento, mas se desdobrou pelos anos posteriores, e foi motivo de uma reunião dos moradores com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 2015, onde questionavam a instalação do equipamento no bairro. Fonte: [https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/06/17\\_assuntos\\_municipais\\_floresta\\_albergue.html](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/06/17_assuntos_municipais_floresta_albergue.html). Acesso em 13/6/17.

acontece em outros dias da semana, por grupos variados, sendo que alguns levam microfones e professam sua fé religiosa enquanto os alimentos são distribuídos.

O encerramento do ciclo do pernoite (entre 6h20 e 7h) tem uma dinâmica bastante diferente daquela que se dá em seu início (entre 17h30 e 20h30). Como expressa a coordenação do equipamento, a saída é um “boom”, quando todos os usuários saem de uma vez; em contraposição à entrada, onde a *triagem* imprime um ritmo mais lento sobre a movimentação dos acolhidos que se enfileiram do lado externo do equipamento.

A saída do grande contingente de pessoas acolhidas pelo ATB é visível na região. Pela manhã, é possível ver um fluxo de homens carregando mochilas, principalmente pelo Viaduto Santa Tereza, que liga o Bairro Floresta com o Centro. Muitas pessoas, no entanto, permanecem na porta do Albergue, de modo a acessar o Centro POP Leste, após deixarem o equipamento.

Este serviço foi instalado em 2014, no mesmo prédio ocupado pelo Albergue. A espacialidade conjugada cria uma dinâmica específica, pois os serviços podem ser acessados de maneira complementar, uma vez que o Centro POP objetiva a assistência à população em situação de rua durante o período diurno. Entretanto, trata-se de dois serviços diferentes, com ritmos particulares de funcionamento e que não permitem o trânsito fluido entre os dois espaços. O Centro POP só abre às 8h, o que faz com que alguns homens já comecem a formar uma fila em frente ao portão deste serviço assim que deixam o pernoite.

O Centro POP Leste também é um espaço que os usuários do Albergue Tia Branca utilizam para fazer um lanche pela manhã ou pela tarde, lavar roupa, conseguir peças de roupas doadas, tomar banho ou ali permanecer durante o dia. Na época em que a pesquisa fora realizada, uma nova instituição desempenhava a gestão do serviço e os interlocutores da pesquisa não mencionaram a oferta de alguma atividade coletiva além da disponibilização de uma mesa de ping-pong em seu pátio.

O fluxo de pessoas diminui próximo ao horário de almoço, quando a maioria se dirige aos Restaurantes Populares. Mas a oferta de atendimento com os técnicos sociais e de algumas oficinas no Albergue, durante o período diurno, também alimenta as movimentações que se estabelecem na região da *porta*. No entanto, a proximidade com a área central e a disponibilidade do Centro POP diversificam as territorialidades diurnas dos usuários. Assim, a ocupação espacial da porta apresenta de maneira menos nítida as distâncias sociais estabelecidas entre os usuários, pois a movimentação dos acolhidos pelo espaço é dinâmica; sempre transitando entre Centro POP e as calçadas defronte, indo/chegando do Centro .

Há, entretanto, um sentimento de insegurança bastante generalizado em relação aos pares e, durante o campo, alguns desafetos se tornaram explícitos (como aconteceu com um dos interlocutores de pesquisa, que foi agredido enquanto esperava na fila). Esse ambiente é, inclusive, mobilizado na acolhida de novos usuários como uma estratégia para desestimular a dependência institucional.

Olha, eu não falei com você que eu tinha medo na rua? Lá [*Albergue*] eu tinha mais medo ainda. Mais medo, porque a moça [*técnica social*] que me atendeu, falou assim 'você já morou em Albergue?'. Presta atenção no que ela falou pra mim: 'você vai conviver, aqui, com bandido' - tô falando o que ela falou - 'pessoas de todo jeito, gays, viciados, psicopatas'. Ela foi falando e eu fui pensando: isso aqui é um Albergue ou uma penitenciária, um trem qualquer? Ela me assustou. Na primeira semana que eu fiquei no Albergue, eu não dormi, não. De medo. Só que o ser humano acostuma com tudo. Ai fui me acostumando. (Trecho de entrevista realizada com RR 3, 52 anos, morador da República Reviver, em 09/11/16).

Em campo, uma das táticas visibilizadas para aumento da segurança pessoal era posicionar-se na fila em duplas ou trios entre os quais há confiança mútua. Assim como no Abrigo São Paulo, o posicionamento na fila compreende uma margem de agência para os acolhidos frente à ritmicidade institucional.

Era perto de 19h, o acolhimento começara há pouco tempo e havia muitas pessoas na calçada. Comecei a conversar com ATB 7, que estava parado perto da porta, mas fora da fila. Pergunto há quanto tempo está no Albergue e isso leva a um grande relato sobre as tentativas de superação que tem empreendido desde que chegou nesse equipamento. (...) Ele também me conta que, hoje, conseguiu uma autorização para entrar no Albergue mais tarde, pois ia ao Colégio Imaculada, à noite, fazer sua inscrição para o EJA. (...) Um colega seu chega do outro lado da calçada e ATB 7 lhe pergunta: "Deu certo? ". O rapaz mostra um encaminhamento para o Ambulatório Carlos Chagas. ATB 7 lhe explica que hoje chegará mais tarde e diz para o colega deixar o colchão no chão para ele. Eu tento entender o que isso significa e eles me explicam: eles tem o que chamam de "parceria", entre eles dois e mais outro cara, com quem já o vi em companhia na fila. A parceria consiste em eles ficam um ao lado do outro na fila, de modo que acabariam por dormir em camas vizinhas. Segundo me explicam, colocam o colchão no chão, porque as camas tem estrado de metal e fazem muito barulho durante a noite. E, além disso, descer o colchão é uma forma de mostrar que aquele lugar já está marcado. Pergunto pra eles se fazem aquilo como forma de proteção. ATB 7 nega prontamente, considerando meio absurda minha pergunta ao presumir que eles precisam dos outros pra se protegerem. E me responde: "é uma forma de estar perto de quem quer sair da rua". (Anotações de Campo, Albergue Tia Branca, 18/10/16).

A fila é o mecanismo gestão que embasa a organização do público no espaço interno do equipamento, mas de maneira que não atende aos laços de afinidade estabelecidos, de modo que a rotatividade dos leitos é um dos aspectos que fazem do ambiente albergual uma vivência incômoda. No entanto, o ambiente pode ser compreendido como recortado por diferentes laços e diferenciações.

RR 3: O Albergue é cheio de tribos, até por questão de segurança. Nós éramos da turminha dos homens acima de 50 ano, homens que não usam drogas, tomam as cachacinhas, mas não é... Então, a gente sempre ficou separado daquela outra

turminha... Não critico, cada um na sua. Até, porque, eu tinha medo de ficar no meio deles, a polícia chegar...

Caroline: Como era essa outra turminha?

RR 3: Meninos de 20 anos, que fuma crack, não sei o que... Problema deles, cada um faz o que quer. A gente batia papo e tudo, mas, se enturmar, não. A gente estava sempre separado. (Trecho de entrevista realizada com RR 3, 52 anos, morador da República Reviver, em 09/11/16).

No Albergue Tia Branca, o enfileiramento antecipado das mochilas e bolsas não parece ser uma regra instaurada como no Abrigo São Paulo, pois foi mais frequente observar a presença dos próprios usuários na fila, às vezes, vigiando os pertences de alguém que se ausentara. Com exceção de um usuário, que posicionava um banco de plástico logo na primeira posição da fila assim que saía do pernoite, os outros acolhidos começam a ocupar a fila mais ao final da tarde. Este usuário comercializava cigarros ali na região da porta, mas a placa que indicava seu empreendimento ficava na calçada da frente “*Samarino 3 por 1,00*”. Os trâmites comerciais deste acolhido apontaram para outros sistemas de trocas estabelecidos entre frequentadores da *porta*. Ele dava cigarros em troca da lavagem de roupas, que era realizada, no Centro POP, por um grupo de acolhidas e pelo preço de 1 real por peça.

Não tive conhecimento de outros acolhidos que realizavam este trabalho, apenas do grupo que desempenhava performances de gênero que extrapolam a heteronormatividade. Como já sinalizado ao longo do texto, a categoria LGBT era tomada pela gestão do equipamento como um grupo representado nas segmentações internas do público (como no desempenho de uma atividade coletiva específica para estxs usuárixs e na destinação de uma posição de representação na comissão de usuários que se desejava implantar). A normatividade do público hetero-masculino era hegemônica, embora isso não se depreendesse em um tratamento discriminatório muito severo (como garantia ATB 6, que considerava saudável a relação de seus pares em relação à sua orientação homoafetiva). No entanto, em um dia do campo, dois homens foram pegos em relação sexual dentro do banheiro do Centro POP e o fato de ser uma relação homoafetiva era julgado de maneira tão violenta que uma viatura da Guarda Municipal foi chamada para que os atendidos fossem levados para fora do equipamento, sem sofrerem nenhuma retaliação dos outros usuários. No Abrigo São Paulo, a diversidade de gênero se apresentou apenas entre as mulheres, por meio de uma acolhida que contava ter chegado no Abrigo com sua companheira, a qual deixou a instituição ao estabelecer relações com outra albergada. Entre os homens do ASP, não foi possível identificar como as performatividades não-heteronormativas são tradadas entre os acolhidos, colocando um contraste em relação ao Albergue Tia Branca, onde estas são mais evidentes e seus atores formam grupos coesos.

### 2.3 República Reviver (RR)

A República Reviver (RR) foi um projeto de intervenção assistencial proposto no pelo Fórum de População em Situação de Rua, viabilizado por recursos do Orçamento Participativo de 1993 e cuja elaboração se deu no âmbito mobilização da Pastoral de Rua em diálogo com sujeitos em situação de rua a ela vinculados (Araújo, 2004; Villamarim, 2009). Como explica a atual coordenadora do equipamento, que trabalha há 5 anos na RR, o projeto emergiu como uma alternativa à intervenção assistencial do albergamento, que era considerado como contraproducente para que os acolhidos “*mais organizados*”, “*trabalhadores*” e “*autônomos*” concretizassem a *saída da situação de rua*.

O projeto foi criado através das pessoas em situação de rua. A oferta dos serviços de abrigo da época não correspondia à necessidade daquelas pessoas que estavam mais organizadas, que estavam trabalhando, já queriam autonomia, mas precisavam de um espaço pra se organizar melhor pra partir pra uma casa, pra um aluguel... E os abrigamentos eram muito enrijecidos em questão de normas e horários e alimentação precária. Então, partiu essa ideia de ter um espaço onde fossem menos moradores, menos pessoas pra conviver numa casa. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016).

A República Reviver foi, então, criada no ano de 1994, a partir de um convênio com a Providência Nossa Senhora da Conceição, entidade vinculada à Arquidiocese de Belo Horizonte e, até o presente, responsável pelo serviço. É frequentemente citada enquanto uma inovação perante o quadro de intervenções assistenciais da época (Araújo, *Idem*; Villamarim, *Idem*). No trabalho de De Lucca (2007, p.185), este autor menciona que o formato de “moradias comunitárias” já era desenvolvido pela Organização do Auxílio Fraternal (OAF) desde a década de 1980, mas que só foi incorporado na política pública da Prefeitura de São Paulo pela gestão municipal de 2011-2014 (Marta Suplicy – PT). Deste modo, é possível que a Reviver compreenda o primeiro equipamento público municipal deste tipo no país.

Sendo destinada exclusivamente a sujeitos do sexo masculino, o nome “república” remetia à forma de participação requerida para inclusão na moradia provisória: cabia aos moradores a divisão das tarefas de limpeza e manutenção da casa, o preparo das refeições e a contribuição mensal de 10% do salário mínimo, ao passo que os materiais de limpeza e os alimentos eram subsidiados pelo convênio com a Prefeitura. Este formato, inicialmente implementado, explicita os princípios que orientam este tipo de intervenção. Enquanto “moradia provisória”, busca a vivência de um espaço com características domiciliares (e, portanto, menos massificado que o albergamento), de modo a proporcionar a “ressocialização” dos sujeitos às dinâmicas de uma casa, bem como oferecer o suporte durante o período entendido como necessário para que os moradores possam construir seus

caminhos de retorno à sociedade domiciliada – algo representado pela inclusão no mercado de trabalho, indicado pela própria exigência de contribuição monetária mensal.

Assim, vê-se que, desde seu início, a República emerge como política para o público *em processo de saída das ruas*, algo que até hoje define seu escopo de atuação. O incentivo ao projeto de saída da situação de rua também se apresenta na metodologia prevista para a intervenção: os princípios da *autogestão* e *autonomia* dos usuários, que se apresentariam na exigência de sua participação nas atividades da casa e no deslocamento de sua posição de *albergado* para *morador* de um equipamento público.

Este formato expressa um arranjo de ritmos institucionais diferente do acolhimento em pernoite: o espaço pode ser acessado durante todo o dia, o leito ocupado é sempre o mesmo, o quarto é compartilhado com um menor número de pessoas e cada morador tem um espaço individualizado para guardar seus pertences.

A incorporação deste projeto no leque padronizado de serviços da Assistência Social desdobrou-se na alteração do formato inicial da RR ao longo do tempo. A princípio, o espaço era exclusivamente vivenciado pelos moradores. Em 1996, as funções de coordenação, técnico social e instrutor foram incorporadas na metodologia de atendimento e, em consequência, no cotidiano da casa. Este quadro de trabalhadores é mantido por mais de uma década, até que, por volta de 2008, o equipamento passou a contar com a presença de um guarda municipal. Entre 2010 e 2011, houve, segundo a coordenação da RR, a “atualização da Política de Assistência Social”, referente à maior padronização desta área a nível nacional. A equipe, então, foi novamente remodelada, passando a contar com mais um técnico social e uma auxiliar de limpeza e a exigência de contribuição foi extinta, compreendendo um serviço totalmente gratuito. Em 2013, uma nova ampliação da equipe leva ao quadro de profissionais vigente até hoje: coordenação, técnicas sociais (também nomeados, neste serviço, de educadores sociais<sup>109</sup>), instrutores, auxiliar de limpeza, auxiliar administrativo, cozinheiras e guarda municipal.

A progressiva padronização do serviço se apresenta, portanto, na evolução e diferenciação do corpo de trabalhadores engajados no cotidiano do equipamento ao longo do tempo. Outra alteração é que, inicialmente, o tempo concedido para permanência no serviço era de 6 meses, mas foi estendido para 1 ano e meio. Além disso, o formato de intervenção

---

<sup>109</sup> Em outros equipamentos de acolhimento, o termo “educador social” se refere à função desempenhada por profissionais de nível médio, equiparados aos monitores, agentes ação social, cuidadores. Como o termo “técnico social” é predominante nos outros serviços analisados nesta pesquisa, mantenho sua utilização também no caso da República Reviver, mas o termo “educador” é empregado nas falas da coordenação para se referir a esta mesma função.

que embasou a criação da Reviver passa a ser nomeado, a partir de 2009, como o *Serviço de Acolhimento em Repúblicas* pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Este documento reúne as diretrizes do SUAS quanto à capacidade, estrutura e metodologia dos serviços da Assistência Social e prevê que as *repúblicas* devem ser equipamentos para, no máximo, 10 pessoas – o que é conflitante com as 40 vagas atualmente oferecidas.

Assim, apesar dos princípios que embasaram sua criação, a Reviver encontra-se em *desenquadramento* ante as normativas federais e passa por uma readequação que lhe transformará no “Abrigo Reviver”. Isso significa que, na tipologia da Assistência Social, o equipamento será enquadrado enquanto *Serviço de Acolhimento Institucional* e sua capacidade será ampliada para 50 vagas, o contingente máximo previsto para este outro serviço.

Hoje, nós não somos mais república. Pela Tipificação, a república atende 10 pessoas e, hoje, nós estamos aumentando pra 50, pra gente se tornar um abrigo. Na verdade, agora somos um serviço de acolhimento institucional pra adultos, conforme tá na tipificação que pode ser casa lar ou abrigo, então a gente tá no caráter de abrigo. Só que tem uma cultura construída que nós somos a República Reviver. Já virou um jargão 'a República Reviver'. Então a gente tá nessa adaptação, construindo com os usuários novos que nós não somos mais república. Estamos tirando a palavra “república” do nosso cotidiano e tentando manter só Reviver, porque vai ser Abrigo Reviver”. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016).

### 2.3.1 Acesso, público e intervenção na RR

Como colocado anteriormente, o público-alvo da República Reviver é nomeado como o de sujeitos *em processo de saída das ruas*. Isso se depreende em formas específicas de acesso, onde a noção de *triagem* não significa o desempenho de um dispositivo diário para monitoramento e controle (como nas instituições de pernoite), mas em uma seleção prévia dos candidatos a serem acolhidos, como forma de checar se os mesmos *se enquadram* nos objetivos da intervenção almejada por este tipo de equipamento. Diferente do albergamento, não é o próprio beneficiário quem pleiteia o serviço, mas outros entes institucionais que estejam em acompanhamento de sua trajetória e possam atestar os investimentos do atendido em direção à superação da situação de rua.

Segundo a coordenação do equipamento, o Abrigo São Paulo, o Albergue Tia Branca, os Centros de Referência à População em Situação de Rua, a Pastoral de Rua e o Serviço de Abordagem de Rua são os principais órgãos *encaminhadores*. O encaminhamento é o equivalente à solicitação da vaga e compreende o envio de um relatório com informações sobre o atendido em questão. Exige-se, ao serviço encaminhador, que o acompanhamento

esteja em curso pelo tempo mínimo de seis meses, o que faz com que a República acabe acolhendo pessoas com trajetórias mais longas em situação de rua e, em geral, já conhecedoras de outras práticas assistenciais.

Quando recebe um relatório, a coordenação da Reviver entra em contato com o serviço encaminhador a fim de informar a disponibilidade ou não de vagas. Caso haja, os dois serviços se reúnem para discutir a trajetória de vida do candidato, bem como seus *objetivos* e expectativas em relação à inserção na moradia provisória. Só, então, o beneficiário é convidado para conhecer o equipamento.

Encaminham o relatório pra nós e, quando tem disposição de vaga, convida o técnico que encaminhou pra fazer uma discussão do caso, pra entender melhor do caso, dos objetivos da pessoa. Depois, convidam o usuário pra fazer uma entrevista e conhecer o espaço. E conhecer as normas da casa pra ver se é o que ele deseja, se está disposto... Na rua, acaba se dando a desvalorização das normas ou tem outros tipos de normas na rua. Então aqui a gente apresenta pra eles tudo direitinho. Passou essa fase, ele é inserido. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016).

A perspectiva da “saída da situação de rua” é, portanto, algo que pesa sobre o morador da República desde o momento em que seu nome é sugerido ao acolhimento. Após a triagem, uma das técnicas sociais<sup>110</sup> é designada como referência para aquele acolhido e a racionalidade do serviço estipula um documento específico para o acompanhamento do atendido durante sua passagem pela instituição: o Plano Individual de Atendimento (PIA), no qual diferentes aspectos de sua trajetória são registrados<sup>111</sup>. Além disso, o PIA aborda as *possibilidades de intervenção* e *objetivos* construídos junto aos usuários, a partir das *vulnerabilidades* e *potencialidades* identificadas em cada caso.

Deste modo, o PIA é retratado pela coordenação da Reviver como “carro-chefe da casa”. Para o serviço, compreende a ferramenta de registro das intervenções planejadas e realizadas no nível interacional (entre técnicos sociais e acolhidos), mas é apresentado para os moradores como um *plano pessoal* referente às suas expectativas de futuro. A coordenação do equipamento aponta que os projetos de cada usuário são diversos e a instituição tem de estar flexível para contingências que possam alterá-lo.

Nesse plano individual de atendimento é onde consta os objetivos da pessoa, se vem pra Reviver pra poder alcançar um trabalho, voltar aos estudos, tirar uma carteira de motorista, guardar dinheiro, reaproximar da família, fazer tratamento contra dependência química... Então assim, são inúmeros projetos que são construídos, que podem ser construídos e refeitos depois. Às vezes, a pessoa entra com um objetivo e, como tem um ano e meio, muita coisa pode mudar, o desejo pode mudar. Então, está

---

<sup>110</sup> À época da pesquisa, apenas mulheres ocupavam esta função.

<sup>111</sup> Como informações de documentação civil, situação ocupacional e meios de renda, história conjugal, razões para saída ambiente domiciliar anterior, vínculos sociais na cidade, problemas de saúde etc..

sempre em contínua reconstrução. Às vezes, muitos vêm pra cá com um pensamento ou até mesmo esperando a questão do álcool, da droga, e por causa das frustrações ou por qualquer outra questão acaba tendo recaída. O educador tem que refazer com ele esses objetivos, “não, agora vamos focar na questão do seu tratamento pra reduzir o uso da bebida, da droga”. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016).

Assim como no acompanhamento desempenhado pelos equipamentos de pernoite, a forma de intervenção dos técnicos sociais é embasada na orientação dos acolhidos para outros serviços da rede pública ou projetos existentes na cidade (como documentação civil, educação, saúde, cultura/lazer/esporte, qualificação profissional e inclusão produtiva, alternativas habitacionais). A diferença é que, pelo contingente menor de acolhidos, o acompanhamento é mais frequente. Isso foi apresentado por um dos moradores da Reviver, que disse ter um encontro semanal com a técnica social de sua referência: *“Toda quinta-feira eu tenho que prestar contas do que eu fiz na semana. Eu acho bom. Não sei por que ela faz isso”*<sup>112</sup>.

Os moradores da Reviver são, em sua maioria, homens entre 30 e 50 anos. A casa não acolhe pessoas com mais de 59 anos, que figuram na categoria de *idosos*, cujo modelo de acolhimento é, como já mencionado, as ILPIs. Na leitura da coordenação, em torno de 60% dos moradores estão trabalhando, enquanto o restante *“está aguardando oportunidade de emprego ou está em tratamento de saúde ou dependência química também”*. Aqueles que trabalham encontram-se alocados, em geral, no setor de serviços gerais, construção civil e restaurantes.

Homens com orientação homoafetiva são acolhidos na Reviver e, segundo a coordenação, respeitados pelos demais. Ela aponta que a questão já foi motivo de conflitos na casa, mas que uma parceria com o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de LGBTs trouxe oficinas que contribuíram para a convivência interna.

Os moradores são apreendidos nas diferentes posturas que apresentam na casa, onde a coordenação identifica personalidades mais *explosivas/agressivas*, *retraídas/pouco comunicativas* e as de *liderança/comunicativas*. Nesta ordem, elas indicam a maior dificuldade ou facilidade que a equipe terá em mediar o envolvimento dos moradores com a proposta do acolhimento e o engajamento com a realização das *tarefas* da casa é tomado como um de seus indicadores.

O uso abusivo de álcool ou outras drogas se apresenta como uma das questões mais sensíveis neste formato acolhimento, uma vez que, para entrar no serviço, ao menos o projeto

---

<sup>112</sup> (Trecho de entrevista realizada com RR 3, morador da República Reviver, em 09/11/16).

de superação da dependência se apresenta como um pré-requisito. Na Reviver, tive contato com apenas três moradores e todos tinha a questão do alcoolismo como um desafio superado ou em curso em suas trajetórias. A coordenação aponta que houve uma mudança na forma de abordagem destes episódios, que, anteriormente, eram motivo para exclusão do serviço. Em sua leitura, antes, “*as normas eram muito mais rígidas, mais engessadas*”, em contraponto com uma abordagem que ela considera, hoje, ser “*menos punitiva*” e mais compreensiva.

A maior flexibilidade na abordagem apresentou consonância com as mudanças de localização do equipamento. Entre 2014 e julho de 2016, a Reviver ocupou o estreito andar de um prédio na Rua Espírito Santo, mesmo local onde funcionava o Serviço de Acolhimento Institucional ao Migrante que, no período, ocupava o andar abaixo. O compartilhamento dos dois serviços colocava os moradores da Reviver em convivência com dois regimes de regras – as normas internas e aquelas do prédio, as quais eram mais rígidas em relação às da República. Além disso, com a mudança, o equipamento perdeu características domiciliares, pois o espaço de cozinha foi substituído por um refeitório compartilhado com Acolhimento para Migrantes e os todos cômodos da casa eram improvisados com divisórias. O espaço acirrava conflitos entre os moradores e, em abril de 2016, um incêndio no prédio fez com os usuários tivessem de ser realocados no serviço de albergamento durante certo período. Estes episódios são elencados como eventos que obrigaram a equipe a ser mais flexível em relação ao comportamento dos usuários, que não poderiam ser os únicos responsabilizados pela precariedade da infraestrutura. E estes fatores são apontados como elementos que “atrasaram” o desenvolvimento dos planos individuais.

Tivemos que adequar as normas de convivência, não ser tão punitivo, porque a gente também entendia aquele espaço como prejudicial pra convivência deles. Um tava em um quarto, batia a mão na divisória, acordava o outro do outro quarto, aí um xingava de um lado, o outro xingava do outro. A compreensão da equipe era que a gente não tinha uma estrutura pra garantir a prevenção de um conflito entre eles, então a gente tinha essa abertura de analisar a situação e tentar mediar o conflito, mais na questão do diálogo, da reflexão, sem ser punitivo de arbitrário, de dar advertência, dar suspensão, de dar desligamento. (...)

Tenho morador que já ultrapassou o tempo de permanência, até mesmo por causa do processo que houve. A nossa perda na Espírito Santo foi até nessa questão da construção com o morador, a estrutura, os conflitos que geraram deram atraso também na construção do plano pessoal dele. Ainda logo depois veio um incêndio, pessoas que recaíram porque tinham que ir para o albergue. Eu tenho um caso que recusou de ir para o albergue, teve um impacto muito grande com ele, que ele recaiu com álcool e ficou perdido na rua, não queria voltar. (Trechos de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016).

A flexibilidade na supervisão dos comportamentos se desdobra, portanto, enquanto menor rigidez sobre o próprio prazo para permanência no serviço. No modelo inaugural, este prazo era de 6 meses, mas foi ampliado para 1 ano e meio, período em que a equipe técnica

trabalhará com as oportunidades apresentadas em cada contexto individual para que o vínculo institucional possa ser rompido.

Entre os interlocutores da pesquisa, RR 1 era um dos moradores que ultrapassara o prazo previsto para o acolhimento. Há dois anos no equipamento, o atendido se sentia pressionado por não ter conseguido meios próprios para sua manutenção. Tendo como única fonte de renda o benefício do Bolsa Família (que, à época, era de R\$83,00 mensais) e problemas de saúde que dificultavam sua inserção laboral, o atendido tinha o Bolsa Moradia como única expectativa de saída da República.

O Bolsa Moradia como etapa final do processo de saída das ruas é uma expectativa bastante difundida entre usuários da rede de atendimento à população em situação de rua, expressando como a lógica de intervenção assistencial é apreendida pelo público. Esta lógica parece supor diferentes etapas de superação da situação de rua. Começa com o albergamento, espaço onde os sujeitos devem apresentar a disciplina necessária para tornarem-se candidatos ao acolhimento em repúblicas. Na república, o período de um ano e meio é colocado como prazo de acirramento da busca por oportunidades laborais que possam subsidiar o retorno à sociedade domiciliada. No entanto, embora haja toda uma triagem (para que cheguem ao equipamento os indivíduos em situação de rua com maiores capacidades para concretizar este projeto), a “superação” almejada encontra possibilidades bastante desiguais em relação aos contextos individuais, onde pesa a situação dos homens mais velhos e com menores chances de conseguir trabalho. Assim, as dificuldades de consecução deste projeto geram a expectativa pelo próximo passo, a concretização do espaço domiciliar próprio via subsídio ao aluguel, representado pelo Bolsa Moradia.

Este quadro progressivo não é invenção dos atendidos, mas prática empregada na intervenção assistencial que tem se tornado cada vez mais exígua ante a crescente demanda.

Bolsa Moradia é outra incógnita, não tem previsão, é muito solto. Teve um processo ano passado, foi aprovado dois usuários nosso, mas não teve liberação do recurso. E um deles já saiu da casa, ele não aguentou esperar. Já estava organizado, trabalhando, juntou dinheiro e saiu. Minha equipe tenta dizer para os moradores que a Reviver não é trampolim para o Bolsa Moradia. Pelo contrário, acredito deveria ser para outras circunstâncias, não pra quem está em repúblicas, porque, nas repúblicas, se têm um prazo, ele consegue se organizar de certa forma pra poder se manter, a grosso modo. A gente tenta passar pra eles que não seja uma alternativa o Bolsa Moradia, que se acontecer está no lucro, mas que eles tracem a caminhada deles aqui buscando outras oportunidades. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016).

O acolhimento em repúblicas figura, portanto, como ponto final da intervenção assistencial sobre a situação de rua. O trabalho da equipe técnica emerge como elemento potencializador deste caminho, a partir de uma interação onde as expectativas pessoais são

negociadas e elaboradas com agentes públicos. No entanto, a intervenção almejada tem subsídio precário de outros programas e serviços, de modo que as *saídas* do espaço institucional não vão além daquelas que o acolhido deve buscar individualmente.

### 2.3.2 *Ritmos institucionais da RR*

O local atualmente ocupado pela República Reviver não era originalmente uma casa, mas um equipamento público onde a Prefeitura mantinha a oferta de cursos profissionalizantes. Localizada na Avenida Amazonas, a Reviver é margeada por um intenso fluxo de carros e pessoas. Não tem vizinhos laterais e está próxima de um pontilhão (que passa sobre a Av. Teresa Cristina e o Rio Arrudas) e de grandes construções, como a Fundação Ezequiel Dias, o Parque de Exposições da Gameleira e o campus VI do CEFET. O terreno é amplo, a entrada é arborizada e conta com um grande banco de concreto onde há sombra durante todo o dia.

**Figura 11 - Fachada da República Reviver**



Fonte: Google Maps/Street View

A entrada do prédio (que não tem andares superiores) se parece com a recepção de um equipamento público: a porta é ampla e um funcionário, em geral, encontra-se atrás de uma mesa, onde há um telefone. Este espaço, entretanto, já compreende um dos cômodos de uso dos acolhidos. Ali ficam uma mesa com cadeiras (à direita) e algumas cadeiras defronte a uma televisão (à esquerda da entrada). Abrem-se, para este espaço, as salas da coordenação e da

equipe técnica, assim como alguns quartos. Um corredor leva ao interior do prédio, ao longo do qual outros quartos estão localizados, e termina em um refeitório (que também oferece um guarda-volumes) e um banheiro que são de uso exclusivo dos funcionários e mantidos trancados. Estes cômodos compreendem o prédio principal da Reviver, que é seguido por um espaço descoberto, onde há um quintal cimentado e um quadrilátero gramado. Ao fundo, uma construção anexa comporta três cômodos: um depósito, o refeitório de uso dos moradores (onde há uma televisão) e a cozinha do equipamento.

Embora compreenda um espaço que visa à *apropriação enquanto uma moradia*, o aspecto institucional se evidencia na organização interna do equipamento, na medida em que há espaços diferenciais para os dois grupos que convivem ali: os moradores e os trabalhadores do serviço. Isso também se evidencia na limitação de uso da cozinha, que só pode ser acessada pelos funcionários, de modo que as refeições são servidas a partir de uma bancada, sobre a qual uma janela permite a comunicação entre a cozinha e o refeitório. Esta proibição é embasada por uma perspectiva sanitária, que visa impedir uma possível contaminação dos alimentos, mas também como uma medida de segurança interna, uma vez que os utensílios de cozinha incluem objetos que podem ser utilizados como armas brancas.

Há, no entanto, exceções. A realização de “almoços comunitários”, preparados pelos próprios moradores aos finais-de-semana, era uma prática comum na casa que ocupavam na R. Varginha e que acabou se extinguindo com a mudança para o prédio na R. Espírito Santo, onde as refeições vinham prontas do Restaurante Popular. Com a nova mudança, havia abertura para que a prática fosse retomada - ainda aos finais-de-semana e sob a supervisão de um instrutor.

A participação dos moradores nas atividades de manutenção da casa é compreendida como elemento central na metodologia do serviço, seu “*diferencial*” em relação às outras modalidades de acolhimento. Na época da pesquisa, cabia, a eles, a limpeza dos utensílios utilizados na preparação das refeições, a partir de escalas que distribuía esta responsabilidade entre os moradores nos diferentes dias da semana; ao passo que os próprios pratos e talheres deveriam ser lavados por cada um, individualmente. Estas *tarefas* se realizavam em um tanque externo à cozinha, onde os utensílios limpos eram deixados para secagem até que um instrutor os levasse para o interior da cozinha.

A participação nas *tarefas* se apresenta, para os moradores, como um requisito para permanência no serviço, e, na perspectiva do serviço, emerge como uma intervenção que promove o engajamento do acolhido com o coletivo e a ressocialização à vivência doméstica.

Tentamos ser mais flexíveis, mantendo a ordem, mas sendo flexível. Porque eles precisam ter responsabilidade também. Quando eles estiverem na casa deles, eles vão precisar ter horário pra fazer tarefa, pra fazer almoço, pra chegar em casa, a forma que chega, respeitar os vizinhos... Aqui a gente tenta trazer essa vivência pra eles. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016).

Mas também é motivada como uma forma de *ocupação do tempo*, uma vez que a ociosidade dos acolhidos é um problema de gestão, na medida em que é esperado que os sujeitos estejam engajados em atividades que possam promover sua saída da situação de rua. Assim, a presença diurna de alguns moradores na casa se apresentava como algo que demandava uma justificativa (tratamento de saúde, espera por oportunidades de emprego etc.). Na época de realização da pesquisa, coordenação mencionou estar recebendo demandas por atividades coletivas, o que se apresentava, em sua perspectiva, com atividades que poderiam “*estar promovendo os moradores*”, estimulando seu engajamento com a casa e, também, ocupando o tempo daqueles que não estavam empregados.

Na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, prevê-se que o Acolhimento em Repúblicas seja desenvolvido “em sistema de *autogestão* e *cogestão*, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores” (Brasil, 2009b). Embora, como já apontado, a Reviver apresente uma capacidade que a descaracteriza enquanto uma república, as noções de *autogestão*, *coparticipação* e *autonomia* são bastante enfatizadas enquanto basilares da forma de atuação do equipamento. Além das tarefas da casa, este objetivo se realizaria por meio de assembleias mensais e das chamadas *reuniões de quarto*, eventos que buscam a reunião dos moradores para a discussão e definição das regras de convivência interna.

As regras de funcionamento da instituição escapam, no entanto, à margem de deliberação dos moradores. Enquanto um espaço institucional, os principais ritmos cotidianos se apresentam nos horários determinados para as refeições (café-da-manhã, almoço, lanche-da-tarde e jantar), que, diante da impossibilidade de uso livre da cozinha, compreendem os momentos exclusivos para a alimentação dentro da casa.

Diferente dos equipamentos de pernoite, a Reviver se apresenta enquanto um espaço para livre circulação dos usuários durante a maior parte do dia. Até às 22h, os moradores podem entrar e sair do equipamento sem necessidade de registro, mas quem ultrapassa este horário só pode entrar, novamente, pela manhã, a partir das 6h. Aos finais-de-semana, o horário-limite se estende até às 2h, algo que considera o âmbito do lazer como parte do cotidiano dos acolhidos. Exceções devem ser previamente apresentadas e justificadas com equipe técnica, a fim de que a entrada fora do horário padrão seja permitida pelos instrutores

de plantão. Assim, esta regra busca ajustar as temporalidades da república às daquelas da sociedade dominante, na divisão do cotidiano entre o trabalho (dias úteis) e o tempo do descanso (finais-de-semana). Mas também há de se notar que os moradores devem comunicar caso programem se ausentar do equipamento, sinalizando que a supervisão dos investimentos de superação da situação de rua se desdobra em uma espécie de tutela sobre o cotidiano dos acolhidos.

O engajamento com o trabalho se expressa nos ritmos que os moradores imprimem no espaço de acolhimento, de modo que as movimentações pela casa se adensam no início da manhã e ao final da tarde; e, após o jantar, alguns homens separam porções da refeição em marmitas, sinalizando que não estarão presentes para o horário do almoço e não passarão o dia no equipamento. No entanto, não permanecer durante o dia também é algo buscado pelos sujeitos que não estão empregados, mas que se engajam em outras atividades pela cidade. Assim, a casa tem a presença de poucos moradores durante o dia.

Embora o contingente de moradores seja significativamente menor do que no modelo de albergamento, diferentes regras tentam disciplinar o usufruto do espaço de modo a evitar a emergência de conflitos. Assim, é proibido estabelecer relações comerciais na casa deitar no sofá (o que impediria o uso do móvel por outras pessoas), fumar no espaço interno, entrar alcoolizado ou sob efeito de outras substâncias e faltar às tarefas. A depender da gravidade e persistência, estes atos podem levar a advertências ou a suspensões. A suspensão do serviço é uma punição bastante delicada, pois coloca sujeitos ante o próprio risco que o acolhimento busca enfrentar, que é a exposição noturna nos espaços públicos. A exclusão do serviço acontece apenas em situações mais extremadas, como no caso de agressão física entre acolhidos.

O controle sobre as relações dos acolhidos também acontece na forma de distribuição dos quartos, que são ocupados por até quatro pessoas. A coordenação compartilha que há um esforço para que os moradores sejam alocados de acordo com suas relações de afinidade ou com sujeitos que tenham rotinas semelhantes às suas. Os moradores têm a posse das chaves dos quartos ocupados, onde seus pertences podem ser guardados em armários individualizados. Estas medidas acabam conferindo maior privacidade para os usuários e contribuem para diminuição da sensação de insegurança que o acolhimento massivo promove nas instituições de pernoite.

Eu acho que uma coisa que aqui é muito melhor que o Albergue, sem dúvida, é a segurança. Aqui é muito mais seguro, você tem mais liberdade, você tem mais opção. No Albergue, você não tem opção, nem segurança. No Albergue, em cada quarto, são 16 homens. No quarto que eu tô agora, são dois. Sem dúvida, muito

melhor. Eu não volto pro Albergue mais não. (Trecho de entrevista realizada com RR 3, 52 anos, morador da República Reviver, em 09/11/16).

Hoje eu tenho um lugar pra eu tomar meu banho, lavar minhas roupas, um lugar pra compartilhar com os companheiros, trocar ideia com eles. Isso pra mim é muito melhor, é muito bom ter esse modo de vida diferente. (Trecho de entrevista realizada com RR 2, morador da República Reviver, em 17/11/16).

A avaliação dos moradores sobre a república é comparativa à vivência anterior no pernoite. Embora esta modalidade de acolhimento seja configurada para prover o mínimo de suporte para a realização das atividades cotidianas, o arranjo do pernoite aparece como insuficiente para a regularidade da reprodução do cotidiano e até mesmo para o empreendimento do cuidado de si. Assim, a república é valorizada nas condições materiais que ela proporciona: a concentração das atividades cotidianas em um mesmo espaço, as possibilidades de serem realizadas sem a concorrência com um público massivo e o desfrute de alguma individualidade e privacidade.

#### **2.4 República Maria Maria (RMM)**

A República Maria Maria foi fundada no ano 2000, por iniciativa de profissionais que trabalhavam no Albergue Tia Branca e que buscavam uma solução para o acolhimento de mulheres em situação rua – o que, até então, era realizado neste equipamento. Seu projeto foi baseado no modelo implantado pela República Reviver, com a diferença de que o subsídio à alimentação foi garantido de maneira integral pela Prefeitura, assim como a presença de uma profissional da limpeza, desde a fundação do equipamento.

Também diferente da república masculina, a República Maria Maria se abria para o acolhimento dos filhos de suas moradoras, desde que tivessem idade até 5 anos e 12 meses. Em sua dissertação, Villamarim (2009), comenta que os debates acerca do limite de idade para a inclusão de crianças passavam por uma leitura sobre a subjetividade associada ao desenvolvimento da sexualidade, entendida enquanto uma estrutura cronológica e universal.

Interessante destacar que, na época de discussão sobre a criação de uma república para mulheres, era detectada a importância de que ela pudesse abrigar mulheres com filhos, uma vez que muitas mulheres viviam nas ruas com eles e eram as responsáveis pelo seu cuidado. Mas era necessário definir uma idade cronológica rígida para esta inclusão, já que, segundo alguns componentes do grupo de discussão, a partir dos sete anos a criança se sexualiza e a convivência de meninos em uma casa de mulheres podia “comprometer” a sua sexualidade. (Villamarim, 2009, p.35).

O equipamento foi inaugurado com capacidade para 50 vagas e as primeiras moradoras foram transferidas diretamente do Albergue Tia Branca, sendo que um dos sete quartos da casa era reservado para o acolhimento das mulheres acompanhadas por crianças.

Segundo a atual coordenadora República Maria Maria<sup>113</sup>, que trabalha há 8 anos no equipamento, esta situação perdurou até 2008, quando o Ministério Público considerou impróprio o acolhimento de crianças, de modo que alguns casos foram transferidos para o acolhimento de famílias (Abrigo Pompéia); ao passo que outros já estavam em processos de perda do poder familiar, de modo que algumas crianças passaram a viver com familiares ou foram encaminhadas para o serviço de acolhimento infantil.

Este processo foi concomitante à redução da capacidade do equipamento, que passou para 40 vagas e, alguns anos depois, foi novamente reduzida para 25. De acordo com a coordenação do equipamento, esta nova redução foi decorrente da percepção de que o público acolhido apresentava uma especificidade não prevista para o serviço, mas que se tornava recorrente: o sofrimento mental.

Chegamos em uma época, se não me engano em 2010, que discutíamos o acolhimento de até 25 pessoas, por causa do perfil, porque víamos um movimento diferente. A demanda que chegava pra acolhermos, as pessoas que de fato ficavam no acolhimento, aderiam a proposta do acolhimento... Então chegou o momento que discutimos sobre 25 pessoas, pois estávamos tendo um perfil muito voltado para saúde mental, uma complexidade dentro desse grupo maior e eles reduziram a capacidade de acolhimento para 25. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Maria Maria, realizada em 21/10/2016).

As características referentes à saúde mental compreendem um aspecto já bastante difundido sobre a realidade deste equipamento, sendo citado por outros trabalhos (Araújo, 2004; Villamarim, 2009), mas também bastante atrelado à imagem da RMM, de modo que há casos de recusa da inserção no acolhimento por mulheres que não desejam se associadas ao “perfil saúde mental”.

Até o ano de 2016, a Maria Maria foi gerida pela Associação Grupo Espírita O Consolador, que também geria o Albergue Tia Branca. A partir de setembro desse ano, a gestão passou a ser executada pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, que desempenha outros convênios com a Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Saúde<sup>114</sup> e que, ao assumir a gestão da RMM, assumiu um compromisso com o poder municipal no sentido de contribuir para a concepção de outras alternativas referentes ao público portador de sofrimento mental, de modo que a República passasse a operar como uma Casa de Passagem. Até o momento da pesquisa, o coordenador de projetos da entidade (que também participou da entrevista com a coordenadora da RMM) informou que discutiam a criação de um equipamento de gestão compartilhada pela Assistência Social e Saúde.

---

<sup>113</sup> Em entrevista realizada em 21/10/2016.

<sup>114</sup> Como para a execução do projeto Consultório de Rua e residências terapêuticas, destinadas a pacientes desinstitucionalizados de hospitais psiquiátricos.

O convênio firmado com a Cáritas mantém a capacidade do equipamento em 40 pessoas, mas a casa já parecia bastante ocupada na época de realização da pesquisa, quando contava com 28 acolhidas. Assim como acontece com os outros equipamentos de acolhimento da rede, a estrutura da RMM encontra-se em desacordo com as normativas estabelecidas para o serviço de acolhimento em repúblicas, de modo que a coordenação também apresenta a leitura de *desenquadramento* do equipamento: “A ideia era ser república, mas vai se esbarrando no perfil e dinâmica do serviço e hoje estamos dentro de uma organização de abrigo institucional”.

### 2.3.1 Acesso, público e intervenção na RMM

O procedimento para inclusão na República Maria Maria é semelhante àquele realizado na República Reviver, pois não cabe à atendida a solicitação da vaga, mas aos profissionais de outros serviços que lhe estejam acompanhando em sua trajetória de situação de rua. O pedido é realizado pelo envio de um relatório, que contém as informações sobre a trajetória pessoal e a perspectiva do serviço encaminhador sobre a necessidade e benefícios esperados para o acolhimento na República.

A coordenação compartilha que os relatórios eram muito discrepantes, de modo que, há um ano meio, foi estabelecido um documento-padrão para este tipo de encaminhamento. Assim como na Reviver, há “*etapas para ser acolhida de fato*”, como expressa a coordenação, sendo elas: a leitura do relatório para checar se o perfil é de mulher em situação de rua; uma reunião com o serviço encaminhador para a discussão do caso; e o convite à candidata ao acolhimento para uma entrevista com a equipe técnica da RMM, onde lhe serão apresentados o espaço físico e as regras de convivência. Após estes procedimentos, cabe à futura moradora expressar seu interesse em ser incluída no serviço.

A Pastoral da Mulher, o Abrigo São Paulo (que oferece pernoite para o público feminino) e a Abordagem de Rua são os órgãos que mais solicitam a inclusão de mulheres em situação de rua na RMM. Além deles, a coordenação compartilha também receber demandas de hospitais (alguns deles, psiquiátricos, como o Galba Veloso e o Raul Soares) e dos Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMs)<sup>115</sup>. Sendo a rede de acolhimento bem mais enxuta para o público feminino, há maior número de atendidas que nunca passaram pelo

---

<sup>115</sup> Os Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAM) são equipamentos da rede de atenção à saúde mental que visam ao tratamento em liberdade e compreendem espaços de cuidado e vivência dos usuários por determinados períodos do dia ou dias da semana.

acolhimento em pernoite, sendo mais comum a entrada no equipamento a partir dos contextos de ocupação dos espaços públicos. Assim, a inserção na RMM tem menos a ideia de progressão entre estágios de inserção institucional que compreende a lógica da Assistência Social.

Durante muitos anos, o serviço encaminhador só poderia sugerir o acolhimento de uma atendida após 6 meses de acompanhamento, regra que parecia prevenir que a RMM fosse acionada como um acolhimento emergencial. Embora este requisito permaneça na Reviver, na República Maria Maria esta regra foi flexibilizada diante de críticas dos serviços encaminhadores, que consideravam a exigência muito rígida ante a possibilidade de realizar um acompanhamento qualificado em um período mais curto. Assim, a *qualidade* do acompanhamento passou a compreender o critério de avaliação dos relatórios recebidos de outros serviços. Por qualidade, compreende-se que o serviço encaminhador tenha informações suficientes sobre a trajetória e contextos de vulnerabilidade da atendida em questão, assim como também tenha explorado alternativas de intervenção antes de acionar o acolhimento institucional em repúblicas.

Uma queixa dos técnicos que faziam a abordagem era que, às vezes, não tinha 6 meses de acompanhamento, mas tinha muita coisa do caso. E a gente ficava engessado nessa questão dos 6 meses. Era como um *checklist*: Quantos anos? É população em situação de rua? Tem 6 meses de acompanhamento? Se não, então, não encaminhava, tinha que esperar os 6 meses. E a gente foi recebendo muitas críticas em relação a isso e escutamos essas críticas, que a gente estava engessando o próprio serviço. Então, a gente foi vendo que era uma questão do atendimento, mesmo, anterior à república. Então, desconstruiu a questão dos 6 meses. Pode ter até menos, desde que ele tenha, de fato, esgotado as possibilidades e conheça o caso até pra gente poder discutir. Que não seja a primeira proposta com a pessoa em situação de rua. Estou falando em uma lógica que era de república, que é de abrigo institucional, porque, na lógica da casa de passagem, o atendimento poderia ser ofertado na mesma hora. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Maria Maria, realizada em 21/10/2016).

Este trecho permite compreender que a definição sobre as regras de acesso ao equipamento depende da concepção sobre a modalidade de acolhimento desempenhada. Embora, atualmente, a RMM seja descaracterizada como uma república, as regras sobre os fluxos de encaminhamento indicam a concepção do serviço como um estágio final de intervenção sobre a situação de rua. Com a possível transição do equipamento enquanto uma casa de passagem, os fluxos de encaminhamento serão “encurtados” e até a demanda espontânea poderá ser incluída.

No entanto, qualquer que seja o formato assumido – república, abrigo institucional ou casa de passagem -, o equipamento tem como grande desafio o tempo de permanência na instituição. Ao longo de toda sua história, a República Maria Maria comportou trajetórias que

extrapolam a perspectiva de um acolhimento temporário ou provisório, pois permanecem acolhidas por um longo período. Em tese, o tempo estipulado para o acolhimento é de um ano e meio, mas a própria coordenação aponta que as saídas do vínculo institucional, em geral, só se concretizam no segundo ano.

Na época de realização da pesquisa, havia casos com mais de 5 anos na instituição e um que chegava a 13 anos. A faixa de idade contemplada pelo equipamento é de 18 a 60 anos, de modo que a transferência para as ILPIs se apresenta para as atendidas que permanecem até completarem 60 anos. Era o caso de RMM 3, que completara 60 anos e recebera esta proposta por parte da equipe técnica, mas não aderira prontamente, uma vez que em uma ILPI ela teria possibilidades mais estreitas de visitar o espaço de convívio semanal de seu grupo religioso.

Além da faixa etária, a suspensão do acolhimento de mulheres acompanhadas de crianças fez com que o atendimento da RMM se direcionasse para as mulheres sozinhas em situação de rua. Dentro deste grupo, os contextos de vulnerabilidade são muito complexos e, na leitura da coordenação, são acompanhados de questões de sofrimento mental, dependência química ou conflitos familiares muito severos; de modo que são raros os casos de atendidas que entraram em situação apenas pelo desemprego.

A questão das mulheres em situação de rua é pouco abordada pela literatura, mas nas pesquisas quantitativas, elas figuram como a menor parcela: 18% na pesquisa nacional (Brasil, 2008) e 13,2% de acordo com o 3º Censo realizado em Belo Horizonte (Garcia *et al.*, 2014). Dentro da bibliografia que aborda as causalidades do fenômeno, Escorel (1999, p.264) discute a situação de rua como um estado de exclusão social que não pode ser compreendido apenas como consequência do desemprego, mas como um fenômeno profundamente atrelado ao rompimento dos laços familiares, entendidos como a “unidade de pertencimento preponderante” em nosso país. Neves (1983), por sua vez, aponta que a predominância de homens em situação de rua está associada a trajetórias de fracasso da posição de provedor da família; de modo que, por não terem esta expectativa sobre si, é menos provável que as mulheres se encontrem em situação de rua, pois seu papel como agente cuidadora faz com que seja mais facilmente alocadas dentro da família e mantidas no espaço doméstico. Assim, a entrada das mulheres na situação de rua é acompanhada por contextos de vulnerabilidades bastante exacerbadas, de modo que as contradições que atravessam o acolhimento realizado na República Maria Maria refletem as próprias complexidades existentes entre o público feminino em situação de rua – como a incidência de sofrimento mental.

A coordenação, no entanto, aponta que é possível a construção de saídas do equipamento entre acolhidas que realizam tratamento na rede de saúde mental, onde cita casos bem-sucedidos de inserção no Programa Bolsa Moradia. No entanto, também sustenta a leitura de que as acolhidas com sofrimento mental são aquelas “*que acabam se fixando*” e permanecendo mais tempo na instituição. A longa permanência também se apresenta em casos de mulheres com incapacidade física para o trabalho e sem possibilidade de reintegração familiar. Em geral, estes dois perfis conseguem acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC), que confere um salário mínimo mensal para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social - sendo o valor gerido pela instituição, que fica com o cartão de saque e distribui a renda mensalmente entre as beneficiárias; além de articular o gasto com demandas que se apresentem, como no caso de usuárias que precisam contratar o serviço de táxi para consultas médicas quando há indisponibilidade de transporte institucional.

A intervenção realizada mantém a perspectiva da promoção da *autonomia* individual como metodologia do serviço, mas de maneira correspondente aos contextos e possibilidades de cada atendida. Assim, a perspectiva de retorno à sociedade domiciliada pela conquista do trabalho assalariado tem menor peso enquanto expectativa englobante do conjunto de acolhidas, em contraponto à república masculina, onde figura como “saída” preponderante da instituição.

A discussão sobre a construção desta *autonomia* apareceu de maneira conflituosa em uma roda-de-conversa, para qual fui convidada a fim de ter contato com uma atividade coletiva da casa e também me apresentar enquanto pesquisadora. Como a transição institucional era recente, a atividade estava sendo retomada naquele dia e, conforme expressou a coordenação, tinha o objetivo de apresentar algumas regras do serviço que haviam sido pactuadas em períodos anteriores, sem a participação de novas acolhidas. O assunto predominante foi referente à alimentação, mas acabou suscitando uma discussão entre a equipe técnica e uma das atendidas, onde a dimensão da autonomia foi o centro do debate.

A mudança de convênio parece ter afetado a quantidade e qualidade dos produtos de limpeza e higiene ofertados (...). A coordenação faz uma colocação sobre o lugar de usuária do serviço, dizendo que as pessoas que tem renda devem buscar comprar seus produtos, como uma forma de promoção da autonomia (pelo que entendi, a instituição fica com os cartões das beneficiárias e administra o dinheiro concedendo 70 reais semanais para cada uma). [Moradora] participa, mais uma vez, dizendo que entende que ali é um lugar de passagem, mas que “*tem gente que espera ficar aqui para sempre*”. Ela compartilha que entende ser temporário para ela, mas se sente perdida ali, pois não tem um plano de ação e não saber em que dar prioridade. Diz que tem medo de que o 1 ano e meio na república sejam em vão. A coordenação contrapõe dizendo que não trabalham planos de ação, mas projetos de vida que são individuais e que a instituição tenta se encaixar a eles. Mas [a moradora] diz que sente falta de um trabalho de empoderamento ali dentro, algo que ela não sabe

explicar muito bem, mas que entende como um trabalho que as ajude a ter mais autonomia. Uma técnica social do equipamento intervém, citando alguns movimentos da atendida como exemplos de construção da autonomia. Exemplifica dizendo que até a compra de um produto de higiene pessoal faz parte dessa construção. A moradora então pergunta “*então, a gente tem de fazer tudo sozinho mesmo?*”. Duas técnicas lhe responderam. A primeira disse que quando se depende de alguém, isso não era autonomia; ao passo que a segunda disse que a equipe técnica estava lá para ajudar, mas que a tomada de consciência era individual. A moradora continuou a discussão e apontou que entendia o trabalho da equipe técnica como “*limitado pela instituição*”, que eles podiam oferecer transporte, mas que ela desejava um acompanhamento e uma cobrança mais próximas. A discussão termina com a resposta da primeira técnica, que aponta que isso seria o mesmo *tutelar*, que aquele era um equipamento de alta complexidade para maiores de 18 anos e que a atendida já tinha idade suficiente para se cuidar. Mais tarde, quando estávamos almoçando uma funcionária dos serviços gerais teve uma fala que expressa muito o esse tensionamento entre a autonomia individual e a tutela ou acompanhamento institucional. Ela disse que já fazia um tempo que queria falar isso para coordenação. Conta que fizera um curso de cuidadora, embora tenha preferido trabalhar como auxiliar de serviços gerais, mas que tinha as apostilas em casa que explicavam a ação do cuidador. Em sua opinião, os agentes de ação social (ou como eram chamados antigamente, monitores) deveriam ser, na verdade, cuidadores, porque às vezes as pessoas precisam de um acompanhamento próximo, de você estar lá fazendo junto com a pessoa. Mas a coordenadora apontou que o trabalho da instituição não é tutelar, que estar tão junto assim seria tutelar as moradoras.

(...) Na roda de conversa, a [mesma] moradora expressou que percebe um tratamento diferenciado ofertado para as acolhidas que “*vem da saúde mental*” e ela e suas colegas que não vem. Que ela se sentia constrangida com a abordagem de algumas monitoras, que queriam saber por que ela estava ali. Uma das técnicas sociais tenta sensibilizá-la quanto a perspectiva antimanicomial, que hoje convivíamos com essa diversidade e que isso se apresentava naquele equipamento porque é um serviço de alta complexidade. (Anotações de campo, República Maria Maria, Roda-de-conversa. 26/10/16).

Embora, no relato de campo, seja perceptível a sustentação de uma perspectiva que distancia a intervenção do papel de *tutela*, a tutela é exercida sobre algumas moradoras (por exemplo, com o controle sobre as finanças de algumas). Da mesma maneira, o papel do *cuidado* é entendido como uma função que não compete às *agentes de ação social* (que supervisionam as moradoras no dia-a-dia da casa), mas que acaba sendo desempenhado junto às moradoras com menor autonomia para o autocuidado (por exemplo, com o corte de unhas). A construção da *autonomia* não é, portanto, evidente, mas variável ante uma leitura sobre cada atendida quanto às suas expectativas de permanência no serviço e às suas possibilidades de superação do vínculo institucional.

#### 2.4.2 Ritmos institucionais da RMM

A República Maria Maria ocupa em um prédio de dois andares, na esquina entre as ruas Ubá e Araxá (entre os bairros Lagoinha e Colégio Batista). Trata-se de uma região de casarões antigos, alguns galpões de fábricas e pouco fluxo de pessoas e veículos nas ruas. Na época da pesquisa, uma das laterais do prédio era habitada por um casal que desenvolvia atividades de reciclagem e o prédio vizinho da outra lateral também compreendia uma

instituição de atendimento à população em situação de rua (um núcleo de convivência da Aliança da Misericórdia, que atraía pessoas para o almoço durante alguns dias da semana), de modo que outras formas de expressão do fenômeno se apresentavam no entorno.

O lado externo do prédio é pouco frequentado pelas moradoras da República, mas um número pequeno delas utiliza a calçada defronte, de maneira ocasional, para fumar sem serem incomodadas com pedidos de cigarro pelas outras moradoras. A porta do prédio fica sempre trancada e um funcionário é responsável por sua vigilância, atendendo quem toca a campainha e controlando o fluxo de saída das acolhidas.

O espaço interno é pouco iluminado no primeiro andar, que compreende uma sala grande, onde uma ampla mesa de aspecto antigo fica próxima à escada, seguida por sofás e uma televisão que é ligada ao final da tarde. Neste cômodo, abrem-se as portas de uma pequena sala ocupada pela coordenação e a equipe técnica; seguida por um quarto com banheiro, ocupado por uma acolhida com mobilidade reduzida. Ao fundo, encontra-se o refeitório, que é separado da cozinha por um balcão onde são servidas as refeições.

No andar superior, imediatamente após a escada estão o sanitário e o chuveiro utilizados pelas acolhidas e a sala onde as moradoras passam a maior parte do dia. Ali há alguns sofás, duas mesas e alguns livros e revistas. Os quartos abrem-se para este espaço, ocupados por camas, beliches e armários de ferro, nos quais cada acolhida pode manter seus pertences trancados. Ao final desta sala, há um pequeno espaço utilizado como sala de atendimentos e como sanitário de uso exclusivo da equipe técnica, cujo acesso demanda uma chave. O segundo andar também dispõe de um terraço, que não permite vista para a rua, mas que é bastante ocupado ao final da tarde e noite, já que durante o dia recebe muito sol. Uma das moradoras o nomeia como “ala das fumantes”, pois dispõe de cadeiras e latas utilizadas como cinzeiros, além de também abrigar uma máquina de lavar roupas e varais.

**Figura 12 - Fachada da República Maria Maria**



Fonte: Google Maps/Street View

As acolhidas têm liberdade para sair do equipamento, mas devem retornar até as 22h – de outro modo, sua entrada só será permitida, novamente, após as 6h. Diferente da Reviver, o horário limite não é estendido aos finais-de-semana, o que sinaliza que a demanda pelo lazer que ultrapasse esta faixa de horário não é uma demanda mais ampla no conjunto de moradoras. Entre as interlocutoras de pesquisa, a dimensão do lazer e convívio externo ao equipamento se apresentou principalmente em atividades religiosas e cinema.

Os ritmos que se expressam no cotidiano da república são principalmente vinculados aos horários das refeições e à realização de tarefas de manutenção da casa. Assim como na Reviver, a participação nas atividades domésticas é parte da metodologia de intervenção, mas nem todas as moradoras da casa as realizam, por questões associadas ao sofrimento mental. As usuárias que participam são principalmente escaladas para colaborarem com a limpeza dos utensílios utilizados no preparo das refeições. Assim, o cotidiano da casa é marcado por diferentes ritmos de engajamento nas atividades coletivas e refeições, que se alternam com intervalos de descanso e interação mais coletiva, mas distribuídos em diferentes espaços ao longo do dia. Após o almoço, as moradoras vão para os quartos descansar; no meio da tarde compartilham o saguão superior; no início da noite, aguardam o jantar em frente à TV; e, depois, costumam ficar no terraço, quando o clima já está mais fresco.

A casa tem esses momentos que, na hora que você marcar as entrevistas, é interessante a gente ver esses momentos da casa. De manhã, elas têm as tarefas da casa. Muitas, nem todas participam, a gente ainda não conseguiu fazer a inclusão de

100%. Ainda não conseguimos e não sei se a gente chega nessa questão dos 100%. Mas a gente tem uma rotina de arrumação da casa, de tarefas domésticas com elas na parte da manhã. A partir do momento que elas tomarem o café-da-manhã, que é até 8h30, aí geralmente cada uma que está fazendo uma tarefa. E elas ficam mais tranquilas quando essas tarefas já não acontecem mais, a partir de 9h30. E, aí, tem algumas que ficam na casa para horário de almoço, que é meio-dia. Então, é um intervalo bom de conversar. E, a tarde, a partir das 14h, porque depois do almoço costuma ter uma soneca. Dá aquela parada, no intervalo de almoço. E, às vezes, a gente faz atividade coletiva depois de 14h, que é um horário que elas estão mais disponíveis. (Trecho de entrevista com a coordenadora da República Maria Maria, realizada em 21/10/2016)

Na República Maria Maria, um maior número de moradoras permanece na casa durante o dia. Entre aquelas que apresentam questões de saúde mental, algumas frequentam espaços como os CERSAMs e os Centros de Convivência<sup>116</sup> em alguns dias da semana ou períodos do dia, sendo transportadas por um veículo da Prefeitura. Também permanecem na casa, durante o dia, moradoras que não pertencem a este perfil e que não estabeleceram outras atividades regulares fora da casa. As moradoras que não se deslocam desacompanhadas para fora do equipamento ou que tem reduzidas capacidades físicas para a mobilidade, em geral, só saem da casa para consultas médicas, desempenhando um cotidiano confinado na República.

Internamente, a única atividade proposta, além das *tarefas*, é a realização da roda-de-conversa, que era retomada na época de realização do trabalho de campo, com previsão de ser semanal. Esta atividade era, anteriormente, denominada como “assembleia” e tinha regularidade mensal – o que, de acordo com a coordenação, gerava um acúmulo de muitos pontos de discussão. Além disso, o formato anterior gerava maior tensão entre as moradoras, que entendiam a reunião como algo formal e obrigatório. Assim, o formato de rodas-de-conversa com frequência semanal foi escolhido como forma de proporcionar “*um tom mais leve*” para a reunião coletiva, cuja participação é voluntária. Antes da transição institucional, algumas atividades coletivas eram ofertadas em formato de oficinas e, na leitura de algumas moradoras, é uma atividade avaliada de maneira positiva, pois ofereceria uma forma de ocupação do tempo vivenciado no espaço interno.

A alimentação ofertada deve respeitar diretrizes nutricionais e sanitárias advindas da Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN) que fornece os alimentos e estipula os cardápios diários. É necessário que aqueles que adentrem os espaços das cozinhas estejam utilizando tocas e não é permitido que as sobras das refeições sejam armazenadas e servidas fora de horário. Todo o excedente preparado para uma refeição deve ser, deste modo, descartado ao término do horário estipulado para seu consumo. Assim,

---

<sup>116</sup> Equipamentos da rede de saúde mental, que oferecem atividades de expressão artística variadas, empregando a perspectiva do cuidado em liberdade.

estes equipamentos estão sujeitos a fiscalizações periódicas e não previamente comunicadas. As moradoras só adentram o espaço da cozinha para realizar a lavagem dos utensílios utilizados na preparação dos alimentos, ao fim dos períodos estipulados para as refeições e quando são escaladas para esta *tarefa*. As refeições são servidas nos pratos das usuárias por uma funcionária, ao passo que o corpo de funcionários serve a si próprio e, em geral, tem pratos, talheres e copos reservados.

Um dos desdobramentos da configuração estabelecida para a oferta da alimentação é que público acolhido não encontra, nesses espaços de moradia, muita margem para satisfazer necessidades ou preferências alimentares particulares. Na República Maria Maria, as tensões existentes entre as determinantes institucionais e as demandas das usuárias em relação à alimentação também se apresentaram na roda-de-conversa acompanhada durante o campo.

A questão do horário das refeições foi a primeira a ser colocada. A coordenação explicou que, embora ali seja um espaço apropriado como uma casa, a República não deixava de ser uma instituição. Um problema, portanto, era a procura por refeições fora dos horários previstos e que as exceções precisavam ser conversadas e autorizadas pela equipe técnica. (...) Outro ponto abordado são os alimentos comprados pelas moradoras e levados para a casa, como leite, achocolatado, presunto e pães. São colocados alguns problemas referentes a isso: as moradoras sem recursos ficariam com vontade de consumir o que algumas possuem; e esta dinâmica demanda um trabalho extra da equipe da cozinha, sob a qual os alimentos ficam sob custódia, já que a casa não dispõe de refrigeradores que as moradoras possam acessar livremente; além disso, muitos alimentados de uso pessoal acabavam estragando antes de serem consumidos. Um das moradoras pede a fala e coloca sua contrariedade ante estas colocações. Ela compartilha que muitas moradoras tem fontes de recursos, seja o recebimento do BPC ou manguendo na rua; e que ela se encontra com restrições devido a um processo de reeducação alimentar e se sente prejudicada, pois precisa substituir o café e o leite, usualmente oferecidos, por suco. A coordenadora aponta que estão tentando incrementar a quantidade de frutas junto à SMASAN, mas que, no momento, as frutas estão sendo guardadas até que componham quantidade suficiente para oferecer suco para todas, o que impossibilita o atendimento ao seu caso em especial. E que aquela era uma demanda que poderia motivar a luta dela e das colegas em espaços de reivindicação. (Anotações de campo, República Maria Maria, Roda-de-conversa. 26/10/16).

As normatizações existentes sobre o âmbito da alimentação revelam diferentes aspectos sobre estes locais enquanto espaços de vida institucionais e “apropriados como moradia”. Embora os princípios de “participação” e “co-gestão” sejam definidores da metodologia empregada nas repúblicas, situações como estas em torno da temática da alimentação apontam, entretanto, que a possibilidade de participação dos moradores na definição das regras cotidianas esbarra nas próprias necessidades da instituição em gerenciá-los. Embora o público das repúblicas seja reduzido em relação ao contingente massivo acolhido pelos abrigos e albergues, o acolhimento nestes equipamentos não escapa à padronização.

## 2.5 Conclusão

As instituições de acolhimento, analisadas nesta pesquisa, compreendem experiências localizadas da rede de atendimento à população em situação de rua existente em Belo Horizonte, mas também reverberam as lógicas que tem pautado a intervenção estatal sobre esta questão nas últimas três décadas, bem com as complexidades e contradições que se apresentam em sua operacionalização.

Como apresentado no primeiro capítulo, o albergamento se estabelece como resposta governamental no próprio contexto de emergência da *população de rua* como um público específico ante o Estado, no início da década de 1990; mas cujos efeitos foram confrontados logo início, dada a emergência das repúblicas como modalidade de acolhimento alternativa. Embora possam ter figurado, inicialmente, como propostas e modelos concorrentes, o que temos, após a progressiva incorporação da *situação de rua* na agenda da Assistência Social, é que *albergamento* e *república* figuram como modalidades complementares em uma lógica de intervenção que propõe a *saída da situação de rua* como um percurso de progressiva institucionalização.

Durante o trabalho de campo, o discurso sobre a *inadequação* dos equipamentos em relação às diretrizes da Assistência Social foi persistente entre os interlocutores institucionais (com exceção do Abrigo São Paulo, embora este equipamento também se encontre em desacordo com as normas previstas). Tais diretrizes compreendem um movimento iniciado na década anterior, com a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e que tem por objetivo a regulação e padronização da oferta de serviços assistenciais ao longo do território nacional. Em Belo Horizonte, os equipamentos de acolhimento para a população em situação de rua encontram-se principalmente em desacordo com as normativas do SUAS no que tange à *capacidade* de vagas oferecidas.

Ante as normativas do SUAS, os equipamentos, até então, denominados “repúblicas” encontram-se *desenquadrados*, de modo que a solução apontada, por suas respectivas gestões, encontra a futura transformação das instituições em Abrigos ou Casas de Passagem (o que as tornaria, em tese, abertas ao acolhimento emergencial e temporário). Os equipamentos de pernoite, por outro lado, só se adequariam às normativas assistenciais com a desativação de mais da metade das vagas oferecidas, algo que não se apresenta no horizonte do poder municipal até o momento. Assim, as “repúblicas” existentes, em Belo Horizonte, oferecem o formato mais próximo da concepção prevista para o Serviço de Acolhimento Institucional; ao passo que os abrigos/albergues representam justamente o que os esforços para a melhoria

deste serviço buscam superar. O Serviço de Acolhimento em Repúblicas, tal como previsto na racionalidade do SUAS, não existe na cidade.

Apesar disso, os equipamentos conhecidos como “repúblicas” e abrigo/albergue tomam as duas modalidades de acolhimento estabelecidas pela Assistência como referenciais para sua atuação, de modo que desempenham diferentes dinâmicas de gerenciamento do público acolhido, assim como são posicionados de maneira diferencial na rede de atendimento. Como retratado ao longo do capítulo, as concepções de *moradia provisória* e *pernoite* oferecem possibilidades bastante desiguais de apropriação do espaço institucional para o ancoramento da vida cotidiana. As necessidades de gerenciamento da presença do público acolhido se apresentam em procedimentos de controle bastante discrepantes entre as duas modalidades, de modo que os *ritmos* estabelecidos nestes espaços trazem uma experiência de confinamento que parece maior no período de permanência no *pernoite* do que no acolhimento integral desempenhado pelas “repúblicas”.

Os dois formatos também se diferenciam nas formas estabelecidas para *acesso* aos serviços, que fazem tanto com que o contato com a heterogeneidade do público *em situação de rua* seja apreendida de maneiras contrastantes, quanto com que as formas de uso do serviço sejam variáveis. Os equipamentos de pernoite encontram-se abertos à acolhida de qualquer pessoa em situação de pobreza que apresente necessidade de acolhimento emergencial ou temporário. De modo geral, compreende uma ação de proteção à vulnerabilidade representada por viver ou permanecer (mesmo que ocasionalmente) nas ruas, o que faz com que estes espaços sejam travessados por (e participantes da construção de) diferentes trajetórias em situação de rua.

Há acolhidos que intercalam períodos acessando o serviço com a moradia nas ruas, há aqueles que utilizam o pernoite como pontos de parada em trajetórias de mobilidade que passam por diferentes cidades, há aqueles que se inserem no equipamento com a expectativa de nunca mais habitar as ruas, há aqueles que sempre viveram domiciliados e para os quais o acolhimento é a “porta de entrada” na *situação de rua*... São múltiplos os usos que os acolhidos fazem deste serviço, assim como os contextos que levam à sua procura, de modo que a heterogeneidade que se apresenta nos locais de pernoite gera um quadro de complexidade que parece tender ao infinito. Diante deste cenário paradoxal, as formas de intervenção previstas direcionam os acolhidos aos “mínimos sociais” (De Lucca, 2007): alimentação, documentação civil, possibilidade de um local para a higiene pessoal e para o descanso, algumas ofertas de cursos gratuitos, a elaboração de um currículo, a sugestão de

vagas de emprego. Mas ante possibilidades precárias de promover alguma mudança, não raro o contingente massivo é esquadrihado de acordo com as possibilidades individuais de saída do espaço institucional e, assim, são avaliados enquanto “mais organizados”, “mais autônomos”, “novatos” ou “cronificados”; também quanto à sua condição mental, capacidade física para o trabalho, vinculação com as dinâmicas da “rua” e o *desejo* expresso de “sair” dela.

As “repúblicas”, por sua vez, selecionam o público acolhido entre os candidatos com trajetórias mais “estáveis” em acompanhamento por outros serviços da rede. Considerando que terão de apresentar um comportamento regular e progressivo durante um prazo determinado para permanência, o critério de inclusão é menos o da necessidade (uma vez que se entende a existência de alternativas anteriores) e mais o da potencialidade que o sujeito apresenta para que acolhimento seja um trampolim para fora da “situação de rua”. No caso dos homens, para os quais as vagas nos albergues constituem a grande maioria, ser indicado para uma “república” tem ares de “promoção” dentro da rede assistencial, como um reconhecimento e premiação para seu bom comportamento e seus esforços na jornada de retorno à sociedade domiciliada. Esta lógica é produzida e agravada com a própria escassez deste serviço, que figura como medida mais adequada (dentro do atual quadro de políticas) para promover a tão almejada “reinserção social”, mas cuja oferta reduzida na rede de serviços parece não corresponder às expectativas que lhe são depositadas.

Assim, desempenhando o acolhimento institucional como medida *emergencial, temporária* ou *provisória*<sup>117</sup>, o tempo de permanência dos acolhidos compreende um problema central para estas instituições. No *pernoite*, o tempo é empregado na metodologia de intervenção por meio de prazos que visam motivar os sujeitos a “se engajarem” em movimentos de superação da situação de rua; mas também figura como instrumento de controle do público, nas formas de punição que suspendem o direito de uso do equipamento por determinados períodos. Todas estas medidas parecem querer sinalizar permanentemente para os acolhidos a provisoriidade desejada para esse vínculo. Já nas “repúblicas”, o tempo de permanência é estipulado de maneira anterior à inserção no equipamento, requerendo um compromisso do atendido em buscar “saídas” para o vínculo institucional antes do vencimento de seu prazo de acolhimento.

---

<sup>117</sup> Indicadores temporais correspondentes aos equipamentos previstos para a oferta do acolhimento institucional, em “casas de passagem”, “abrigos” e “repúblicas” (respectivamente)

Na prática, os tempos estipulados para o acolhimento (em qualquer uma das modalidades) são ultrapassados com frequência e os prazos readequados às necessidades de cada sujeito. No entanto, diante de algumas situações, a superação do vínculo institucional não apresenta saídas possíveis e aquele sujeito vai permanecendo, estabelecendo uma trajetória longa em locais estruturados (em termos de espaços, ritmos e dinâmicas de convivência) para serem provisórios. No entanto, as trajetórias “sem saída” aparente também se apresentam nas repúblicas e, ante a prolongação do vínculo institucional, fica a dúvida: qual, então, será o próximo passo? Esta questão é especialmente sensível na República Maria Maria, onde é escancarada a complexidade de acolher portadoras de sofrimento mental com frágeis vínculos familiares ou comunitários em um acolhimento provisório, o que acaba resultando em institucionalização.

A quase exclusividade com que a questão vem sendo abordada pela Assistência Social contribui para que a efetivação das “saídas” almejadas seja exígua. Apostando no suporte material para a reprodução das atividades cotidianas mais básicas e na supervisão socioassistencial como metodologia única, o acolhimento institucional promove o “*empreendedorismo de si mesmo*” (que parece compreender a lógica de diferentes políticas sociais brasileiras), onde a responsabilidade da “transformação social” é depositada sobre a capacidade individual de superar contextos de vulnerabilidade social. Esta dimensão aparece nos discursos dos profissionais que atuam nos serviços, bem como entre os acolhidos, por meio de classificações que segmentam o público beneficiário a partir das chances ou esforços empreendidos na “busca por saídas”. O empreendedorismo de si é, no entanto, um exercício cotidiano, que se expressa nas formas como os agentes constroem a reprodução da vida diária na cidade, como será abordado a seguir.

## Capítulo 3

### Vida cotidiana a partir do acolhimento institucional

Este capítulo analisa como os *ritmos* e as lógicas de gerenciamento dos equipamentos assistenciais são articulados pelos agentes acolhidos na construção de sua vida cotidiana. No capítulo anterior, os locais institucionais foram caracterizados a partir de suas dinâmicas de acesso e ordenamento do tempo e espaço internos, ao que foi possível identificar que as duas modalidades de acolhimento – *pernoite* e “*repúblicas*” – oferecem oportunidades bastante desiguais de apropriação do espaço institucional na reprodução da vida diária. Em contraponto às “*repúblicas*”, os equipamentos de *pernoite* impulsionam seus acolhidos a procurarem outros locais ou serviços de suporte ao cotidiano, contribuindo para a conformação de determinados circuitos da população de rua “acolhida” pela cidade; enquanto as “*repúblicas*” são mais estabilizadoras das rotinas, na medida em que concentram as atividades *ordinárias* em um mesmo local.

A primeira sessão aborda este ponto discutindo as *espacialidades* de cada um dos equipamentos que compõem o recorte da pesquisa, a fim de observar sua integração no espaço urbano de Belo Horizonte e em relação à rede complementar de assistência à situação de rua. Neste sentido, é especialmente sensível a diferença entre as espacialidades das duas instituições de *pernoite* (o Abrigo São Paulo e o Albergue Tia Branca), cujos acolhidos encontram-se em distâncias bastante distintas em relação aos serviços como os Restaurantes Populares e os Centros POP, previstos pela para oferecer suporte diurno aos usuários destes equipamentos.

Em seguida, as segunda e terceira sessões apontam alguns *arranjos de vida* estabelecidos pelos acolhidos do *pernoite* e das “*repúblicas*”, respectivamente, a fim de observar como as configurações institucionais diferenciadas são mobilizadas nas lógicas de ação dos agentes. Como coloca Salvador (2008), embora o cotidiano se construa nas regularidades sociais introduzidas pelos ritmos institucionais, as tramas existenciais não se constituem ausentes das lógicas individuais de ação. Neste sentido, o autor aponta as *rotinas* como construções pessoais, produzidas na articulação com as determinantes organizacionais da vida social, por meio das quais articulamos as regularidades estruturantes de nossa vivência espaço-temporal. As *atividades ordinárias* são, para o autor, os elementos centrais para a construção das rotinas. Para a vida cotidiana, as atividades são como as palavras da

linguagem, elementos que os agentes articulam de maneira criativa a partir de regras e estruturas que não criamos pessoalmente (*Idem*).

Assim, as narrativas dos interlocutores sobre suas *rotinas* foram tomadas como dimensão de análise principal para a compreensão do cotidiano estabelecido a partir do acolhimento institucional; e analisadas quanto: às *atividades* elencadas para a reprodução da vida diária; os trajetos e espaços mobilizados para realizá-las; assim como a forma como estão organizadas no tempo diário. A partir destes elementos, foi possível construir analiticamente a noção de *arranjos de vida*, como os conjuntos de locais e estratégias de deslocamento espacial através dos quais os acolhidos ancoram o empreendimento de seu cotidiano.

Tais arranjos são caracterizados a partir dos conceitos de *espaços de vida* e *práticas de mobilidade*. A noção de *espaços de vida* é utilizada por Lindón (1997; 2002) como todas as áreas nas quais os sujeitos empreendem suas práticas diárias; ao passo que Ares (2006) os define como todos os “territórios delineados pela mobilidade habitual”. Dentro dos arranjos estabelecidos pelos acolhidos, os *espaços de vida* são identificados entre os locais que os agentes elegem para o ancoramento de suas atividades no dia-a-dia. Já a noção de *práticas de mobilidade* advém da perspectiva de que as experiências de deslocamento espacial não constituem um “tempo morto” ou um “espaço vazio” (Buscher & Urry, 2009) na vivência cotidiana, mas compreendem práticas socialmente produzidas, corporalmente experienciadas e imbuídas de significados (Cresswell, 2010). Deste modo, estes conceitos privilegiam uma compreensão do cotidiano produzido a partir das instituições de acolhimento observando a vivência espaço-temporal dos agentes acolhidos pela cidade.

O capítulo aponta, portanto, que as configurações institucionais estabelecidas pelos equipamentos de acolhimento e pela rede mais ampla de atendimento assistencial participam da construção de *políticas de mobilidade* (Cresswell, *Idem*, Adey, 2006) específicas ao cotidiano da *situação de rua acolhida*; pois a espacialidade destas instituições e as possibilidades que oferecem para a consecução das atividades cotidianas configuram determinantes diferenciais para os deslocamentos dos acolhidos pela cidade. Neste sentido, é principalmente saliente a maior diferenciação entre os arranjos de vida dos acolhidos do Abrigo São Paulo, para os quais o acesso à rede complementar de serviços é dificultado pela distância do equipamento em relação à área central de Belo Horizonte. Isso se desdobra em arranjos de vida mais diferenciados entre os acolhidos do Abrigo e em práticas de mobilidade que articulam extensivos deslocamentos diários a pé ou no empreendimento do *pulão* como estratégia de se locomover pelo transporte público sem pagar a tarifa da passagem. Entre os

acolhidos do Albergue Tia Branca, a proximidade com a rede complementar de serviços naturaliza a região central como uma *grande espaço de vida*, que embora esquadrihado pelas apropriações territoriais das sociabilidades em situação de rua, é vivenciado como uma extensão do próprio equipamento de acolhimento. Os arranjos de vida estabelecidos pelos moradores das “repúblicas” apresentam, por sua vez, menor incidência da necessidade de deslocamento para a consecução das atividades ordinárias de reprodução do cotidiano. Por isso, sua vivência pelo espaço da cidade apresenta-se bastante atrelada às possibilidades individuais de superação do vínculo institucional, de modo que as práticas de mobilidade oscilam entre a vivência dos circuitos anteriores à inserção no acolhimento em “repúblicas” e a tentativa de construir novas redes de sociabilidade e novas estratégias de manutenção individual. Especialmente na República Reviver, onde os interlocutores de pesquisa apresentam trajetórias de superação do alcoolismo, as mobilidades cotidianas expressam as próprias tentativas de adequação de suas rotinas às expectativas colocadas em sua inserção institucional.

O que o capítulo argumenta, por fim, é que a compreensão do cotidiano dos acolhidos permite tanto visualizar a efetividade da intervenção governamental sobre as trajetórias em situação de rua, quanto identificar o “empreendedorismo de si mesmo” (Silva, 2002 *apud* Santos, 2016; *apud* Georges, 2015) como uma lógica que se expressa na vivência espaço-temporal dos agentes pela cidade. Embora as configurações institucionais compreendam medidas de proteção social que visam proporcionar meios estáveis para a consecução do cotidiano, a vida diária realiza-se com a constante sinalização da provisoriidade dos arranjos de vida construídos a partir do acolhimento. Assim, as atividades habituais, as práticas de mobilidade e os espaços de vida são vistos como mais do que elementos de reprodução do cotidiano, mas valorados enquanto investimentos para a própria superação da situação de rua e do vínculo institucional.

### **3.1 Espacialidades institucionais**

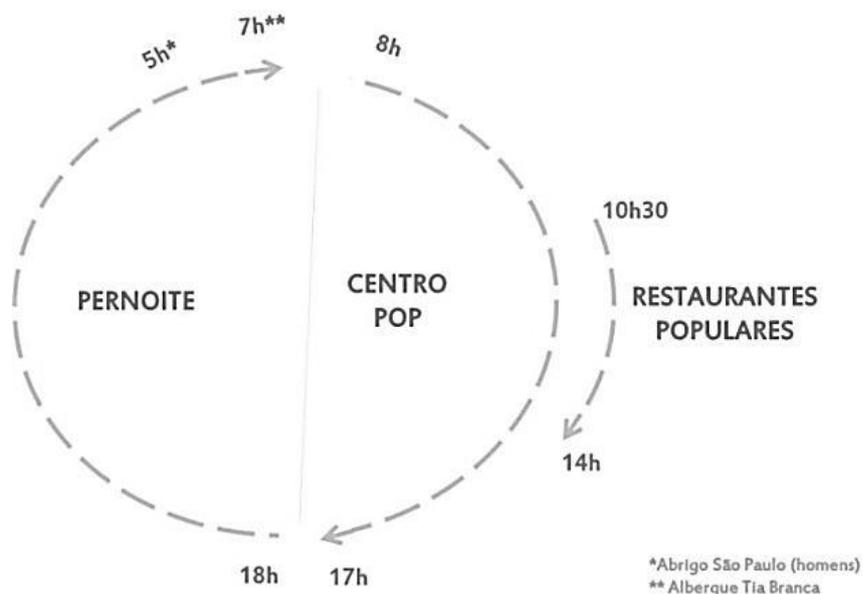
Em seu trabalho sobre as formas de ocupação dos espaços públicos como moradia, Kasper (2006) define o *habitar* como uma “especialização de hábitos” e como uma forma de engajamento humano com o espaço, sendo desenvolvido a partir de três processos (ou *verbos*, como coloca o autor): *Apropriar-se*, colocar sua marca em um determinado espaço, “fazer dele sua obra”, torná-lo “apropriado” (não necessariamente uma propriedade/posse); *Instalar-se*, adequar o espaço às práticas cotidianas, dispor os objetos necessários dentro limites que o espaço oferece; e *Incorporar*, um entendimento do habitar como centrado no corpo, nas

técnicas corporais desenvolvidas no cultivo de hábitos nesse espaço apropriado. Este autor aponta que no modelo hegemônico da *casa* (ecocêntrico) se caracteriza por uma noção de *habitar* que é *centralizadora*, pois espacializa as atividades mais ordinárias de reprodução do cotidiano em um mesmo espaço (a *casa*). A *habitação da rua*, por sua vez, é apontada, pelo autor, como arranjos nos quais as atividades domésticas são espacializadas de modo *disperso*, pois articulam diferentes locais na construção da regularidade da vida diária.

Embora o autor tenha se restringido às formas de habitação que se estabelecem nos espaços públicos, sua compreensão do *habitar a rua* como uma espacialização dispersa das atividades domésticas é significativa para pensarmos o *habitar* a partir do acolhimento em *pernoite*. Em contraposição às “repúblicas”, cuja definição de “moradia provisória” já indica a conformação de um arranjo que permite a regularidade das ações cotidianas em um mesmo espaço (por um período delimitado de permanência, em geral, de um ano e meio); os equipamentos de *pernoite* inviabilizam sua apropriação permanente, pois não permitem a instalação dos pertences, posicionando seus usuários em leitos sempre rotativos e diariamente os impulsionando para fora das instituições. Desta maneira, o *pernoite* compreende uma lógica de intervenção que visa conformar arranjos de vida que sejam *transitórios*, na medida em que oferece condições restritas para o estabelecimento da regularidade de hábitos que estruturam a vida cotidiana. Nesta configuração, o *habitar* compreende um tipo de engajamento com o espaço que se refaz todos os dias.

A segmentação das atividades de reprodução da vida diária em diferentes espaços é, assim, algo previsto pela própria lógica desta modalidade de intervenção assistencial. Em Belo Horizonte, a rede de atendimento divide a assistência à situação de rua em um arranjo triangular de espaços: os equipamentos de *pernoite* para o sono/descanso e proteção durante o período noturno; os restaurantes populares (para almoço) e os Centros POP (para higiene, convivência e permanência) durante o período diurno. Os ritmos de funcionamento de cada um destes três serviços articulam-se de maneira complementar, de modo que a assistência à situação de rua seja coberta durante todos os períodos de um dia.

**Figura 13 – Arranjo temporal dos serviços assistenciais (horário de funcionamento)**



Fonte: Elaboração Própria

A gratuidade nas refeições dos refeitórios municipais é uma das medidas de *segurança alimentar* promovidas pela Prefeitura, além do subsídio à alimentação ofertada nos equipamentos de acolhimento. A gratuidade é concedida pelos CREAS<sup>118</sup>, que registram os beneficiários no CadÚnico como famílias ou indivíduos em situação de rua, o que lhes confere o acesso gratuito aos Restaurantes Populares pelo período de 6 meses, passíveis de serem renovados. Em Belo Horizonte, são quatro as unidades que oferecem alimentação a preços baixos, estando duas na região mais central (Restaurante Popular I, próximo à Rodoviária, e II, na região hospitalar) e duas unidades em regionais administrativas mais à extremidade do perímetro da cidade (unidade III, na regional Venda Nova, e IV, no Barreiro). Todas elas oferecem almoço e apenas o Restaurante Popular I inclui, também, café-da-manhã e jantar, sendo o mais utilizado entre as pessoas que pernoitam nas instituições de acolhimento ou que habitam a rua; ao passo que as unidades dos bairros mais afastadas não foram citadas pelos interlocutores acolhidos no desempenho de suas rotinas.

Os Centros POP, por sua vez, não oferecem almoço, mas ofertam alimentação por meio de lanches no período da manhã e à tarde (em geral, café e/ou leite e pão). Como

---

<sup>118</sup> Centro de Referência Especializado em Assistência Social, responsável pelo gerenciamento das ações de proteção social especial da Assistência Social e, em Belo Horizonte, estão distribuídos em cada uma das nove regionais administrativas da cidade.

apresentado no primeiro capítulo, tais equipamentos emergiram como um espaço de intervenção coletiva, de modo que é prevista a realização de oficinas e atividades que promovam a construção de vínculos comunitários. É principalmente saliente, no entanto, sua atuação enquanto um local de suporte à manutenção individual, oferecendo sanitários e chuveiros, além de tanques e varais para a lavagem de roupas (esta, uma atividade não viabilizada pelas instituições de pernoite). Os dois Centros POP existentes em Belo Horizonte encontram-se, ambos, na região central: a primeira unidade foi instalada na Av. do Contorno, entre a Rodoviária e a ASMARE<sup>119</sup>; e a mais recente (Centro POP Leste), no mesmo prédio ocupado pelo Albergue Tia Branca.

**Figura 14 - Espacialidades da rede de assistência à situação de rua<sup>120</sup>**



Fonte: Google My Maps/ Elaboração própria

<sup>119</sup> Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável.

<sup>120</sup> O Abrigo São Paulo encontra-se a pouco mais de 7km do Restaurante Popular I e Centro POP da Av. do Contorno, de acordo com medição do trajeto no Google Maps.

A espacialidade destes serviços é, portanto, concentrada na *área central* de Belo Horizonte, cujo perímetro é interno à Av. do Contorno (uma via que, no plano urbanístico inaugural, era pensada como limítrofe da capital planejada). Segundo Carneiro (2016), esta área é estabelecida pelo Plano Diretor de 1996 como prioritária para a “instalação de equipamentos públicos e de realização de eventos culturais, de lazer e de turismo” (p.361). A *área central* também pode ser compreendida como região de maior manifestação da *situação de rua*, como aponta o 3º Censo de População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte (Garcia et al., 2014), no qual 44,8% das 1.456 abordagens realizadas se deram na regional Centro-Sul, seguida pela regional Norte (15,6%), onde está localizado o Abrigo São Paulo.

Poderíamos prever que a segmentação dos serviços assistenciais em três diferentes espaços conforma uma espécie de *circuito institucional* (de suporte à situação de rua) no espaço da cidade, trazendo a mobilidade do público usuário como uma dimensão implícita de sua lógica de funcionamento. No entanto, os dois equipamentos de pernoite, existentes na capital, apresentam espacialidades bastante contrastantes (Figura 14) em relação aos serviços que lhe são complementares, estando o Albergue Tia Branca localizado em uma vizinhança de classe média (bairro Floresta, regional Leste), adjacente ao Centro, e o Abrigo São Paulo, em um bairro periférico da região Norte da cidade.

A diferença em relação à centralidade urbana se desdobra na integração com a rede de suporte diurno à situação de rua, de modo que seus usuários dispõem de um acesso diferencial a estes recursos. Aderir à triangulação de serviços previstos pela lógica assistencial significa, para os acolhidos do Abrigo São Paulo, estabelecer estratégias de deslocamento até o Centro; ao passo que, para aqueles inseridos no Albergue Tia Branca, a incorporação dos Centros POP ou Restaurantes Populares nos seus arranjos cotidianos é algo frequente e naturalizado. Apesar desta diferença, não há subsídio para o deslocamento dos acolhidos do Abrigo São Paulo até o Centro, o que acaba configurando uma lacuna no arranjo de proteção social estabelecido para a situação de rua em Belo Horizonte.

Em diferentes serviços públicos, a Prefeitura disponibiliza a *tarifa social* no formato de pequenos tickets de papel que dão acesso gratuito à rede de transporte público. Sua oferta, no entanto, é escassa e, nas instituições de acolhimento, a concessão da tarifa social é limitada a situações *esporádicas* e consideradas *relevantes* - sendo que a justificativa mais endossada para o recebimento deste benefício é participação em entrevistas de emprego (o que, muitas vezes, pode requerer uma comprovação, como o anúncio da vaga, horário e local da

entrevista). Tais critérios são valorativos sobre as mobilidades dos sujeitos acolhidos, privilegiando os deslocamentos associados às oportunidades concretas de busca pelo trabalho, mas negligenciando todo um campo de necessidades de deslocamento que compõem as estratégias cotidianas.

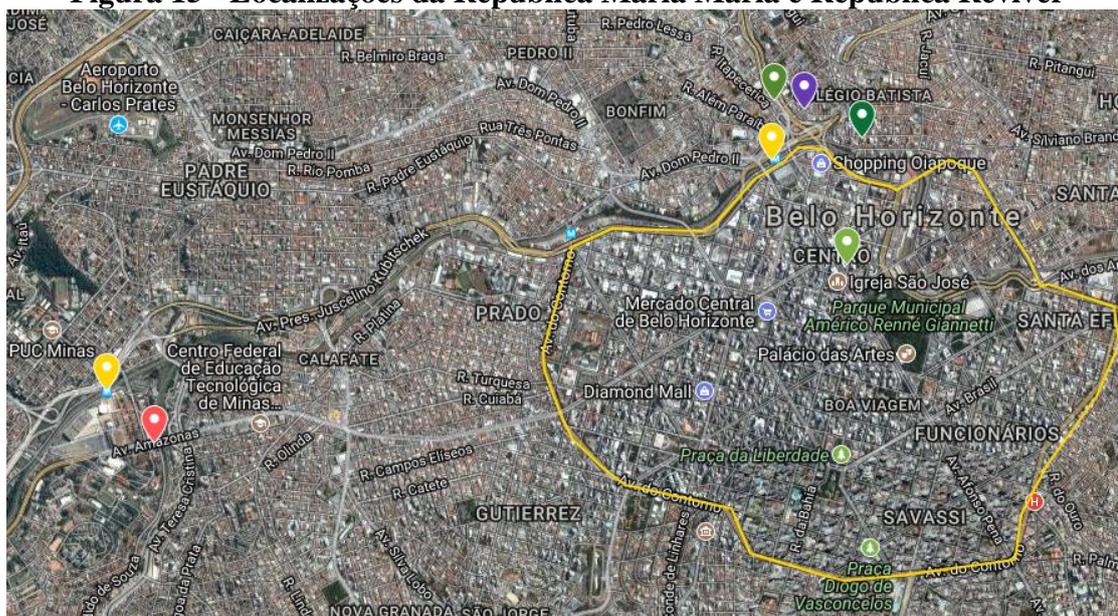
Todos estes elementos participam da construção do que autores como Adey (2006) e Cresswell (2010) denominam como *políticas de mobilidade*. O conceito remete à compreensão de que, sendo o deslocamento espacial uma dimensão produzida por e produtora de relações sociais, as práticas de mobilidade também são engendradas nas relações de poder que atravessam as sociedades. Assim, os ritmos e arranjos espaciais da rede de atendimento à situação de rua podem ser compreendidos enquanto elementos que incidem sobre as políticas de mobilidade específicas à população de rua acolhida. Além disso, é importante apontar que, com exceção dos equipamentos de pernoite (que ofertam o acolhimento sem interrupção de dias), os Centros POP e Restaurantes Populares não abrem aos finais-de-semana; de modo que a restrição do suporte assistencial aos dias úteis figura como outro fator de influência na construção das relações que os acolhidos do pernoite estabelecem com a cidade.

As políticas de mobilidade que incidem sobre os acolhidos das “repúblicas” encontram-se, por sua vez, em outra ordem de relações, favorecidas pela modalidade assistencial desempenhada por estes equipamentos. Para os moradores das “repúblicas”, o cotidiano encontra-se menos pautado pelas exigências de deslocamento, uma vez que todos os hábitos mais básicos de reprodução da vida diária podem ser especializados no local do serviço de acolhimento. Deste modo, as mobilidades cotidianas atendem menos às necessidades mais elementares, mas encontram-se mais associadas aos projetos de vida que cada acolhido estabelece para seu prazo de permanência.

Por mais de 20 anos, as “repúblicas” consideradas nesta pesquisa estiveram localizadas na proximidade com a área central. A República Maria Maria ocupa o mesmo prédio, na Rua Ubá, nº 1, desde a sua fundação, na interseção entre os bairros Lagoinha e Colégio Batista, ao passo que a República Reviver passou por diferentes localizações ao longo de sua história. Por quase uma década, funcionou em uma casa na Av. Antônio Carlos, próximo à região central, mas foi transferida para o bairro Floresta quando as obras de ampliação desta avenida levaram à destruição dos imóveis que a margeavam. A segunda residência foi embargada pelo Ministério Público por questões de infraestrutura e uma nova mudança era prevista, desta vez, para o bairro Bonfim. No entanto, a vizinhança fez um

abaixo-assinado contra a instalação desse equipamento, de modo que a Reviver funcionou em um estreito andar de um prédio na Rua Espírito Santo (Centro), entre os anos 2014 e 2016<sup>121</sup>. No período de realização da pesquisa, o equipamento mudara há menos de 2 meses para um espaço na Av. Amazonas, 5.801, no bairro Gameleira, que fica na região Oeste de Belo Horizonte - uma localização bastante distante da proximidade com a área central da cidade em que esteve anteriormente.

**Figura 15 - Localizações da República Maria Maria e República Reviver**



Estações de Metrô    Área Central de BH

República Maria Maria    República Reviver (desde agosto/2016)

Localizações anteriores da República Reviver: 1994-2004    2004-2014    2014-2016

Fonte: Google My Maps/ Elaboração própria

### 3.2 Vida cotidiana a partir do *pernoite*

A proximidade do Albergue Tia Branca com um leque diverso de serviços e espaços públicos, existentes na região central, faz com que os arranjos de vida estabelecidos a partir do equipamento sejam menos distintos em relação à amplitude e às modalidades de deslocamento das mobilidades cotidianas. A maioria dos acolhidos deste equipamento se desloca a pé e acessa um conjunto mais ou menos comum de locais de suporte à reprodução da vida diária localizados na área central, conformando uma espécie de arranjo de vida *típico* que inclui o Restaurante Popular I e o Centro POP Leste (que é anexo ao Albergue) como espaços de vida preponderantes para a articulação das rotinas diurnas.

<sup>121</sup> Em um local conhecido como Pousadinha Mineira, onde também funcionou um serviço de acolhimento para migrantes no andar de baixo, no período.



O prédio do Abrigo é avizinhado por uma unidade do Sistema Divina Providência, onde há oferta de cursos profissionalizantes para jovens e adultos, sendo que alguns acolhidos recebem gratuidade para aulas de informática, confeitaria e panificação. Nesta instituição, está localizado o Restaurante Nita Chaves, que oferece refeições a preços mais baixos (R\$4,50, na época da pesquisa), mas que, por não integrar a rede municipal de restaurantes populares, não confere gratuidade para pessoas em situação de rua. Deste modo, é pouco acessado pelo público do pernoite, assim como rara sua apropriação enquanto um espaço cotidiano para alimentação diurna.

Usufruir da gratuidade nos refeitórios públicos é um fator que incentiva a mobilidade diária de uma parcela significativa dos acolhidos do Abrigo São Paulo para o Centro, mais comumente, para acessar o Restaurante Popular I (próximo à Rodoviária). No entanto, há aqueles que permanecem o dia todo na região de entorno do equipamento, estabelecendo outras estratégias de alimentação: a compra de pequenos lanches, com recursos advindos de suas atividades laborais, do benefício do Bolsa Família (R\$83 na época da pesquisa) ou do *manguieio* (a prática de aquisição de recursos pelo pedido a outrem); ou simplesmente passam o dia sem almoçar, mantendo-se com as refeições de café-da-manhã e jantar oferecidas pelo Abrigo.

Almoçar? Vou contar procê. Quando eu tô afim de almoçar, eu pago 4 reais ali no Popular. Mas, assim, eu não sou muito afim de pagar 4 conto, não. Ai, eu vou lá e compro uns 2 pão com salame, a gente compra um refrigerante e come. (Trecho de entrevista realizada com ASP 6, 38 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

Caroline: E o almoço?

ASP 1: Ah, o almoço a gente tem a regional que dá um ticket, aí. Eles faz um ticket para 6 meses. Mas, aí, o restaurante é lá no Popular, é lá pro Centro. Tem dois lá. Aí, você não tem dinheiro todo dia para ir pra lá, aí você... Tem uns que vão a pé, daqui até o centro pra almoçar. E tem uns que vão de pulão . Vai de pulão e volta de pulão. Mas eu não vou, não. Eu fico por aí...

Caroline: E quando você não vai pro Centro, você come o quê?

ASP 1: Aí eu peço alguém aqui, na hora do almoço. Porque, aqui, tem o “popular” também, mas só que é particular, não é da Prefeitura [*Restaurante Nita Chaves*]. De vez em quando, eu arrumo um dinheirinho aqui, vou ali e compro. Vou na padaria ali, compro um bolo e vou passando. (Trecho de entrevista realizada com ASP 1, 45 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 19/8/16).

Deslocar-se até o Centro é um agenciamento que envolve diferentes custos, a depender da modalidade de deslocamento empregada: custos *monetários*, sendo predominante o uso do metrô, por ser mais barato; *físicos*, para aqueles que se deslocam a pé; ou *interacionais*, entre os sujeitos que articulam maneiras de utilizar a rede de ônibus sem pagar a tarifa (o chamado

*pulão*). Apesar da expressão, o *pulão* não compreende pular, de fato, a catraca que controla os passageiros pagantes, mas permanecer no espaço anterior a ela (entre a porta do ônibus e a catraca), onde, em geral, ficam os não-pagantes “legítimos” (os idosos que apresentam sua carteira de identidade para uma câmera de segurança do ônibus, como forma de comprovação).

O *pulão* é uma estratégia de deslocamento bastante disseminada entre os acolhidos do Abrigo e, entre os interlocutores de pesquisa, apenas um deles se deslocava diariamente pagando a passagem, sendo que o mesmo tinha uma fonte de renda regular como ambulante na área central. O *pulão* associa-se, portanto, à ausência de recursos para arcar com o deslocamento cotidianos, mas trata-se de uma prática que não se restringe ao universo em situação de rua, sendo vista em várias linhas de ônibus que fazem trajetos entre o Centro e as periferias da cidade. Isso cria uma dinâmica interna ao fenômeno, na qual os participantes evitam os veículos em que muitas pessoas encontram-se no espaço anterior à catraca, pois é algo lido como um indicativo do *pulão* e que torna o ônibus mais visado e suscetível a ser parado por fiscais.

Caroline: Você disse que vai pro Centro de ônibus, né. E você também dá o *pulão*, que nem o pessoal?

ASP 5: Todo santo dia. (...) Eu nunca tinha feito, porque, até então, eu sempre trabalhei, então tinha o cartão de passagem. Mas eu sempre via outras pessoas fazendo, embora eu não fizesse. Mas agora que eu preciso, eu faço.

Caroline: E alguém já te fez passar por algum constrangimento ou os motoristas entendem?

ASP 5: Não, os motoristas até que eles não brigam, não. Mas o dia que tem fiscal...

Caroline: Como que é, eles vem de colete?

ASP 5: De colete preto, escrito "Fiscal" (risos). Ai é aquela coisa, eu tenho um macete: nunca pego um ônibus cheio, toda mão que eu vou descer ou voltando do Centro. Voltando, até que nem tanto, porque é de praxe o ônibus voltar cheio, então eles não param, não. Mas, pra descer [*pro Centro*], não vou em ônibus cheio. Porque, quando tem muita gente na porta da frente, é sinal de que não vai pagar. Então é esse o ônibus que eles vão parar. É sempre assim, é certo! (Trecho de entrevista realizada com ASP 5, 38 anos, acolhida do Abrigo São Paulo, no dia 12/9/16).

Valer-se do *pulão* como modalidade de deslocamento cotidiano envolve algumas estratégias. Primeiro, ele é mais fácil de ser praticado nos veículos que não fazem parte do MOVE, pois o acesso a este sistema envolve o pagamento da passagem anterior à entrada nas estações de integração. Assim, os veículos nos quais o *pulão* é praticado são aqueles que atendem a pontos de ônibus localizados diretamente nas calçadas e isso faz com que, apesar da proximidade, a Estação São Gabriel seja pouco utilizada pelos acolhidos do Abrigo. Além disso, a escolha dos veículos mais vazios e com menores chances de serem parados pela

fiscalização leva alguns agentes a se deslocarem até um ponto de ônibus na Av. Cristiano Machado, a cerca de 2km do Abrigo, pois neste local a oferta de linhas com destino ao Centro é quase ininterrupta.

O praticante do *pulão* submete-se, portanto, ao risco de passar por alguns constrangimentos: o ser expulso dos veículos por fiscais que transitam por diferentes linhas de ônibus em um mesmo dia ou o de ser verbalmente repreendido pelos motoristas e cobradores, que podem negar o pedido de abertura da porta (quando o praticante puxa o sinal para sair) como uma “repreensão” pelo ato “ilegal”, já que eles não tem o poder de expulsar os não-pagantes. Os praticantes menos assíduos podem tentar evitar estes constrangimentos se comunicando com o motorista e justificando as razões que o impedem de pagar a passagem; ao passo que aqueles que realizam o *pulão* de maneira frequente, em geral, se furtam de dar explicações, se valendo das interações tácitas que viabilizam a prática.

Entre os acolhidos, há aqueles que evitam o *pulão* ou o realizam de maneira esporádica pelos constrangimentos envolvidos, algo associado aos arranjos de permanência no entorno do Abrigo ou ao deslocamento diário a pé para o Centro (um trajeto de mais de 7,5km, passível de ser desempenhado em uma hora e quarenta).

ASP 7: Eu já estou na humilhação, você já pensou você sair de um ônibus, você ser jogado pra fora de um ônibus? Mais uma humilhação que a gente tem que aguentar... Então, eu vou a pé, todos os dias. Vou a pé e volto de a pé, praticamente todos os dias.

Caroline: Alguma vez você já passou por esse constrangimento do fiscal te pegar no ônibus?

ASP 7: Não, porque eu evito. Quando eu preciso, assim, procuro chegar e pedir. Como no BHBus, eu já falei "Eu tô sem dinheiro, tô assim, assim, e preciso chegar em tal lugar e tal". É melhor explicar a situação do que passar por certos constrangimentos. (Trecho de entrevista realizada com ASP 7, 57 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

Seja viabilizada por meio do *pulão* ou pelo deslocamento a pé, a pendularidade para o Centro compreende um dos arranjos de vida estabelecidos a partir do Abrigo São Paulo. Os trajetos empregados são relativamente semelhantes, pois, em geral, os caminhantes seguem as mesmas vias utilizadas pelo transporte público para acesso à região central (Av. Cristiano Machado e Rua Jacuí). A diferença é que a pé, os acolhidos evitam o Complexo de Viadutos da Lagoinha, chegando ao Centro pelo bairro Floresta. (Ver, abaixo, Figuras 17 e 18).

As lógicas associadas à construção dos caminhos até o Centro são várias, assim como as experiências associadas à mobilidade cotidiana. Como aponta Cresswell (2010), o deslocamento é uma *prática* do ser humano no mundo e dotada de significados. ASP 8, por exemplo, gosta de variar seus trajetos como forma de aliar a necessidade de deslocamento à

sua busca por oportunidades de emprego; ao passo que ASP 7 aproveita o trajeto para acessar outros locais de suporte ao cotidiano, como o banheiro de um supermercado, onde realiza sua higiene matinal ou passa por uma obra de caridade que oferece um café-da-manhã que elogia. Não só um recurso mobilizado de maneira estratégica, o deslocamento também pode ser apreendido como uma experiência de privacidade ou de contato com a religiosidade, como é para ASP 5, que entende sua caminhada até o ponto de ônibus e o trajeto no veículo como dois momentos diferentes de seu dia, dedicados a pensamentos e intenções diferentes.

*[A caminhada do Abrigo até o ponto de ônibus]* É um percurso que eu uso para conversar com Deus. Aí, normalmente, eu vou até mais devagar do que eu vou hoje. Eu acho importante a gente ter um momento para conversar com Deus. Eu agradeço a Deus pela minha vida, pela oportunidade de aprendizado. Todo dia é uma oportunidade. Às vezes, a gente não tem essa noção, de que cada dia é um novo dia para você aprender, para você reconhecer que você errou, para tentar de novo o que não deu para ser feito ontem. Esse trajeto meu serve pra isso. Porque, na hora que eu chego no ônibus, eu já entro no ônibus pensando “Vou chegar no BH Resolve, se Deus quiser hoje eu vou encontrar uma oportunidade de emprego”. (Anotações de campo. Shadowing com ASP 5, usuária do ASP. Falas retiradas de gravação do trajeto em vídeo, 14/9/16).

As mobilidades orientadas pela busca do emprego tem como destino diário uma agência do SINE – Sistema Nacional de Empregos<sup>122</sup>, no prédio do BH Resolve (estabelecimento da Prefeitura, que congrega diferentes serviços públicos). O SINE é um sistema atualizado de maneira dinâmica, de modo que novas vagas podem ser lançadas a cada dia. Sob esta expectativa, alguns acolhidos vão ao SINE diariamente, sendo o primeiro local que acessam quando chegam à área central. Há sempre filas, o que o configura como um espaço de vida marcado pela espera, ocupando quase todo o tempo matutino. Após o almoço (em geral, no Popular I, próximo à Rodoviária), as rotinas são mais fluidas, dedicadas à entrega de currículos ou atendimento a alguma entrevista.

ASP 8: A gente sai 6h. Ai, eu faço questão de ir de pé para o Centro. Lógico, né, até porque, nessa vida, não tenho mais dinheiro pra ficar andando de ônibus. Também faço questão de ir de pé, pra fazer um esforço físico. Aí, vou direito pro SINE, chego lá, vejo se tem emprego. Aí, a gente almoça de graça, né. Ai, vi o anúncio do jornal e fui lá na Rua Paraíba, lá na Savassi. Ai fiquei lá, duas horas esperando pra fazer a entrevista. E nisso chegou mais 40 candidatos. Sai de lá e voltei para aqui a pé. E hoje a mesma coisa e amanhã a mesma coisa. (Trecho de entrevista realizada com ASP 8, 31 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 23/9/16).

O Centro também é acessado para a regularização de documentos, para o acesso gratuito à internet (concedido pelo tempo de 30 minutos a 1 hora em locais como a Unidade

---

<sup>122</sup> O SINE é um sistema federal de intermediação de mão-de-obra, que cruza informações de trabalhadores desempregados e vagas ofertadas por empregadores, além de oferecer informações sobre seguro-desemprego e cursos de qualificação profissional. O sistema pode ser consultado diretamente pelos trabalhadores (na internet ou aplicativos) ou os mesmos podem procurar uma agência para que o acesso ao sistema seja mediado por um funcionário, que informará as vagas abertas para o perfil profissional do atendido.

de Atendimento Integrado-UAI, o BH Resolve ou o Centro Cultural UFMG) ou para simplesmente descansar no Parque Municipal. Um aspecto curioso sobre as rotinas pendulares para o Centro é que mesmo o descanso é espacializado na área central.

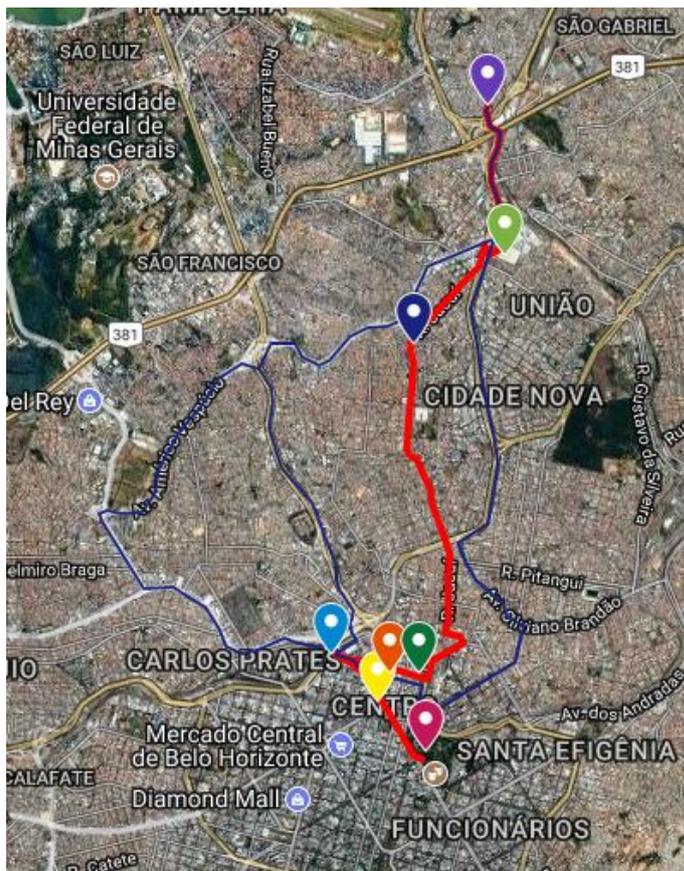
Caroline: E por que você vai pro Centro todo dia?

ASP 7: Principalmente, porque eu estava arrumando esses documentos. Outra coisa, eu vou ficar aqui fazendo o quê? Pelo menos, lá, eu tenho o Restaurante Popular, onde eu posso almoçar e posso fazer as coisas. Ai eu vou procurando... Tem dias que não dá, que você está exausto mesmo. Às vezes, é melhor sentar no Parque Municipal e descansar do que fazer... Porque a cabeça, às vezes, não vai. Então, é preferível você organizar a cabeça e descansar um pouco do que fazer tudo atrapalhado. (...) Se ficar por aqui [*na porta do Abrigo*], você vai encontrar só bebida, droga e essas coisas ai. Então, você ficar aqui é até ruim e ainda você fica visado até na comunidade. (Trecho de entrevista realizada com ASP 7, 57 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

O deslocamento à área central como oposição à permanência na *porta* do Abrigo é uma representação alimentada pela concepção da *porta* como um lugar “vicioso” ou “improdutivo”; ao passo que a pendularidade para o Centro adequa as rotinas aos ritmos predominantes da organização social do trabalho. Deste modo, as mobilidades pendulares conformam um “*coping mechanism*” (Wolch *et al.*, 1993), uma estratégia para lidar com as dificuldades da situação de rua onde os deslocamentos não estão, apenas, na necessidade de acesso a recursos assistenciais, mas sobretudo pelos sentidos atribuídos às práticas de mobilidade (e também gerados e retroalimentados em sua realização). Assim, nestes arranjos, ir diariamente ao Centro é uma expressão saliente do *empreendedorismo de si mesmo* (Silva, 2002 *apud* Santos, 2016; *apud* Georges, 2015), onde a própria mobilidade cotidiana é vista como um investimento na busca por “saídas” da situação de rua.

Não posso ficar parada, porque se eu ficar aqui sentada, emprego não vai vir aqui me chamar. Então, eu fico agoniada se eu não desço pro Centro. Sério, eu fico... Eu preciso descer. Eu sei que eu tô indo de encontro de alguma coisa que, se Deus quiser, vai abrir uma porta pra mim. E é essa porta que vai me tirar daqui. Ficar sentada aqui, pra mim, não dá não! De jeito nenhum! A não ser de final-de-semana, porque não tem como. (Trecho de entrevista realizada com ASP 5, 38 anos, acolhida do Abrigo São Paulo, no dia 12/9/16).

Eu gosto de mudar os caminhos. Eu volto por vários caminhos, porque eu conheço BH inteira (*risos*), porque eu trabalhava com energia elétrica [*como motorista de uma equipe de manutenção*]. (...) Tudo isso olhando se eu não vejo anúncio de emprego, mas não vejo tanta coisa. (...) Eu só caminho atrás de emprego. Não saio caminhando à toa, assim, tipo, vou rodear a Lagoa da Pampulha. Isso eu não vou fazer. (Trecho de entrevista realizada com ASP 8, 31 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 23/9/16).



**Figura 17 - Trajetos a pé para o Centro (ASP 7 e ASP 8)**

-  Abrigo São Paulo
-  Banheiro do supermercado
-  Café-da-manhã na igreja
-  Centro Cultural UFMG
-  BH Resolve (SINE)
-  UAI
-  Restaurante Popular I
-  Parque Municipal
-  Trajeto usual de ASP 7
-  Trajetos possíveis de ASP 8

Fonte: Google My Maps/  
Elaboração própria

**Figura 18 - Trajeto de ônibus para o Centro (ASP 5)**

-  Abrigo São Paulo
-  Restaurante Popular I
-  BH Resolve (SINE)
-  Pontos de ônibus
-  Câmara Municipal
-  Salão-escola de beleza

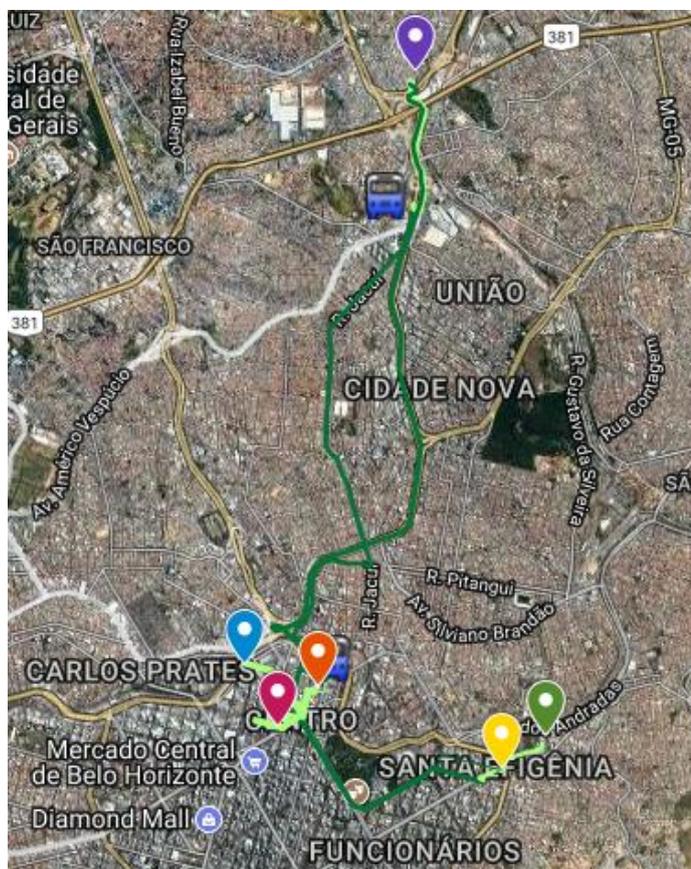
Deslocamentos de ônibus de ASP 5



Deslocamentos a pé de ASP 5



Fonte: Google My Maps/  
Elaboração própria



Entre os arranjos de vida que não se direcionam para a região central, encontram-se aqueles estabelecidos em torno da *coleta de materiais recicláveis*. A espacialidade do Abrigo São Paulo é favorável para esta atividade, pois seu entorno conta depósitos que emprestam os veículos utilizados na coleta (os *carrinhos*) para os acolhidos e asseguravam a compra dos materiais coletados. Para alguns, o arranjo de vida estabelecido em torno da reciclagem figura como uma alternativa ao deslocamento diário para o Centro para acesso aos Restaurantes Populares, sendo preferível enquanto estratégia de manutenção individual.

Caroline: Então, você nem vai lá pro Popular, pro Centro POP?

ASP 6: Ah, aquele lugar é ruim pra caramba, sô! O que que é: eu tô aqui, cê vê, tem que pegar ônibus. Você vai pegar ônibus ali, tem que perder o da passagem. Ou cê vai no *pulão*, arriscado fiscal pegar ocê e quebrar ocê lá no tombo. Vou caçar o quê, no Centro?

Caroline: Então, cê nem costuma dar pulão?

ASP 6: Parei com isso. Falar procê, quando eu cheguei aqui no Abrigo, todo dia eu fazia isso. Todo dia, eu pegava, de manhã cedo, eu ia pro Centro. Ai almoçava, ficava no Centro um tempinho, pá. Por volta de duas horas da tarde, uma hora, voltava pra cá. Mas depois eu comecei a trabalhar no carrinho, falei "hum-hum, parei com isso". Ai, o que eu faço: se eu quiser almoçar, vou lá almoçar [*Restaurante Nita Chaves*]. Se não quiser, vou ali tomar uma cervejinha, tomo uma cachacinha, vou lá e compro um tira-gosto. Rango e fico de boa, até esperar chegar a hora da janta. (Trecho de entrevista realizada com ASP 6, 38 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

O trabalho com a reciclagem é principalmente desempenhado pelos homens, sendo que, na época do trabalho de campo, apenas uma das mulheres acolhidas foi observada nesta atividade. O engajamento com reciclagem conforma rotinas com ritmos bastante regulares: ao deixar o pernoite, os acolhidos se dirigem aos depósitos de reciclagem e esperam em torno de uma hora até sua abertura; a coleta é uma atividade que preenche toda a manhã, sendo concluída até as 13h; quando os coletores retornam aos depósitos para a pesagem dos materiais; e, após, costumam ficar no entorno do Abrigo, esperando pela abertura do portão e início do ciclo do pernoite.

Meu dia aqui é normal: cê levanta aqui 5h e pouco, vou lá pro depósito, pego meu carrinho por volta de 6h30, 6h40. Ai vou pra direção, porque eu já conheço minha rota, pegar minha sucata. Ai salvo meu dia, meu e do meu parceiro. Volta, aí nós vamos tomar uma cervejinha, comer alguma coisa. Fica até de tarde. Depois, dormir e trabalhar. (Trecho de entrevista realizada com ASP 6, 38 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

A temporalidade é uma dimensão muito significativa, uma vez que o trabalho se produz na articulação entre os ritmos do corpo e os ritmos da cidade. Concentra-se pela manhã, pois é quando as sacolas de lixo são colocadas em frente às residências, sendo necessário antecipar-se aos caminhões de lixo do serviço de limpeza urbana. Os trajetos dos

catadores acompanham a logística de funcionamento destes veículos, direcionando-se para os espaços a serem atendidos pela coleta pública no dia de referência.

As mobilidades associadas à reciclagem encontram-se, assim, orientadas para os bairros ao norte de Belo Horizonte, onde é possível chegar a pé empurrando os carrinhos, a partir da região do Abrigo. E as rotas de cada dia são variadas, assim como sua amplitude. No dia que acompanhei ASP 4, seu trajeto foi em direção ao bairro Aarão Reis e compreendeu 7,5km (Figura 19), percorridos em uma velocidade que, a mim, parecia acelerada, embora compreendesse ao ritmo-padrão para que aquela jornada de trabalho fosse produtiva.

**Figura 19 - Mobilidade associada à reciclagem, a partir do Abrigo São Paulo (ASP 4)**



**Figura 14 – Passagem com o carrinho pela passarela de pedestres\***



**Figura 15 – Volume do carrinho na metade da coleta\***



\*Arquivo pessoal.

O engajamento com a catação conforma uma significativa estabilidade para a vida cotidiana na experiência com o acolhimento em pernoite. Em parte, isso é endossado pelas relações estabelecidas com os depósitos, que emprestam os carrinhos para os agentes comprometidos com o trabalho diário, sendo que cada trabalhador utiliza sempre o mesmo veículo. A amplitude do trajeto e o tempo empreendido no trabalho são, no entanto, aspectos deliberados por cada catador.

A catação é fisicamente extenuante e, nos arranjos de vida que ela estrutura, raramente é associada com outros deslocamentos pela cidade. Por isso, alguns acolhidos preferem não se engajar com esta atividade, caso estejam em busca de outras oportunidades - como expressa ASP 8, que buscava reinserção no mercado de trabalho como motorista: “*Se eu for reciclar, aí eu não vou ficar entregando currículo, não vou conseguir voltar a minha velha profissão*”<sup>123</sup>. Em geral, o fim do ciclo matutino da catação é seguido pela permanência dos agentes no entorno do Abrigo, como um momento de lazer, descanso ou espera pelo início do acolhimento.

Para ASP 4 e ASP 6, a reciclagem oferecia-lhes um arranjo de vida provisório, valorizada por ocupar seu tempo diurno e lhe oferecer recursos de manutenção individual, com menor necessidade de recorrerem aos circuitos assistenciais. O primeiro deles é um jovem de 19 anos que, apesar de ter desempenhado uma trajetória *andarilha*<sup>124</sup> por quase dois anos, sua passagem pelo Abrigo São Paulo compreendia a primeira vez no serviço de albergamento. Chegara em Belo Horizonte após uma temporada em uma clínica para dependentes químicos, que compreendera uma inflexão em sua trajetória. No Abrigo, a catação dava-lhe o sentido moral do trabalho e uma forma de ocupar o tempo a fim de pensar seus próximos passos.

Caroline: Então abrigo é a primeira vez., mas você já tinha andado com o pessoal em situação de rua?

ASP 4: Carol, vou te falar a verdade, toda vez que andei no mundo, aí, eu sempre andava na minha. Se eu tivesse alguma coisa pra comer, eu comia e metia o pé. Nunca fui de se envolver.

Caroline: Mas doação de comida, essas coisas que tem pra morador de rua você não usava?

ASP 4: Não usava, não. Nem aqui eu uso Bolsa Família, que eles fala; Restaurante Popular, eu não uso, não. Eu gosto de ficar mais na minha, trabalhar, fazer meu corre. Não gosto de ficar muito misturado com certas pessoas, não. (Trecho de entrevista realizada com ASP 4, 19 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 26/8/16).

---

<sup>123</sup> (Trecho de entrevista realizada com ASP 8, 31 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 23/9/16).

<sup>124</sup> Marcada pelo deslocamento a pé por vários estados brasileiros.

ASP 6 chegara no Abrigo São Paulo após um trajeto em que veio “pingando” de cidade em cidade, em uma mobilidade intermediada pela doação de passagens assistenciais. O engajamento com a reciclagem alterara suas mobilidades internas em Belo Horizonte, pois, no início, mantinha um arranjo de deslocamento diário ao Centro. Em seu período inicial no Abrigo, o acolhido também recebia advertências frequentes por entrar alcoolizado na instituição. Assim, o engajamento com a reciclagem acomodou sua rotina de maneira mais estável ao pernoite, pois mesmo que mantivesse o consumo de bebidas alcólicas, o mesmo era disciplinado pela estruturação de seu tempo em torno dos ritmos do trabalho.

Os primeiros dias foram complicado, porque eu vou falar pra você, eu bebo cachaça. De vez em quando, dava uma vacilada aqui, neguim puxava minha orelha daqui, puxava dali. Falei "vou melhorar". Ai, depois, eu comecei a trabalhar no carrinho, com o menino ali. E agora eu tô tranquilo! Agora eu acostumei ai. (Trecho de entrevista realizada com ASP 6, 38 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

A permanência diária, na região de entorno do Abrigo São Paulo, por sua vez, compreende a exposição permanente dos sujeitos aos espaços públicos, dada a inexistência de outros locais para empreendimento do cotidiano no entorno do equipamento - com exceção de dois dias da semana, quando o Abrigo abre seu espaço para uso dos acolhidos à tarde, oferecendo uma Oficina de Oração e uma atividade de pintura e artesanato conduzida por uma artista voluntária.

Entre os arranjos de permanência no entorno do Abrigo, encontram-se aqueles marcados pelo consumo do álcool, como a “*Esquininha*” - um espaço que se estabelece na rua do Abrigo<sup>125</sup>, ou na Praça 1º de Maio (a qual atualmente compreende mais uma rotatória de acesso entre a Av. Cristiano Machado e o Anel Rodoviário). Este era um dos espaços de vida frequentados por RR 1, que atualmente é morador da República Reviver, mas que passou por um período anterior acolhido no Abrigo São Paulo: “*Quando eu tava no Abrigo São Paulo, eu saia bebendo muito. Eu bebia muito. Tinha uma pracinha, que chamava 1º de Maio. Eu não tinha nada pra fazer, se deixasse... eu bebia demais*”<sup>126</sup>. Alguns acolhidos buscam, no entanto, um distanciamento destes espaços, por já terem passado por trajetórias anteriores de alcoolismo ou por se tratarem de espaços suscetíveis a abordagens policiais.

De vez em quando, eu ando aquela pracinha ali na frente [*Praça 1º de Maio*]. Mas eu sai de lá, porque as polícia tão rodando muito ali, que até abordada eu já fui, sem ter culpa nenhuma. Passei a maior vergonha, nossa senhora! Nunca imaginei, um dia, ser abordada pela polícia... revistando minhas coisas tudo! Pra ver se eu não tô guardando droga, eu nem mexo com isso! Aí eu sai de lá, não tô indo lá, assim, mais

---

<sup>125</sup> Como já apresentado, anteriormente, na seção 2.1.3 Dinâmicas da porta do ASP.

<sup>126</sup> Trecho de entrevista realizada com RR 1, morador da República Reviver, em 09/11/16.

não. (Trecho de entrevista realizada com ASP 2, 24 anos, acolhida do Abrigo São Paulo, em 26/8/16).

O trecho acima é de uma acolhida que passa dias inteiros sentada em uma das calçadas da rua. ASP 2 veio do norte Minas Gerais em direção a outro estado do Sudeste, onde familiares lhe ajudariam a encontrar um emprego e estabelecer a vida nesta outra cidade. Deslocou-se de carona, até Belo Horizonte, onde procurou o Plantão Social da Rodoviária para obter subsídio de passagem a fim de completar a jornada. No entanto, a passagem pelo Abrigo, necessária para espera da emissão do bilhete, alterou sua rota, pois o engajamento em um relacionamento afetivo motivou sua permanência na cidade.

As mobilidades femininas têm sido estudadas a partir das regulações legais, morais e culturais que, em diferentes sociedades, conformam possibilidades, motivações e convenções diferenciais em relação ao deslocamento de homens e mulheres, como apontam Souza e Oliveira (2016). Jirón (2010a) também sinaliza como as responsabilidades de cuidado com família e dos filhos conforma práticas de mobilidade de confinamento no espaço doméstico ou que são articuladas de maneira a atender as demandas de mobilidade de outros membros da família. No contexto do pernoite do Abrigo São Paulo (o único desta modalidade que acolhe o público feminino), o dia-a-dia de ASP 2 incluía longos períodos na *porta* do equipamento, pois sua circulação pela cidade estava quase sempre associada às dinâmicas de seu relacionamento.

Caroline: E o que você faz depois que você acorda?

ASP 2: Eu acordo e vou tomar um café. Aí eu tenho que sair aqui pra fora. Quando meu namorado vai trabalhar, eu tenho que ficar aqui o dia inteiro esperando ele. Hoje, mesmo, ele foi, me chamou 5h da manhã pra poder deixar a mochila pra eu guardar, né, e foi trabalhar mais o colega dele. Eu tô aqui desde cedo [*na região da porta do Abrigo*]. Aí tem hora que eu vou na casa de umas meninas que saíram daqui e alugaram um barraco na rua da UPA, tem hora que vou lá um pouquinho, na casa delas passear. Tem hora que as meninas [*outras acolhidas*] chegam, que eu fico aqui com elas... Eu não fico sozinha, não.

Caroline: Tem sempre alguém pra conversar...

ASP 2: Tem sempre alguém pra conversar. Hoje, acabou que eu fiquei sozinha, porque tem mais é homem, aqui, hoje. Tem hora que tem mais é homem do que mulher. Muito homem, homem demais! (Trecho de entrevista realizada com ASP 2, 24 anos, acolhida do Abrigo São Paulo, em 26/8/16).

Diferente de outros casais acolhidos, que estabeleciam mobilidades diárias pelos espaços assistenciais de suporte diurno, ASP 2 e seu companheiro compartilhavam um arranjo de vida no qual a circulação deste era mais frequente e motivada pelas próprias expectativas depositadas em sua posição de *provedor* (cujos investimentos em busca de um emprego possibilitaria, aos dois, o aluguel de uma casa); ao passo que ela o esperava o dia todo na região *porta*, onde permanecia passível de ser localizada no momento de retorno do

companheiro. Seus deslocamentos ultrapassavam o entorno do Abrigo quando estava em companhia do parceiro, com idas esporádicas ao Restaurante Popular I ou para acompanhá-lo ao SINE (onde são divulgadas vagas de emprego e que será abordado adiante no texto), e regularmente aos domingos, para acesso a espaços de lazer e de doação de comida na área central.

Sendo um ambiente majoritariamente frequentado por homens, a *porta* do Abrigo é um espaço onde as acolhidas encontram-se suscetíveis ao assédio masculino, de modo que a maioria evitava permanecer ali durante o dia. Além de ASP 2, apenas outra mulher costumava passar o dia todo na região da *porta*, uma acolhida que aparentava demandas de saúde mental e permanecia sentada durante horas em um mesmo ponto da calçada (por vezes, repetindo uma mesma narrativa sobre os conflitos familiares que teriam ocasionado sua entrada na situação de rua). Embora ela desempenhasse uma interação muito restrita neste universo de atores, um grupo de acolhidas preocupava-se com sua vulnerabilidade perante o contingente de homens, chegando mesmo a espalhar o boato de que ela soropositiva para o vírus HIV como uma espécie de estratégia protetiva. Desta maneira, as relações de gênero estabelecidas na *porta* participam da produção de uma dinâmica onde há maior impulso para a mobilidade das mulheres acolhidas no pernoite e que permite considerar que a apropriação de ASP 2 deste local, como um espaço de vida, era favorecida pela sua posição enquanto companheira de outro acolhido (uma proteção ante interações e investidas indesejadas).

Cabe, ainda, mencionar outro espaço de vida relevante no entorno do Abrigo São Paulo, utilizado tanto como uma estratégia de descanso e privacidade, bem como um ponto de suporte às atividades de manutenção individual. Trata-se do Parque Guilherme Lage, uma ampla área verde situada há 2km do Abrigo, após a Estação São Gabriel e uma pista do Anel Rodoviário. ASP 1 era um dos frequentadores assíduos deste local, onde passava todas as manhãs, onde podia ficar sozinho, descansar e lavar roupas. Além destas atividades, sua encontrava-se ancorada substancialmente nas ritmicidades do Abrigo, pois, se o Parque era seu espaço de vida durante a manhã, a partir das 13h se dirigia para a *porta* do Abrigo, já posicionando sua mochila na fila de modo a garantir que não esperaria muito tempo do lado de fora após a abertura do portão.

Este arranjo de vida era empreendido, por ASP 1, em caráter temporário, pois permanecera em Belo Horizonte apenas pelo período de um mês. Este acolhido vem desempenhando uma trajetória *trecheira* há quase 27 anos, desde que deixou o circuito institucional que lhe acolhera na infância ao completar a maioridade. Nunca teve referências

familiares e sua vivência domiciliar é associada à oportunidades de trabalho atreladas à oferta de moradia (como no trabalho rural ou na construção civil). ASP 1 viveu em diferentes estados brasileiros e, não encontrando trabalho em Belo Horizonte, permaneceu na cidade pelo tempo necessário para tirar nova documentação civil - que perdera recentemente em um acidente de bicicleta, quando se locomovia entre os estados de Rondônia e Mato Grosso.

Apesar da provisoriedade com que estabeleceu sua rotina no Abrigo São Paulo, seu cotidiano contribui para a compreensão do bojo de possibilidades de estruturação da vida diária a partir deste equipamento. Outros acolhidos também utilizam o Parque Guilherme Lage para a higiene das roupas, mas com uma frequência mais semanal. Esta atividade também é realizada no interior do Abrigo, mas por meios não institucionalizados, onde especialmente as mulheres lavam as peças de tecidos mais leves no banho e as estendem na cabeceira das camas para que sequem durante a noite. Essa prática é proibida nas normas do equipamento, mas sua difusão indica que talvez seja tolerada ante a ausência de alternativas.

Os Centros POP, embora figurem como política central no atendimento diurno, são pouco citados nas narrativas dos interlocutores do Abrigo São Paulo, sendo evitados pelo dispêndio de tempo e pelo deslocamento que seu acesso requer, sendo que alguns acolhidos nem os conhecem. Outros preferem, ainda, acessar o Centro POP de Contagem (cidade da região metropolitana, há quase 22km do Abrigo), por considerarem os equipamentos de Belo Horizonte muito cheios.

ASP 7: Agora, o pior de tudo pra nós, que estamos nisso, é você sair de manhã, não ter onde deixar as suas coisas e ter que sair e tal. Aqui você não pode lavar roupa, você não pode fazer nada aí dentro. Então, quer dizer, você não tem dinheiro pra lavar roupa, onde é que você vai lavar essas roupas? Você vai pro centro de apoio, como chama?

Caroline: Centro POP?

ASP 7: Centro POP. Lá é muita gente, não tem como você fazer as coisas. Existem os meios alternativos, mas não é bom abusar.

Caroline: Como assim?

ASP 7: Teve dias de eu lavar no pessoal da Congregação Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Algumas vezes, eu lavei as roupas lá. Às vezes, procura até o parque que tem aqui atrás pra lavar as roupas, como alternativa. Você tem que sair, pra você ficar limpo, você tem que procurar fazer alguma coisa. Então, o pior de tudo, é sair com isso daqui [*a bolsa lateral que carrega*]. (Trecho de entrevista realizada com ASP 7, 57 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

Para os acolhidos no Abrigo São Paulo, há poucas alternativas para a necessidade de acomodação dos pertences. Apenas alguns acolhidos relataram terem conseguido permissão para manter bagagens mais volumosas no equipamento, de modo que, em geral, empreendem suas mobilidades cotidianas carregando suas bolsas ou mochilas. Com frequência, as

mochilas contêm todos os pertences pessoais de que dispõem os acolhidos e, por isso, são metaforizadas como *casa* - algo que Robaína (2015) também aponta entre seus interlocutores, no Rio de Janeiro.

A dimensão dos pertences é bastante sensível na *situação de rua*, pela vulnerabilidade colocada pela exposição permanente nos espaços públicos e as demandas práticas implicadas em possuir coisas: ter onde deixa-las, o peso de carrega-las, encontrar quem possa vigiá-las em sua ausência. Figura, mesmo, como uma dimensão criadora de disposições associadas ao cotidiano do *pernoite*, como expressa ASP 7 sobre o movimento habitual realizado na saída do pernoite “*pega sua casa, põe nas costas e tem que sair*”. E também como um elemento simbólico de identificação da *situação de rua*, como salienta RR 3, que preferiu empreender a menor acumulação possível em seu cotidiano: “*Abandonei, não carrego mais mochila. Por dois motivos: mochila é a marca do morador de rua. Olhou um cara com mochila, é morador de rua. Não tô brincando. E, segundo, minha coluna não permite, não*”<sup>127</sup>.

### 3.2.2 Arranjos cotidianos a partir do Albergue Tia Branca

A proximidade do Albergue Tia Branca com um leque diverso de serviços e espaços públicos existentes na região central faz com que os arranjos de vida estabelecidos a partir do equipamento sejam menos distintos em relação à amplitude e modalidades das mobilidades cotidianas. A maioria dos acolhidos do pernoite se desloca a pé e acessa um conjunto mais ou menos comum de locais de suporte à reprodução da vida diária especializados no Centro, embora algumas rotinas também incluam espaços de vida em bairros adjacentes.

Um primeiro ponto é que a vivência da região da *porta* do Albergue Tia Branca é bastante contrastante em relação aos arranjos de permanência estabelecidos no entorno do Abrigo São Paulo, pois o fato do Albergue e do Centro POP Leste ocuparem um mesmo prédio permite a complementariedade entre o suporte assistencial noturno com o diurno. Por isso, a permanência no entorno do Albergue Tia Branca não é consequência dos custos relacionados ao deslocamento para consecução das atividades cotidianas, mas, em oposição, pela possibilidade de realiza-las em uma espacialidade muito próxima, onde os dois equipamentos e a região da *porta* conformam um mesmo espaço de vida.

A complementariedade dos dois serviços acontece a partir de uma articulação de seus ritmos de funcionamento. As 7h da manhã, o acolhimento do Albergue se encerra e muitos

---

<sup>127</sup> (Trecho de entrevista realizada com RR 3, morador da República Reviver (e anteriormente acolhido do Albergue Tia Branca) em 09/11/16).

usuários andam poucos metros para já se posicionarem ante o portão do Centro POP, esperando sua abertura às 8h. Em geral, estes usuários desejam acessar o guarda-volumes do serviço, o que possibilita que seus deslocamentos cotidianos sejam aliviados do peso de carregar certos pertences. Os acolhidos podem dispor deste serviço até as 16h30, horário limite para retirada das bolsas. Em geral, a retirada dos pertences significa o fim da jornada diurna pela cidade, de modo que a maioria permanece na *porta*, à espera pela entrada no pernoite. Os ritmos de funcionamento do Centro POP alimentam, portanto, a concentração de pessoas na fila, no horário próximo ao início do acolhimento; ao passo que aqueles que preferem entrar no Albergue mais tarde, dispensam o uso diário do guarda-volumes.

O Centro POP também é utilizado como espaço de convivência, de descanso ou simplesmente por oferecer um refúgio do sol, já que o lado de fora do Albergue recebe pouca sombra durante o dia. Pode ser compreendido como um espaço que ameniza a exposição diurna nos espaços públicos, sendo sempre possível transitar entre o equipamento e a região da *porta*.

O Centro POP também compreende um espaço de vida associado às necessidades de higiene, oferecendo sanitários, tanques de lavar roupa e chuveiros. A forma como os acolhidos se organizam em relação a estas atividades faz com que o Centro POP seja, principalmente, acessado durante a tarde, pois alguns antecipam, ali, o banho que poderiam tomar no pernoite, como uma estratégia para evitar as filas para os banheiros que se formam no interior do Albergue.

Esta configuração, que concentra as possibilidades de consecução do cotidiano em uma mesma espacialidade, é criticada por alguns representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), por considera-la um mecanismo de confinamento espacial da população acolhida (“*A gente custou tanto para conquistar o direito à cidade e agora eles querem coloca a gente para olhar só um mesmo muro?*”, expressou um de seus representantes) <sup>128</sup>.

No entanto, a localização do Albergue, interna à área central, facilita o trânsito entre o equipamento e vários espaços públicos e órgãos com serviços gratuitos, imediatamente acessíveis a pé após a passagem pelo Viaduto Santa Tereza e a Av. dos Andradas (via que separa o bairro Floresta, onde está o Abrigo, do Centro). Assim, mesmo que o Centro POP seja tomado como um espaço de vida predominante durante o período diurno é pouco provável que os acolhidos permaneçam na *porta* do Albergue durante todo o dia.

---

<sup>128</sup> Anotações de Campo, 207ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, 19/10/16.

Entre os interlocutores de pesquisa, ATB 5 era o que apresentava o arranjo de vida mais concentrado na região da *porta* do Albergue. Todos os dias, logo ao sair do pernoite, o atendido posicionava-se com um banquinho na posição inicial da fila do acolhimento, que só começaria a se adensar muitas horas depois. Sua chegada ao acolhimento institucional foi consequência de uma medida protetiva por violência doméstica, estando ele monitorado por tornozeleira eletrônica a fim de impedir seu retorno ao bairro onde morara com a família. O casal retomara as relações e o retorno de ATB 5 para casa era algo planejado por ambos. Assim, nos meses em que estava acolhido, sua rotina apresentava grande fixação na região da *porta* do Albergue, onde ele aproveitava para realizar a venda de cigarros. No entanto, a circulação pelo Centro era empreendida ao menos uma vez ao dia, como uma espécie de ritual diário.

Todo dia é ir no Centro, olhar alguma coisa, pra não ficar só aqui nessa porta, que é muita coisa, tem um baixo-astral aqui danado! Eu saio daqui todo dia, dou uma andada, vou no Restaurante Popular, almoço. Desço por lá, passo na Afonso Pena e vem. (...) Vou caçando alguma coisa pra fazer pra ir passando o dia. (Trecho de entrevista realizada com ATB 5, 42 anos, acolhido do Albergue Tia Branca, em 19/10/16).

Também tinha um arranjo concentrado na *porta* ATB 4, que estava acolhido na vaga de *migrante*. Esta classificação lhe dava acesso ao almoço no interior do próprio Albergue, todos os dias (inclusive aos finais-de-semana), entre 12h e 13h, de modo que, em geral, passava as tardes no Centro POP. As manhãs eram reservadas para a circulação pela cidade, sendo o SINE e o Parque Municipal como espaços referenciais para a articulação de seus trajetos. ATB 4 apresentava uma trajetória de mobilidade associada a oportunidades de trabalho (principalmente na zona rural, em períodos de safra), de modo que associava as redes assistenciais à situação de rua como suporte para os deslocamentos. Não tendo encontrado trabalho em Belo Horizonte, o tempo ocioso se apresentava como um problema em seu cotidiano. No arranjo que estabelecera a partir do Albergue, suas estratégias de organização (e ocupação) do tempo diário compreendiam *caminhar* pela área central pela manhã e *esperar* no Centro POP à tarde.

Caroline: E como cê organizou seus dias aqui? O que você fazia todo dia?

ATB 4: Tomava meu café, ia pro Parque [*Municipal*], andar um pouco. Ia procurar serviço no SINE, não achava. Acabava andando ai pela rua.

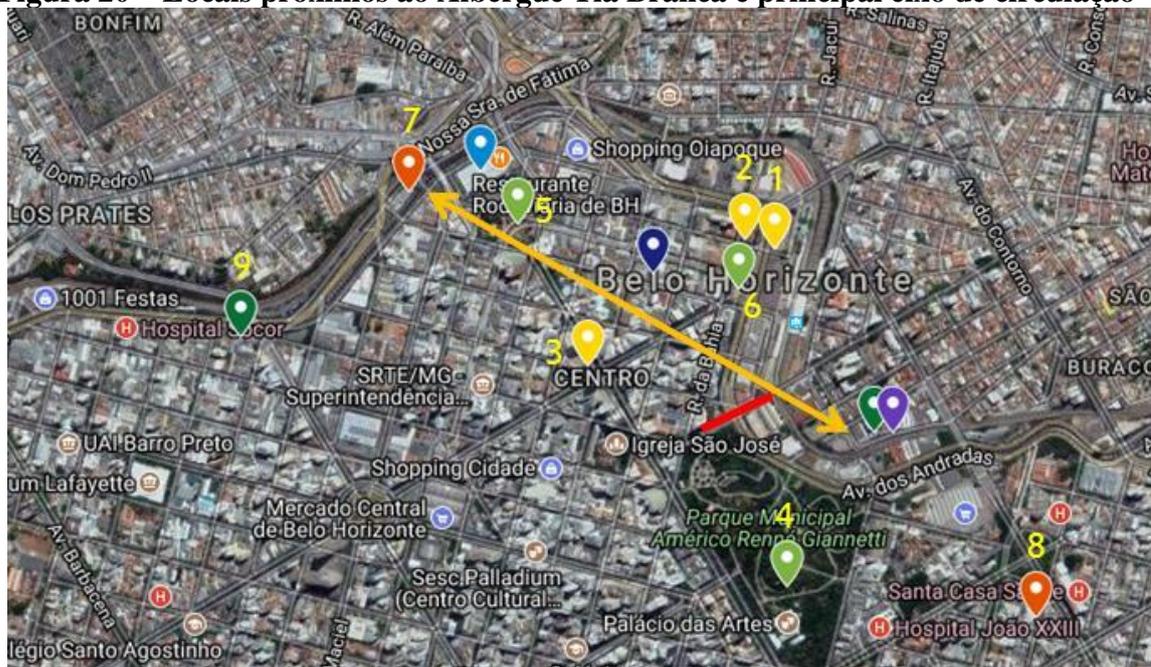
Caroline: E o período da tarde, você faz o quê, geralmente?

ATB 4: Praticamente, nada, né. Andar, só. Ficar quieto aqui esperando. Às vezes, vou jogar um dominó, vou jogar um baralho. Não tenho outra coisa pra fazer! Ai é o que a gente faz. Mas, pra mim, não é bom, não. Na vida do homem, ele tem que trabalhar. Se não, não progride, não. (Trecho de entrevista realizada com ATB 4, 40 anos, acolhido do Albergue Tia Branca, em 19/10/16).

No cotidiano dos acolhidos como *população em situação de rua*, o deslocamento para almoço é, em contraposição aos *migrantes*, um imperativo. Assim, a espacialidade do Restaurante Popular I (o mais acessado) conforma o principal eixo de circulação dos pelo Centro da cidade. No trajeto até o Popular I, encontram-se vários locais passíveis de serem articulados enquanto espaços de vida, compreendendo principalmente praças e locais para acesso gratuito de internet (Figura 20, abaixo). Deste modo, as rotinas podem ser diversificadas com o acesso a tais espaços, nos intervalos dos ritmos estruturantes do horário de almoço e de acesso ao pernoite.

O dia que eu não tô trabalhando, eu fico no Parque Municipal, na Praça da Estação ou venho pra cá, fico no Centro POP. Nós temos horário de almoçar, mas se não bater, paga um lanche ou outro. Volta de novo e bora. De marcar na fila, você é fiel. (Trecho de entrevista realizada com ATB 1, 42 anos, acolhido do Albergue Tia Branca, em 13/10/16).

**Figura 20 – Locais próximos ao Albergue Tia Branca e principal eixo de circulação<sup>129</sup>**



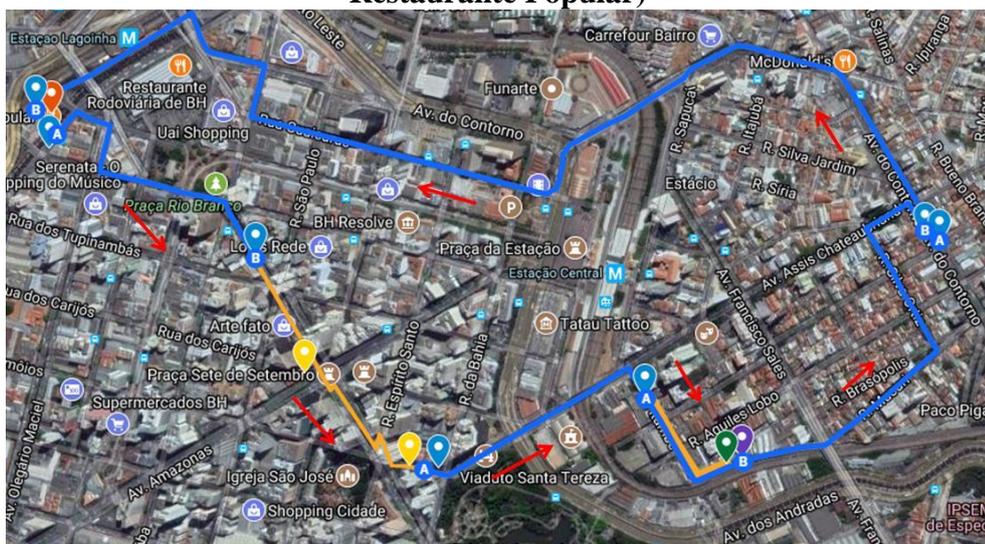
Fonte: Google My Maps/Elaboração própria

- ↔ Eixo de circulação Albergue – Restaurante Popular I
- Viaduto Sta. Tereza
- 📍 Albergue Tia Branca
- 📍 Centros POP
- 📍 Restaurantes Populares
- 📍 Espaços Públicos
- 📍 Rodoviária
- 📍 BH Resolve (SINE)
- 📍 Acesso gratuito a computadores e internet

<sup>129</sup> Pontos numerados: 1 – Centro de Referência da Juventude (CRJ); 2 – Centro Cultural da UFMG; 3 – Unidade de Atendimento Integrado (UAI), serviços de documentação civil e internet, localizado na Praça Sete; 4 – Parque Municipal; 5 – Praça Rio Branca (Praça da Rodoviária); 6 – Praça da Estação; 7 – Restaurante Popular I (próximo à Rodoviária); 8 – Restaurante Popular II (área hospitalar); 9 – Centro POP da Av. do Contorno.

A importância da triangulação assistencial como arranjo estruturante das rotinas pode ser vista no cotidiano de um dos acolhidos que dispunha de capacidades mais reduzidas de deslocamento pela cidade. ATB 2 (61 anos) estava há quase 2 anos acessando o Albergue e sua rotina era principalmente articulada em torno do Restaurante Popular I e o Centro POP Leste (adjacente ao ATB). As dificuldades de locomoção faziam com que seu deslocamento fosse principalmente realizado de ônibus, sendo-lhe possível caminhar apenas por trechos curtos: “*Eu ando muito mais de ônibus do que a pé, porque eu não aguento andar muito a pé. Ando a pé, assim, quando eu vou ‘daqui até lá’...*”. Suas manhãs ocupavam-se com a espera pela abertura do Centro POP, onde toma café e deixa uma bolsa, e o deslocamento até o Popular I, fazendo baldeação por duas linhas de ônibus. ATB 2 chega cedo no refeitório mesmo que tenha acesso à fila de idosos, onde um funcionário lhe ajuda a servir a comida. Permanece no Popular I por mais de duas horas, onde sempre encontra algum conhecido. As sociabilidades são importantes para ele, que pega um ônibus até a Praça Sete, onde geralmente circula a pé por um trajeto de menos de 1km de extensão; mas que é frequentado por conhecidos e trabalhadores do Centro com os quais interage. A volta para o Centro POP acontece no meio da tarde, quando pega um ônibus que lhe permite atravessar o Viaduto Santa Tereza e, a depender de seu grau de proximidade com o condutor, lhe deixa na porta do Albergue.

**Figura 21 – Mobilidade cotidiana de ATB 2 (triangulação Albergue – Centro POP – Restaurante Popular)**



- Deslocamentos de ônibus
- Deslocamentos a pé
- Sentido do deslocamento
- 📍 Albergue Tia Branca
- 📍 Centro POP Leste
- 📍 Restaurante Popular I
- 📍 Pontos de ônibus
- 📍 Pontos de sociabilidade

Fonte: Google My Maps/Elaboração própria

As mobilidades de ATB 2 são empreendidas em espaços que a maioria dos outros usuários acessa a pé. No entanto, sua rotina evidencia a centralidade da triangulação *Albergue – Centro POP Leste – Restaurante Popular I*, que pode ser compreendida como um *arranjo de vida típico* entre os acolhidos do Tia Branca, embora o dia-a-dia possa ser diversificado por mobilidades e estratégias de ocupação do tempo localizadas na área central. A lógica assistencial prevista para o suporte ao cotidiano em situação de rua é, portanto, mais efetiva entre os acolhidos deste equipamento.

Por viverem o Centro de maneira mais intensa, o contato com os interlocutores do Albergue Tia Branca (ou que passaram pelo equipamento) evidencia a área central como “um grande espaço de vida”, onde a menção ao *Centro* enquanto referencial espacial é, às vezes, meio imprecisa, mas que talvez indique a maior abertura que esta região oferece para usos e apropriações em situação de rua. Para além dos espaços de ancoramento das atividades cotidianas mais básicas, o Centro também é apontado como região de lazer ou atravessado por sociabilidades em situação de rua que demarcam territórios específicos.

Caroline: E como era seu dia-a-dia, antes de começar a trabalhar [*de carteira assinada*]?

ATB 3: Nó, ai que eu zuava mais ainda com os meninos! Ai que eu ficava no Centro o dia inteiro! A única coisa que eu não faço, só não bebo e não uso droga, nunca usei! Só zuando com os meninos aí. Ficava pra cima, jogando bola no Parque Municipal, dando comida pros peixe, saindo andando no Centro, mexendo nas *lan house* lá da UFMG [*Centro Cultural da UFMG*], ali. Sempre assim! (Trecho de entrevista realizada com ATB 3, 23 anos acolhido do Albergue Tia Branca, em 18/10/16).

Caroline: E a tarde, o que você fazia [quando estava acolhido no Albergue Tia Branca]?

RR 3: Quando eu não ia pro cinema, às vezes encontra alguém. Quando não encontrava ninguém e não tinha nada pra fazer mesmo, eu ia pro Albergue, pro Centro POP, porque lá você encontra alguém.

Caroline: E onde você encontra alguém?

RR 3: A gente sabe onde eles estão. Cada um fica numa esquina, a gente sabe. Quando a gente sai do Albergue, a gente sabe onde o outro geralmente fica. Como eu disse pra você, é uma tribo. Cada um sabe onde fulano fica. Tem um que eu gosto muito, que fica na esquina da Olegário Maciel com Rua Tamoios. Ali a gente chama de '32', a gente fala assim 'meu habitat é no 32'. Porque tem um ônibus que tem final lá, que é número 32. O meu sempre foi o coreto do Parque. Quando eu não tava no coreto, eu tava no Palácio das Artes. Então, eles sempre sabiam onde eu estava. Um fica aqui, outro fica lá. Alguns ficam na porta do Albergue, nem sai. Nem coragem de andar não tem. (Trecho de entrevista realizada com RR 3, morador da República Reviver e anteriormente acolhido no Albergue Tia Branca em 09/11/16).

É importante notar que, embora a área central da cidade concentre diversos equipamentos culturais, cuja maioria dos eventos é gratuita, uma parcela muito pequena dos acolhidos mencionou frequentá-los. No trecho acima, o interlocutor menciona o Palácio das

Artes, equipamento cultural de referência na cidade, anexo ao Parque Municipal e principalmente conhecido por suas sessões gratuitas de cinema - as quais, o referido interlocutor costumava frequentar no período da tarde. No entanto, o acesso a atividades culturais figura como uma dimensão praticamente ausente nas rotinas que os acolhidos estabelecem pela cidade.

As barreiras simbólicas que separam a “vida nas ruas” e os espaços dedicados à “elite cultural” da cidade se tornam visíveis se considerarmos que os trajetos dos interlocutores de pesquisa avizinham, diariamente, os equipamentos culturais da área central, sem, no entanto, acessá-los. Um dos interlocutores (atualmente, acolhido em uma “república”) cita que sua aparência era a razão com que não cogitasse entrar em tais espaços, quando vivia nas ruas. Quanto ao acolhimento institucional, os próprios ritmos de funcionamento do albergamento são apontados como entraves ao acesso à cultura e ao lazer.

Caroline: Você disse que ficava muito ali na Praça da Estação [*quando morava na rua*], você já entrou naquele museu que tem ali?

RR 2: Nunca entrei. Eu não entrava lá dentro. Por que? Porque eu só andava maltrapilho, eu não tinha coragem de entrar ali. Eu passava todos os dias na frente, quando começava aquele chafariz ali, ali era meu chuveiro. Ali que eu tomava banho, porque não tinha outro lugar. eu não ia no albergue pra tomar banho e pra sair pra rua. então eu ficava ali, tomava um banho ali, acelerava, pronto. Saía, me secava e continuava bebendo, mas não entrava ali. E hoje eu tenho vontade de entrar, passo ali todos os dias e não entro, cê acredita? (Trecho de entrevista realizada com RR 2, 45 anos, morador da República Reviver, em 09/11/16).

Museus, teatros, bibliotecas... Não é o acesso, se é difícil pra mim ir a pé. Dependendo da localidade, não é difícil de ir a pé. Mas, estando no abrigo, você tá no abrigo. Você não pode assistir uma peça pra sair 22h30, 23h, você chegar no abrigo e não ter mais janta, não ter mais um colchão pra dormir. Você fica sem vida social. (Trecho de entrevista realizada com ATB 6, 43 anos, acolhido do Albergue Tia Branca, em 25/10/16).

Os arranjos de vida estabelecidos a partir do Albergue Tia Branca evidenciam, portanto, a relevância do Centro como espaço passível de apropriação pelos acolhidos *em situação de rua* e a preponderância da triangulação *pernoite*-Centro POP-Restaurante Popular na estruturação das mobilidades e do tempo cotidianos. Embora as *rotinas* dos acolhidos compreendam construções pessoais (Salvador, 2008), nas quais articulam espaços e atividades de acordo com suas preferências e redes de sociabilidade, a espacialidade do Albergue Tia Branca em relação à rede de atendimento tem um efeito mais homogeneizador sobre os arranjos de vida estabelecidos a partir deste equipamento.

A maior proximidade com a rede de suporte ao cotidiano *em situação de rua* e, em especial, com a área central da cidade, possibilita certa diversificação das rotinas pela

acessibilidade a outros espaços de vida. No entanto, os espaços de vida articulados na construção das rotinas distribuem-se entre categorias poucas diversificadas: espaços assistenciais, espaços públicos e equipamentos públicos que oferecem serviços gratuitos. Poucos acolhidos encontravam-se engajados em projetos de educação, além da referência ao atendimento no Centro de Saúde Carlos Chagas ou CMT como espaços frequentados no âmbito da saúde.

### 3.2.3 Os finais-de-semana

Para Lefebvre (2004), só nos tornamos conscientes dos ritmos que estruturam nossa vivência cotidiana em momentos de sua suspensão. Para os acolhidos do *pernoite*, os finais-de-semana sinalizam a importância das configurações institucionais na construção de seus arranjos de vida, na medida em que, aos sábados e domingos, diferentes espaços referenciais não se encontram em funcionamento.

Nestes dias, as práticas de mobilidade são principalmente orientadas para espaços públicos ou instituições religiosas, onde há oferta de alimentação. As doações nos espaços públicos são conhecidas como “bocas de rango” e se adensam na região central.

Caroline: E como você passa o sábado?

ASP 8: Sábado? Indo pro Centro, do mesmo jeito. Ai não tem SINE, mas tem doação de marmita.

Caroline: E de domingo?

ASP 8: Mesma coisa. (Trecho de entrevista realizada com ASP 8, 31 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 23/9/16).

Nos espaços de caridade, o atendimento é caracterizado por oferecer outros serviços além da alimentação, como consultas médicas, atendimento jurídico, atividades de convivência, palestras, doações de roupa e corte de barba e cabelo gratuitos; ganhando relevância enquanto espaços de vida na cidade.

Caroline: E no domingo, você está trabalhando também?

ASP 6: Não, domingo o que eu faço: eu levanto cedo aqui e vou lá pro Irmão Anselmo, que é lá no Viaduto São Francisco. Ai tem um negócio lá, que chega lá de manhã cedo, por volta de 8h, 8h30 e tem um café-da-manhã. Ai nós assiste uma palestra lá, pela ordem<sup>130</sup>! Dependendo da situação, cê toma um banho, troca de roupa. Ai ,11h30 da manhã tem uma sopa, mas é a sopa! Quero que cê vai lá conhecer! (Trecho de entrevista realizada com ASP 6, 38 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

---

<sup>130</sup> “Pela ordem!” é uma expressão que indica a aprovação da qualidade de algo.

Caroline: E aonde você vai aos sábados?

ATB 2: Agora não tô indo por causa do pé. Eu estava indo e deixando as minhas coisas com o rapaz aqui de fora. Eu ia lá pro Irmão Glacus, lá tem um café muito especial. Eu fiz uma boa amizade com o pessoal. (...) Vou lá pra cima [*andar superior, onde tem um auditório onde são oferecidas palestras*]. Me dá um sono, eu durmo. Tem até o moço que toca instrumento lá. Eu fico só pescando. Quando eu ia mais cedo, dá o nome lá embaixo pra pegar roupa, mochila, short, umas calça fina... Depois eu venho pra sopa, aí eu vou tomando a sopa e já encontro com a \*\*\*\*, é muito bom. (Trecho de entrevista realizada com ATB 2, 61 anos, acolhido do Albergue Tia Branca, em 14/10/16).

Estas instituições conformam verdadeiros circuitos de caridade aos finais-de-semana, reorientando as mobilidades dos acolhidos para outras espacialidades, pois, em geral, distribuem-se em diferentes bairros da cidade. Em um sábado de manhã, acompanhei um grupo de três acolhidos do Abrigo São Paulo e a existência destes circuitos se mostrou visível durante o próprio deslocamento. A rota era direcionada para duas instituições na região Oeste de Belo Horizonte, bastante próximas espacialmente (Fraternidade Espírita Irmão Glacus e Fundamigo) e que ofereciam atividades durante a manhã e a tarde. Não apenas os sujeitos albergados, mas também pessoas que habitam os espaços públicos, assim como grupos de mulheres (em geral, em companhia de crianças) de setores da pobreza domiciliada, tomavam o mesmo ônibus com destino a estas instituições e desempenhavam a mesma forma de deslocamento – o *pulão*. Compartilho, a seguir, dois trechos de minhas anotações de campo (correspondentes aos trajetos de chegada e retorno das instituições) que revelam os arranjos de interação ante a demanda de deslocamento gratuito.

Eles já sabiam que dar pulão é uma coisa pouco comum para mim e foram me explicando, que era só ficar na frente e dar ideia para o motorista. (...) Descemos na Rua da Bahia, quando ASP 10 pediu pro motorista abrir da frente, explicando que não tínhamos dinheiro para a passagem. Caminhamos até um ponto de ônibus do início da Av. Amazonas, onde umas 10 pessoas esperavam, entre mulheres e senhoras segurando crianças e sacolas, além de homens com mochilas, entre acolhidos do Abrigo São Paulo e do Albergue Tia Branca. (...) O ônibus chegou e todos que esperavam no ponto entraram. Apenas uma moça pagou a passagem, de modo que ficamos entre umas 20 pessoas atrás da roleta e muitos espaços vazios do outro lado do ônibus. O motorista não impede nada, sinalizando que a possibilidade de que aquele seja um evento comum aos sábados. Seu nível de cooperação não vai, no entanto, a ponto de permitir a entrada pela porta detrás do ônibus, de modo a viagem é desconfortável, com muitas pessoas espremidas atrás da roleta (entre elas, as mulheres e crianças que estavam no ponto).

[...]

Quando chegamos no ponto final, o ônibus estava com as portas fechadas, mas em torno de 30 homens esperavam ali perto. Antes de dar a partida, o motorista abriu a porta detrás, o que permitiu que todos entrassem sem pagar passagem. (Anotações de campo. Ida à instituições de caridade com usuários do Abrigo São Paulo, 03/9/16).

Aos finais-de-semana, a menor presença da institucionalidade é sentida de maneira negativa, apontando para a preponderância dos serviços assistenciais na construção das

rotinas durante os dias úteis e o acirramento da instabilidade das estratégias estabelecidas a partir do *pernoite*.

ASP 7: De dia de sábado, eu procuro lavar minhas roupas ali no Parque [Guilherme Lage]. E fim-de-semana é uma tristeza pra nós, porque não tem nada aberto, não tem onde você fazer alguma coisa. Como não tem Restaurante Popular e a gente não tem dinheiro, tem que se virar com as doações, que saem ali na rua do Abrigo Tia Branca, que é perto da [Rua] Itambé ali, ou na Praça [da Estação] mesmo.

Caroline: E tem horário marcado, pras doações?

ASP 7: Não, lá é sorte. Às vezes, muita gente vai fazer doação de comida, essas coisas. Às vezes, não vai ninguém. (Trecho de entrevista realizada com ASP 7, 57 anos, acolhido do Abrigo São Paulo, em 20/9/16).

O tempo diurno é sentido de maneira diferente nestes dias, quando a influência da organização do trabalho na conformação dos ritmos cotidianos da sociedade contemporânea (Lefebvre, 2004) incide sobre os acolhido *acolhimento institucional* como um ritmo orientador. Assim, o domingo pode ser apreendido como um dia *mais longo* ou *tedioso* - como expressa tanto uma acolhida do pernoite no Abrigo São Paulo, que vai todos os dias para o Centro; como uma idosa acolhida na *permanência-dia* no mesmo equipamento, que tem uma rotina basicamente interna ao Abrigo, mas sente a diferença entre dias úteis e dias da semana.

De fim-de-semana é mais longo o dia, nossa senhora! Não muda nada, não. É aquele dia comprido. Domingo, então. O funcionamento é normal, igual taí. (...) Domingo é longo demais, não tem nada pra fazer. (Trecho de entrevista realizada com ASP 3, 50 anos, acolhida no Abrigo São Paulo na permanência-dia, em 26/8/16).

Meu dia ontem foi um cocô. Não, dia de domingo... Sabe o significado da palavra tédio? É domingo. Eu não tenho ânimo de descer pro Centro no final-de-semana. Só se tiver algum evento no Centro, aí eu vou me distrair. Porque, pra eu poder sair daqui, sem nada, sem comércio, sem dinheiro pra comprar o que quer que seja, sentada na Praça... Eu não me animo! (Trecho de entrevista realizada com ASP 5, 38 anos, acolhida do Abrigo São Paulo, no dia 12/9/16).

Os finais-de-semana parecem menos “pesados” para aqueles que frequentam espaços onde estabelecem alguns vínculos ou alimentam redes de sociabilidade, sendo citados o Parque Municipal e uma reunião promovida pela Pastoral de Rua. As instituições de caridade também figuram como espaços de construção de relações referenciais, de modo que podem continuar a ser acessadas mesmo quando o sujeito passa para o acolhimento em “repúblicas”, onde não há necessidade de busca por estratégias de alimentação.

Aos domingos à tarde, a gente se reúne nesse espaço [Pastoral] pra fazer a Partilha, quando a gente lê uma parte do Evangelho de Jesus Cristo e a gente fala alguma coisa do que entendeu. É um momento de espiritualidade bacana, que eu gosto de participar, eu me sinto bem. Eu costumo dizer, nessas rodas, aos domingos, que eu ando com o saco cheio, que durante toda a semana, eu encho meu saco. E, nessa roda, eu jogo um monte de coisas, e pego outras coisas e pego sempre coisas boas

pra passar a semana. (Trecho de entrevista realizada com ATB 6, 43 anos, acolhido do Albergue Tia Branca, em 25/10/16).

Todo domingo eu vou no Parque Municipal. Lá tinha o tobogã e todo mundo me conhece lá, os mais antigos, né: o \*\*\*, encarregado geral do Parque, onde tem aquela tal de rumba; na parte de baixo é \*\*\*; e na parte de cima, que tem a rodagigante é do \*\*. Eu fico mais na parte dos brinquedos, onde tinha os brinquedos de madeira. Eu vou pro castelo. Fico lá olhando os menino brincar lá, é tranquilo. (...)Eu gosto de ficar onde tem muita gente. Eu fico conhecendo as pessoas. Quando eu olho e vejo que é, assim, umas pessoas boa, eu vou conversando. Falo da minha vida, eles falam a deles. Eu conheço todo mundo, graças a Deus! (Trecho de entrevista realizada com ATB 1, usuário do Albergue Tia Branca, em 14/10/16).

### 3.3 Vida cotidiana a partir das “repúblicas”

Nos arranjos de vida estabelecidos a partir das “repúblicas”, os âmbitos mais ordinários da vida cotidiana (sono/descanso, alimentação e higiene) são concentrados em um mesmo espaço institucional. Isso significa que as estratégias de reprodução da vida diária colocam menos exigências no dia-a-dia de seus moradores, favorecendo mesmo dimensões mais básicas do cotidiano, como é o *cuidado de si*.

Nossa senhora, cê tá é doida! Eu cheguei, eu era um mulambo. Sujo! Porque lá [Albergue] é tanta gente pra tomar banho que tinha dia que cê não tomava banho. Cê tinha que tomar banho no Centro de Referência. Tinha dia que dava pra lavar uma roupa, tinha dia que não dá procê lavar uma roupa, nem no Centro de Referência, nem lá. Andava sujo, doente, fraco. Depois que eu entrei na República, com um mês, eu já virei outro. Você vê que a minha fisionomia apareceu do nada. E cê vê, na minha documentação, os meus problemas... se você vê o psiquiatra, o clínico geral, o ortopedista... Hoje você vê aqui, parece que não tem nada. Pessoal que chega assim e fala “uai, aquele cara não é morador de rua”. Mudei, demais! (Trecho de entrevista realizada com RR 1, 52 anos, morador da República Reviver, em 17/11/16).

As possibilidades alargadas de apropriação do espaço de acolhimento contrastam, no entanto, com a constante sinalização sobre a provisoriedade dos arranjos de vida estabelecidos a partir destes equipamentos (como expressa RMM 2 ao dizer: “*Não tô me apegando aqui como se fosse minha casa*”<sup>131</sup>); pois a expectativa fomentada por esta modalidade de acolhimento é de que o tempo de permanência no serviço seja utilizado para a busca de oportunidades de superação da trajetória em situação de rua. Oportunidades que, em geral, se apresentam enquanto cursos de qualificação profissional, empregos ou tratamentos de saúde (estes, principalmente quando há dependência química ou alcoolismo).

Em geral, a inserção em uma “república” é apreendida como um *novó estágio* na vida da pessoa em situação de rua, como um incentivo à mobilidade social almejada, mas também

---

<sup>131</sup> (Trecho de entrevista realizada com RMM 2, 41 anos, moradora da República Maria Maria, em 27/10/16).

como uma recompensa pelos esforços até, então, empreendidos (já que as vagas disponíveis são pequenas e os encaminhamentos contemplam os sujeitos mais “normalizados”).

Os caminhos que cada sujeito trilhará durante sua permanência no equipamento dependem dos investimentos de cada acolhido em construir vias autônomas de retorno à sociedade domiciliada, embora os profissionais da equipe social estejam disponíveis, durante este percurso, para interlocução com o acolhido e para a mobilização de recursos que estejam ao alcance da rede pública de serviços.

Deste modo, os moradores das “repúblicas” são apreendidos como sujeitos *em processo* e as expectativas sobre os arranjos de vida desempenhados a partir do equipamento são diferentes a depender do período de permanência do atendido. Aos recém-chegados, espera-se a continuação das estratégias de superação que, em geral, justificaram sua inserção no equipamento; ao que a coordenadora da República Maria Maria compreende como um primeiro momento dedicado à “*organização pessoal*” (e que, em sua perspectiva, pode durar até um ano).

Isso se apresentava no dia-a-dia de RMM 2, que vivera mais de 10 anos morando nas ruas e estava há um mês nesta República quando contribuiu com esta pesquisa. O desafio que estabelecera para si relacionava ao uso abusivo de álcool e crack, de modo que iniciara um tratamento no Centro Mineiro de Toxicomania (CMT)<sup>132</sup> há quase um ano, orgulhando de ter mantido a abstinência mesmo enquanto vivia nas ruas.

A rotina que estabelecera a partir da República mantinha alguns dos espaços de vida que faziam parte de seu cotidiano antes do acolhimento (Figura 22, a frente): saía todos os dias da manhã para tomar café no Popular I; subia a Av. Afonso Pena até o Parque Municipal, onde esperava um tempo antes de entrar no CMT. Entre 8h e 17h, permanecia dentro desta instituição, retornando para a República ao final do dia. A previsão era que ela fosse progressivamente deixando de frequentar este espaço conforme avançasse no tratamento, razão pela qual já não ia ao CMT aos finais-de-semana e às quartas-feiras. Nestes dias, permanecia na República, se engajando com a organização de seus pertences e cuidando de suas roupas, dentro das possibilidades de *apropriação* e *instalação* (Kasper, 2006) oferecidas por este espaço de moradia. No arranjo de vida que estabelecera no curto período em que estava na República, suas mobilidades e espaços de vida concentravam-se, portanto, em um corredor específico da região central, uma espacialidade que lhe era familiar.

---

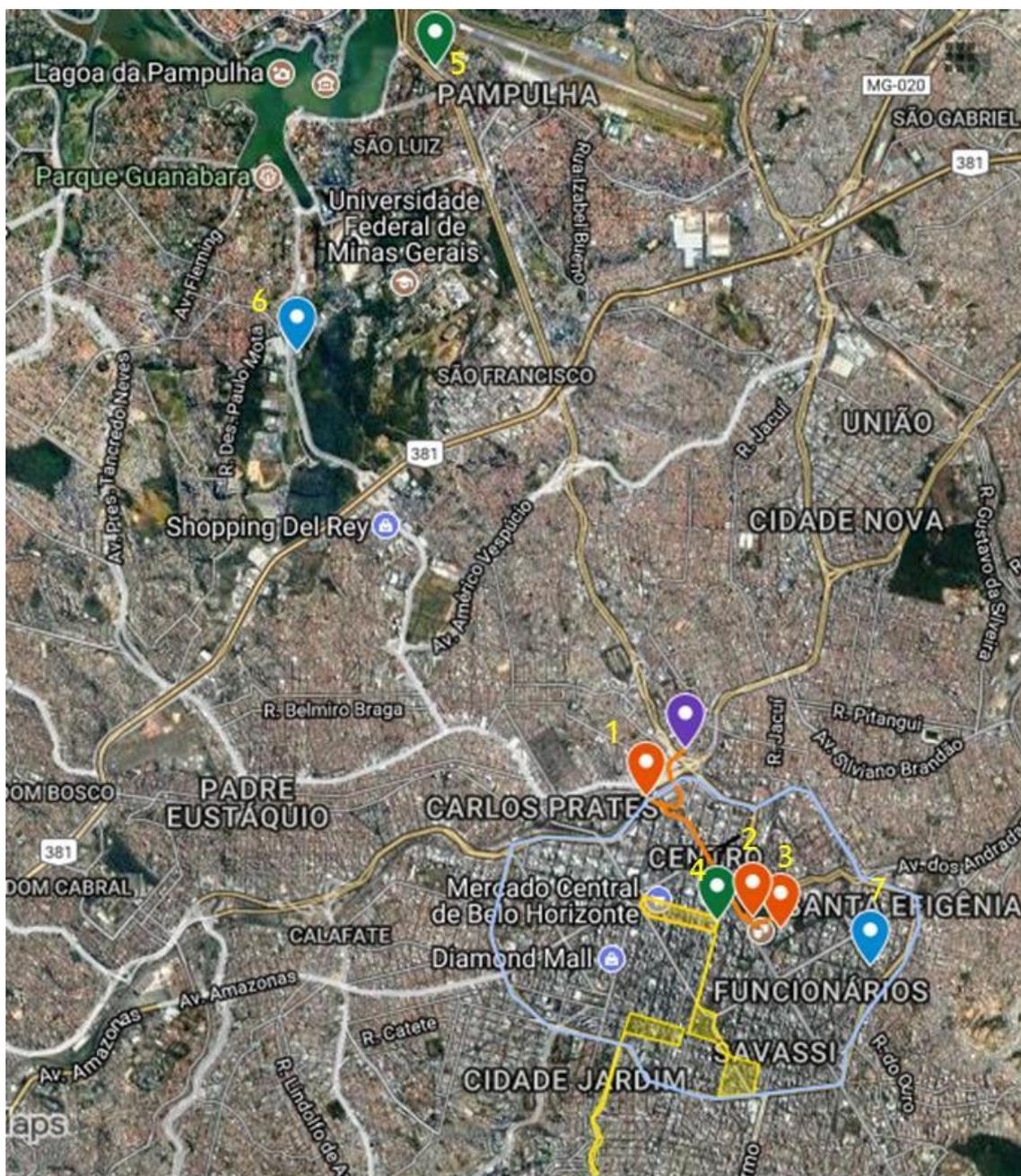
<sup>132</sup> O tratamento realizado pelo CMT é pautado pela redução de danos e desvinculação progressiva do uso das substâncias, com apoio de outras medicações para estabilização dos quadros de dependência.

Há mais tempo na República Maria Maria estava RMM 1. Após oito anos vivendo, de maneira intermitente, entre a habitação de espaços públicos (como a Praça da Liberdade), tentativas de convívio com a família e o suporte de outras redes de solidariedade (comunidades religiosos), ela completava 9 meses acolhida na República. As atividades de seu cotidiano organizavam-se por um critério principalmente temporal. As *manhãs* eram reservadas para as *tarefas* da República (contribuição das moradoras para a manutenção da casa) ou para questões de ordem de saúde, como consultas médicas, um projeto de extensão do curso de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais ou a prática do Lian Gong (prática corporal de origem oriental) oferecida no Centro de Saúde Carlos Chagas, referência no atendimento à população de rua. Suas *tardes* eram passadas na República Maria Maria, onde se dedicava à produção de peças de artesanato, sua fonte de renda. O período da *noite* era programado para atividades que levavam à sua circulação pela cidade, principalmente associadas ao seu trabalho como artesã, que orientava suas mobilidades para pontos de concentração de bares na área central da cidade. A mobilidade associada ao trabalho era empreendida entre as quintas-feiras e domingos, quando é maior a freguesia dos bares e o uso do espaço da cidade para o lazer. Deste modo, as noites de segunda à quarta-feira eram reservadas para o que ela denominava como “demanda pessoal” e que incluía a visita a uma *lan house* do Edifício Maletta ou ao cinema do Pampulha Mall, cujas seções do meio da semana tinham preços mais baratos.

Entre os espaços de vida articulados por RMM 1, mantinham-se as áreas de venda de seu artesanato e o Centro de Saúde Carlos Chagas como espacialidades que familiares ao seu cotidiano anterior. Uma característica destes espaços é sua concentração mais ao vetor sul da área central, onde a acolhida encontrava clientes com maior poder aquisitivo e, por isso, para lá orientava seus percursos de venda. (Figura 22, anterior).

A inserção na República figura, também, como um arranjo de vida que lhe permitiu ancorar sua atividade produtiva como artesã e, também, articular atividades relacionadas ao lazer, ao cuidado de si e, também, à qualificação profissional, pois se engajava em cursos de curta duração ofertados pela Prefeitura que lhe permitissem diversificar suas fontes de renda. Deste modo, os espaços de vida considerados em sua rotina compreendiam um leque diverso, atendendo diferentes dimensões de sua vida cotidiana.

Figura 22 – Espaços de vida de moradoras da República Maria Maria



Fonte: Google My Maps/Elaboração própria

-  República Maria Maria
-  Área central
-  Espaços de vida de RMM
-  Espaços de vida de RMM 1 – LAZER:
- 2:
- 1. Restaurante Popular I
- 2. Parque Municipal
- 3. CMT
- 4. Lan House
- 5. Cinema
-  Espaços de vida de RMM 1 – SAÚDE:
- 6. Academia (UFMG)
- 7. Lian Gong
-  Mobilidade diária de RMM 2
-  Locais de venda de artesanato de RMM 1

Em relação a outras acolhidas, as mobilidades de RMM 1 pela cidade figuravam como mais amplas e diversificadas. Outras moradoras empreendiam mobilidades cotidianas relacionadas ao trabalho ou engajamento com movimentos sociais; mas uma parcela delas estabelecia trajetos mais restritos entre o equipamento e locais de cuidado em saúde mental (como os CERSAMs ou Centros de Convivência). Nestes casos, as moradoras eram transportadas por vans da Prefeitura, que facilitam o trânsito dos usuários destes serviços. A pouca autonomia de algumas moradoras para circularem pela cidade requeria que, nestas ocasiões excepcionais, uma educadora acompanhasse a moradora ou que o deslocamento acontecesse por táxi, uma forma de deslocamento considerada segura e arcada com recursos das próprias acolhidas (em geral, advindos do BPC<sup>133</sup>). Vale apontar que, assim como nos equipamentos de pernoite, a tarifa social é disponibilizada em pequeno número nas “repúblicas”, não sendo ofertada para os trajetos diários, mas em ocasiões “importantes”, como consultas médicas ou participação em cursos.

Para um terceiro grupo de moradoras, as saídas do equipamento eram situações bastante esporádicas, tanto por suas condições de saúde mental ou física, permanecendo dias seguidos dentro da instituição. Entre estas, encontra-se uma mulher de 60 anos e que há mais de cinco está acolhida na República Maria Maria. Sua entrada na situação de rua acontecera com o esgotamento de sua capacidade física para o trabalho de faxineira/empregada doméstica/auxiliar de serviços gerais, ocupações que compreenderam sua fonte de renda e sustento desde os 9 anos de idade. Sua fragilidade motora lhe impossibilitava estabelecer-se sozinha em uma moradia própria, pois não tinha muita autonomia para as atividades de manutenção individual ou do cuidado com o espaço de uma casa. Deste modo, apresentava-se, a ela, um horizonte de permanente institucionalização, ao que a equipe técnica lhe propunha a transferência para unidades especializadas no atendimento a idosos, as ILPIs. No entanto, a acolhida recusava esta proposta, pois estar uma ILPI alteraria o arranjo de vida que estabelecera na República; o qual, apesar ser basicamente empreendido no interior do equipamento, tinha o deslocamento semanal (de táxi) a um culto religioso como um importante espaço de vida. Assim, mesmo que estreita, sua margem de mobilidade pela cidade compreendia uma dimensão de autonomia em um arranjo de vida de confinamento institucional.

---

<sup>133</sup> O recebimento do Benefício da Prestação Continuada (BPC) por moradoras de República Maria Maria é apontado nos trabalhos de Araújo (2004) e Villamarim (2009) e pode ser considerado como parte de um contexto de institucionalização na República.

Estabelecer espaços de vida externos e que confirmam uma regularidade para além dos ritmos do espaço institucional é uma dimensão importante na modalidade de acolhimento em “repúblicas”, pois encarada enquanto engajamentos que buscam “saídas” da situação de rua. Em contraponto, algumas mobilidades são negativamente valoradas, como é o caso daquelas associadas ao consumo do álcool, consideradas improdutivas para os planos pessoais traçados para esse tipo de acolhimento.

Isso é especialmente sensível para o equipamento que acolhe ao público masculino, onde a mudança de localização (para uma região afastada do Centro) foi compreendida como favorável por contribuir para a normalização das trajetórias de dependência química que encontravam maiores pontos de oferta no Centro (“*Lá no centro tinha acesso a tudo, principalmente ao álcool e a droga*”.<sup>134</sup>) - embora, na época da pesquisa, a equipe técnica tomava conhecimento de que uma árvore do lado externo da Reviver estava sendo utilizada como esconderijo de bebidas alcólicas (proibidas dentro do equipamento). A mudança na localização do equipamento atendia, no entanto, a um aspecto que se apresenta subjacente à lógica de intervenção das “repúblicas”, que é a desvinculação dos sujeitos dos circuitos anteriores de reprodução da vida cotidiana *em situação de rua*, principalmente, se tratando dos “circuitos viciosos”. Esta perspectiva é empreendida pelos próprios acolhidos que tem trajetórias marcadas pelo alcoolismo, que encaram as redes de sociabilidade do *pernoite* como prejudiciais aos seus projetos de vida.

Raramente, você encontra alguém no Albergue que te convida pra fazer uma coisa que presta. A maioria te convida pra fazer coisa que não presta. No meu caso, beber. Eu não gosto de beber. Estou há dois anos lutando contra o alcoolismo, faço tratamento no CMT. Então, quando eu vejo alguém do Albergue, pra te falar a verdade, eu corro dele. Porque vai começar a falar em bar, em cachaça e ele vai acabar me convencendo. Então, pra evitar isso, eu falo 'vou tomar um café e volto, mas eu volto não é hoje, não'. (Trecho de entrevista realizada com RR 3, 52 anos, morador da República Reviver, em 09/11/16).

A questão do álcool se apresentou como um ponto sensível para todos os interlocutores da Reviver acessados pela pesquisa. Entre eles, RR 1 (52 anos), que já completava quase dois anos no equipamento. Seu cotidiano, anterior à mudança de localização, era empreendido no Centro, conversando com ambulantes e sapateiros da Praça Sete ou por bares da Av. Olegário Maciel. Complicações de saúde (diabetes) conformavam o principal motivo para seu encaminhamento para a República (feito pelo Centro POP, embora frequentasse o Albergue Tia Branca), por isso, o alcoolismo lhe era arriscado e, na época da pesquisa, ele acabara de decidir interromper suas jornadas diárias para o Centro, deixando

---

<sup>134</sup> Trecho de entrevista com a coordenadora da República Reviver, realizada em 01/11/2016.

para sair do equipamento apenas em caso de consultas médicas ou para visitar amigos que estabelecera novo bairro. O confinamento na República figura, portanto, como uma estratégia de normalização, por conferir distanciamento dos circuitos *em situação de rua* anteriormente frequentados no Centro.

No meu dia normal, eu prefiro, principalmente, de agora pra atrás e agora pra frente, se eu não tiver nada pra fazer, ficar aqui. Sento no banco, debaixo das árvores ali, fico batendo papo com aquele cara que é meu amigo. Eu prefiro ficar batendo papo com aquele ali do que ficar sair pra cidade [Centro]. Cê chega na cidade, você encontra gente que cê morou na rua, você passa no buteco, colega seu chama. Ai já vem a bebida: "ah, não, não quero não", "vem cá, sô, vamos bater papo". Tá bebendo ali, cê acaba bebendo também. Então, hoje eu prefiro, se eu não tiver alguma coisa pra mim fazer na cidade, eu já prefiro ficar pra cá, pra evitar. Eu tenho que evitar. (Trecho de entrevista realizada com RR 1, 52 anos, morador da República Reviver, em 17/11/16).

As mobilidades cotidianas de RR 2 eram, por sua vez, valorizadas pelo sentido de superação em sua trajetória, também, de alcoolista. Sua trajetória apresenta as lógicas pretendidas pela intervenção assistencial: vivera nas ruas do Centro de Belo Horizonte por mais de 12 anos e frequentava o Centro POP Leste, onde conheceu um grupo dos Alcoólicos Anônimos (AA). Desde então, sua rotina passou a evitar os circuitos do consumo do álcool que frequentava em seu dia-a-dia.

Quando eu saí dali [AA], foi a melhor coisa que me deu. Aquela obsessão que eu tinha pelo álcool, ali dentro ficou. Eu não sei o que é. É uma mágica que tem que muda as pessoas, porque, quando eu comecei a falar, eu comecei a pensar na minha vida, a ver as coisas. E quando eu sai dali, desci na Praça e encontrei ali os meus companheiros da rua. Eles com garrafa de cachaça, cigarro, "ô, careca, ai, bebe!". Eu olhei assim "ô, veio, eu não quero beber, não". (...) Passei o dia inteiro longe deles, no Parque Municipal, arrumei um lugarzinho lá, arrumei um livro pra mim ler e fiquei lendo esse livro o dia inteiro. (...) (Trecho de entrevista realizada com RR 2, morador da República Reviver, em 17/11/16).

Após a participação no AA, RR 2 passou a frequentar o Albergue de maneira regular (uma forma de estabilização da rotina) e diz que sua estratégia era passar os dias escondido entre arbustos do Parque Municipal, lendo livros do AA ou a Bíblia. Após três meses, foi encaminhado para a Reviver, onde estava há 8 meses e estabelecia uma rotina de engajamento diário com as atividades da organização. O AA lhe oferecera "outro lugar no mundo", com o engajamento cotidiano em atividades (como palestras e grupos onde o assunto é, em geral, a superação em curso) e um campo amplo de solidariedade social.

Caroline: E o que você achou dessa mudança da República pra esse prédio?

RR 2: Aqui é muito melhor! É longe do Centro, daquela bagunça. Tem muitas pessoas aqui que bebiam muito, lá. Então, aqui já está mais longe, fica mais difícil. Pramim, é melhor.

Caroline: E ficou longe pra você participar do AA?

RR 2: Não fica longe de nada, porque daqui até o CEFET tem o grupo do AA, tem no [bairro] Calafate, tem no [bairro] Carlos Prates. Aonde que eu for... se eu subir aqui, 20 min já tem outro grupo. Então, isso sempre tá comigo. Isso já faz parte da minha vida hoje, Carolina. E isso é bom pra mim, porque eu sei que, em qualquer estado do Brasil que eu for, tem um AA. E seu eu for fora do país, tem lá também. Tem companheiros. Se eu não souber nem falar e mostrar [os chaveiros e itens de identificação] eles me abraçam. É uma recepção muito grande que os grupos do AA tem um com o outro. Um respeita o outro, um carinho, um amor muito grande, que a gente não vê em outras pessoas, outros grupos. (Trecho de entrevista realizada com RR 2, morador da República Reviver, em 17/11/16).

Sua participação cotidiana com o AA só não era mais intensa porque a inserção na rede de acolhimento fez com que sua localização fosse rastreada pelo sistema prisional, de modo que encontrava-se sob o cumprimento de medida alternativa, sendo monitorado por tornozeleira eletrônica –o que, limitava sua circulação pela cidade ao horário comercial dos dias úteis. Nestes dias, se deslocava de metrô até o escritório do AA na Praça Sete (Figura 23), permanecendo na República à noite e aos finais-de-semana. A vivência de uma nova fase em sua vida é permanente em seu discurso e identificada em cada momento do seu cotidiano, como na vivência diária do transporte público.

[No metrô] Eu vou olhando a paisagem, as pessoas. E não muda nada. Às vezes, a gente vê alguma coisa, mas o que muda, pra mim, são as pessoas, que a gente olha muito as pessoas. Olha um, olha outro, olha a pessoa como ela tá. A expressão da pessoa, pelo rosto, você vê se a pessoa tá boa, se a pessoa tá ruim. Mas, se a pessoa tá ruim ou coisa, eu chego perto "Bom dia! O dia tá bonito, né?". E começa a puxar papo. Eu falo de mim, não posso falar dela, mas ela acaba se soltando. Que nem, hoje, eu levei um companheiro daqui, ele falou "Você é muito intrometido, você quer conversar com todo mundo". Eu falo "Não é, meu filho. Hoje, eu não bebo mais. Antigamente, eu não falava, porque eu me isolava. O álcool me fazia eu me isolar das pessoas. Hoje, eu não bebo mais, porque eu vou ficar isolado das pessoas? Deus nos deu o dom da língua, então essa língua é pra falar. E eu vou conversar coisas boas. (Trecho de entrevista realizada com RR 2, morador da República Reviver, em 17/11/16).

Também ia diariamente para o Centro RR 3 (52 anos), que estava acolhido há pouco mais de um mês na República, tendo vindo ao Albergue Tia Branca. Para ele, sua rotina apresentava poucas mudanças com a chegada à instituição, exceto pelas distâncias que agora tinha de articular: “*O que mudou é que ficou mais longe*”, sinalizando a manutenção dos mesmos espaços de vida. O acolhido participa do Projeto Empreendendo Vidas<sup>135</sup>, que busca construir alternativas de geração de renda entre pessoas em situação de rua. Em três dias da semana, passa as manhãs na sede do Projeto, que fica no bairro Barro Preto, praticamente na metade do caminho entre a República e a região central. Suas tardes são, em geral, vividas no

---

<sup>135</sup> Conduzido pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), uma instituição criada em 2001 no âmbito da Pastoral de Rua, com intuito de promover assistência técnica para catadores e moradores de rua. A organização leva o nome de Griselda Marina Castelvechi, a “Nenuca”, Oblata que participou da Organização do Auxílio Fraternal (OAF), em São Paulo.

Centro, para onde caminha a fim de acessar a internet no UAI, procurar corte de barba e cabelo gratuitos, verificar se recebeu correspondências no Albergue, passar por antigos locais de sociabilidade ou tratar de assuntos médicos no Centro de Saúde Carlos Chagas – o qual fica na área central (bairro Funcionários) e é referência no atendimento à população de rua, sendo bastante elogiado entre os acolhidos<sup>136</sup>. O acolhido também continua frequentando duas fraternidades espíritas que, semanalmente, atendem a pessoas em situação de rua.

Caminhar é a atividade mais saliente de seu dia-a-dia, lhe permite estar permanentemente engajado em algo. Por isso, em geral, passa os dias fora da República, para onde prefere retornar mais ao final da tarde, “*geralmente, na hora em que vou ter coisas pra fazer, pra não ficar à toa*”. A amplitude de seus trajetos é extensa. No dia em que o acompanhei, consegui acompanhá-lo por até 16km (Figura 23), me despedindo dele em frente ao UAI, mas seu trajeto de retorno para a Reviver tinha ainda 6km à frente, pela Av. Amazonas. Caminhar faz parte de seu *habitus*, desenvolvido durante um período de passagem pelo Exército, mas também colocado em prática nos arranjos estabelecidos em situação de rua, pois lhe oferece a forma mais simples e acessível de passar o tempo.

Caroline: Você pega ônibus em qual ocasião?

RR 3: Só com chuva. Amanhã eu trabalho no Mineirão, pela cooperativa. Eu vou daqui até o Mineirão a pé.

(...)

Caroline: E o que você faz enquanto está andando, o que pensa?

RR 3: Eu falo sozinho. Brigo com todo mundo sozinho. Brigo, xingo, pergunto, respondo. Discordo de mim, também. Às vezes, eu respondo e não concordo com minha resposta. A psicóloga do CMT falou que isso não é problema não. Isso é tipo assim: se você me faz raiva, eu não falo nada com você. Por isso eu saio brigando sozinho, o que eu devia tá falando pra você, eu falo comigo, eu cobro de mim depois. 'Por que você não fez isso, por que não falou?'. Vai longe, né. (...) Assim eu me distraio, eu me esqueço das pessoas. Tava passando num sinal fechado, a moça passando na garupa duma motocicleta e eu falando assim “Não, hoje eu vou resolver esse negócio”. A moça falou “Resolve mesmo, não deixa pra amanhã, não”. Ópucevê! (Trecho de entrevista realizada com RR 3, 52 anos, morador da República Reviver, em 09/11/16).

O acolhido também passara por um tratamento para o alcoolismo, no CMT, que lhe permitiu desempenhar uma rotina mais estável no Albergue. Aliado a isso, seu envolvimento com projetos de geração de renda endossaram sua transferência para a República. Além do Empreendendo Vidas, RR 3 também ajudara a fundar uma cooperativa junto a outras pessoas em situação de rua e que, entre as ações, realizava parcerias com grandes eventos para a

---

<sup>136</sup> Ao mudarem para a Reviver, os moradores passam a ser referenciados pela unidade de saúde básica do novo bairro. No entanto, a maioria prefere continuar o atendimento no Carlos Chagas, por já estarem habituados com a equipe.

catação de reciclagem. Um aspecto interessante da estabilização de sua rotina em torno destas atividades é que o consumo do álcool não deixara de fazer parte de sua vida, mas fora articulado de outra maneira: é consumido em pequenas doses ao longo de seus deslocamentos, o que, segundo ele, garantia que o álcool não tivesse um domínio sobre ele.

Vamos andando pelo viaduto da Francisco Salles e pergunto como foi seu tratamento. Ele diz que começou no CMT e tomou remédio por um período curto. E que disse pro médico que ele não queria parar de beber, porque gostava; que queria era aprender a controlar. Pergunto como ele passava a rotina no CMT, se conseguia ficar lá dentro, sem atividades (ele me diz que as atividades eram só dominó e baralho). Ele conta que, certa vez, falou para as responsáveis do CMT que ele não aguentava ficar ali, que ali era muito pequeno pra ele. Acabou que ele foi encaminhado para o Hospital Raul Soares [*hospital psiquiátrico*], que tem uma área muito grande. Lá viu gente que considera doida mesmo, como um cara que insistia que matou Jesus. Mas considera que o tratamento foi bom, pois em 3 meses ele saiu de lá. A bebida é um elemento presente em seus deslocamentos e é interessante a relação do álcool com os trajetos. Por duas vezes, durante a caminhada, ele pediu licença para se ausentar, se dirigindo a um bar para um dose de cachaça. Em uma delas, o acompanhei e pedi uma água. Quando estávamos passando pela Afonso Pena, mais tarde, ele me diz que o ruim é “quem bebe e fica parado no lugar”. Para ele, beber e caminhar era o melhor sistema, pois assim ele queimava o álcool e, este, não atrapalhava seu dia-a-dia. (Anotações de Campo. Shadowing com RR 3, moradora da República Reviver, 12/12/2016).

Entre os moradores da República Reviver, há também os aqueles que estabelecem rotinas engajadas em trabalhos assalariados, os quais não tive acesso durante o campo da pesquisa, principalmente porque o contato foi dificultado pelo pouco tempo em que permaneciam na casa (já que trabalhavam durante todo o dia) e minha entrada neste equipamento, mediada pela coordenação. Por isso, o alcance da pesquisa se restringe aos arranjos de vida não engajados naquele que compreende o estágio mais almejado para os acolhidos, que é a inserção laboral.

Os casos que tive contato permitem compreender que outras estratégias de normalização da vida cotidiana são colocadas à frente da necessidade do emprego, como os arranjos de vida relacionados ao consumo abusivo de álcool, que figura como uma questão que demanda disciplinamento do corpo, dos hábitos, o controle das relações sociais e dos deslocamentos pela cidade. Diante disso, é difícil esperar que a oferta de um espaço de acolhimento provisório aproximado às dinâmicas domiciliares seja tomada como uma via direta de reinserção social, uma vez que outras ordens de necessidades também estão implicadas. A própria via “de saída” mais endossada – a conquista de um posto no mercado de trabalho – figura, para alguns sujeitos, como um caminho repleto de barreiras, seja quanto à sua escolaridade, qualificação profissional, idade e capacidade física. Assim, para aqueles que, apesar de insistirem, não tem sucesso na inserção laboral, fica um questionamento sobre o futuro após a finalização do prazo de acolhimento.

Eu não acho bom tá aqui, não. Eu me sinto muito humilhada, mas eu tenho gratidão por estar num local. A vantagem é sobre o assédio masculino. Aqui é um local só de mulheres. E de eu ter minhas refeições garantidas e fazer meu trabalho. Essa é a parte boa. A parte ruim é que, mesmo assim, eu ainda nutro uma sensação de humilhação muito grande, porque eu não gostaria de tá aqui. E aqui não tem uma alternativa de saída. Eles não tem projeto que caminham com a pessoa, eles só te acolhem. Só e pronto. E você tem esse prazo aí. Não tem previsão de Bolsa Moradia, o que me ajudaria bastante. (Trecho de entrevista realizada com RMM 1, 31 anos, moradora da República Maria Maria, em 28/10/16).

Quando eles [*técnicos do Centro POP Leste*] viram a minha situação, os remédios que eu tomava e costumava passar mal, eles já ficaram por dentro do assunto. Igual, já passei mal dentro do Tia Branca, SAMU já me pegou lá. E, então, eles viu que eu precisava de um lugar melhor. Pra tomar a insulina, lá no Tia Branca, era do jeito deles. Ficava na geladeira, mas eles me entregavam na hora que eles quisessem, não era a hora que eu queria tomar minha insulina pra eu sair. Não dava. E, se quisesse, era desse jeito. Passei uma vida... Ai, então, eu precisava de uma Bolsa Moradia, mas, pelo jeito... Não conclui a gente nesse meio. A própria menina da Prefeitura, mesmo, que é dos Direitos Humanos falou comigo, quando eu fui reclamar da minha insulina lá do Tia Branca: "Já estou vendo do que você está precisando. Cê tem que ter um barraco procê, cê tem que ter uma Bolsa Moradia procê ter suas coisas e tomar seus remédios tudo certinho". Eu falei "precisar, eu preciso". E entrei aqui [*na República*]. E, aqui, pelo jeito, pra mim não tem. Eu acho que não. Inseriram a primeira vez eu na lista. Mas, como pôs o tanto de remédio que eu tomo, eles inferiu lá que eu não podia morar sozinho. Pelo tanto de remédio que eu tomo, não tive o direito. Agora, eu não sei onde recorrer isso aí. . (Trecho de entrevista realizada com RR 1, 52 anos, morador da República Reviver, em 17/11/16).

Em geral, a solução mais apontada é a Bolsa Moradia, o subsídio ao aluguel, explicitando uma demanda habitacional que o acolhimento institucional apenas remedia de maneira provisória. As próprias coordenações dos equipamentos salientaram, em entrevista, que o Bolsa Moradia não opera como uma “saída” garantida das “repúblicas”, salientando a própria falta de clareza sobre os procedimento e distribuição das cotas destinadas à população em situação de rua, que são menores em relação àquelas reservadas para as famílias desalojadas por obras públicas ou decorrentes de áreas de risco geológico.

O trajeto *albergue > república > Bolsa Moradia* é, no entanto, uma compreensão da lógica de atendimento muito difundida entre os acolhidos em situação de rua, apreendida como um *caminho* de superação das redes institucionais em que estão inseridos. Talvez, a disseminação desta leitura seja resquício de momentos anteriores da intervenção assistencial, já que, pela coordenadora da República Reviver, foi expresso o esforço para que esta expectativa fosse desfeita entre os acolhidos.

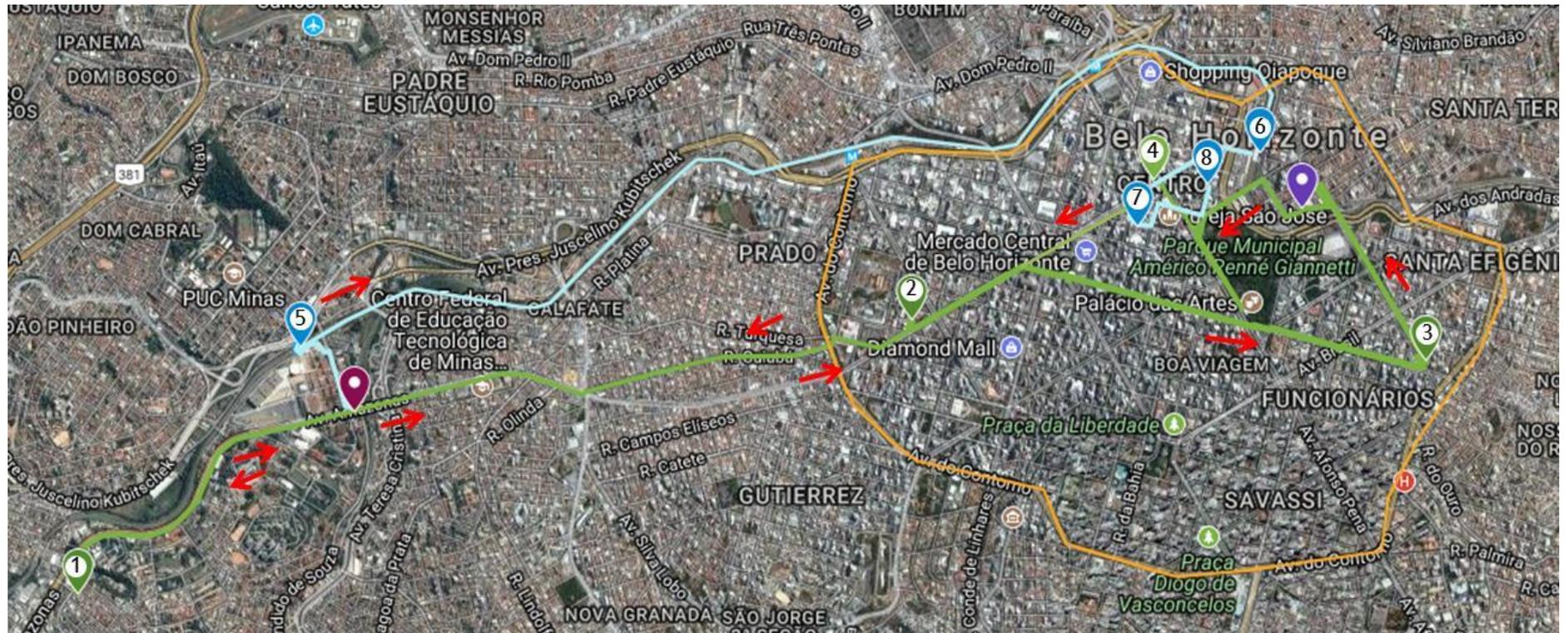
No entanto, o trabalho de campo encontrou um interlocutor que se encontrava justamente no momento de transição entre o Albergue e uma “república”, que já passara por este caminho institucional e continuava apostando nesta alternativa. ATB 6 está há mais de 10 anos vivendo em Belo Horizonte em situação de rua. Já passara anos vivendo no Albergue, já

fora encaminhado para a República Reviver, da qual saíra com o benefício do Bolsa Moradia e um trabalho em um supermercado. O arranjo de retorno à sociedade domiciliada durara até o rompimento de um relacionamento e novamente um ciclo de uso descontrolado de crack, que lhe fizeram perder o emprego e o Bolsa Moradia. Retornara para o Albergue Tia Branca há 6 meses, após meses de tratamento em algumas comunidades terapêuticas religiosas. A sustentação de um *projeto de vida* de superação de uma dificuldade associada à situação de rua (em seu caso, o crack) o direcionava, novamente, para o acolhimento em uma unidade referenciada como “república”.

E eu vou voltar, agora, estando na “república”, pra conseguir de novo esse benefício [*Bolsa Moradia*] de volta, que vai me ajudar muito. Porque, depois de um tempo no Bolsa Moradia, depois de uns 5 anos, você ganha um apartamento. E eu tô com esse projeto aí. Se der certo, bem; se não der, não vou me apegar. Vou terminar meus estudos, arrumar um emprego e continuar a vida. (Trecho de entrevista realizada com ATB 6, 43 anos, acolhido do Albergue Tia Branca, em 25/10/16).

ATB 6 faz parte dos sujeitos, identificados pela rede assistencial, para os quais a permanência no *pernoite* poderia ser desestabilizadora para seus projetos de vida, dada a proximidade com os circuitos do álcool e das drogas em que estão estes equipamentos. Nesse sentido, as “repúblicas” figuram como espaços mais controlados, frequentada por sujeitos mais normalizados, onde a adequação aos projetos de “normalização” é o cerne do compromisso que os moradores devem oferecer para a instituição e para o coletivo que habita o equipamento. Assim, é como se, além de figurar como uma “promoção” para aqueles que se apresentam merecedores por darem exemplos de seus esforços para a superação da *trajetória de rua*; as “repúblicas” também emergem como uma espécie de mecanismo para evitar dos efeitos “nocivos” criados dentro da própria rede assistencial, sendo acionada como uma espécie de proteção para dos “casos bem sucedidos” ou “promissores” na saída da rua e cujos investimentos as dinâmicas do albergamento poderiam desmantelar.

Figura 23 – Mobilidades a partir da República Reviver (RR 3 e RR 2)



📍 Área Central  
 📍 Trajetos de RR 3  
 📍 Trajetos de RR 2  
 📍 República Reviver

- 📍 Espaços de vida de RR 3:  
 1. Centro de Saúde Cabana  
 2. Projeto Empreendendo Vidas  
 3. Centro de Saúde Carlos Chagas  
 4. UAI (Unidade de Atendimento Integrado)  
📍 Albergue Tia Branca

- 📍 Espaços de vida de RR 2 :  
 5. Estação de Metrô Gameleira  
 6. Estação Central de Metrô  
 7. Shopping Cidade  
 8. Escritório dos Alcoólicos Anônimos

Fonte: Google My Maps/Elaboração própria

### 3.4 Conclusão

Este capítulo buscou compreender como os *ritmos* e lógicas de gerenciamento empregadas na construção das duas modalidades de acolhimento institucional (*pernoite* e “repúblicas”) são articuladas pelos agentes acolhidos nas rotinas que estabelecem pela cidade.

Um primeiro ponto saliente é que, a conformação do acolhimento *em pernoite* como um arranjo complementado por uma rede de suporte diurno à *situação de rua*, realiza-se pela segmentação das atividades de reprodução do cotidiano em diferentes locais institucionais, promovendo a mobilidade do público do pernoite entre circuitos institucionais. Deste modo, o *pernoite* se apresenta como uma modalidade de acolhimento que produz arranjos de vida onde as atividades mais ordinárias de reprodução da vida diária demandam considerável planejamento quanto às formas e estratégias de realizá-las. Os ritmos de funcionamento dos serviços incidem sobre as formas de organização do tempo diário, onde mais marcadamente encontra-se a temporalidade do almoço como uma divisão importante do dia e que inicia um ciclo de “preparação” para a entrada na *fila*. Há, além disso, um tipo de gerenciamento do cotidiano que evita a circulação dos acolhidos durante o período noturno; uma dinâmica que pode conter tanto a ideia de proteção do acolhido dos riscos da exposição noturna dos espaços públicos, quanto a de proteger *a cidade* da circulação da população de rua nesse período, sendo ela vista como um elemento potencial de desordem (De Lucca, 2007; Oliveira, 2012).

Além disso, mostrou-se visível que, em uma rede de serviços segmentados e dispersos, a espacialidade dos equipamentos de pernoite é crucial para a efetivação da *proteção social* que a própria rede visa proporcionar. Como vimos, as diferentes localizações do Albergue Tia Branca e do Abrigo São Paulo em relação à rede complementar se desdobra em um *acesso desigual* dos usuários aos Centros POP e aos Restaurantes Populares. Os arranjos de vida estabelecidos pelos acolhidos evidenciam este aspecto, uma vez que a “triangulação assistencial” (o *pernoite*, Centro POP e Restaurantes Populares como os serviços previstos para assistência integral aos usuários desta modalidade) conforma uma espécie de *arranjo de vida típico* entre os acolhidos do Albergue Tia Branca, apontando que a lógica de intervenção assistencial pode ter um efeito homogeneizante sobre as rotinas dos acolhidos. No Abrigo São Paulo, os arranjos de vida estabelecidos são mais diversos, pois a distância em relação à rede de atendimento complementar significa que o acesso deve articular mobilidades mais amplas e meios diferentes para o deslocamento. Assim, as estratégias de manutenção individual são mais diversas, já que alguns acolhidos buscam alternativas no entorno do equipamento, ao passo que outros empreendem uma pendularidade diária para o Centro. Percebe-se, assim, que

a distância em relação à área central e à rede complementar de assistência se desdobra em um maior dispêndio de energia e planejamento no empreendimento das rotinas entre os acolhidos do Abrigo.

As rotinas dos moradores das “repúblicas” apontam, em contraste, que os arranjos proporcionados por esta modalidade de acolhimento são significativamente diferentes em relação aos investimentos necessários para a reprodução do cotidiano, em seu nível mais elementar. Por possibilitar certo nível de *apropriação* do espaço institucional, os arranjos de vida estabelecidos a partir das “repúblicas” são aliviados do cálculo espacial e temporal demandado pelo *pernoite*. As “repúblicas” se apresentam, portanto, como uma modalidade de acolhimento que proporciona estratégias mais estáveis e regulares de manutenção individual, algo também acrescentando pelo suporte integral aos finais-de-semana – momentos em que os usuários do *pernoite* encontram a suspensão dos serviços em que ancoram o cotidiano.

A inserção nas “repúblicas” desvincula os acolhidos dos arranjos de vida que empregavam anteriormente. No entanto, percebe-se que a inserção em uma modalidade mais estabilizadora do cotidiano não é acompanhada de outras iniciativas que possam vincular os agentes a outros espaços, atividades e relações na cidade. Entre os interlocutores de pesquisa, as redes de sociabilidade das quais fazem parte permanecem as mesmas após a inserção nas “repúblicas” ou, pelo contrário, são reduzidas na medida em que passam a evitar determinados circuitos *em situação de rua* como forma de *normalizar* sua rotina às expectativas de retorno à sociedade domiciliada.

Em ambas as modalidades, a organização do *tempo* cotidiano figura como um grande desafio diário, não apenas pela necessidade de articulação dos ritmos institucionais, mas também por terem de decidir como empregar o tempo que escapa à captura institucional. Como coloca Salvador (2008), as rotinas são ao mesmo tempo necessárias e pesadas em serem vividas, pois nos aliviam do peso das decisões permanentes sobre o que fazer e como fazer; mas também pesadas se monótonas a ponto de enclausurar nossa capacidade criativa e de agência. Para os acolhidos do *pernoite*, as rotinas parecem, sobretudo, “pesadas” pela instabilidade de suas estratégias de manutenção individual; ao passo que, para os moradores das “repúblicas”, são “pesadas” pela necessidade de encontrarem formas para investir o tempo disponível na construção de sua promoção pessoal.

Além disso, é possível apontar que, além de estratégias de reprodução da vida cotidiana, as mobilidades dos acolhidos também figuram como dimensões em que se expressam os seus *projetos de vida*, pois há uma seleção permanente dos espaços e serviços a

serem acessados e uma compreensão da vivência cotidiana como um *empreendimento de si* (Silva, 2002 *apud* Santos, 2016; *apud* Georges, 2015), um *empreendimento que visa o futuro*.

Os espaços de vida articulados pelos interlocutores da pesquisa também apontam que os investimentos cotidianos são concentrados em espaços predominantemente assistenciais, de oferta de pequenos serviços gratuitos ou nos espaços públicos. Essa dimensão é muito significativa, pois visibiliza o pouco acesso a recursos de outros setores da política pública além da Assistência Social. Com exceção da Saúde - que tem viabilizado o acesso da população de rua à atenção básica por meio do Centro de Saúde Carlos Chagas e da presença deste segmento nos equipamentos de saúde mental e tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas -, são poucos aqueles que frequentam instituições educacionais, equipamentos culturais ou projetos e espaços que promovam outras formas de vinculação com a cidade e que fomentem a inserção em redes comunitárias.

Além disso, embora o tempo do trabalho (dias úteis/finais-de-semana) seja um *ritmo* marcante nas rotinas dos acolhidos – seja pela suspensão dos serviços assistenciais aos finais-de-semana, seja pelo engajamento em investimentos de busca por emprego nos dias úteis -, os finais-de-semana pouco são vividos como um momento de *descanso* ou *lazer*, tal como é para a sociedade domiciliada. Este aspecto só evidencia a ausência de outras políticas no atendimento a este público e a preponderância dos serviços socioassistenciais na estruturação do tempo diurno.

Por isso, o acolhimento institucional se apresenta como um âmbito que configura novas formas de viver *em situação de rua*, pois situam os agenciamentos cotidianos em espaços marcadamente institucionais em substituição “à rua”, mas parecem fixar os acolhidos em um estado permanente de *transitoriedade*.

Como colocado, albergues e “repúblicas” compreendem modelos que proporcionam diferentes possibilidades de apropriação espacial do espaço cotidiano, sendo mais amplas nas repúblicas”, porque mais individualizadas e estáveis. No entanto, nenhum destes espaços é configurado para promover o *habitar* (Kasper, 2006); pelo contrário, são estabelecidos ritmos diários (*pernoite*) e prazos de acolhimento (“repúblicas”) que sinalizam constantemente que os locais institucionais são ancoradouros provisórios e aos quais os acolhidos não devem se habituar.

Estar acolhido é, portanto, estar *em processo*, sem um lugar definido no mundo (Escorel, 1999), permanentemente investindo em possibilidades de “superação” do vínculo institucional. O acolhimento acirra a vivência da *situação de rua* como um estado de

*transição*, mas que coloca tanto a “vida nas ruas”, quanto a institucionalização, como situações latentes, como *riscos*, caso o acolhido não encontre outras possibilidades de “saída”.

## Considerações Finais

Embora esta dissertação tenha de cumprir a tarefa de ser coerente em si mesma, finaliza-la carrega um significado que extrapola a estrutura deste texto. Dedicar-me a esta dissertação foi um processo de amadurecimento em vários níveis, onde a oportunidade de cursar o mestrado possibilitou que formulações, questionamentos e interesses que se esboçavam há muito tempo fossem intensificados, aglutinados e direcionados em torno do desafio de produzir este trabalho. Mesmo que eu não acredite que qualquer empreitada de pesquisa seja definitiva e que qualquer texto consiga sintetizar tudo que foi vivido e refletido ao longo do engajamento com um tema, concluir esta dissertação simboliza a culminação de um longo ciclo.

Neste ciclo, o enfoque em torno do *acolhimento institucional* emergiu em meio ao processo da pesquisa - mais precisamente, a partir das escolhas metodológicas relativas à incursão em campo. O interesse de pesquisar a relação entre a rede de atendimento à *situação de rua* e as mobilidades cotidianas de seus usuários era meu o ponto de partida, mas impossível de ser realizado percorrendo, de fato, todos os serviços da rede. Diante da necessidade de um recorte, o acolhimento institucional se apresentou como o âmbito que mais intrigava as perspectivas que eu conseguira delinear até então e que, no decorrer do andamento do trabalho, se mostrou profícuo para que elas fossem aprofundadas.

Este trabalho é perspectivado pela compreensão de que, embora a “vida nas ruas” possa ser rastreada e identificada como *um fenômeno* que atravessa séculos e diferentes sociedades, sendo talvez nascente com a própria vida urbana (Bursztyn, 2000); falar em *população em situação de rua* remete a uma localização histórica específica e a contextos bastante contemporâneos de gestão governamental sobre esta realidade. A fim de evidenciar esta perspectiva, o termo “*situação de rua*” é sustentado como categoria analítica durante todo o texto, sinalizando que o olhar sobre o universo (um tanto imprecisamente) referenciado como “vida nas ruas” foi, aqui, visto a partir de sua produção em relação com a institucionalidade.

Diante deste enquadramento, o acolhimento institucional se configurou como um objeto privilegiado de interrogação, por ser uma das estratégias mais longevas e mais frequentemente acionadas no recente campo de políticas públicas para a *população em situação de rua* - sendo também uma das mais contestadas. Apesar disso, não são muitos os trabalhos que se debruçam sobre o acolhimento institucional como um âmbito de produção do

cotidiano *em situação de rua*, sendo mais evidente a presença dos albergues nos contextos de campo sobre moradores de rua e pouco explorada a modalidade de acolhimento em “repúblicas”. Por isso, ao comparar o acolhimento institucional a partir destas duas modalidades de execução do serviço, este trabalho buscou contribuir para o registro e compreensão das estratégias de intervenção, mais salientes sobre a *situação de rua*, empregadas em nosso momento presente.

Os processos que permitiram a emergência de um campo de intervenção pública em torno da “vida nas ruas” foram abordados no primeiro capítulo, onde reuni contribuições da literatura acadêmica, notícias de jornais, algumas observações de campo e (principalmente) a narrativa de uma interlocutora-privilegiada para percorrer alguns processos que apontam a transformação na forma de apreensão e enunciação desta temática, bem como pontuar seus caminhos de construção na cidade de Belo Horizonte. Esta reconstrução histórica teve o intuito de situar o acolhimento institucional dentro deste contexto mais amplo, embora não tenha sido suficiente para realizar o que De Lucca (2007) sugerira como uma “arqueologia dos albergues”. No entanto, considerando que esta pesquisa teve dificuldades em encontrar mesmo uma literatura que oferecesse uma perspectiva histórica sobre o acolhimento institucional no país, espera-se que o capítulo traga contribuições ao traçar algumas relações desta estratégia de intervenção com outros agenciamentos do campo da *situação de rua*, assim como por situar as instituições de acolhimento de Belo Horizonte em seu tempo e contextos de criação.

O primeiro capítulo talvez “peque” por apresentar muitas dimensões passíveis de análise, apontando questões que merecem aprofundamento. Uma delas diz respeito à participação das instituições da sociedade civil de vinculação religiosa na execução da política pública para a população de rua, onde apenas foi possível sinalizar algumas de suas configurações; especialmente no âmbito de Belo Horizonte, onde quase todos os serviços da rede especializada são executados por meio de convênios com entidades de aspiração religiosa. Também fica em aberto um mapeamento mais detalhado dos grupos e atores que participam da construção da temática no contexto brasileiro, algo que seria mais fiel à proposta de investigação dos problemas públicos de Gusfield (2014) - o qual mobilizei, neste texto, com o alcance de apenas sinalizar que o objeto desta pesquisa não pode ser tomado como uma prática naturalizada, mas que foi contestada desde seu início e depois reformulada, regulamentada e ainda segue empreendida e gerando controvérsias.

Quanto a uma caracterização do acolhimento institucional, o trabalho apontou sua dupla centralidade: como estratégia proeminente no âmbito da Assistência Social, acirrada pelo fato deste setor ser o único da política pública que mais efetivamente considerou a *população em situação de rua* como um segmento populacional específico e público beneficiário (à exceção de algumas ações da saúde). Nas primeiras políticas municipais destinadas à “vida nas ruas”, na década de 1990, o albergamento foi tomado como o principal modelo de intervenção e posteriormente confrontado pelos projetos de repúblicas. Na década de 2000, quando a Assistência estruturou-se enquanto um sistema único nacional, os dois formatos de acolhimento foram incorporados no arcabouço de políticas, ganharam novos parâmetros para sua execução e foram nomeados como *Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias* (de caráter temporário e emergencial) e *Serviço de Acolhimento em Repúblicas* (para adultos *em processo* de saída das ruas).

Algo que se mostrou saliente na fala das coordenações dos equipamentos que compuseram a pesquisa foi, no entanto, a perspectiva do *desenquadramento* dos serviços de acolhimento de Belo Horizonte em relação às normativas previstas pelo SUAS, sobretudo em relação à *capacidade de atendimento* (atualmente, superior ao previsto). Suas falas indicam um horizonte de possível mudança nos arranjos assistenciais na cidade, onde o ideal apontado seria a progressiva desativação dos equipamentos de *pernoite* e a formalização das “repúblicas” enquanto Abrigos ou Casas de Passagem. Quais mudanças de fato ocorrerão e como a dinâmica da rede de atendimento será alterada é um questionamento cuja resposta ainda não se apresenta no tempo sincrônico a esta pesquisa, mas no futuro.

Apesar do *desenquadramento* formal dos equipamentos, as instituições pesquisadas ainda conformam dois diferentes modelos de intervenção. Os capítulos 2 e 3 exploraram as diferenças nos ritmos de execução dos serviços, nas práticas de gerenciamento do público e no cotidiano estabelecido pelos acolhidos. Equipamentos de *pernoite* e “repúblicas” contrastam em vários âmbitos: capacidade de atendimento, procedimentos para inserção no serviço, contato com a heterogeneidade do público *em situação de rua* e as classificações estabelecidas sobre ele, possibilidades de apropriação do espaço interno e transbordamento de suas dinâmicas para os espaços externos.

A comparação apresenta algumas aproximações entre as duas modalidades: a importância do *tempo* e do *espaço* como âmbitos de expressão das dinâmicas de intervenção governamental, sobretudo expressos nos *ritmos* configurados pelos equipamentos como estratégias de normalização. Especialmente quanto a este aspecto, foi saliente a dinâmica da

*fila* como um desdobramento direto dos ritmos do acolhimento em *pernoite*, se apresentando como um dispositivo incorporado pelos acolhidos nas formas de estruturação do tempo cotidiano e de relação com o espaço urbano. Além disso, as áreas externas destes equipamentos também configuram um universo social complementar ao do acolhimento – as regiões *porta do Abrigo* e *porta do Albergue* -, que apresentaram dinâmicas bastante distintas devido à espacialidade que estas instituições ocupam na cidade em relação ao conjunto de serviços urbanos e à rede mais específica de assistência diurna à situação de rua.

Para os acolhidos do *pernoite*, a proteção social é segmentada em outros equipamentos de atendimento diurno; em contraste com as “repúblicas”, que oferecem possibilidades de realização das atividades de reprodução da vida cotidiana em um mesmo espaço. Nesta configuração, a espacialidade da rede de atendimento é uma variável com impacto direto sobre a efetividade dos arranjos de proteção social previstos para o *pernoite*; o que, em Belo Horizonte, culmina com um acesso desigual entre os usuários do Abrigo São Paulo e do Albergue Tia Branca pela distância de cada um em relação à região de concentração dos serviços diurnos: o Centro.

As lógicas de intervenção se expressam, assim, na configuração dos arranjos de vida estabelecidos a partir de cada um destes equipamentos: os atendidos do Albergue organizam sua rotina em torno da articulação do acolhimento com o Centro POP e o Restaurante Popular, naturalizando a área central como um grande espaço de vida; enquanto que, entre os acolhidos do Abrigo, as estratégias de manutenção individual se apresentam mais onerosas, pois devem articular um longo deslocamento para acesso a serviços diurnos ou a permanência no entorno do equipamento, onde há poucos lugares para ancoramento das atividades cotidianas. Foi possível, assim, compreender que a espacialidade da rede de atendimento e seus ritmos de funcionamento são produtores de *mobilidades* entre a população acolhida, pois sua configuração mais concentrada ou dispersa implica sempre uma *circulação* pela cidade e conforma circuitos específicos.

Em comparação com o *pernoite*, as “repúblicas” se apresentaram como espaços que permitem maior estabilização das rotinas, pois amenizam a necessidade de organização do tempo diário em torno da acomodação de estratégias para a consecução das atividades mais básicas. Deste modo, os arranjos estabelecidos a partir das “repúblicas” demarcam o dispêndio de energia demandado pelo acolhimento *pernoite*, mas também colocam o desafio de que seus moradores estabeleçam novos espaços de vida na cidade e novas formas de organização do tempo. Desvinculam os atendidos dos circuitos em que, anteriormente,

empreendiam sua vida, sem, no entanto, apontar atividades, espaços e possibilidades mais discerníveis para o engajamento do cotidiano. Assim, supõe-se que o desejado projeto de retorno à sociedade domiciliada é um empreendimento individualizado, dissociado dos antigos vínculos, mas com poucas estratégias para a conformação de novos.

A predominância da Assistência Social na intervenção sobre a *situação de rua* se expressa nas mobilidades cotidianas dos acolhidos do *pernoite*, mas aquelas desempenhadas a partir das repúblicas também apontam a pouca presença de outras políticas setoriais no cotidiano desta população. Os locais de atendimento à saúde, sobretudo na atenção básica e no cuidado relacionado à saúde mental e uso abusivo de álcool e outras drogas, são os poucos espaços articulados além dos arranjos assistenciais. É impressionante que a própria inclusão na educação formal, tão valorizada enquanto veículo de mobilidade social, seja pouco expressiva no campo de intervenção à *situação de rua*.

As políticas assistenciais específicas para a população em situação de rua tem uma relevância histórica no reconhecimento deste segmento, deslocando-os de objeto da caridade para a posição de atores com direito à seguridade social. No entanto, a grande concentração da intervenção governamental neste campo acaba reforçando as posições de distância da sociedade hegemônica e a articulação das estratégias cotidianas informais, não legitimadas.

Por fim, foi muito intensa a percepção do acolhimento como vivência de uma situação de permanente *transição*. O acolhimento institucional opera de modo a minar as possibilidades de apropriação dos espaços institucionais de maneira duradoura, inviabilizando o *habitar* com o objetivo de impedir a permanência prolongada e a *institucionalização*. Deste modo, estar acolhido é permanecer *em situação de rua*, pois a *rua* se apresenta como um *risco* permanente, latente, ante a instabilidade e provisoriedade dos arranjos de vida construídos nestes equipamentos.

Diante disso, os *projetos de vida* são elementos mobilizados pelos acolhidos para conferir certo sentido à vivência cotidiana e valorizados, pela institucionalidade, como estratégia de intervenção. No entanto, a *transitoriedade* que o acolhimento institucional figura menos como um caminho de *ascensão social*, mas como um “período de teste”, a partir das dinâmicas normalizadoras dos ritmos de funcionamento dos equipamentos e do fomento ao *empreendedorismo de si* como via de retorno à sociedade domiciliada. Promove, assim, um arranjo em que o público acolhido é permanentemente avaliado quanto ao “progresso” de seus investimentos para a superação do vínculo institucional.



## Referências Bibliográficas

ANDERSON, Nels. *The Hobo: sociology the homeless men*. Chicago: University of Chicago Press, 1923.

ADEY, P. 'If Mobility is Everything Then it is Nothing': Towards a Relational Politics of (Im)mobilities, *Mobilities* 1:1, 75–95, 2006.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. *A construção de um controle negociado : o trabalho dos auxiliares de fiscalização da prefeitura de Belo Horizonte*. 168 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

ARAÚJO, Wânia Maria. *População de Rua em Belo Horizonte: a reinvenção de espaços domésticos no improvisado da moradia*. 204 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCMinas, Belo Horizonte, 2004.

ARES, Sofía. *Movilidad territorial y espacio de vida cotidiano en el Partido de General Pueyrredon, Buenos Aires (2006)*. *Revista Estudios Socioterritoriales*, v. 7, n. 7, p. 64-79. Buenos Aires, 2007.

BARBOSA, Aline. *Vida Nua: biopolítica na gestão da população de rua*. 213f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Paulista, Marília, 2017.

BECKER, H. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BROGNOLI, Felipe Faria. *Com a cara no mundo: seguindo o rastro de nômades urbanos*. In: MARQUES, AC et alii. *Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir território em movimento*. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

BURSZTYN, Marcel. *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. In: BURSZTYN, M. (org.). *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 19-26.

BUSCHER, M; URRY, John. *Mobile methods and the empirical*. *European Journal of Social Theory*; 12, 99, 2009.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CRESSWELL, T.. *Towards a politics of mobility*. *Environment and Planning D: Society and Space* 28(1): 17-31, 2010.

DAVIS, Mike. *City of Quartz*. *The Blackwell City Reader*, p. 193, 2010.

DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em tornoda população de rua*. 241 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em

Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. (Org.). Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia em São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 317-336.

DEVERTEUIL, Geoffrey. Homeless mobility, institutional settings, and the new poverty management. *Environment and Planning A*, v. 35, n. 2, p. 361-379, 2003.

\_\_\_\_\_. Mobility. In: LEVINSON, David (org.). *Encyclopedia of Homelessness*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2004, p. 391-395

DIAS, André L. F. et alii. O que é seu não lhe pertence: as ações de gestão do espaço público em Belo Horizonte em face da população em situação de rua. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et alii. *Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua*. Belo Horizonte: D'Plácido: 2014, p. 605-620."

DOMÍNGUES JR, P. L. *Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua*. São Paulo: Loyola, 2003.

SCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu. Trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FERRO, Maria Carolina T. *Desafíos de la participación social: alcances y límites de la construcción de la política nacional para la población em situación de calle en Brasil*. 229 f. Dissertação (Mestrado). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. FLACSO, Buenos Aires, 2011

FRANGELA, Simoni Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 1a. ed. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2010. v. 1. 260p .

FREITAS, Maria Vany de O.. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FROTA, Haydée da C.; BRASIL, Flávia de P. D.. Fórum de População de Rua de Belo Horizonte – a Criação de uma Política Pública de Forma Participativa e Deliberativa. In: XXXVII Encontro da EnANPAD, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_APB2069.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB2069.pdf).

GARCIA, Frederico D. et al. (org.). *Terceiro censo de população em situação de rua de Belo Horizonte*. Viçosa: Suprema, 2014).

GEORGES, Isabel P. H.. O outro lado da formalização do trabalho do care no Brasil. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 169 – 187, set./dez. 2015.

GUSFIELD, Joseph R. La cultura de los problemas públicos: El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente. Siglo Veintiuno, 2014.

JACCOUD, Luciana; CHAIBUB, Juliana; EL-MOOR, Patricia Dario. Assistência Social e Segurança Alimentar: Entre Novas Trajetórias, Velhas Agendas e Recentes Desafios (1998-2008) In: Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Vinte anos da Constituição Federal. Brasília: IPEA, 2009, v.1

JACKSON, Emma. Fixed in mobility: young homeless people and the city. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 36, n. 4, p. 725-741, 2012.

JACOBI, Pedro; TEIXEIRA, Marco A. C. Criação do capital social: o caso ASMARE- Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 2, n. 2, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/issue/view/2489>

JIRÓN, Paola. Mobile Borders in Urban Daily Mobility Practices in Santiago de Chile. *International Political Sociology*, 4, 2010, p. 66-79. (2010a).

\_\_\_\_\_. On becoming 'la sombra/the shadow'. In: BÜSCHER, Monika; URRY, John; WITCHGER, Katian (Ed.). *Mobile methods*. Routledge, 2010, 36-53. (2010c)

\_\_\_\_\_. Repetition and difference: Rhythms and mobile place-making in Santiago de Chile. In: EDENSOR, Tim (Org.). *Geographies of rhythm: nature, place, mobilities and bodies*. Surrey: Ashgate Publishing, 2010, 129 -143. (2010b)

LEFEBVRE, Henri. *Rhythmanalysis: Space, time and everyday life*. Londres/Nova York: Continuum, 2004.

LEITÃO, Leonardo. Sobre Malucos e Micróbios: estilo de vida e trajetórias de artistas nômades. 168f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2014.

LEITE, Bruno Rodrigues; PEREIRA, Alexandre Ferrer Silva. Objeto Inservível, Ser Humano Descartado: A Instrução Normativa N° 01 Como Legislação Biopolítica em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 1, n. 1, p. 203-225, 2015.

LIMA, Luana Ferreira. A necessidade de efetivação de um direito emancipatório: o reconhecimento das necessidades humanas a partir de uma nova perspectiva do sistema de justiça. Publicação eletrônica, em 23/08/2017, às 13h08, no site do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em [http://www.cnddh.org.br/blog/2017/8/23/a-necessidade-de-efetivacao-de-um-direito-emancipatorio:-o-reconhecimento-das-necessidades-humanas-a-partir-de-uma-nova-perspectiva-do-sistema-de-justica#\\_ftn3](http://www.cnddh.org.br/blog/2017/8/23/a-necessidade-de-efetivacao-de-um-direito-emancipatorio:-o-reconhecimento-das-necessidades-humanas-a-partir-de-uma-nova-perspectiva-do-sistema-de-justica#_ftn3). Acesso em 28/09/2017.

LINDÓN VILLORIA, Alicia. El trabajo y la vida cotidiana. Un enfoque desde los espacios de vida. *Economía Sociedad y Territorio*, Vol.I, núm.1, janeiro-junho, 1997. . Disponível em: <<https://est.cmq.edu.mx/index.php/est/article/view/490/1008>>. Acesso: 17/10/2016

\_\_\_\_\_. Trabajo, espacios de vida y cotidianidad. La periferia oriental de la Ciudad de México. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (56), 1 de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-56.htm>. Acesso em: 25/04/2017.

MARTINEZ, Mariana Medina. Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua de São Carlos. 168 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011

MELO, Natália Maximo. A esmola e a rede de proteção: um estudo de instituições assistenciais para pessoas que vivem nas ruas. 391 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MELO, Tomás H. A. de Gomes. A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e luta por reconhecimento da população em situação de rua. 195 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre a trajetória de formação e organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR): desafios identitários e políticos. In: VII Jornada de Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://jornadappga2013.files.wordpress.com/2013/06/melo-tomas.pdf>. Acesso em 04/10/2016.

MENDES, Mariana V. B.. Os moradores de rua e suas trajetórias: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte. 130f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MITCHELL, Don. The end of public space? People's Park, definitions of the public, and democracy. *Annals of the association of american geographers*, v. 85, n. 1, p. 108-133, 1995.

NEVES, Delma Pessanha. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Revista Ciência Hoje*, v. 4, Rio de Janeiro, SBPC, 1983, p. 15-27.

OLIVEIRA, Luciano M. F.. Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua de São Carlos e a emergência de uma população. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia. Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ROBAÍNA Igor M. M. . Populações 'daninhas'? contenção territorial e estratégias de sobrevivência das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. Revista Entre-Lugar (UFGD. Impresso), v. 2, p. 137-163, 2011.

\_\_\_\_\_. Entre Mobilidades e Permanências: Uma Análise Das Espacialidades Cotidianas da População em Situação de Rua na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. 380f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROSA, Cleisa M. M.. População de rua: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. Vidas de rua, destinos de muitos. São Paulo, Hucitec/Associação Rede Rua, 2005. (Estudos Brasileiros, nº 37).

ROY, Damien. Micropolíticas da "população em situação de rua": interações face a face e recorte situacional de um objeto da ação pública. In: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G (org.). Novas faces da vida nas ruas. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 115-140.

SALVADOR, Juan. Un Enfoque Socio-Antropológico Sobre la Vida Cotidiana: Automatismos, Rutinas e Elecciones. Espacio Abierto, julio-septiembre, ano/vol 17, num. 003. Asociación Venezolana de Sociología, Macaibo, 2008.

SANTOS, Yumi Garcia dos. Gênero e pobreza na proteção social e no desenvolvimento social: convergências de agenda por meio de uma gestão sexuada. In: GEORGES, Isabel ; SANTOS, Yumi G. dos. As 'novas' políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. 220f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIMÕES JR., José Geraldo. Moradores de Rua. São Paulo: Pólis, 1992.

SNOW, D.; ANDERSON, L. Down on their luck. A study of homeless street people. Berkeley: University of California Press, 1993.

SOUZA, C. V. ; OLIVEIRA, M. F. . Los espacios de movilidad urbana de las mujeres y los significados de las restricciones sociales, culturales y materiales. In: Alexandra Martínez e Nelson Antonio Gómez Serrudo. (Org.). La sociabilidad y lo público: experiencias de investigación. 1ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2016, v. 1, p. 1-408.

SPEAK, Suzann; TRIPPLE, Graham. Definitions of homelessness in developing countries. Habitat International 29, no. 2, 2005, p. 337-352.

\_\_\_\_\_. Perceptions, persecution and pity: the limitations of interventions for homelessness in developing countries. *International journal of urban and regional research* 30, no. 1, 2006, p. 172-188.

SPOSATI, Aldáza. Assistência Social: de ação individual a direito social. *Revista brasileira de direito constitucional*, v. 10, n. 1, p. 435-458, 2007.

\_\_\_\_\_. O caminho de reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. In: CUNHA, Júnia; RODRIGUES, Monica. *Rua: aprendendo a contar. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

SPRINGER, Sabine. Homelessness: a proposal for a global definition and classification. *Habitat international* 24, no. 4, 2000: p. 475-484.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

UN-HABITAT. *Strategies to combat homelessness*. United Nations Centre for Human Settlements (Habitat). Nairobi: Publications Unit. 2006.

VIEIRA, A.; BEZERRA E.; ROSA C. *População de Rua – Quem é, Como Vive, Como é Vista*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; 1994.

VILLAMARIM, Maria do Carmo C.. *Política de assistência social e população de rua: composição de processos de subjetivação na cidade de Belo Horizonte*. 54 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas, Belo Horizonte, 2009.

### **Documentos governamentais**

Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Planejamento. (1998). *I Censo de População de Rua de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. (2000). Lei No. 8.029 de 6 de junho de 2000. Cria o Fórum População de Rua e dispõe sobre política pública para a população no município. Belo Horizonte: Diário Oficial do Município de 7 de Junho de 2000, Ano VI, Edição No. 1147.

### **3º Censo BH**

Belo Horizonte. Conselho Municipal de Assistência Social. Ata da 207ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH. Belo Horizonte: Diário Oficial do Município de 24 de novembro de 2016, Ano XXII, Edição nº 5175, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Controle da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social. 2006a

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto sem número, de 25 de outubro de 2006. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei No. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2006, No. 206, seção 1, p.4. 2006b

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Apresentação dos Resultados da Pesquisa Nacional sobre

População em Situação de Rua. Brasília: MDS; META, 2008. "

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.. Brasília 2009a

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.305, de 24 de dezembro de 2009. Institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua. Brasília: Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2009, No. 247, seção 1. 2009b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011a. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm). Acesso em 28/09/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação dos Serviços Sócioassistenciais. Brasília, 2013a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013. Define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades

em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua – 2012 a 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 28 fev. 2013b.

## Notícias e sites acessados

Site institucional da Sociedade São Vicente de Paulo. : <http://www.ssvpbrasil.com.br>. Acesso em 15/5/17.

Site da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese). Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/em-situacao-de-abandono/page/1350-migrante-subas>. Acesso em 01/10/2017.

“Prefeitura de BH endurece fiscalização aos moradores de rua”. Jornal O Estado de Minas, publicada em 04/10/2016. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna\\_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml). Acesso em 28/9/17.

“Prefeitura fecha o cerco a moradores de rua”. Jornal O Estado de Minas, publicada em 10/12/2013. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/10/interna\\_gerais,477606/prefeitura-fecha-o-cerco-a-moradores-de-rua.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/10/interna_gerais,477606/prefeitura-fecha-o-cerco-a-moradores-de-rua.shtml). Acesso em 28/9/2017.

Matéria do Jornal O Estado de Minas, “MP recomenda que PBH interrompa retirada de bens de moradores de rua”, publicada em 09/07/17. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/07/mp-recomenda-que-pbh-interrompa-retirada-de-bens-de-moradores-de-rua.html>. Acesso em 28/9/2017.

“Moradores de rua pedem trégua à PBH no frio para manter cobertores”. Jornal O Estado de Minas, publicada em 17/6/2016. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/17/interna\\_gerais,773594/moradores-de-rua-pedem-tregua-a-pbh-no-frio-para-manter-cobertores.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/17/interna_gerais,773594/moradores-de-rua-pedem-tregua-a-pbh-no-frio-para-manter-cobertores.shtml). Acesso em 28/9/2017.

Notícia do jornal O Estado de Minas, “CDL quer retirar moradores de rua da zona sul de Belo Horizonte”, publicada em 24/09/2013. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/interna\\_gerais,452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/interna_gerais,452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml). Acesso em 28/9/2017.

“Pessoas em situação de rua pedem permanência de abrigo”, publicada em 07/12/2016. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2016/12/pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-pedem-perman%C3%Aancia-de-abrigo>. Acesso em 28/9/2017.

“Albergue incomoda moradores do bairro Floresta”. Matéria no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em [https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/06/17\\_assuntos\\_municipais\\_floresta\\_albergue.html](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/06/17_assuntos_municipais_floresta_albergue.html). Acesso em 13/6/17.

## Anexos

### I – Termo de Autorização



PREFEITURA  
BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS

#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

A Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS/ Belo Horizonte autoriza a realização da Trabalho Acadêmico pela pesquisadora Caroline Ferreira Rosa, mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG.

O tema do trabalho é **"Espacialidades Institucionais e as práticas de mobilidade da população em situação de rua da cidade de Belo Horizonte – MG"** realizado sob a orientação da Profª Drª Ana Marcela Ardila Pinto.

Informo que a autorização está condicionada ao cumprimento do termo de compromisso assinado pela pesquisadora.

Belo Horizonte, 03 de Outubro de 2016.

  
Shirley Jacimar Pires

Shirley Jacimar Pires - EM: 71.757-X  
Gerente de Coordenação da Política  
de Assistência Social  
SMAAS

Gerente de Coordenação da Política de Assistência Social